



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Educação
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

NATANAEL VAZ SAMPAIO JUNIOR

**HISTÓRIA DOS JOGOS ESCOLARES NA BAHIA: A
REALIDADE DA CIDADE DE SALVADOR (1950–1980)**

Salvador
2024

NATANAEL VAZ SAMPAIO JUNIOR

**HISTÓRIA DOS JOGOS ESCOLARES NA BAHIA: A
REALIDADE DA CIDADE DE SALVADOR (1950 – 1980)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Coriolano Pereira da Rocha Junior

Salvador
2024

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Sampaio Junior, Natanael Vaz.

História dos jogos escolares na Bahia: a realidade da cidade de Salvador (1950 - 1980) [recurso eletrônico] /Natanael Vaz Sampaio Junior. - Dados eletrônicos. -2024.

Orientador: Prof. Dr. Coriolano Pereira da Rocha Junior.

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia.

Faculdade de Educação, Salvador, 2024.

Disponível em formato digital.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/>

1. Jogos - História. 2. Esportes - escolares. 3. Jogos escolares. I Rocha Junior, Coriolano Pereira da. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós- Graduação em Educação. III. Título.

CDD 790- 23. ed.



Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PGEDU), realizada em 11/12/2024 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM EDUCAÇÃO no. 1, área de concentração Educação, Sociedade e Práxis Pedagógica, do candidato NATANAEL VAZ SAMPAIO JUNIOR, de matrícula 2020105489, intitulada História dos Jogos Escolares na Bahia: a realidade da cidade de Salvador (1950-1980). Às 14h00min do citado dia, no Auditório 1 - Faculdade de Educação, foi aberta a sessão pelo presidente da banca examinadora Prof. Dr. CORIOLANO PEREIRA DA ROCHA JUNIOR que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dr. BRUNO OTAVIO DE LACERDA ABRAHAO, Prof. Dr. ANDRÉ ALEXANDRE GUIMARÃES COUTO, Prof.ª Dra. ALINE GOMES MACHADO e Prof. Dr. ROBERTO GONDIM PIRES. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo presidente que passou a palavra ao examinado para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora APROVADO o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Documento assinado digitalmente

gov.br

ANDRÉ ALEXANDRE GUIMARÃES COUTO
Data: 11/12/2024 10:26:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. ANDRÉ ALEXANDRE GUIMARÃES COUTO

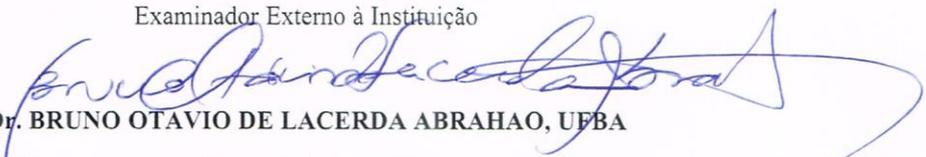
Examinador Externo à Instituição


Dra. ALINE GOMES MACHADO

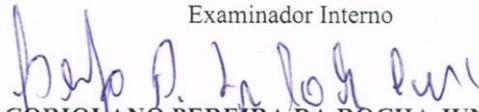
Examinadora Externa à Instituição


Dr. ROBERTO GONDIM PIRES, UESB

Examinador Externo à Instituição


Dr. BRUNO OTAVIO DE LACERDA ABRAHAO, UFBA

Examinador Interno


Dr. CORIOLANO PEREIRA DA ROCHA JUNIOR, UFBA

Presidente


NATANAEL VAZ SAMPAIO JUNIOR

Doutorando(a)

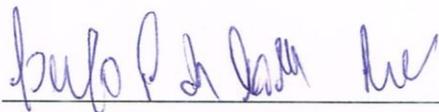
NATANAEL VAZ SAMPAIO JUNIOR

HISTÓRIA DOS JOGOS ESCOLARES NA BAHIA: A REALIDADE DA CIDADE DE SALVADOR (1950-1980)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Educação.

Salvador, 11 de Dezembro de 2024.

Banca examinadora

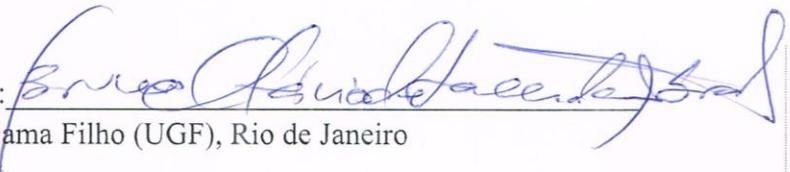
Coriolano Pereira da Rocha Junior – Orientador: 
Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro
Universidade Federal da Bahia

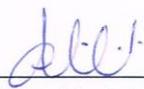
Aline Gomes Machado: 
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador
Conselho Estadual de Educação da Bahia; Rede Estadual de Educação - Bahia

gov.br

Documento assinado digitalmente
ANDRE ALEXANDRE GUIMARAES COUTO
Data: 11/12/2024 10:26:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

André Alexandre Guimarães Couto: _____
Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Paraná
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Bruno Otávio de Lacerda Abrahão: 
Doutor em Educação Física pela Gama Filho (UGF), Rio de Janeiro
Universidade Federal da Bahia

Roberto Gondim Pires: 
Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

HOMENAGEM

Dedico este momento para evocar minhas memórias, para que ela possa operar no sentido de recuperar as lembranças de pessoas que ajudaram e ainda ajudam a constituir o meu Ser e que sempre estarão em meus pensamentos. A minha mãe Margarida (*In memoriam*), maior referência da minha vida, notadamente por ter sido uma mulher muito à frente de seu tempo, demonstrado por sua força, sua fibra, seus posicionamentos firmes e que, enquanto esteve neste plano terreno, incansável na luta pela vida, sendo o sentido e o significado da minha existência, a quem dedico minha existência. Não muito diferente de minha mãe, evoco em minhas lembranças a figura de meu pai, Natanael (*In memoriam*), referência de integridade e de grande amigo, com presença física muito ativa em minhas caminhadas, vibrando por cada conquista e acolhendo nos momentos de tropeços, por isso, agradeço eternamente a DEUS, por ter tido o senhor na qualidade de pai.

A Daniela, minha amada namorada/esposa e companheira, com quem tenho o prazer de compartilhar todos os momentos da minha vida solidificados em um amor crescente e cada vez mais puro. Aos meus filhos Davi, Dan e Ravi, presentes divinos e grandes amores da minha vida, a quem agradeço por entenderem o processo de formação pelo qual seu Pai tem vivenciado, acolhendo com muito respeito e carinho todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Durante toda minha caminhada pessoal, que inclui a trajetória acadêmica/profissional, várias foram as pessoas que tive a oportunidade de compartilhar as angústias, os sucessos e os insucessos e que souberam, em diversos momentos e com suas especificidades, acolher com muita atenção e carinho. Por isso, bendigo a ti, meu DEUS, Rei do universo, pelo dom da minha vida e da vida de todas as pessoas que fizeram e fazem parte da minha existência. Por isto, cito algumas como forma de registro, o que não significa que as não mencionadas foram esquecidas.

Aos familiares queridos(as), meus irmãos Expedito, Sérgio, César, Terezinha, Cintya e Andréa. Também, aos sobrinhos e as sobrinhas, cada Ser, com seus aspectos singulares, contribuiu com minha formação humana.

A Sra. Joselita Neri, minha amada sogra, mulher forte e sábia, sempre disposta a nos orientar e acolher com carinho nossas demandas diárias. Gratidão eterna!

À família que compõem o grupo Quatro Estações, pelos momentos incríveis de descontração e carinho, sobretudo nos momentos tensos da vida pessoal e acadêmica. Vocês são formidáveis, gratidão eterna!

Destaco a figura do meu irmão, amigo e compadre, Roberto Gondim Pires. Sempre solícito nas demandas pessoais e acadêmicas, com amorosidade e afetuosidade. Gratidão eterna!

Aos amigos/irmãos/mestres, José Carlos Caribé de Mesquita, Luiz Alberto Caribé Mesquita e Valfredo Ribeiro Dórea, responsáveis por descortinar a área de Educação Física como possibilidade de formação acadêmica e profissional. Obrigado pelos ensinamentos para vida.

As queridas colegas Carmem Faro, Dayane Dórea, Edinei Garzedin, Sueli Abreu e Viviane Rocha, Mulheres sensacionais que me acolheram com muito carinho. E ao meu amigo/irmão Luan Machado, pelos momentos sempre muito agradáveis e pelo companheirismo.

A minha querida e amada Aline Machado, que tive o prazer de conhecê-la na Educação básica na qualidade de educanda, contribuindo com meu processo de Ser educador e que continua a contribuir para a vida. Gratidão eterna!

Ao Grupo CORPO, uma grande família constituída de pessoas maravilhosas que acolhem as demandas acadêmicas com muita serenidade, tornando o processo afetuoso e leve. Portanto, agradeço a todas e todos nas figuras dos professores Bruno Abraão e Romilson Augusto.

A Universidade Federal da Bahia – UFBA, através de Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação – FACED, que tornou possível minha formação em nível de doutoramento.

Ao corpo docente, do Programa de Pós- Graduação em Educação da FACED, representados nas figuras dos professores Marlécio Maknamara da Silva Cunha e Roberto Sidnei Alves Macedo. Também, aos funcionários técnico-administrativos da Faculdade de Educação.

Ao Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Educação e a Prefeitura Municipal de Jequié, através da Secretaria Municipal de Educação por liberarem minha licença para cursar a Pós-Graduação em nível de doutorado.

Aos professores Alcyr Naidiro Fraga Ferraro, Newton da Costa Miranda, Georgecohana Duclerc Almeida Archanjo, José Ney do Nascimento Santos, Hélio José Bastos Carneiro de Campos, Joaquim Maurício Cedraz Nery, Lauro Gurgel de Oliveira Junior e a professora Maria Elisa Gomes Lemos pela disponibilidade e contribuição à pesquisa, na qualidade de fontes orais, através de narrativas enriquecidas de muitas lembranças do processo de formação pessoal e profissional.

Ao Luís Borges funcionário do Centro de Digitalização da UFBA, campus de São Lázaro, pela receptividade e disponibilidade em acolher à demanda por informações do Jornal A Tarde. Gratidão eterna!

Ao João Gabriel figura essencial no processo de coleta de informações do Jornal “A Tarde”, muito obrigado.

Ao Prof. Dr. Silvio Henrique Vilela e ao Prof. Dr. José Bastos Carneiro de Campos por terem aceitado fazer parte da banca de qualificação, contribuindo para o trabalho final, meu muito obrigado.

Aos membros da banca de defesa Aline Gomes Machado, André Alexandre Guimarães Couto, Bruno Octávio de Lacerda Abrahão e Roberto Gondim Pires, por terem aceitado o convite para analisar este texto, e o fizeram com amorosidade, meu muito obrigado por contribuir com este processo.

E o agradecimento mais que especial, ao meu orientador/amigo, Coriolano Pereira da Rocha Junior, figura diferenciada que, embora já tivesse tido o prazer de conhecer em outros dois momentos de minha formação acadêmica, foi durante o doutoramento que realmente tive a noção da grandiosidade desse Ser. Acolhedor nos momentos de dor e extremamente paciente, solícito e afetuoso durante o período de escrita desta tese, mesmo quando, em algumas, ocasiões nos faltaram tempo e inspiração para escrevê-la. Cori, saiba que sou e serei eternamente grato por sua existência, em tempo, que agradeço a Deus pelo dom de sua vida.

SAMPAIO JUNIOR, Natanael Vaz. História dos Jogos Escolares na Bahia: a realidade da cidade de Salvador (1950-1980). 2024. Orientador: Coriolano Pereira da Rocha Junior. 172 f. il. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

RESUMO

O estudo em questão faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na linha temática Educação, Cultura Corporal e Lazer, integrando o grupo de pesquisa CORPO. Trata-se de uma pesquisa histórica, pautada na dimensão da História Social, por se caracterizar em um ato de observação dinâmica da sociedade, com seus advenços também dinâmicos, seus movimentos sobre o trânsito de pessoas e poderes, também dinâmicos, assumindo olhares e possibilidades de leituras da realidade social de formas diversas. Então, passamos a questionar de que forma os condicionantes sócio-históricos e políticos contribuíram para a idealização e materialização dos Jogos Escolares na Bahia, enquanto prática educativa na cidade de Salvador, entre as décadas de 1950 a 1980. Logo, objetivamos reconhecer os condicionantes sócio-históricos e políticos, notadamente as rupturas e permanências nos discursos que contribuíram para idealização e materialização dos Jogos Escolares na Bahia, no período em questão, enquanto prática educativa. Assim, a segunda metade do século XX se constituiu em um período imprescindível para o crescimento e desenvolvimento urbano da cidade de Salvador, notadamente, pelos esforços despendidos para superar as fases que sucederam a perda de poder, provocando sua decadência política e econômica no cenário nacional. Foi nesse contexto de desenvolvimento socioeconômico e de mudanças urbanísticas que as práticas esportivas ganharam mais ênfase no âmbito escolar, nos despertando para o desenvolvimento de uma pesquisa que versasse sobre as atividades esportivas nos moldes de jogos escolares na cidade de Salvador. A preferência pela cidade de Salvador se deu por ser capital do Estado da Bahia, centro de maior importância econômica e administrativo do estado, e por acreditar ter sido a primeira cidade da Bahia a desenvolver atividades esportivas nos moldes de jogos escolares. Realizamos entrevistas temáticas gravadas com atores sociais que fizeram parte da cultura dos jogos escolares na cidade de Salvador e, em seguida, utilizamos periódicos arquivados no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. A escolha dos jornais, se deu por ser objetos muito presente na vida moderna, e o Jornal A Tarde, por se constituir em importante meio de comunicação com circulação desde 1912 até os dias atuais. A partir das análises das entrevistas e dos jornais, confrontamos com as informações publicadas no livro “História da Educação Física na Bahia: memória de um professor” e concluímos que a Olimpíada Baiana da Primavera marcou Salvador e a Bahia como primeiro jogos escolares, tendo nos idos de 1959, a partir do esforço e iniciativa dos professores de Educação Física da APEFB e do Diário de Notícias, sendo suas atividades destinadas as escolas e clubes e, posteriormente, incluindo as faculdades da capital, colocando-se como maior e mais importante evento estudantil do estado, terminando nos anos iniciais da década de 1970, em circunstâncias desconhecidas.

Palavras-chave: História. Esporte. Jogos Escolares.

SAMPAIO JUNIOR, Natanael Vaz. History of School Games in Bahia: the reality of the city of Salvador (1950-1980). 2024. Advisor: Coriolano Pereira da Rocha Junior. 172 s. ill. Thesis (Doctorate in Education) — Faculty of Education, Federal University of Bahia, Salvador, 2024.

ABSTRACT

The study in question is part of the Postgraduate Program in Education (PPGE), of the Faculty of Education of the Federal University of Bahia (UFBA), in the thematic line Education, Body Culture and Leisure, integrating the research group BODY. This is historical research, based on the dimension of Social History, as it is characterized by an act of dynamic observation of society, with its also dynamic developments, its movements on the transit of people and powers, also dynamic, assuming different perspectives and possibilities of reading social reality in different ways. We then began to question how socio-historical and political factors contributed to the idealization and materialization of the School Games in Bahia, as an educational practice in the city of Salvador, between the 1950s and 1980s. Therefore, our aim was to recognize the socio-historical and political conditioning factors, notably the ruptures and continuities in the discourses that contributed to the idealization and materialization of the School Games in Bahia, during the period in question, as an educational practice. Thus, the second half of the 20th century was an essential period for the growth and urban development of the city of Salvador, notably due to the efforts made to overcome the phases that followed the loss of power, causing its political and economic decline on the national stage. It was in this context of socio-economic development and urban changes that sporting practices gained more emphasis in the school environment, prompting us to develop a research project on sports activities in the form of school games in the city of Salvador. The city of Salvador was chosen because it is the capital of the state of Bahia, the state's most important economic and administrative center, and because it was believed to have been the first city in Bahia to develop sports activities along the lines of school games. We conducted recorded interviews with social actors who were part of the school games culture in the city of Salvador and then used periodicals archived at the Geographical and Historical Institute of Bahia. Newspapers were chosen because they are objects that are very present in modern life, and the newspaper “A Tarde” because it is an important means of communication with circulation from 1912 to the present day. Based on the analysis of the interviews and the newspapers, we compared them with the information published in the book “História da Educação Física na Bahia: memória de um professor” (History of Physical Education in Bahia: a teacher's memory) and concluded that the Bahia Spring Olympics marked Salvador and Bahia as the first school games, in 1959, the activities were aimed at schools and clubs, and later included the capital's colleges, making it the largest and most important student event in the state, ending in the early 1970s under unknown circumstances.

Keywords: History. Sports. School Games.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem ilustrativa 01	Reunião da 1ª Olimpíada Baiana da Primavera.....	115
Imagem ilustrativa 02	Equipe de voleibol feminino.....	121
Imagem ilustrativa 03	Jogo de Basquete da II Olimpíada Baiana da Primavera.....	122
Imagem Ilustrativa 04	Festa de abertura da III Olimpíada Baiana da Primavera.....	124
Imagem Ilustrativa 05	Apresentação de cães amestrados.....	125
Imagem ilustrativa 06	Desfile da IV Olimpíada Baiana da Primavera.....	128
Imagem ilustrativa 07	Desfile da VI Olimpíada Baiana da Primavera.....	132
Imagem ilustrativa 08	Equipe de Vôlei Feminino na VI Olimpíada.....	133
Imagem ilustrativa 09	Desfile da VII Olimpíada Baiana da Primavera.....	140
Imagem ilustrativa 10	Desfile da VIII Olimpíada Baiana da Primavera.....	141
Imagem ilustrativa 11	Desfile da X Olimpíada Baiana da Primavera.....	147
Imagem ilustrativa 12	Desfile da XI Olimpíada Baiana da Primavera.....	149
Imagem ilustrativa 13	Desfile da XII Olimpíada Baiana da Primavera.....	152

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Conteúdos Jornalísticos Publicados no Jornal A Tarde: 1940-1979.....	55
QUADRO 02	Colégios existentes na Bahia em 1945.....	62
QUADRO 03	Ginásios existentes na Bahia em 1945.....	62
QUADRO 04	Organização do Ensino na Bahia – Lei nº 2.463/1967.....	81

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABES	Associação Bahiana dos Estudantes Secundários
AI-5	Ato Institucional nº 5
APEFB	Associação de Professores de Educação Física da Bahia
BANEB	Banco do Estado da Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CEEBA	Campeonato Escolar do Estado da Bahia
CEMS	Centro Educacional Ministro Spinola
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CIA	Centro Industrial de Aratu
CNEC	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
CSUs	Centros Sociais Urbanos
DEFEBA	Departamento de Educação Física da Bahia
DEFEBA	Departamento de Educação Física, Recreação e Esporte
EMARC	Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC
ENEFD	Escola Nacional de Educação Física e Desportos
EPUCS	Escritório do Plano de Urbanismo da cidade do Salvador
ESEFEX	Educação Física na Escola de Educação Física do Exército
FTC	Faculdade de Tecnologia e Ciências
HGRS	<i>Hospital Geral Roberto Santos</i>
ICEIA	Instituto Central de Educação Isaías Alves
IERP	Instituto de Educação Régis Pacheco
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
JAI	Jogos Abertos do Interior

JTC Jequié Tênis Clube

LDBEN Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PED Programa Estratégico de Desenvolvimento

PLANDEB Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia

PND Planos Nacionais de Desenvolvimentos

PPGE Programa de Pós-Graduação em Educação

RLAM Refinaria Landulpho Alves em Mataripe

SEPLANTEC Secretaria de Planejamento, Ciências e Tecnologia

SESC Serviço Social do Comércio

SUDENE Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UCSAL Universidade Católica do Salvador

UESB Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UFBA Universidade Federal da Bahia

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

PRELÚDIO	16
INTRODUÇÃO	26
2 A CONSTITUIÇÃO DO CENÁRIO SÓCIO-HISTÓRICO, ECONÔMICO E POLÍTICO DA CIDADE DE SALVADOR ENTRE 1950 A 1980	58
2.1 DA ANTIGA E MODESTA SALVADOR À CONSTITUIÇÃO DE UMA CAPITAL EM CRESCIMENTO SOCIOECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO NA DÉCADA DE 1950	58
2.2 A FLORESCÊNCIA DA CIDADE DE SALVADOR EM MEIO A TURBULÊNCIA POLÍTICA DA DÉCADA DE 1960	73
2.3 SALVADOR: UMA CIDADE EM EXPANSÃO URBANA E CONSOLIDAÇÃO ECONÔMICA ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980	88
3 HISTÓRIA DOS JOGOS ESCOLARES NA BAHIA: NARRATIVA DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA CIDADE DE SALVADOR	97
3.1 OS JOGOS ESCOLARES NA CIDADE DE SALVADOR EM MEIO AO CRESCIMENTO SOCIOECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO DA DÉCADA DE 1950	97
3.2 A CONSOLIDAÇÃO DOS JOGOS ESCOLARES FRENTE A TURBULÊNCIA SOCIOPOLÍTICA DA CIDADE DE SALVADOR NA DÉCADA DE 1960	118
3.3 JOGOS ESCOLARES NA CIDADE DE SALVADOR: ENTRE O DESFECHO DA OLIMPÍADA BAIANA DA PRIMAVERA E O INÍCIO DE UMA NOVA EXPERIÊNCIA ESPORTIVA DA DÉCADA DE 1970	153
CONSIDERAÇÕES	163
REFERÊNCIAS	168

PRELÚDIO

[...] se a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas¹.

Nascer e se desenvolver em um País de tantas contradições socioculturais e econômicas não é fácil. E quando isso ocorre em um período de maior turbulência e truculência vivido no Brasil com a Ditadura civil-Militar², se constitui em tarefa mais difícil. Não obstante o contexto sócio-histórico de minha origem tenha sido o município de Jequié, cidade interiorana, localizada na Região Sudoeste do Estado da Bahia.

As dificuldades originadas naquele momento histórico ultrapassavam o autoritarismo e a violação dos direitos humanos. A ditadura militar trouxe graves consequências a economia do Brasil e, conseqüentemente, sérios problemas sociais, fatos que se agravavam a medida que as cidades do interior se distanciavam do centro do poder.

A cidade de Jequié, ainda que, entre os anos 1963 a 1967, tivesse a frente do Governo do Estado da Bahia Antônio Lomanto Júnior, natural do município, os problemas sociais eram discrepantes, sobretudo pela falta de perspectiva de emprego, resultando em desigual distribuição de renda, agravados por uma postura de subserviência da população em relação aos coronéis³ locais e, deste, ao centro do poder, comumente vinculado ao regime militar. Todavia, os encantos provocados na fase de infância e pré-adolescência pelo ato de brincar, ofuscavam as mazelas sociais ocorridas no decurso daquele período histórico.

No decorrer das fases de infância e pré-adolescência, nos aproximamos de jogos e brincadeiras vivenciados em casa e nas ruas entre irmãos e amigos, se constituindo em ambientes de aprendizagem e sociabilidade, acrescidos de novas informações a medida que avançávamos no processo de escolarização na educação básica, fato que ocorreu no Instituto de Educação Régis Pacheco - IERP⁴, unidade escolar de natureza jurídica pública estadual.

¹ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2003. p. 29.

² Existiu no Brasil entre 1964 e 1985.

³ Atores sociais de determinadas sociedades, detentores de grandes propriedades rurais ou comércios, que usufruíam poder frente aos proletariados.

⁴ Atualmente Centro Estadual de Educação Profissional em Gestão e Tecnologia da Informação Régis Pacheco - CEEP Régis Pacheco.

No IERP, continuei os estudos ginasiais (atualmente ensino fundamental II, de 6º a 9º ano) juntamente com minhas irmãs, onde fomos oportunizados o acesso a prática esportiva nas diversas modalidades de quadra. Essa aproximação a prática de atividade esportiva, mais efetivamente na modalidade de voleibol, nos idos de 1980, se evidenciou pelo histórico familiar: irmãos, irmãs e primos que praticavam; pela necessidade de justificar nossa frequência nas aulas de Educação Física, nos distanciando dos desestimulantes modelos de ginásticas calestênicas, mas também, por ter a pretensão de participar das equipes representativas da escola, por consequência, disputar os jogos escolares, denominados de Jogos e Recreações⁵.

Nas duas primeiras edições dos Jogos e Recreações que tive a oportunidade de participar, fiz parte da categoria infanto-juvenil⁶, com idades abaixo de 15 anos, onde as questões socio-políticas eram ofuscadas pelas sensações de deslumbramentos propiciadas pela dinâmica do evento, desde a preparação para o desfile de abertura na Avenida Rio Branco (principal avenida do município de Jequié), até o último jogo realizado. Os impactos positivos ocasionados pelos Jogos e Recreações ao município de Jequié eram grandes e, em diversos setores, notadamente nos setores de bens e serviços.

Naquele momento histórico, não tínhamos a dimensão dos condicionantes sociopolíticos que a prática do esporte exerciam sobre seus praticantes. O esporte serviu de importante instrumento de controle social⁷ para o regime ditatorial, pelo fato de exigir certo grau de disciplina e respeito a hierarquia, aspectos fundamentais para domesticar os corpos juvenis, inibindo seus impulsos e desviando as atenções das mazelas sociais, reproduzidos com veemência pelos professores/técnicos, favorecendo que os estudantes focassem apenas naquilo que lhes provocassem sensações prazerosas, e lhes permitissem a participação nos eventos esportivos de natureza escolar e não-escolar.

Em 1982, participei pela terceira vez dos Jogos e Recreações, fazendo parte da categoria juvenil, compreendida entre a faixa etária de 15 a 18 anos de idades. Naquele ano, a concentração do desfile foi em frente a Catedral Santo Antônio, principal Igreja Católica do

⁵ Os Jogos e Recreações foram os maiores eventos escolares desenvolvidos no município de Jequié-Ba e região, entre as décadas de 1970 a 1990, realizado anualmente em datas específicas, tendo a participação de estudantes matriculados no ensino regular nas diversas redes de ensino da cidade sede e microrregião, tendo a duração de 27 anos. Idealizado e organizado por dois professores egressos do Curso de Educação Física da Universidade Católica do Salvador – UCSAL e, que após ingressar na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, na qualidade de professor de prática esportiva, inseriu como projeto de extensão.

⁶ As categorias eram definidas pelos organizadores dos Jogos e Recreações a época.

⁷ MANNHEIM, K. Sociologia Sistemática: uma introdução ao estudo da sociologia. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1971, p.178. – Diz que Controle Social, se refere ao “conjunto de métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, tendo em vista manter determinada ordem”.

município de Jequié, e saímos em direção à Praça Ruy Barbosa, no centro da cidade, onde os políticos e demais autoridades se concentravam em um palanque próximo ao centro comercial, momento e local propício para exprimir nossos descontentamentos.

Decidimos, então, na abertura do jogos, desfilar sem camisa em ato de protesto pela falta de apoio da direção do IERP durante a fase de treinamento, que nos credenciassem a participação dos Jogos e Recreações. Não tínhamos materiais suficientes para os treinamentos, tampouco uniformes para que as equipes competissem, sequer de anos anteriores. O desejo de boicote aquela edição dos jogos, pairou nossos pensamentos, fato que não ocorreu em virtude dos Jogos e Recreações ser a única atividade de natureza estudantil realizada na cidade.

É interessante salientar, que a participação do IERP estava condicionada a aquisição de uniformes (regulamento dos jogos exigia uniforme, sobretudo, camisas), sem condições para tal, fomos socorridos por empresas locais que nos cederam uniformes e, assim, tivemos nossa participação garantida no evento. Ressalta-se, ainda, que, naquele ano, o IERP conquistou todos os troféus de primeiro lugar, nas diversas modalidades da categoria juvenil.

O ato de protesto dos estudantes do IERP não interferiu negativamente no desempenho das equipes do colégio e, de certa forma, contribuiu para o desempenho técnico dos estudantes/atletas e, conseqüentemente, suas conquistas, ajudando para a convocação dos destaques de talentos esportivos que compuseram as equipes representativas do município. O IERP era a unidade escolar com maior número de estudantes/atletas convocados para os selecionados municipais, nas diversas modalidades esportivas, fato que ocorreu comigo naquela edição 1982, assegurando a participação em diversas edições dos Jogos Abertos do Interior⁸, Jogos Intermunicipais⁹ e Campeonato Baiano de Voleibol¹⁰.

Aquele ato marcou a minha vida de forma especial, pois, a partir daquela manifestação dos estudantes, aflorava nossa mobilização política e se consolidava a consciência coletiva, ao ponto de percebermos os equívocos cometidos nos jogos, favorecendo o boicote do IERP nas duas edições seguintes dos Jogos e Recreações, quando buscamos realizar eventos internos com instituições escolares e não escolares de outros municípios.

⁸ Jogos Abertos do Interior (JAI) era um evento anual realizado entre as 08 (oito) maiores cidades do interior da Bahia, geralmente com a rotatividade de cidade, tendo a participação de atletas sem limite de idade em diversas modalidades esportivas. No referido evento, representávamos o Jequié Tênis Clube – JTC, clube social local.

⁹ Jogos Intermunicipais foi um evento promovido pela Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia – SUDESB, realizado anualmente em várias etapas e cidades diferentes, sendo a fase final em uma cidade eleita antecipadamente, das quais apenas as equipes campeãs das etapas participavam. As disputas aconteciam nas diversas modalidades de quadra e com faixa etária específica.

¹⁰ Campeonato Baiano de Voleibol era promovido pela Federação Baiana de Voleibol, com as equipes federadas que aderiu ao evento, neste caso, representávamos o Jequié Tênis Clube – JTC.

Em 1985, fui estudar na Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC¹¹ - EMARC, unidade de natureza pública federal localizada na cidade de Itapetinga/Bahia, na tentativa de possuir uma formação profissional qualificada que possibilitasse adentrar no mercado de trabalho.

Ressalto que as EMARCs eram instituições localizadas em quatro municípios da Bahia, quais sejam: Uruçuca, Itapetinga, Teixeira de Freitas e Valença e, que estas instituições disponibilizavam cursos de formações técnicas em nível médio, mas que, na unidade específica da cidade de Itapetinga somente ofertava o curso em agropecuária, ou seja, saímos com a formação de técnico agrícola.

É importante destacar, que apesar de estabelecer como objetivo, desenvolver estudos de formação profissional que qualificasse para o mercado de trabalho, durante aquele período na cidade de Itapetinga, o envolvimento com o esporte foi intenso. Naquele curto período no referido município, tive a oportunidade de integrar a equipe representativa da EMARC, nas modalidades de basquetebol e voleibol, credenciando-me para participação na categoria juvenil, dos Jogos Escolares¹² desenvolvidos pelo município de Itapetinga e dos Jogos Emarqueanos¹³, mas sem maiores envolvimento com as equipes representativas do município de Itapetinga, devido o vínculo a cidade de Jequié.

A estadia na cidade de Itapetinga, corroborou para que algumas decisões definissem o projeto de vida. A primeira decisão foi pelo retorno imediato à cidade de Jequié, na tentativa de buscar alternativas de trabalho que custeasse os estudos preparatórios para o ingresso na universidade; em segundo, definir qual caminho seria percorrido de formação, pois acreditava ser necessário optar por uma área de conhecimento que melhor se adequasse a formação secundarista.

A necessidade de trabalhar era urgente, independentemente da área de atuação, mas, o desejo de atuar na área de agropecuária na qualidade de técnico agrícola, nos deixaria mais confortável, sobretudo, por ter experimentado vivências que nos deixavam com certa segurança, apesar do mercado de trabalho para a referida formação se encontrar saturado na época, causando momentos difíceis para a profissão.

¹¹ CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira: é um órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, criada em 20 de fevereiro de 1957, a princípio centrada basicamente no apoio ao cultivo da lavoura cacaueira e, posteriormente, desenvolvendo atividades de pesquisa, extensão rural e ensino agrícola para outros cultivos e criações de animais.

¹² Jogos Escolares realizados no município de Itapetinga era um evento anual, tendo a participação de estudantes matriculados no ensino regular nas diversas redes de ensino da cidade sede.

¹³ Os Jogos Emarqueanos, eram eventos anuais coordenados pelas EMARCs com anuência da CEPLAC, realizados nas sedes das EMARCs.

No retorno à Jequié, as perspectivas de trabalho na área de formação técnica eram mínimas, mas a relação estabelecida com os esportes e, conseqüentemente, as relações interpessoais constituídas pelas vias do esportes, possibilitaram o acesso ao mercado de trabalho. Tal experiência foi oportunizada por um amigo/irmão e companheiro de equipe de voleibol, que convidou-me para ajudá-lo na qualidade de técnico esportivo em uma escolinha particular de iniciação esportiva na modalidade de voleibol, realizada no Jequié Tênis Clube – JTC, no segundo semestre de 1987.

A oportunidade de trabalho com o esporte, mesmo que com conhecimento meramente técnico, despertava definitivamente a minha vocação profissional, se evidenciando cada vez mais, a medida que estabelecia contato com outros públicos e instituições.

Em 1988, fui convidado a assumir a escolinha de voleibol e substituir esse mesmo amigo, no Centro Educacional Ministro Spinola – CEMS¹⁴, na qualidade de professor de Educação Física, em decorrência de sua mudança para a cidade de Salvador. É importante salientar, que em decorrência da carência de profissionais graduados que atendessem a demanda da cidade de Jequié e em muitas cidades da Bahia, não havia exigência de formação superior em Educação Física para ministrar aulas do componente curricular Educação Física, sobretudo na rede particular de ensino. A Bahia possuía apenas um curso de formação superior em Educação Física na Universidade Católica do Salvador – UCSAL, até os idos de 1987, tendo o curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal da Bahia – UFBA, iniciado suas atividades em 1988.

Mas afinal, quais conhecimentos distintos as práticas esportivas, teriam a aceitabilidade que o esporte teve para ser ministrados nas aulas de Educação Física? Este questionamento pairou meus pensamentos por vários momentos, mesmo sabendo a intencionalidade das escolas particulares ao contratar atletas e ex-atletas para suas unidades. A competitividade entre as escolas da rede particular era intensa, não apenas para demonstrar a qualidade de ensino com a aprovação em vestibulares, mas também, com a constituição de equipes competitivas em diversas modalidades, que possibilitassem a participação nos Jogos e Recreações e em outros eventos, como forma de difundir a escola também no esporte.

Naquele momento histórico, não tínhamos consciência das possibilidades que a área de Educação Física poderia oferecer. Sabíamos que o esporte na qualidade de fenômeno cultural, se constituiu a longo do processo histórico, um dos produtos de maior aceitabilidade social quando se refere a prática da atividade física. Na escola, essa prática corporal ocupava e

¹⁴ O CEMS foi a 1ª unidade escolar de natureza jurídica privada do município de Jequié, que ofertava educação formal nos diversos níveis de escolarização da Educação Básica, atualmente extinta.

acredito que ainda ocupe, grande parte da carga horária do componente curricular Educação Física. Portanto, bastava reproduzir os conhecimentos apreendidos ao longo da fase escolar e nos treinamentos esportivos, para que conseguisse contemplar os anseios da escola, mesmo que em muitos casos favorecessem às práticas excludentes e acríticas.

A nossa limitação pedagógica inicial, em nada se distanciava daquilo que as escolas daquele momento vivenciavam, não erámos diferentes de tantos outros, inclusive, dos profissionais que possuíam formação em Educação Física, nossos professores e dos nossos amigos que, posteriormente, ingressaram no Curso de Educação Física da Universidade Católica do Salvador – UCSAL e, que, retornaram no final da década de 1980, reproduzindo em suas práticas pedagógicas, conhecimentos eminentemente esportivos, ratificando o pensamento hegemônico daquele período, atrelando a Educação Física escolar ao esporte¹⁵.

Em 1989, fiz concurso público para Prefeitura Municipal de Jequié, assumindo a função de Técnico em Esporte de nível médio, atualmente Auxiliar de Esporte, tendo que me afastar das atividades desenvolvidas na Escolinha de Iniciação Esportiva realizada no Jequié Tênis Clube.

Busquei me aproximar das discussões de cunho pedagógico que surgiram na área de Educação Física e se corporificaram na década de 1990, na tentativa de extrapolar a visão reducionista da Educação Física enquanto disciplina eminentemente prática, porém, muitos dos cursos que participei entre os anos de 1990 e 1995, promovidos por instituições de ensino superior na Bahia e em Minas Gerais, visavam o aprimoramento eminentemente técnico esportivo.

Durante todo o tempo em Jequié após o retorno, o pensamento era de recomeço dos estudos, notadamente em uma Universidade Pública. Porém, os cursos propiciados pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Campus de Jequié, não tinham aproximações com a formação técnica em agropecuária, tampouco com as atividades fisioesportivas até os idos 1996, além das condições sócio-econômicas da família serem insatisfatórias para uma nova temporada fora de Jequié, e não pairava em meus pensamentos a possibilidade de desistir de trabalhar.

Então, em 1997, com a criação do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Campus de Jequié, tive a oportunidade de ser aprovado no vestibular e ingressar na primeira turma do curso, com a

¹⁵ BRACHT, Valter. A Educação Física no Ensino Fundamental. Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.

crença de que as circunstâncias propiciadas pelas vivências nas diversas modalidades esportivas, na qualidade de atleta, de técnico e de amante do esporte de rendimento, me colocaria em posição confortável em relação aos conhecimentos acadêmicos e, que a formação acadêmica apenas me investiria com diploma de nível superior, coroando uma trajetória de dez anos de trabalho. Todavia, o contato com as disciplinas e os professores nos dois semestres iniciais do curso de Educação Física foram impactantes, pelo fato das discussões serem direcionadas as abordagens pautadas nas áreas das ciências humanas e ciências biológicas, sobretudo nas abordagens anatomofisiologia e a biologia. E o esporte?

Nos semestres seguintes, começamos a estabelecer efetivamente contato com os conhecimentos referentes a Educação Física escolar e o Esporte. Porém, os enfoques dados nas metodologias dos esportes, sinalizavam caminhos que precisávamos percorrer, no sentido do repensar as contradições da área de educação física no âmbito escolar. Para aqueles(as) colegas que não tiveram a oportunidade de vivenciar os esportes nas fases escolar e não-escolar, os discursos proferidos pelos professores soavam muitos bem e estavam em consonância com a formação acadêmica dos professores e das professoras (em sua maioria eram egressos do Curso de Educação Física da UFBA) e com as literaturas produzidas a partir do final da década de 1980, mas para os que foram atletas, a negação do esporte de rendimento e suas formas de competição, era negar parte de suas histórias de vida.

Lógico que, durante o processo de formação acadêmica, tive a possibilidade de refletir sobre as discussões propiciadas nas aulas, nos corredores da universidade e nos fóruns e debates promovidos pela UESB, por outras universidades da Bahia e em outros estados, e o quão relevantes foram essas discussões para a constituição profissional, me despi da vestimenta de treinador e internalizei a vocação de educador, não de corpos adestráveis, mas sim de gente, gente que sente, que age e reage.

A partir das reflexões estabelecidas no Curso de Licenciatura Plena em Educação Física - UESB e das inquietações surgidas no exercício profissional em diversas unidades escolares da cidade de Jequié, que impulsionaram as mudanças de comportamento pessoal frente as demandas escolares, passei a analisar com olhar mais crítico as práticas pedagógicas em relação a constituição de propostas pedagógicas que superassem equívocos históricos, além de analisar as políticas governamentais que tivessem o foco na educação básica, em especial, as relacionadas a Educação Física escolar.

Simultaneamente ao processo de formação acadêmica em Educação Física, participamos de vários eventos e cursos que acrescentaram conhecimentos importantíssimos à nossa formação e, que nos possibilitaram a aprovação em dois concursos públicos de provas e

títulos para o cargo da carreira do Magistério Público do estado nos anos 1999 e 2000, apesar de não ter assumido naquele momento a função de professor/regente pela inconclusão do curso superior, assumimos em julho de 2001, antes da validade do concurso encerrar.

A necessidade de trabalhar e estudar favoreceu que surgissem novas inquietações, nos impulsionando a buscar uma especialização que discutisse a Educação Física e o esporte, quando cursei uma Pós-Graduação Lato-Sensu ofertada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (2001-2003), em Metodologia do Ensino na Educação Física e Atividades Físicas para Populações Especiais com concentração em Metodologia do Ensino na Educação Física.

A partir de 2002, o projeto de continuidade dos estudos acadêmicos foram interrompidos momentaneamente, por questões familiares, casamento e nascimento do meu primogênito em 2004, possibilitando fazer apenas uma segunda Pós-Graduação Lato-Sensu (2006-2007), em Atividade Física e Saúde pela Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC, realizada no município de Jequié, onde tive a oportunidade de desenvolver o estudo monográfico, fugindo momentaneamente das discussões escolares e adentrando as discussões sobre a atividade física na relação com a saúde.

A interrupção dos estudos acadêmicos formou um hiato de seis anos, entre os anos de 2007 e 2013. Durante esse período, a família cresceu, nascendo mais dois filhos em 2008 e 2010, necessitando da presença mais intensa no seio familiar, favorecendo que a esposa concluísse seus estudos de mestrado e iniciasse o doutorado.

Em 2014, retornei a academia, submetendo o projeto de pesquisa com título “Memória de Professores sobre o Currículo Escolar de Educação Física em Jequié a partir da década de 1990”, ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, em nível de mestrado, ofertado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para o campus de Vitória da Conquista, onde fui aprovado após tenso processo seletivo.

As pretensões iniciais de desenvolver estudos com enfoque na formação, atuação e currículo em Educação Física, cedeu espaço ao constructo de pesquisa que teve enquanto enfoque a formação e práticas educativas, a partir do seguinte tema: “Memórias da Formação e Práticas Educativas de Professores de Educação Física no município de Jequié”, onde objetivamos analisar nas histórias de vida e, assim, nas memórias retidas dos professores de Educação Física aspectos referentes a formação profissional e prática educativa da Educação Física, sobretudo as permanências e mudanças nas práticas educativas desses professores no desenvolvimento do trabalho educativo.

A trajetória descrita neste texto, com os hiatos temporais na formação acadêmica/titulação, refletem as pausas necessárias para análises dos caminhos que foram percorridos na busca de compreensão de alguns movimentos e seus condicionantes socioculturais e políticos, que envolveram algumas fases históricas da sociedade baiana, que tive a oportunidade de viver e, que de certo modo, não despertaram interesses em outros estudos na Bahia, em especial, em relação ao esporte desenvolvidos no âmbito escolar.

Na oportunidade de retomada dos estudos acadêmicos, acreditei que era preciso contribuir com a história do esporte, notadamente do voleibol, modalidade esportiva que motivou a busca por minha formação acadêmica/profissional. Então, no final de 2019, submeti o projeto de pesquisa com título “Voleibol na Bahia: onde começa essa história?”, para o processo seletivo em nível de doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Bahia – UFBA, para linha de pesquisa: Educação, Cultura Corporal e Lazer, sendo aprovado e ingressando nos estudos do doutoramento em 2020.

O início das atividades acadêmicas coincide com uma das maiores crises sanitárias vividas em nível mundial, a pandemia do COVID-19, necessitando que fossem interrompidas todas as atividades de ensino nos diversos níveis. Antes, porém, a interrupção, em diálogo com orientador, percebemos que o projeto de pesquisa, ora aprovado, precisava de um olhar mais ampliado em relação ao fenômeno do esporte desenvolvido na Bahia.

Então, por que restringir os estudos a uma modalidade esportiva, quando poderíamos debruçar o olhar sobre os movimentos sócio-históricos e políticos que envolveram os eventos esportivos de natureza escolar na Bahia? A partir do questionamento que me fiz, redireciono o foco da pesquisa para um assunto que me mobilizou para o campo esportivo, os Jogos Escolares, com entendimento de que se constitui em um assunto que merece atenção e, que, na pesquisa histórica apontaria um caminho possível para compreensão dos contextos que os jogos de natureza escolar se constituíram, as relações sócio-históricas e políticas que compuseram e fortaleceram as instituições sociais envolvidas em tais eventos, em um determinado período da Bahia.

Reconheço os desafios que foram postos pelas exigências do tempo frente ao exercício criterioso do ato de pesquisa, da qual uma análise histórica nos exige, mas sei também, das sensações de alegrias em alguns momentos e de tristezas em outros, que poderá ser reavivadas e ou reconstruídas em nossas memórias, quando os atores e atrizes sociais trouxerem à tona, lembranças de fatos e acontecimentos de outroras que tive a oportunidade de vivenciar nos estudos de mestrado, ao mencionar um evento específico de natureza

escolar, realizado na região de Jequié. Portanto, o processo de condução deste trabalho se deu em uma busca por estabelecer aproximações entre o saber científico e a condições objetivas de atores e atrizes sociais envolvidos pelas circunstâncias dos jogos escolares na Bahia, em consonância com suas realidades sociais.

INTRODUÇÃO

[...] escrever história não é estabelecer certezas, mas é reduzir o campo das incertezas, é estabelecer um feixe de probabilidades. Não é dizer tudo sobre uma determinada realidade, determinado objeto do passado, mas explicar o que nesses é fundamental. Nem por isso se deve cair num total relativismo em que toda e qualquer explicação tenha a mesma importância, o mesmo peso¹⁶.

A necessidade de grandes mudanças em diversos setores da sociedade brasileira era imprescindível para um País que desejava acompanhar a evolução dos acontecidos em nível mundial, sobretudo de reorganização política, econômica, social e cultural. No Brasil, era urgente o afã em superar a carência e as oscilações da primeira metade do século XX, notadamente no aspecto econômico e de suas políticas que, de certa forma, retraíram ou inibiram suas pretensões em modernizar-se.

Das medidas econômicas para conter a inflação, a contenção das despesas, o aumento dos impostos, o abandono das obras públicas e o distanciamento das atividades industriais, sinalizavam os sacrifícios que os brasileiros na primeira metade do século XX deveriam fazer, em prol de uma política econômica insaciável, mas, que possibilitasse em um futuro próximo o tão desejado desenvolvimento estrutural do Brasil¹⁷.

Os impactos da política econômica impostos à sociedade brasileira refletiram em todos os estados, apesar dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais sentirem-se ameaçados por tal política, ocupavam posições favoráveis no cenário político brasileiro que, de certa forma, garantiram a estes estados o alcance de suas pretensões. Quanto ao Rio de Janeiro, capital do Brasil, centro da política e da economia, foco prioritário das políticas internas e das relações exteriores, regozijava-se com o processo crescente de capital internacional e o aumento no volume de negócios, possibilitando investimentos em sua infraestrutura que atendessem as questões sanitárias, mas também, lhes permitissem modernizar-se (Rocha Junior, 2011¹⁸; Giordani, 2012).

Destaque-se nesse cenário, mas na contramão dos fatos, a cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, que, apesar da urgência de organização social e cultural que lhes permitisse ingressar progressivamente e decisivamente na dança do capitalismo, encontrou barreiras

¹⁶ BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. 12ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2013, p.69.

¹⁷ Sobre a política econômica do Brasil, no início século XX, mais informações em: GIORDANI, Mário Curtis. História do século XX. Aparecida/SP: Ideias & letras, 2012, p. 470.

¹⁸A utilização dos estudos ROCHA JUNIOR, Coriolano P. da. **Esporte e Modernidade**: Uma análise comparada da experiência esportiva no Rio de Janeiro e na Bahia nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX. 2011, não obstante serem de um período anterior ao desenvolvimento de nossa tese, as condições socioeconômicas dadas na cidade de Salvador permaneceram, sendo interessante para discorrer sobre essa outra fase de modernização, pela importância dos dados tratados daquele momento.

impostas por uma economia fragilizada, culminando em alta desigualdade social e instabilidade política, características das décadas iniciais do século XX. Todavia, o declínio da Bahia, especialmente da cidade de Salvador se deu pela incapacidade de superar a perda do poder, mas também, pela manutenção de posturas conservadoras da classe economicamente dominante, ainda que, desejasse gozar das novidades possibilitadas pela modernidade, ficava presa ao período imperial (Risério, 2004; Rocha Junior, 2011).

Uma nova ideia, de uma nova Bahia, notadamente da cidade de Salvador, se corporificou nos idos de 1942, com a criação do Escritório do Plano de Urbanismo da cidade do Salvador – EPUCS, instituição responsável em planejar a capital baiana, com uma visão que desconsiderava a história e memória da cidade. Esse posicionamento que demonstra o desejo veemente por mudanças radicais na cidade de Salvador é apontado nos estudos de Risério, quando o autor nos diz que:

[...] o urbanismo moderno¹⁹ nasceu de costas para o passado, buscando um novo e incontaminado ponto de partida, voltado para o mundo e a humanidade do futuro. Pensava-se não em preservação ou memória, mas, quase que obsessivamente, na criação do novo. De um espaço radicalmente moderno (Risério, 2004, p. 495-496).

Todavia, o mesmo autor, nos diz que:

[...] as intervenções novidadeiras, em sua trama urbana, não foram ao ponto de fazer da Cidade da Bahia um organismo desequilibrado, subitamente tomado pela maré do “progresso”. Salvador não sofreu um tratamento de choque, nesse sentido. Não passou a experimentar, de uma hora para outra, tensões inéditas. Nem se viu lançada a uma busca vertiginosa de redefinições. Não. Apesar de passar por transformações até ostensivas, ela não tremeu sob o impacto de saltos demográficos ou de sobressaltos urbanísticos. Permaneceu cidade essencialmente antiga, como uma espécie de vagarosa estância da vida urbana típica de um mundo pré-industrial (Risério, 2004, p. 497-498).

Não obstante desejo de desenvolver-se e modernizar-se, o Brasil foi envolto em cenários de altos e baixos das políticas internas equivocadas, que desencadearam em instabilidades sócio-políticas e econômicas até meados da década de 1940, e a Bahia, mais especificamente a cidade de Salvador, não ficaram isentas desse processo, afetando profundamente o tão desejado desenvolvimento urbanístico que a credenciasse enquanto cidade moderna.

Esses percalços propiciados pelos momentos de instabilidades no cenário brasileiro, atrelados à visão nostálgica da Bahia do final do século XIX e início do século XX, fizeram

¹⁹ Que pertence a uma época relativamente recente ou que marca tendências novas.

com que a cidade de Salvador convivesse com olhares de um processo de urbanismo e de modernização meio que predatória. Acreditavam que para se modernizar, deveriam destruir todas as estruturas que conectasse a cidade de Salvador ao período colonial, para construir sobre os escombros estruturas novas e modernas, seguindo exemplo da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX, que se inspirou em modelos de cidades europeias, notadamente da cidade de Paris (Risério, 2004; Melo, 2006; Rocha Junior, 2011).

Evidentemente que essa visão urbanista foi contestada por artistas, literatos, pesquisadores e políticos baianos. Questionavam-se a limitação do setor de planejamento urbanístico, em não compreender o espaço geográfico da capital baiana para além das construções já existentes²⁰, espaços outros que poderiam se projetar o crescimento, desenvolvimento e modernização da cidade de Salvador, preservando a tradição para se perpetuar a história, tornando-se possível à cidade crescer e se desenvolver nos aspectos urbanísticos modernos em harmonia com as estruturas históricas e culturais.

Para Rocha Junior (2011, p. 22):

O processo modernizador não se deu sem que houvesse uma ação de oposição dos rejeitados, que, mesmo sob as forças do poder central e sofrendo as agruras de seu deslocamento e as violências contra seu modo de cultura, souberam agir. [...] Ou seja, vê-se mesmo uma reação popular às investidas de controle cultural por parte da elite, lutando para manter vivas suas manifestações, mas também buscando apreender as que eram vividas pela elite.

Logo, podemos inferir que esse processo de modernização da cidade de Salvador, não aconteceu com a dinâmica do que ocorreram em outras capitais. A Bahia sofria os resquícios de suas atitudes conservadoras e das políticas intervencionistas do Estado Novo, sendo considerado um estado federativo pobre e atrasado até os idos 1946, com uma economia mais atuante advinda do cultivo do cacau, dependente do mercado externo, trazendo retorno muito mais ao país, do que ao próprio Estado da Bahia.

Ademais, na Bahia faltavam infraestruturas de rodovias, ferrovias e portos marítimos tão necessários para escoar a produção e, como consequência, faltavam recursos para investimentos nos setores urbanístico-arquitetônicos, saneamento, educacional, saúde e habitação, este último, agravado pela crise urbana ocasionada pela migração de diversas famílias advindas do interior para a capital, que, sem perspectivas de trabalho, migraram e se

²⁰ Sobre o processo de modernização da cidade de Salvador, mais informações em: RISÉRIO, Antônio. **Uma cidade da Bahia**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Versal, 2004, p. 489-498.

instalaram na cidade de Salvador, gerando sérios problemas de habitação na capital baiana (Tavares, 2019).

A transição do cenário político baiano começou a sofrer alterações significativas a partir dos idos 1947, com a eleição e posse de Octávio Mangabeira ao governo do Estado da Bahia e, posteriormente, com a promulgação da terceira Constituição da Bahia, fruto dos diálogos intensos na Assembleia Constituinte. Dentre as propostas e sugestões para a nova Constituição, o capítulo da Educação, redigidos por Anísio Teixeira, então secretário de Educação do governo, foi considerada a única proposta inovadora, sobretudo no item em que enfatizavam as incumbências da superintendência e direção ao Conselho Estadual de Educação, com atribuições administrativas, impedindo ingerências pessoais ou político-partidárias, fato que causou reação de parlamentares, sendo necessário um substitutivo para que a proposta fosse aprovada, mantendo assim, o Conselho Estadual de Educação enquanto órgão relevante na administração pública da Secretaria de Educação, mas reduzindo suas funções a mero órgão consultivo (Bahia, 1947; Tavares, 2019).

Segundo Tavares (2019), algumas ações da Secretaria de Educação e Saúde foram fundamentais para mudar o cenário caótico da educação no estado, como: 1) construção de centenas de novos prédios escolares em todas as regiões da Bahia, aumentando o número de vagas no ensino regular; 2) abertura de concursos públicos de provas e títulos para o magistério; 3) e a iniciativa pioneira de política de incentivo à cultura, tornando-se uma das marcas de Anísio Teixeira a frente da Secretaria de Educação do Governo de Octávio Mangabeira, sendo o Departamento de Cultura responsável pelo incentivo à cultura em todo estado, se constituindo em um centro de planejamento das ações culturais nas diversas frentes²¹.

Para que essas e outras ações fossem possíveis de acontecer na Bahia, era imprescindível que o estado buscasse sanar os problemas econômicos de outrora, fato que ocorreu no primeiro ano do Governo de Octávio Mangabeira, sendo decisivo para que o Estado da Bahia entrasse definitivamente nos trilhos do capitalismo. Dentre as ações que possibilitaram tal crescimento, a criação de um setor petrolífero, intensificando as buscas e exploração de petróleo em solo baiano e, posteriormente o início da construção de uma Refinaria de Petróleo de Mataripe; o crescimento da construção civil; e o incentivo à setor agropecuário, diversificando a produção de cultivos agrícolas e de criações de animais, foram

²¹ Sobre as ações de Anísio Teixeira frente a Secretaria de Educação, mais informações em: TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. – 12 edição (revista e ampliada). – Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2019, p. 465-471.

os impactos positivos para a economia baiana, e medidas fundamentais para o equilíbrio das contas públicas (Risério, 2004; Tavares, 2019).

E o esporte na qualidade de fenômeno social universal, tipicamente moderno, de grande potencial de penetração em diferentes estruturas, como se configurou no cenário baiano na primeira metade do século XX?

Antes, porém, de alocar o esporte no cenário baiano, necessário se faz compreender a constituição do campo²² em que se estruturou o esporte. Para Bourdieu (2019, p. 119), “os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)”.

Daí, apesar do início do século XX a cidade de Salvador, enquanto campo ou espaço social, estar presa aos tempos coloniais e apresentar dificuldades para superar a perda do poder, foi envolta em um clima de transformações da sociedade, notadamente por assumir práticas esportivas consideradas modernas e, em consequência disso, criar ambientes para que tais práticas pudessem ser desenvolvidas. Esse posicionamento que enfatiza as experiências da cidade de Salvador com as práticas esportivas, encontra-se nos estudos de Rocha Junior (2011), quando nos diz:

Foi nesse cenário e sob essas condições que, tanto no Rio de Janeiro como em Salvador, se iniciaram as "aventuras" da população com o esporte, um fenômeno social que emergia como uma de suas novas formas de vivências, exatamente no contexto de construção de um ideário e imaginário moderno. A experiência esportiva se configura com base em elementos que são estruturantes da própria modernidade, que também fundamentam a organização do campo esportivo, como: a noção de competição; a organização interna; o trabalho em busca de recordes e de uma *performance* superior; a organização do trabalho; e a divisão de tarefas (Rocha Junior, 2011, p. 27).

Percebe-se então, que o desenvolvimento de práticas esportivas na cidade de Salvador foi ajustado com a realidade em que eram incrementadas novas experiências, sobretudo por representar valores e desejos do modo de produção capitalista e, por enaltecer e reproduzir ideais modernos. Lógico, que no âmbito de uma sociedade heterogênea em diversos aspectos, como a cidade de Salvador, algumas práticas esportivas disputavam a ambiência social, ora com práticas representativamente questionadas por serem consideradas primitivas (geralmente com uso de animais), ora com práticas em que eram desejáveis por simbolizarem o moderno,

²² Sobre a teoria do Campo, mais detalhes em: BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos - In: **Questões de Sociologia**; Tradução de Fábio Creder. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

mas, em ambos os casos, constituíram em práticas sociais que mobilizavam interesses de populares e das elites soteropolitana, instituindo o campo esportivo baiano²³.

A constituição de um campo ou um espaço em que o esporte se desenvolve não pode ser considerada enquanto universo fechado em torno de si, há um sistema estruturado em um universo de práticas e consumo, embora haja um entendimento para considerar as práticas esportivas enquanto um espaço relativamente autônomo, com forças que não se aplicam somente ao esporte (Bourdieu, 2004).

Para Rocha Junior (2011) nos afirma que, por mais que reconheçamos as influências e ações dos aspectos socioeconômicos, políticos e culturais sobre o esporte, sempre devemos ter em conta que ele se constituiu a partir de uma lógica específica, vinculada às realidades culturais típicas de seus cenários de inserção. Todavia, é inegável que os fatores socioeconômicos e culturais se constituíam em aspectos fundamentais para que as práticas corporais, especialmente as esportivas se desenvolvessem e, quiçá se massificassem na Bahia, em especial, por possuir uma economia fragilizada e em condições inadequadas para que tais práticas acontecessem na primeira metade do século XX.

Na cidade de Salvador, os esportes praticados nas primeiras décadas do século XX²⁴ eram vivenciados, em sua maioria, pelas classes média e alta, principalmente àquelas práticas esportivas que necessitavam de instalações ou equipamentos específicos, e que requeriam inevitáveis empreendimentos de recursos financeiros em um cenário considerado avançado e civilizado, com exceção do futebol. No caso específico do futebol, apesar de seu início ser uma prática esportiva da elite baiana, logo, foi incorporado pelas classes populares, experimentando a popularização de sua experiência, adequando-se aos contextos sociais soteropolitanos (Risério, 2004; Rocha Junior, 2011).

No que se refere aos esportes aquáticos, a cidade de Salvador, a exemplo da cidade do Rio de Janeiro, soubera explorar suas condições naturais, especialmente por serem cidades litorâneas, com praias que possibilitavam e, ainda possibilitam, a prática de banhos e de esportes aquáticos, ainda que, não se constituíssem em hábitos dos cidadãos a ocupação desses espaços, se configurou em uma construção cultural, sendo o remo, a representação inicial dessa experiência esportiva (Melo, 1999; Rocha Junior, 2011).

Rocha Junior (2011, p. 56) ao se referir a prática do esporte remo, nos diz que:

²³ Em relação às práticas de esportes na cidade de Salvador, ver estudos de ROCHA JUNIOR, Coriolano P. da. **Esporte e Modernidade: Uma análise comparada da experiência esportiva no Rio de Janeiro e na Bahia nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX.** 2011. Tese (Doutorado em História Comparada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro.

²⁴ Idem.

Esse esporte incorporava na sua prática corporal/atlética os símbolos do que se vivia como projeto político nas cidades, a instalação da modernidade. Dessa forma, experimentavam-se novos significados: de vivência no urbano; de convivência com pessoas; de relação com a velocidade e com tecnologias; e, ainda, de aventuras, ações de vigor e de exposição do corpo.

Observa-se que o desenvolvimento das práticas esportivas, em especial, as que se distanciavam de atividades rurais (touradas e turfe), surgem em um contexto de ressignificação dos espaços urbanos das cidades, onde a cidade de Salvador teve seus ensaios em tempos e ritmos diferentes de outras capitais do Brasil, mas, sofrendo as mesmas influências europeias, especialmente, de ingleses que aportaram na Bahia ou de baianos que desenvolveram seus estudos no país europeu.

Priore e Melo (2009) enfatizam a relevância que o esporte assumiu no cenário das cidades, quando nos diz:

Enfim, compreendemos o esporte como uma das mais importantes manifestações culturais do século XX. É um fenômeno tipicamente moderno, que tem sua configuração articulada com todas as outras dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas: arquitetura, *modus vivendis*, nova dinâmica das cidades, aumento da presença dos meios de comunicações etc. A construção do ideário da modernidade, seus sentidos e significados, passa também pelas peculiaridades que adquiriu a prática esportiva no decorrer do tempo. As práticas corporais sempre fazem parte do patrimônio cultural de um povo, plenamente articuladas com uma cultura específica e sendo importantes ferramentas na construção de identidades: de classe, de gênero, de etnia, ligadas à construção da ideia de “nação”. No caso do Brasil, isso fica acentuado pela grande presença do futebol em nossa formação cultural, em nossa História (Priore; Melo, 2009, p. 12).

É importante salientar, que a relevância das práticas esportivas na Bahia antecede a própria constituição da área de Educação Física, se configurando enquanto experiências distintas, mesmo que a Educação Física seja uma área de conhecimento que trata de práticas corporais, inclusive, esportivas. Entretanto, foi nesse contexto de mudanças sócio-históricas e políticas da primeira metade do século XX, que a Educação Física ganhou maior ênfase nas escolas brasileiras com a consolidação do Estado Novo, adentrando o âmbito escolar efetivamente, se consolidando e se legitimando enquanto disciplina do currículo da Educação Básica, em um momento que as pretensões do governo eram incutir o espírito nacionalista no pensamento do povo brasileiro e exercer certo controle sobre essa massa (Pires, 2008; Sampaio Junior, 2016).

Na cidade de Salvador, lócus de interesse de desenvolvimento deste estudo, apesar da inserção da Educação Física nas escolas enquanto disciplina do currículo escolar, as atividades eram desenvolvidas por profissionais leigos, em decorrência da carência e inexistência de profissionais graduados em Educação Física nos idos de 1938, sendo tal componente curricular desenvolvidos por pessoas que tiveram em suas vivências corporais, aproximações com algum tipo de ginástica e ou de esporte e, que favorecesse a estes profissionais a reprodução desses conhecimentos no âmbito escolar (Pires, 2008).

Segundo Brito Filho (2019), havia uma dificuldade de constituição de universidades no Brasil, devido a várias razões, notadamente pelos choques entre a manutenção da tradição e a necessidade de se modernizar, implicando em relações ora autônomas ora de dominação, e nessa esteira estava a Bahia²⁵, por todo um histórico de posturas conservadoras e ou tradicionais, necessitando se desvencilhar dessas posturas para que o estado fosse impulsionado ao desenvolvimento e, assim, pudesse se modernizar.

O desejo de estruturação da Educação Física em território baiano não se restringiu a atuação em escolas da educação básica da Bahia e, sim, em constituir ambientes favoráveis que justificassem a instalação da Escola Superior de Educação Física na Bahia em 1942, tendo as primeiras iniciativas nos idos de 1938, com o envio de alguns professores que tinham inclinação com a prática do esporte, para a Escola de Educação Física do Exército no Rio de Janeiro e, posteriormente, nos anos de 1940 e 1942, para a Escola Nacional de Educação Física e Desportos – ENEFD, criada em 17 de abril de 1939 na Universidade do Brasil (atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) (Ferraro, 1991).

É importante ressaltar, que as ações em prol da criação do curso de graduação foram interrompidas, causando frustrações em um grupo de professores preocupação com a formação profissional que suprisse a carência na área de Educação Física (Ferraro, 1991).

Portanto, a necessidade de contextualização dos condicionantes sócio-históricos, econômicos, culturais e políticos do Brasil e da Bahia na primeira metade do século XX, mesmo que de forma lacônica, pois nos permitirá refletir sobre tais condicionantes na cidade de Salvador entre as décadas de 1950 a 1980, baliza cronológica que interessa a constituição deste estudo, não para estabelecer análises comparativas, mas, para que possamos refletir a luz do olhar histórico sobre as práticas esportivas, notadamente as que envolveram os jogos escolares na cidade de Salvador.

²⁵ Nesse contexto, ao citar Bahia, nos referiremos a cidade de Salvador, na qualidade de capital do estado, foco maior das políticas públicas e das iniciativas em torno da constituição da graduação em Educação Física.

As evidências dos estudos de Risério (2004) e Tavares (2019), demonstram claramente que a Bahia e, sobretudo, a cidade de Salvador na transição do segundo para o terceiro quartel do século XX, passam a respirar novos ares. Desejosa de se modernizar e em condições para tal, a sociedade soteropolitana supera as visões reducionistas e predatórias do setor de planejamento urbanístico e amplia as possibilidades de construções em diversos espaços geográficos da capital baiana, favorecendo o crescimento e a modernização da cidade, apesar de alguns contratempos na construção da Fonte Nova²⁶ ter causado o sentimento de frustração e impedir que a capital baiana sediasse algumas partidas da Copa do Mundo de Futebol, realizada no Brasil em 1950, a cidade de Salvador não se permitia retroceder aos tempos de outrora, necessitava continuar seus planos de modernização.

Para tanto, o equilíbrio das contas públicas, em sintonia com a política federal de estímulos a expansão industrial, se constituíram em fatores preponderantes para que a Bahia iniciasse seu processo de desenvolvimento. Ao analisar o cenário da cidade de Salvador e seu Recôncavo nos aspectos socioeconômicos, Risério assevera que superada a primeira metade do século XX, a Bahia passou a apresentar o panorama diferente:

[...] Sim: a partir da década de 1950, a Bahia irá ingressando – progressiva, mas decididamente – na dança do capitalismo moderno. Na expansão nordestina do movimento industrial brasileiro. Basicamente, por dois caminhos: a criação de um setor petrolífero em nossa economia e a política de isenção tributária do Governo Federal, via Sudene – às quais se aliam, de resto, nossos primeiros gestos de planejamento econômico estadual. Assim, a Cidade da Bahia²⁷ e seu Recôncavo se viriam envolvidos num processo de “redefinição espacial” da economia brasileira, como disse um economista – processo destinado a alterar os padrões de produção e crescimento da região nordestina (Risério, 2004, p. 513).

Com a descoberta do petróleo nos idos de 1939 e, posterior criação do setor petrolífero a partir dos anos 1950, a Bahia assumiu a responsabilidade de procurá-lo e produzi-lo, por considerar uma matriz energética de grande potencial para sociedade brasileira e, que, de certa forma, contribuiria para desenvolvimento econômico do Estado produtor e para o Brasil.

A cidade de Salvador, por ser capital da Bahia, se constituiu enquanto principal centro administrativo e econômico do estado, apesar de não ser um Polo industrial, os setores de serviços se estruturavam para atender as demandas do mercado, reivindicando a necessidade de uma política nacional de incentivos à industrialização, que possibilitassem investimentos e

²⁶ Estádio construído na cidade de Salvador para a prática do futebol, mas que serviria para as práticas do atletismo.

²⁷ Cidade da Bahia – é uma nomenclatura utilizada pelo autor para se referir a cidade de Salvador, capital da Bahia.

fortalecimento da Região Nordeste, ainda que na Bahia, o setor petrolífero tenha ocasionado impactos positivos, não alcançou a grande parcela da sociedade baiana.

Após a criação da SUDENE²⁸, houve investimentos que possibilitaram mudanças substanciais no cenário nordestino, notadamente para o desenvolvimento econômico regional, fato que se evidenciou com a captação de recursos para o setor industrial baiano, onde o Estado da Bahia absorveu mais da metade dos investimentos canalizados à Região Nordeste entre as décadas de 1960 à 1970, fortalecendo as áreas de metalurgia, da mecânica, da borracha e da química, se consolidando com a construção do CIA - Centro Industrial de Aratu - (1967) e com a construção do COPEC - Complexo Petroquímico de Camaçari - (1978), formando uma Região Metropolitana fortalecida, e contribuindo para a descentralização das atividades industriais concentrados na Região Sudeste, notadamente nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo (Risério, 2004; Andrade e Brandão, 2009).

Ademais, a Bahia se mobilizou no sentido de sua autonomia na geração de energia elétrica, iniciando a construção do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso nos idos de 1950, com o processo de construção da barragem da primeira usina de Paulo Afonso, sendo inaugurada em 1955. Todavia, a construção da rodovia Rio-Bahia, talvez tenha sido a obra que mais impactou positivamente a cidade de Salvador, quando a capital baiana passou a receber a maior parte dos recursos destinados pela SUDENE, acelerando o crescimento e o fortalecimento de centros industriais (Risério, 2004).

No entanto, para a cidade de Salvador, ainda eram necessárias a estruturação de setores fundamentais, que contribuisse com os processos de desenvolvimento e de modernização da cidade, e não fossem impactados pelo aumento populacional e, que, de certa forma, garantiria o crescimento e processo de desenvolvimento da cidade, como: a construção da barragem do rio Joanes - regularizando o abastecimento de água da cidade, em 1954; 2) a criação do DESENBANCO (atualmente DESENBÁHIA) - Agência de Fomento do Estado da Bahia, em 1956, com a finalidade de abrir linhas de créditos barato, especialmente, às obras de infraestruturas; 3) o funcionamento do BANEBA (Banco do Estado da Bahia), em 1965; 4) a construção de conjuntos habitacionais, buscando regularizar a questão habitacional na cidade; 5) o início da construção do CAB - Centro Administrativo da Bahia, em 1972; e a construção do Shopping Iguatemi (atualmente Shopping da Bahia), em 1975, sendo que estes dois empreendimentos, ocuparam espaços estratégicos e de suma importância para o crescimento e desenvolvimento da cidade de Salvador (Andrade e Brandão, 2009).

²⁸ SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959, com a finalidade de assegurar um maior desenvolvimento econômico da região Nordeste.

Foi nesse cenário de transformação do espaço urbano²⁹ e sob tais condições, que a cidade de Salvador na segunda metade do século XX, intensificou suas experiências com as práticas esportivas, tornando-as mais evidentes para as/os jovens em idade escolar, em razão das instituições escolares se constituírem em um potente equipamento do Estado. Para Luckesi (2011), a escola foi idealizada para otimizar o sistema produtivo e a sociedade, por ter a capacidade de introjetar valores, que garantem a reprodução comportamental compatível com a ideologia dominante, sendo assim, importante mecanismo de manutenção ou transformação social.

Percebe-se, então, que o esporte em momentos diferentes da história da cidade de Salvador, demonstrou sua relevância no contexto social soteropolitano, ora na qualidade de símbolo moderno e de grande penetração na sociedade, ora enquanto importante conhecimento a ser enfatizado pela área de Educação Física no âmbito escolar. E é com este olhar, que o esporte será evidenciado nesta tese, na qualidade de fenômeno sociocultural universal e prática social moderna, inserido na dinâmica social historicamente, representada sob a forma de manifestações corporais de grande penetração em diferentes estruturas.

Nesse sentido, a ênfase dada ao esporte moderno enquanto prática corporal e social de grande expressão em nível mundial, tem demarcado intensamente sua trajetória em tempos e espaços diferentes, em alguns momentos, servindo como possibilidades de entretenimento para um público de espectadores e para seus praticantes, e em outros momentos, servindo como um legítimo representante das elites e do Estado à medida que detém valores, como: competição, rendimento e recordes, ou seja, produção, defendidos pelas classes ideologicamente dominantes que detinham o poder, sendo propagados para todas sociedades, e assimilado pelas instituições que incorporavam esse modelo de esporte (Bracht, 2005).

É relevante salientar, que a constituição do cenário histórico que esse modelo de esporte se configurou em nível mundial, viveram momentos interessantíssimos, sobretudo, pela necessidade que as classes populares buscaram de repensar seus papéis dentro da sociedade, a exemplo do cenário Europeu, especialmente em países como a França e a Inglaterra, onde a história dos esportes modernos ganha contornos impressionantes em nível mundial. A sociedade inglesa, em especial, foi extremamente marcante para os esportes modernos, conforme assevera Bourdieu:

²⁹ O espaço urbano é uma síntese das ações do homem acumuladas, ao longo do tempo, a partir das suas expressões concretas, marcando nas formas das cidades, estilos, tendências, perspectivas e dinâmicas de períodos passados. Ver In: ANDRADE, Adriano Bittencourt; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Geografia de Salvador**. - 2. ed. - Salvador: EDUFBA, 2009, p. 13.

Na realidade, o desenvolvimento da própria prática do esporte, mesmo entre os jovens das classes dominadas, resulta, sem dúvida, por um lado, do fato de que o esporte estava predisposto a preencher em uma escala mais vasta as mesmas funções que estiveram no princípio de sua invenção, nas *public schools* inglesas, no final do século XIX: antes mesmo de ver aí um meio de “formar o caráter” (to improve character), segundo a velha crença vitoriana, as *public schools*, instituições totais, no sentido de Golfman, que devem assumir sua tarefa de gestão vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, viram nos esportes um meio de ocupar, ao menor custo, os adolescentes pelos quais eram responsáveis em tempo integral; como o observa um historiador, quando os alunos estão no terreno esportivo, eles são mais fáceis de supervisionar, se envolvem em uma atividade “saudável” e passam sua violência aos seus colegas em vez de passá-las às instalações ou de importunar os seus mestres. Esta é, sem dúvida uma das chaves para a disseminação do esporte e a proliferação de associações esportivas que, originalmente organizadas com base em concursos voluntários, progressivamente receberam o reconhecimento e a ajuda dos poderes públicos (Bourdieu, 2019, p. 177).

As discussões em torno do esporte, com destaque a sua origem, em meio à efervescência dos movimentos sociais europeus que demarcaram a modernidade, em meados do século XVIII e XIX até os momentos atuais, nos permite refletir que os esportes modernos, ganham ênfase ainda maior no âmbito escolar, compreendido enquanto prática corporal que assumiu características competitivas dentro e fora das escolas, próprias dos movimentos que marcaram esse período (Bracht, 2005).

Melo (2009, p. 46), em seus estudos sobre a história do esporte, pondera a respeito de uma suposta passividade do Brasil ao incorporar a cultura esportiva oriunda de outros países. Para o autor, “se o esporte foi fundamentalmente uma manifestação cultural importada que chegada ao país em um momento bastante peculiar de sua história, deve-se destacar, contudo, duas dimensões”, quais sejam:

- a) A ação dos estrangeiros foi realmente importante, mas já havia o desejo de reproduzir alguns hábitos culturais europeus; nesse sentido, havia uma predisposição para o desenvolvimento da prática.
- b) A despeito das influências, não se deve imaginar que a estruturação do campo esportivo no Brasil tenha se dado exatamente da mesma forma do que na Europa, até porque as referências eram múltiplas e diferenciadas; parece produtivo compreender nossa formação cultural a partir de uma ideia de ecleticidade (Melo, 2009, p. 46).

Diz, ainda, o mesmo autor que:

Ao destacarmos o caráter eclético da cultura brasileira, não estamos afirmando que isso significou uma passiva acomodação de ideias, mas constantes reelaborações entre os mais diversos parâmetros de pensamento, originários de muitos países e realidades diferentes. Mais do que uma

compreensão linear da relação dominação dominado, parece ser interessante entender a nossa formação cultural a partir da ideia de circularidade, de influências múltiplas entre distintos padrões (Melo, 2009, p. 46).

Bourdieu (2019), ao debruçar o olhar sobre o estudo do esporte, em uma condição de pesquisador que não está imerso no objeto na qualidade de historiador e, sim, de sociólogo, indaga sobre que condições históricas e sociais esse modelo de esporte, denominado “moderno”, surge como uma das possibilidades de fenômeno social, de adesão demasiadamente fácil, e, sobretudo,

[...] sobre as condições sociais que tornaram possível a constituição do sistema das instituições e dos agentes direta ou indiretamente ligados à existência de práticas e consumos esportivos, a partir de “grupamentos esportivos” públicos ou privados, cuja função é assegurar a representação e a defesa dos interesses dos praticantes de um esporte determinado e, ao mesmo tempo, elaborar e impor o cumprimento das normas que regem essa prática (Bourdieu, 2019, p. 166).

As análises dos esportes modernos com base nos estudos de Bourdieu (2019) e Bracht (2005) demonstram que as práticas esportivas desenvolvidas no âmbito escolar, além de se constituírem em práticas consideradas saudáveis, tinham por finalidade o controle dos impulsos dos adolescentes a partir de cumprimento de normas e regras que regulamentam os esportes. Por esse motivo, é que a aproximação entre os campos político e esportivo não causam surpresas, notadamente durante o período da ditadura militar no Brasil, favorecendo que o esporte em sua essência, carregasse o estigma próprio do sistema militar, como: da ordem, da disciplina e da hierarquia, o que trazia, de certa forma, uma pressão sobre as instituições e, conseqüentemente, sobre os atletas.

Essa facilidade que as práticas esportivas tiveram de penetração nas estruturas da sociedade brasileira, foi claramente demonstrada na transição dos governos democráticos para os governos ditatoriais após o Golpe de 1964. O discurso propagado pelo Estado, favorecia à internalização do esporte na qualidade de fenômeno massificado e de aceitabilidade universal, realizado por práticas esportivas qualificadas:

[...] que permitisse o Brasil destacar-se no cenário internacional pela sua ‘potência’ e ‘força’, pela sua capacidade de competir em igualdade [...], pela sua capacidade de superar desafios no enfrentamento dos seus problemas externos ou internos (Oliveira, 2012, p. 159).

No cenário político de 1964 a 1985, por mais terrível que fosse, havia produções discursivas de afirmação por parte do regime, em que procurava-se capturar a sensibilidade

dos brasileiros, através da produção de uma identidade comum, e que expressasse verdadeiramente sua brasilidade, com isso, mobilizava-se a música, o teatro, o cinema e o esporte enquanto elementos fundamentais dessa afirmação de expressões (Oliveira, 2012).

Para Foucault (2012, p. 9-10), “[...] por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”, e nisso, o advento da ditadura militar brasileira explicitava claramente sua forma autoritária, onde a produção discursiva do sentido ou do sentimento nacional criava um modelo de padronização cultural que não respeitava ou dizem menos dos sentidos e significados da polissemia e a polifonia das diferentes culturas brasileiras, buscando-se apagar ou esvaziar quaisquer tentativas discursivas de unidade ou identificação cultural (Oliveira, 2012).

Para Oliveira (2012), as ações contínuas do regime militar em prol do ideário nacionalista, através de discursos eloquentes que legitimassem o esporte enquanto caminho possível para a visibilidade do País no cenário internacional, com seus históricos de superação, ganhou respaldo da área de Educação Física, que de certa maneira se constituiu como forte aliada, sendo convocada a participar de um governo militar, atuando de forma efetiva nas políticas públicas para o desenvolvimento do esporte nacional dentro e fora do âmbito escolar.

Foi com esse discurso, que o esporte na qualidade de fenômeno social universal, tipicamente moderno ganhou potencial de penetração em diferentes estruturas, entra em cena no Brasil, notadamente durante e após Copa do Mundo de Futebol nos idos 1970, realizada no México, quando a Seleção Brasileira de Futebol conquista o terceiro título mundial, e definitivamente a Taça Jules Rimet, trazendo um sentimento de euforia aos brasileiros, explicitados nas imagens rememoradas pelas mídias televisivas por diversas ocasiões.

Essa ênfase em torno do esporte se distancia do projeto de poder conduzido pelo regime imposto pelos militares, entretanto nos remete às articulações constituídas na história do Brasil, notadamente na primeira metade do século XX, onde a política e esporte estabeleciam uma relação muito próxima, especialmente na produção de discursividade sobre a constituição de uma sociedade moderna (Rocha Junior, 2011). Todavia, no período da ditadura militar, não bastava construir o ideal de povo brasileiro moderno, necessário se fazia instituir uma identidade nacional vencedora, para tal, o esporte na qualidade de fenômeno moderno universalizado, seria fomentado com a incumbência de reconstruir esse sentimento nacional (Oliveira, 2012).

Havia uma construção discursiva bastante clara e, que, precisava ser incorporada pelos brasileiros, de que o Brasil tinha uma carência, não somente em ser grande, mas em ser reconhecidamente importante dentro e fora do país. Daí, era necessário envolver a população em um sentimento de brasilidade, tendo no esporte um dos principais meios para colocar o Brasil em evidência no cenário mundial.

Segundo Oliveira (2009), a construção da ideia de um Brasil no rol dos países reconhecidamente potência olímpica, necessitava que outros condicionantes refletissem uma sociedade organizadamente potente, notadamente nos aspectos econômicos e políticos, conforme nos aponta nos seus estudos, quando diz:

Esse projeto oficial partia de uma premissa simples naqueles anos: o Brasil estava longe de ser uma potência esportiva. E o esporte já significava, naquele período, o poder econômico, político e simbólico de uma nação. Não por acaso as duas “grandes potências” esportivas do planeta, que dividiam a hegemonia olímpica, eram também as duas nações que dividiam o poder político e econômico, Estados Unidos e União Soviética. Daí a iniciativa de investir fortemente no esporte em todas as suas dimensões, uma vez que essas iniciativas, até a década de 1960, eram bastantes irregulares no Brasil. A Ditadura Militar tratou, de fato, o esporte como uma questão de Estado (Oliveira, 2009, p. 389).

Para Bourdieu (2019), não obstante o esporte apresentar uma história relativamente autônoma, com ritmo próprio, com suas próprias leis de evolução, suas próprias crises e cronologia específica, este, o esporte, é marcado pelos grandes eventos da história econômica e política.

Foi essa narrativa da importância da prática esportiva para desenvolvimento da nação, que a política implementada pela ditadura militar para os esportes, buscava sua efetividade no âmbito escolar, com a organização da reforma das práticas desportivas, enfatizada no Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil de 1971, publicado no editorial nº 12 da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (Oliveira, 2012) e, dessa forma, o esporte adentra definitivamente as escolas brasileiras, sendo os professores de Educação Física os grandes responsáveis por preparar os talentos e futuros ídolos nacionais, mas também, inibir e ou controlar os impulsos da juventude através da prática esportiva.

Segundo Oliveira (2012), para o regime não bastava as escolas trabalharem com as práticas esportivas, ademais, eram necessárias ações que difundissem o esporte, tornando-os imprescindíveis a realização de jogos entre escolas nos Jogos Escolares Brasileiros, servindo

como difusor da prática esportiva e de vitrine para evidenciar os talentos esportivos que representariam a pátria.

Uma das ações governamentais implementadas pelo regime militar com anuência da Educação Física, foram os Jogos Estudantis Brasileiros, com caráter escolar de abrangência nacional, onde podemos inferir que tenham acontecido em uma tentativa de qualificar os esportes, como caminho possível para elevar a estima e entretenimento da juventude brasileira; legitimar o trabalho da área de Educação Física, revelando talentos esportivos que defendesse a pátria, mas também, desviar a atenção do público para as mazelas socioculturais e políticas que o País estava imerso.

Para Dantas Junior (2008):

Um elemento aparece como indicativo para esta alteração: a criação e realização no ano de 1969 dos “*I Jogos Estudantis Brasileiros*”. Tal iniciativa delegou aos estados da Federação, a responsabilidade de selecionar os atletas que os representariam na peleja nacional. O processo de "esportivização" da escola ganhava um reforço oficial, tornando os jogos escolares um campo de "garimpagem" de talentos esportivos, assim como um ambiente propício à sua instrumentalização política (Dantas Junior, 2008, p. 46).

Em Salvador, não obstante as dificuldades encontradas para constituir uma ambiência propícia para que a Educação Física tivesse uma melhor inserção, notadamente enquanto área de formação profissional, algumas ações foram realizadas entre o final da década 1940 à década de 1960 que, de certa forma, serviram de estratégias para chamar a atenção da sociedade e dos governantes para a Educação Física, com a realização de atividades físico-esportivas que envolvem diversos públicos, como: Jogos Infantis, torneios Inter-Colegiais, Jogos Universitários Brasileiros e os Jogos da Primavera. Além disso, a criação de organismos de representação, com a criação da Associação de Professores de Educação Física da Bahia – APEFB, com objetivo de organização dessa categoria profissional foi fundamental importância para a área (Ferraro, 1991).

Desse modo, foi que na cidade de Salvador a mobilização em prol de jogos com a participação de estudantes, antecedeu ao regime totalitário imposto ao Brasil em 1964, com ações desenvolvidas pela Superintendência de Educação Física na Bahia até os idos 1945, quando tivemos: as concentrações cívicas com diversas demonstrações de ginástica, com a participação de centenas de colegiais; os Jogos Infantis; e os torneios Inter-Colegiais que visavam o intercâmbio entre os educandos das Escolas Secundárias (Ferraro, 1991).

Outros eventos esportivos foram criados e desenvolvidos, com intuito de contemplar estudantes secundaristas, como: Jogos da Primavera entre os anos 1951 a 1954, com as disputas de Voleibol (feminino e masculino) e Basquetebol (masculino), nas quadras internas e externas do ICEIA (Instituto Central de Educação Isaías Alves); em 1953, a Associação Baiana de Estudantes Secundaristas promoveu o Torneio Intercolegial de Futebol; e de 1956 a 1958, em substituição aos Jogos da Primavera, surgiu os Jogos Inter-Colegiais (Ferraro, 1991).

Nos idos de 1959, foi criada a "I Olimpíada Baiana da Primavera", evento paralelo aos Jogos Inter-Colegiais, mas, que, atendia um público de escolares com limite de idade de até 15 anos, para não prejudicar o "Torneio Inter-Colegiais". Com a criação do Departamento de Educação Física, Recreação e Esporte (DEFEBEA), criado pela Lei nº 1838 de 24 de dezembro de 1962, subordinado à Secretaria de Educação e Cultura, as ações passaram a serem impulsionadas por tal departamento, notadamente na Educação Física, no esporte escolar e o amadorista (Ferraro, 1991).

Para Dantas Junior (2008, p. 17), o:

[...] enraizamento do esporte na cultura brasileira e dos jogos escolares na memória das últimas gerações conflui com a nossa experiência no ato de construir a existência [...], e o fato dos mesmos serem vistos como a única possibilidade de legitimação do trabalho do professor de educação física.

É importante salientar, que esses discursos nacionalistas forjado pelo regime militar, desconsideravam aspectos históricos e sociais fundamentais que não tinham sido superados em momentos históricos anteriores, em favor de questões menos essenciais para o momento. Por isso, indagamos: Como era possível o Brasil se constituir em uma potência olímpica em nível mundial, quando o País se arrastava de maneira deficitária nas políticas social, de saúde e, em especial, de educação?

No período pós 1964, a política educacional adotada pelo regime militar teve propósito diferente dos períodos anteriores, quando em resposta às demandas sociais de educação, o governo amplia o número de vagas na rede pública, ocasionando em uma ineficiência no setor educacional à medida que a crise econômica se agravava e as necessidades setoriais aumentavam. A insensibilidade do governo com as questões educacionais em prol da manutenção de políticas econômicas e de contenção que o momento exigia, embora houvesse uma preocupação latente do regime em capitalizar e em acumular para investir, e a política de

expansão de vagas da rede escolar, poderia comprometer a política econômica governamental (Romanelli, 2010).

Com a política econômica em desequilíbrio, a escola tinha que apresentar uma funcionalidade que desse um retorno a sociedade. A partir de então, o sistema educacional passou a assumir o papel fundamental para a política de governo, sendo a escola o lócus de implementação dessa proposta, se constituindo em aparelho ideológico a serviço dos interesses estatais, onde os professores se caracterizavam em figuras executoras e os educandos receptores de projetos autoritários, sem nenhuma aproximação com o contexto sociocultural dos indivíduos (Saviani, 2000).

Para Saviani (2000), a política implementada pelo Estado, buscava nortear o processo educativo de uma organização racional, de modo a aparelhar o Estado com poucas interferências, diminuindo a possibilidade de riscos e aumentando a eficiência técnica, através de uma formação tecnicista de Educação. A escola passa a se constituir no legítimo mecanismo construído pela burguesia para garantir e perpetuar seus interesses.

A partir dessa compreensão, nos permitiu analisar fatos e acontecimentos sociohistóricos e políticos ocasionados na sociedade brasileira, que definiram os processos de mudanças ocorridas, sobretudo no sistema educacional, com forte discurso nacionalista forjado pelo Estado, sob a égide militar, possibilitando refletir sobre choques inevitáveis entre a tradição e as novas exigências educacionais da sociedade, desencadeando nas várias crises por que passou o sistema escolar brasileiro nas últimas décadas do século XX (Saviani, 2000).

Nesse contexto, o esporte serviu de importante mecanismo de compensação e de ofuscação das crises em que a sociedade brasileira passava, apesar de ser uma prática sociocultural potente e em evidência no Brasil, não tinha sido explorada com o vieses dados pela Ditadura Militar. Esse posicionamento coaduna com os estudos de Oliveira, quando diz;

[...] o esporte não era um fenômeno novo naqueles anos e os diferentes governos sabiam disso; também não era a única preocupação – certamente nem mesmo a mais importante – dos governos ditatoriais no plano da organização da cultura. Considerando que o esporte goza de longa vida e grande prestígio ao longo da história das Forças Armadas, a novidade foi o esporte ter sido percebido como uma esfera da cultura capaz de dar visibilidade política aos feitos da ditadura brasileira no âmbito internacional, além de poder contribuir com a educação de um tipo de sensibilidade adequada a um regime que apagava as diferenças, silenciava as vozes dissonantes, torturava e matava em nome da segurança nacional. O esporte, pensavam alguns, seria capaz de amainar os ânimos, arrefecer os impulsos

contestatórios, canalizar a energia juvenil que pretendesse questionar a ordem vigente (Oliveira, 2009, p. 389).

Percebe-se que nesse contexto de desequilíbrio das políticas econômicas do cenário nacional, que o esporte entra em cena enquanto importante instrumento de controle social para o regime ditatorial, por desviar as atenções das mazelas sociais, sendo os espetáculos esportivos os fios condutores de que o sistema necessitava para envolver a grande massa populacional, reorientando os sentidos dessa massa dos problemas sociais mais sérios, mas também, por ser as práticas esportivas exigentes de certo grau de disciplina e respeito a hierarquia, aspectos fundamentais para adestrar os corpos juvenis, inibindo seus impulsos e que focasse apenas naquilo que lhes provocassem sensações prazerosas.

Para Dantas Junior, o processo de esportivização da escola:

[...] se consolidou com a contínua reconstrução das tradições ritualísticas esportivas em espetáculo, enfatizando-se o caráter mercantil do esporte e inebriando o seio escolar com sua lógica de produtividade e selecionamento. Tal processo teve por fundamento imagético central, as competições escolares nos moldes olímpicos, a exemplo dos Jogos da Primavera (Dantas Junior, 2008. p. 48-49).

Os Jogos Escolares se constituíram em verdadeiros espetáculos, e segundo Debord (1997, p.14):

O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade e como *instrumento de unificação*. Como parte da sociedade, ele é expressamente o setor que concentra todo olhar e toda consciência. Pelo fato de esse setor estar separado, ele é o lugar iludido e da falsa consciência (Debord, 1997, p.14).

Dantas Junior (2008), nos diz que:

Sob tal atmosfera política, qualquer manifestação cultural de livre expressão e com o menor apoio governamental que surgisse, poderia ser interpretada, automaticamente, como obra da ditadura. Dentre essas manifestações, como boa parte da literatura especializada tentou demonstrar, estavam as esportivas, sintonizadas com os interesses de manutenção da ordem pela desmobilização das ações políticas. (Dantas Junior, 2008, p. 130).

A partir do olhar sobre os condicionantes sociais, históricos e políticos da Bahia, e capturando os movimentos em torno do papel de esporte na sociedade soteropolitana, foi que percebemos que a temática dos Jogos Escolares, se constitui em um campo aberto a investigações na cidade de Salvador, especialmente por envolver o esporte na qualidade de fenômeno sociocultural que demonstrou sua importância no momento de reestruturação da

cidade de Salvador, nas primeiras décadas do século XX, trazendo ares e características eminentemente modernas, mas também, por compreender que o esporte com o poder de penetração em diversos espaços, ao adentrar o espaço escolar se constituiu como conhecimento mais enfatizado do Componente Curricular de Educação Física, necessitando assim, de um tratamento científico que dê conta da gama de informações pertinentes e enriquecedora para os estudos em Educação, Educação Física e no Esporte da Bahia. Neste sentido, buscamos elementos para defesa da *tese* de que: os Jogos Escolares na Bahia se configuraram em Salvador enquanto instrumento de mobilização em prol da constituição do cenário de formação em Educação Física entre as décadas de 1950 à 1980, se constituindo em rituais anuais sob a lógica do esporte em espetáculo.

Os indícios que nos conduzem para essa tese se baseiam na constatação de escritos/registros feitos pelo professor Alcyr Naidiro Fraga Ferraro, publicado em seu livro: "A Educação Física na Bahia: memórias de um professor", publicado pelo Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991, onde apontam relatos de movimentos em prol da instalação da Escola Superior de Educação Física na Bahia, com retorno dos egressos da Escola Nacional de Educação Física e Desporto – ENEFD, no Rio de Janeiro na década de 1940 e a necessidade de manutenção de práticas corporais, a exemplo dos Jogos da Primavera na década de 1950, sem o registro de atividades de jogos após a instalação do curso de Educação Física pela Universidade Católica, necessitando de investigação que confirme ou refute tal tese.

Para Prost (2014, p. 75), “não existem fatos, nem história, sem um questionamento; neste caso, na construção da história, as questões ocupam uma posição decisiva”, e é a partir desse entendimento, que resulta a problemática de pesquisa que caracterizasse em alternativa de pesquisa histórica: de que forma os condicionantes sócio-históricos e políticos, contribuíram para a idealização e materialização dos Jogos Escolares na Bahia, enquanto prática educativa na cidade de Salvador, entre as décadas de 1950 a 1980?

Para tanto, estabelecemos como objetivo de pesquisa: reconhecer os condicionantes sócio-históricos e políticos, notadamente as rupturas e permanências nos discursos, que contribuíram para idealização e materialização dos Jogos Escolares na Bahia entre as décadas de 1950 à 1980, enquanto prática educativa na cidade de Salvador. A partir desse objetivo estabelecemos outros objetivos específicos que direcionaram a pesquisa: analisar os condicionantes socioeconômicos, históricos e políticos que contribuíram para a realização dos Jogos Escolares na cidade de Salvador; identificar o marco inicial dos Jogos Escolares na cidade de Salvador, bem como o processo de continuidade das atividades dos jogos e sua

relevância à área de Educação Física; averiguar o papel de atores e atrizes sociais que vivenciaram, presenciaram ou se inteiraram dos jogos, tiveram no desenvolvimento, mas também, das instituições sociais responsáveis pela idealização e materialização dos Jogos Escolares, ademais, as instituições escolares, as modalidades esportivas desenvolvidas durante as edições e público escolar a que foi destinado; ampliar a possibilidade de pesquisas históricas sobre o esporte, notadamente dos Jogos Escolares na Bahia, contribuindo para a preservação da história e das memórias do esporte desenvolvido no contexto educacional baiano.

Nesse exercício de investigação sobre os Jogos Escolares na Bahia, reconheço o potencial que tal constructo de pesquisa apresenta, justificando sua relevância a partir de três aspectos: primeiro, por possibilitar uma imersão memorialística sobre elementos constitutivos de nossa história, notadamente, de formação humana e profissional em uma correlação com outras histórias de vidas, efetivados nas vivências e, não apenas de práticas esportivas, mas também, nas condições de sociabilidade propiciadas com outros atores e atrizes sociais nos diversos espaços socioculturais e educativos, em um exercício frequente de pensar e repensar o processo histórico e educacional de outrora, se constituindo em uma consistente massa de lembranças presentes.

Em segundo lugar, pela ausência de estudos acadêmicos de natureza histórica em nível de pós-graduação *stricto Sensu*, que versem sobre Jogos Escolares na Bahia, desperta o interesse por investigar a respeito da temática, sobretudo pela possibilidade de ampliar as pesquisas históricas sobre o esporte, não apenas enquanto fenômeno social universal, tipicamente moderno, de grande potencial de penetração em diferentes estruturas, mas também, por envolver questões sócio-históricas e políticas que contribuíram para idealização e materialização dos Jogos Escolares na Bahia enquanto prática educativa da Educação Física, em uma relação com a educação e com o currículo, a partir de análises de fatos e acontecimentos que apontem a importância e ou benefícios dos Jogos Escolares para o processo de formação humana e educacional dos participantes, ademais, por contribuir para a preservação da história e das memórias do esporte desenvolvido no contexto educacional baiano.

Em terceiro lugar, por permitir o acesso da sociedade às informações coletadas durante a pesquisa, identificando os discursos proferidos pelos atores e atrizes sociais partícipes do estudo, além dos escritos nos periódicos da época, que apontassem os condicionantes sócio-históricos e políticos que favoreceram uma análise do fenômeno esportivo pelo viés da

espetacularização, e a escola, lócus de disseminação da prática esportiva e de controle dos corpos, provocando assim, um repensar nas práticas educativas atuais.

Diante disso, pela especificidade e natureza desta pesquisa, percorreremos a caminho metodológico pautado na Pesquisa Historiográfica, tendo enquanto dimensão a História Social, por implicar em um tipo de enfoque e se apropriar dos processos sociais, dos quais os campos de interesse envolvem as relações humanas dentro de um movimento dinâmico das estruturas sociais e, por compreender que todas as dimensões sociais se interagem, ou sequer existem separadamente, mesmo que determinado momento procedam recortes humanos ou das relações humanas e ou operações mais simplificadoras (Barros, 2013; Barros, 2005).

Barros (2005) nos diz que:

A História Social, enfim, surgia no cenário historiográfico como campo relevante e definitivo a se estabelecer no âmbito das modalidades historiográficas que devem ser definidas pelas *dimensões* que são trazidas à tona quando o historiador se põe a examinar um processo histórico qualquer (Barros, 2005, p. 11).

Essa percepção sobre a História Social nos possibilitou observá-la a partir de uma noção da área da História, que compreende a necessidade de superar os estudos da História Política clássica, muito centrada nas figuras e nos poderes constituídos na história de determinado lugar, enquanto que a História Social estabelece um entendimento dos sentidos e do uso da história mais comprometido com uma leitura ampliada da construção do todo da sociedade, ou dos recortes possíveis, dando visibilidade a grupos tratados à margem da história clássica.

Para Castro, “a história social passa a ser encarada como perspectiva de síntese, como reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam” (Castro, 1997, p. 78).

Dessa forma, o desenvolvimento dos estudos com base na História Social, nos permitiu observar a trajetória de homens e de mulheres que interagem entre si e constituem a sociedade em que vivem, construindo nessa relação sua temporalidade e, portanto, estabelecendo processos de idas e vindas ao passado, em um entendimento de que hábitos e ou costumes passados devam ser transmitidos as novas gerações, não para que sejam apenas reproduzidos em ações contínuas de perpetuação de tradições, mas para refleti-los e quiçá ressignificá-los, tornando-os em um ser histórico. Daí, que nos estudos históricos ao se referenciar ao objeto final da pesquisa histórica, a ênfase é na história de homens e mulheres, enquanto ser social que vive e convive em sociedade (Castro, 1997; Borges, 2013).

Dantas Junior assevera que:

A História tem olhado para o passado, ora para compreender o processo de consolidação das sociedades modernas, ora para apreender lições que se apliquem ao presente e ao futuro. Tais fatos corroboram para o entendimento do processo histórico e da investigação historiográfica como dinâmicos, numa relação que não distingue teoria e método. Fundamentalmente, por revelar que a história é feita por homens que pensam e agem, de modo refletido e sistemático (Dantas Junior, 2008, p. 50-51).

Percebe-se então, que a História Social se encaixa neste estudo, por se caracterizar de forma veemente, em um ato de observação dinâmica da sociedade, com seus adventos também dinâmicos, seus movimentos sobre o trânsito de pessoas e poderes também dinâmicos, que estejam em uma mesma circunstância em tempos diferentes, assumindo olhares e possibilidades de leituras da realidade social de formas diversas. Ademais, a História Social nos permitiu uma amplitude dessa construção de olhares sobre o constructo de pesquisa e dos grupos sociais investigados, nos possibilitando noção de todo, mas não com a ideia de completude e, sim, com estabelecimento de recortes ou com elementos da contingência social.

Além disso, para a cena educacional, a história social se torna potente, notadamente pelas possibilidades que se abrem no momento da pesquisa em estabelecer relações entre os eixos de poder e o recorte social que se permite estudar, a própria constituição do espaço, da relação do grupo em si, a relação com o público, as perspectivas de alcance do todo social que se alarga ao jogo corporal que está em cena, justificando a sua relevância por criar marcas que nos direcionem ou que desenvolvam esta acuidade no desenvolvimento deste estudo.

A partir desse entendimento, que a pesquisa intitulada História dos Jogos Escolares na Bahia: a realidade da cidade de Salvador (1950 – 1980)³⁰, se insere no âmbito de estudos pautados na História Social, pelo fato de abrir “a variadas possibilidades de definição e delimitação que certamente interferem nos vários trabalhos produzidos pelos historiadores que atuam neste campo intradisciplinar” (Barros, 2005, p.2).

O estudo abarca questões relativas aos movimentos responsáveis pelo estímulo e pela evolução de jogos escolares, como prática educativa na cidade de Salvador, capital do Estado Bahia, na tentativa de captar os condicionantes sócio-históricos e políticos que contribuíram para idealização e materialização do referido evento dentro da baliza cronológica do estudo; e na dinâmica do todo social, ou seja, os atores e as atrizes sociais envolvidos(as) nas diversas fases, desde a organização, com a constituição das comissões, públicos de educandos(as) e

³⁰ Houve a necessidade de alterar o título da tese, na tentativa de delimitar o lócus da pesquisa. Portanto, o que antes era intitulada “História dos Jogos Escolares na Bahia (1950 – 1980)”, passou a ser **“História dos Jogos Escolares na Bahia: a realidade da cidade de Salvador (1950 – 1980)”**.

unidades escolares participantes; perfis/formação profissional dos professores, enfim, todo um complexo social implicado na realização dos jogos escolares da Bahia, em especial, a um conjunto de situações que envolvem essas atividades de natureza escolar.

É importante salientar que a utilização da expressão “Jogos Escolares na Bahia” neste estudo, segue em uma tentativa de englobar as diversas práticas ou eventos esportivos pontuais e institucionalizados, com a dinâmica de jogos em diversas modalidades esportivas e/ou recreativas, com calendários anuais que envolvessem o público de educandos e educandas matriculados na educação básica das redes municipal, estadual, federal e particular de ensino no município de Salvador entre as décadas de 1950 a 1980.

Borges (2013, p. 51) afirma que:

O tempo é a dimensão de análise da história. O tempo histórico através do qual se analisam os acontecimentos não correspondem ao tempo cronológico que vivemos e que é definido pelos relógios e calendários. No tempo histórico podemos perceber mudanças que parecem rápidas, como os acontecimentos cotidianos.

Daí, que a escolha da baliza cronológica se deve ao fato de encontrarmos indícios da realização de eventos de natureza escolar na cidade de Salvador, ainda na década de 1950, sendo apontado nos estudos de Ferraro (1991), mas, que não apresentavam narrativas de continuidade em períodos posteriores, notadamente pós golpe de 1964, quando havia uma construção discursiva em prol do esporte desenvolvido no âmbito escolar, nos instigando a investigar a temática dos jogos escolares na Bahia, pelos seguintes aspectos: 1) por entender que há uma lacuna de estudos históricos que versem sobre os jogos escolares nesse espaço de tempo, em especial, por ter sido um período turbulento em decorrência da Ditadura Militar imposta à sociedade brasileira; 2) pela inserção de práticas esportivas na qualidade de conhecimento mais enfatizado nas escolas, como possibilidade de preparação de talentos e futuros ídolos nacionais, construindo um sentimento nacional, através da figura desses ídolos; 3) e pela efervescência da formação profissionalizante na educação e na Educação Física na Bahia e, que, por estes motivos, tal constructo de pesquisa teve este recorte espacial e temporal.

A preferência pela cidade de Salvador se deu por ser a capital do Estado da Bahia, e uma das principais capitais do Brasil, centro de maior importância econômica e administrativo do estado, e por conta de sua relevância, a primeira a desfrutar das novidades produzidas em outros países, sobretudo na Europa e, que se aportaram em território baiano, influenciando e dando uma dinâmica as questões culturais e esportivas do Estado da Bahia, mas, também, por

acreditar ter sido o primeiro município a desenvolver atividades esportivas nos moldes de jogos escolares, se constituindo em importante lócus de pesquisa.

Recorremos a História Oral na qualidade de abordagem que nos permitiu aproximações as nossas fontes orais como possibilidade às pesquisas históricas, por oferecer diferentes visões sobre a temática em estudo, ampliando às informações sobre os Jogos Escolares realizados na cidade de Salvador, conectando-as as outras fontes históricas³¹ e, assim, reconhecer sua importância por acrescentar novos elementos ao nosso constructo de pesquisa. Este posicionamento coaduna com os estudos de Melo (1996), quando nos diz que:

A História Oral pode se apresentar como uma alternativa que não concordando com uma determinada e exclusiva utilização do documento, permite mudar o enfoque historiográfico, passando também a se preocupar com toda espécie de pessoas comuns. O intuito inicial era o devolver às pessoas a sua própria história. Isso implicava na necessidade de reorientar o papel do historiador, não mais o 'detentor exclusivo do saber', mas um intelectual que percebe que sua atuação se dá no contexto social e tem implicações políticas (Melo, 1996, p. 6).

Daí, a utilização da História Oral ultrapassar seus limites enquanto técnica, até porque, não se limita em um estatuto independente, comportando várias categorias das ciências humanas, o que permitiu identificá-la enquanto fonte, mas também, enquanto técnica e método, onde buscamos privilegiar a participação de atores e atrizes sociais, nossos entrevistados, sobre o tema dos jogos escolares, em um período preestabelecido (Melo, 1996).

A relevância da entrevista temática, enquanto técnica utilizada para este trabalho, se dá por ser um dos instrumentos de coleta de informações mais eficaz pela abordagem da História Oral, quando o tema está relativamente definido e, que, de certa forma, tenha feito parte da trajetória de vida de atrizes e atores sociais que tenham conhecimentos sobre a temática da pesquisa (Alberti, 2013).

É importante salientar, que apesar da entrevista se configurar enquanto parte essencial e fundamental dos estudos da História Oral, não significa dizer que toda entrevista é um estudo de História Oral. Por isso, foi preciso estar atento durante as entrevistas ao não dito, como as expressões faciais e gestos; aos momentos de silenciamentos, para que pudéssemos transcrevê-las na íntegra, se atendo aos detalhes, nos permitindo produzir materiais históricos (Melo, 1996).

³¹ Sobre fontes históricas, ver em: BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas:** introdução aos seus usos historiográficos. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, p. 15., nos diz que: 'Fonte histórica' é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são as marcas da história.

Para alcance dos objetivos de nosso estudo, fizemos uso de entrevistas gravadas com atores e ou atrizes sociais que fizeram parte da cultura dos Jogos Escolares da Bahia. A escolha dos entrevistados não seguiu critérios quantitativos e, sim, a partir da participação desses atores e atrizes sociais nos Jogos Escolares da Bahia realizado na cidade de Salvador, na baliza cronológica definida para este estudo, por acreditar que estes, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações referentes aos jogos, fornecendo informações significativas (Alberti, 2013). Utilizamos da entrevista temática com questões semiestruturadas, por entender que versam prioritariamente sobre a participação dos atores sociais no tema proposto.

As questões norteadoras tiveram como foco³²: 1) as aproximações das(os) entrevistadas(os) com a Educação Física enquanto área de formação acadêmica e profissional; 2) as instituições formadoras e ano em que ingressaram nas Instituições de Ensino Superior; 3) participações em eventos esportivos de natureza escolar, nos moldes de jogos escolares, formas e graus de envolvimento, bem como as nomenclaturas dadas à tais eventos; 4) a importância dos jogos para o trabalho da Educação Física, mas também, enquanto referência de evento de natureza escolar na cidade de Salvador, e sua correlação com os Jogos Escolares desenvolvidos no Rio de Janeiro; 5) a participação dos militares a partir de intervenção de 1964 na realização dos jogos na cidade de Salvador, notadamente enquanto instrumento de controle da juventude estudantil; 6) os olhares das(os) entrevistadas(os) a respeito dos jogos para a área de Educação Física escolar; 7) e o indicativo de próximas entrevistas.

Iniciamos a fase da coleta de informações, com a realização de uma entrevista piloto, realizada com o Decano da área de Educação Física na Bahia. A entrevista foi previamente agendada através de ligação telefônica, e realizada em dia, horário e local determinado pelo ator social. Antes, porém, da realização da entrevista foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde consta o objetivo e a garantia do sigilo da pesquisa, bem como a solicitação de autorização para a identificação e o uso das informações prestadas, imagens, áudio e materiais, que foram utilizados apenas para os fins de acadêmicos, sendo tratados apenas por mim e pelo orientador.

A escolha do primeiro ator social entrevistado para este estudo, considerou a idade e tempo de formação acadêmica, que contemplasse o período anterior à década de 1950, mas também, pela participação do referido ator social no processo de elaboração e execução dos Jogos Escolares na cidade de Salvador.

³² Ver roteiro com tópicos que nortearam a entrevista no anexo.

Utilizamos durante a entrevista o gravador do aparelho celular *Samsung J7Pro*, sendo salvas as informações e transferida para o Note Book, onde buscamos transcrever na íntegra a entrevista, permitindo estabelecer diálogos entre as entrevistas e outras fontes históricas no capítulo 3 deste estudo. Durante a entrevista, surgiram nomes de outros atores sociais que tiveram participação, desempenhando funções, como: organização do evento; treinamentos de equipes; na qualidade de atletas e até mesmo de espectadoras(es) em conjunturas específicas, nos permitindo construir uma agenda de entrevistas.

A partir daí, estabelecemos contatos com outras 08 (oito) pessoas, através de *WhatsApp* ou ligação telefônica, com intuito de agendamento dos possíveis encontros, onde ficamos inteiramente à disposição em dias, horários e locais que cada ator ou atriz social estivessem dispostos a conceder a entrevistas. Desses oito contatos, apenas 01 (um) sujeito, não demonstrou interesse. Saliento que durante as entrevistas realizadas, adotamos os mesmos procedimentos em todas, e do quantitativo de oito entrevistas realizadas, tivemos apenas a participação de 01(uma) mulher, formada na primeira turma da Universidade Católica do Salvador – UCSAL.

Enfatizamos, ainda, que a quantidade de atriz e atores entrevistados seguiu critérios de saturação, a partir do momento que os resultados das entrevistas se tornam repetitivas, interferindo assim, no tempo e na qualidade da pesquisa, uma vez que produz cada vez menos informação, sinalizando o ponto de saturação, pois não acrescenta nada de novo ao constructo de pesquisa (Alberti, 2013).

Ademais, buscamos fazer a análise das entrevistas realizadas, com um olhar crítico e atento ao dito e não dito, sempre de maneira qualitativa, sem a pretensão de estabelecer uma verdade absoluta, mas sim, fornecer interpretações a partir das fontes históricas e do olhar do pesquisador.

Ao adotar a História Oral na qualidade de abordagem que nos permitiu identificá-la como técnica e/ou método, não abandonamos a possibilidade de utilização de outras fontes, notadamente documentos, mas sim, estabelecermos diálogos entre as fontes históricas disponíveis para este estudo.

Durante a realização das entrevistas, questionamos a respeito de possíveis fontes históricas: periódicos (jornais e revistas), que apresentassem registros de eventos de natureza nos moldes de jogos escolares, quando foram sinalizados os registros nos jornais das épocas, notadamente no Jornal “A Tarde”, arquivado em instituições públicas responsáveis pelos acervos históricos da Bahia, sobretudo no arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da

Bahia – IGHB³³, principal acervo histórico da Bahia, mas, não somente em arquivos públicos, como também em acervos particulares.

Sobre a fonte histórica, Barros (2013, p. 134) nos diz que “é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo”, e onde buscamos vestígios de eventos esportivos de natureza escolar, desenvolvimento na cidade de Salvador.

Diz, ainda, Barros (2019) que:

[...] são fontes históricas tanto os já tradicionais *documentos textuais* (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, jornais, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tanto mais) como também quaisquer outros registros ou materiais que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente de passado humano, da realidade que um dia foi vivida e que apresenta como relevante para o Presente do historiador (Barros, 2019, p. 16).

E continua dizendo que:

As fontes não seriam meros registros repletos de informações a serem capturadas pelos historiadores, mas também diversificados discursos a serem decifrados, compreendidos, interpretados. Não mais seriam apenas uma solução para o problema, mas parte do próprio problema. [...] As fontes seriam, sim, um lugar movente no qual o historiador interage com as ressonâncias deixadas pelas sociedades e processos que decidiu examinar. Nesse sentido, as fontes são como que pontos de encontro, portais através dos quais se tocam duas épocas (Barros, 2019, p. 23).

Nesse sentido, no recorte espacial e temporal deste estudo, a utilização dos jornais e revistas como fontes históricas assumem relevância, pelo potencial e pela circularidade de informações. Este uso, sem dúvida, se traduziu em grandes desafios para os estudos pautados na historiografia, notadamente por exigir do pesquisador/historiador olhares atentos e análises criteriosas, que ultrapassam a visão do senso comum. Barros (2019, p. 179) assevera que é “preciso compreender mais a fundo o que são os jornais no seu dia a dia, no mundo da cultura, no interior da sociedade que os gera e os reatualiza como uma forma específica de comunicação, informação, poder e instrumento de sociabilidade”, não havendo limites para a exploração desse tipo de material pelo historiador.

Barros (2019) ao se referir ao jornal na qualidade de fonte histórica, assevera que:

Antes de mais nada, esse “meio de comunicação” e “produto cultural” destinado à leitura, tão típico da idade moderna e contemporânea, deve ser incluído no grupo mais amplo dos “periódicos” – categoria que também

³³ Sobre o IGHB, é uma entidade pública, fundada em 13 de maio de 1894, onde concentra a maior acervo e/ou coleção de periódicos, sobretudo, jornais do Estado da Bahia à disposição para pesquisa.

inclui outras modalidades de publicações, como os boletins, almanaques, catálogos e revistas. Estas últimas, diga-se de passagem, rivalizam em importância com os jornais diários, constituindo ambos os principais modelos básicos de periódicos dos quais, de alguma maneira, todos os outros derivam ou se aproximam (Barros, 2019, p. 179).

No intuito de obtenção de informações que corroborassem com as narrativas dos entrevistados sobre a temática dos Jogos Escolares na Bahia, debruçamos nosso olhar para fontes históricas (periódicos), que efetivamente fossem relevantes para a historicidade da cidade de Salvador e, que nos fornecessem registros de imagens e textos a respeito de eventos de natureza escolar, realizados anualmente em períodos compreendidos entre as décadas de 1950 a 1980, mas também, que abrangessem diversas modalidades esportivas em um único evento, e que possibilitassem a participação de diversas(os) estudantes com matrículas no ensino regular nas diversas redes de ensino da cidade de Salvador. Daí, a escolha do Jornal “A Tarde” representava, e ainda representa uma fonte histórica de grande importância para o Estado da Bahia, por permanecer em circulação desde 1912, especialmente, na Capital Baiana.

A coleta das informações registradas no Jornal A Tarde, foi realizada no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB, principal acervo histórico, localizado na Avenida Joana Angélica, 43 - Nazaré, na cidade de Salvador, entre os meses de maio e outubro de 2023, concentrando a pesquisa em reportagens jornalísticas publicadas entre os meses de julho à dezembro das décadas de 1950 à 1980, por representar os períodos em que as atividades esportivas escolares se materializavam na Capital Baiana, sendo identificados a princípio, em um estudo publicado no formato de livro, com o título de “A Educação Física na Bahia: memórias de um professor”, de autoria do professor Alcyr Naidiro Fraga Ferraro, um dos atores sociais entrevistados e, posteriormente, nas entrevistas realizadas com outros atores sociais participantes desta pesquisa.

É importante salientar que durante a coleta de informações, houve a necessidade de retroceder à década de 1940, com intuito de encontrar indícios da realização dos Jogos Escolares na referida década, onde foi utilizada uma metodologia de busca em reportagens publicadas diariamente, sendo observadas páginas por páginas, para que nenhuma informação sobre a realização de Jogos Escolares fosse perdida. Daí, identificamos que os fatos e acontecimentos registrados nos domingos eram publicados nos jornais de segundas-feiras, pois não havia editoração do Jornal A Tarde em dias de domingos.

Foram identificadas cento e noventa e três (193) reportagens envolvendo eventos com estudantes na cidade de Salvador, que foram distribuídas em um quadro para melhor analisá-las e estão dispostas da seguinte forma:

Quadro 01 - Conteúdos jornalísticos publicados no Jornal “A Tarde” -1940/1979

Ano	Nº de Reportagens	Conteúdos das Reportagens	Públicos
1940	20	- Campeonato Inter-Colegial de Atletismo, com 01 reportagem;	Infanto-juvenil feminino
		- Torneio Inter-Colegial de Bola ao Cesto, com 16 reportagens;	Ensino Médio - Feminino e Masculino
		- Torneio Inter-Colegial de Futebol, com 03 reportagens.	Ensino Médio - Masculino
1941	11	- Torneio Inter-Colegial de Bola ao Cesto, com 06 reportagens;	Ensino Médio - Feminino e Masculino
		- Torneio Inter-Colegial de Futebol, com 01 reportagem;	Ensino Médio - Masculino
		- Torneio da Primavera de Futebol, com 03 reportagens;	Universitários
		- Torneio da Primavera de Voleibol, com 01 reportagem.	Ensino Médio - Feminino e Masculino
1942	00	- Sem registros de reportagens	-----
1943	02	- Confraternização de Futebol, com 02 reportagens.	Ensino Médio - Masculino
1944	13	- 5º Inter-Colegial de Basquete e Voleibol, com 11 reportagens;	Ensino Médio - Feminino e Masculino
		- Torneio da Primavera de Futebol, com 02 reportagens.	Universitários
1945	05	- Torneio Inter-Colegial Semana da Pátria de Basquete, 01 reportagem;	Ensino Médio
		- Torneio Estudantil de Bola ao Cesto (FBB), com 04 reportagens.	Ensino Médio
1946	00	- Sem registros de reportagens	-----
1947	03	- Jogos da Primavera de Futebol, com 02 reportagens	Universitários
		- Torneio Inter-Colegial de Basquete e Voleibol, com 01 reportagem	Ensino Médio
1948	02	- Torneio da Primavera de Futebol, com 02 reportagens;	Universitários
1949	04	- Torneio Inter-Colegial de Basquete, com 02 reportagens	Ensino Médio
		- Torneio da Primavera de Futebol, com 02 reportagens;	Universitários
1950	02	- Torneio da Primavera de Basquete, Voleibol e Futebol, com 02 report.	Ensino Médio
1951	02	- Torneio da Primavera de Basquete e Voleibol, com 02 reportagem;	Ensino Médio
1952	06	- Torneio Inter-Colegial de Basquete e Voleibol, com 06 reportagens.	Ensino Médio
1953	06	- Torneio Inter-Colegial de Basquete e Voleibol, com 02 reportagens.	Ensino Médio
		- Torneio Inter-Colegial de Futebol, com 04 reportagens;	Ensino Médio
1954	00	- Sem registros de reportagens	-----
1955	05	- Torneio Inter-Colegial de Basquete e Voleibol, com 05 reportagens.	Ensino Médio

1956	04	- X Torneio Inter-Colegial de Basquete e Voleibol, com 04 reportagens.	Ensino Médio
1957	00	- Sem registros de reportagens	-----
1958	03	- Torneio Inter-Colegial, com 03 reportagens.	Ensino Médio
1959	09	- Torneio Inter-Colegiais da ABES*, com 01 reportagem;	Ensino Médio
		- 1ª Olimpíada da Primavera, com 03 reportagens;	Ensino Médio
		- Jogos Inter-Colegiais, com 05 reportagens.	Ensino Ginásial e Médio
1960	13	- II Olimpíada Bahiana da Primavera, com 13 reportagens.	Ensino Ginásial e Médio
1961	08	- III Olimpíada Bahiana da Primavera, com 07 reportagens;	Ensino Infantil, Ginásial e Médio
		- Certame Bahiano de Voleibol Feminino, com 01 reportagem.	Ensino Médio
1962	03	- IV Olimpíada Bahiana da Primavera, com 02 reportagens;	Colégios, Clubes e Universidades
		- Olimpíadas da Juventude, com 01 reportagem;	Ensino Médio
1963	00	- Sem registros de reportagens	-----
1964	05	- VI Olimpíada Bahiana da Primavera, com 05 reportagens.	Ensino Médio, Faculdades e Clubes
1965	05	- VII Olimpíadas Baiana da Primavera, com 05 reportagens.	Ensino Médio e Faculdades
1966	06	- I Torneio Intercolegial de Atletismo, com 01 reportagem;	Ensino Ginásial e Médio
		- VIII Olimpíada Baiana da Primavera, com 02 reportagens;	Ensino Médio e Faculdades
		- Jogos Infantis da Bahia, com 03 reportagens	Educação Infantil
1967	03	- II Jogos Infantis da Bahia, com 02 reportagens	Educação Infantil
		- Jogos Estudantis do Interior, com 01 reportagem	Ensinos Ginásial e Médio
1968	02	- X Olimpíada Baiana da Primavera, com 02 reportagens.	Ensinos Ginásial e Médio
1969	05	- XI Olimpíada Baiana da Primavera, com 03 reportagens;	Ensinos Ginásial e Médio
		- II Intercolegial de Voleibol Feminino, com 02 reportagens.	Ensino Médio
1970	02	- XII Olimpíada Baiana da Primavera, com 02 reportagens.	Ensino Médio
1971	00	- Sem registros de reportagens	-----
1972	03	- Campeonato Intercolegial de Atletismo, com 03 reportagens;	Ensino Médio
1973	01	- Torneio de Basquetebol, com 01 reportagem.	Ensino Médio
1974	03	- Olimpíada do Colégio da Polícia Militar, com 01 reportagem;	Estudante do Colégio da PM
		- Intercolegial de Atletismo, com 01 reportagem;	Infanto-Juvenil e Adulto
		- IV Jogos Infantis da Bahia, com 01 reportagem.	Educação Infantil
1975	11	- VI Olimpíada do Colégio da Polícia Militar, com 03 reportagens;	Estudante do Colégio da PM
		- I Olimpíada da Península Itapajipana, com 01 reportagem;	Colégios Estaduais de Itapagipe
		- V Jogos Infantis, com 07 reportagens.	Educação Infantil
1976	04	- IV Jogos Intercolegiais (08 modalidades), com 01 reportagem;	Ensino Médio
		- VI Jogos Infantis da Bahia, com 03	Educação Infantil

		reportagens;	
1977	13	- VII Jogos Infantis da Bahia, com 11 reportagens;	Educação Infantil
		- Campeonatos Intercolégiais Baianos (03 mod.), com 01 reportagem;	Não identificado
		- Troféu Primavera de Atletismo, com 01 reportagem	Ensinos Ginásial e Médio
1978	04	- I Jogos Escolares Municipais (11 modalidades), com 02 reportagens;	Escola Municipais - Capital e Interior
		- VII Jogos Infantis da Bahia, com 01 reportagens;	Educação Infantil
		- I Jogos Escolares da Pituba, com 01 reportagem.	Escolas Particulares
1979	04	- Jogos Infantis, com 01 reportagem;	Educação Infantil e Fundamental
		- I Jogos Escolares da Primavera, com 03 reportagens;	Ensino Médio

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir disso, estruturamos esta tese da seguinte forma: na primeira seção que antecede o primeiro capítulo, fizemos o **Prelúdio**, com a narrativa de nossa história de vida, as aproximações com o campo do esporte e, posteriormente com a área de Educação Física enquanto formação acadêmica e profissional. No primeiro capítulo, está a **Introdução**, onde apresentamos o caminho da pesquisa.

No Capítulo 2, **A constituição do cenário sócio-histórico, econômico e político da cidade de Salvador entre 1950 à 1980**, objetivamos analisar os condicionantes socioeconômicos, históricos e políticos da cidade de Salvador, que contribuíram com as mudanças do cenário soteropolitano entre as décadas de 1950 a 1980. Identificando a dinâmica da sociedade, com seus adventos e seus movimentos sobre o trânsito de pessoas e poderes, em uma mesma cena em tempos diferentes, sem ideia de completude do contingente social.

Para Capítulo 3, **História dos Jogos Escolares na Bahia: narrativa do contexto sócio-histórico da cidade de Salvador**, buscamos identificar no cenário sócio-histórico e político da cidade de Salvador, os condicionantes que contribuíram para a realização dos jogos, e nesse processo, reconhecendo atores/atrizes que vivenciaram, presenciaram ou se inteiraram dos jogos, ademais as instituições sociais responsáveis pela idealização e materialização dos Jogos Escolares, mas também, as instituições escolares, as atividades esportivas desenvolvidas durante as edições e público escolar a que foi destinado.

A partir das reflexões contidas nos capítulos anteriores, caminhamos para as considerações finais.

2 A CONSTITUIÇÃO DO CENÁRIO SÓCIO-HISTÓRICO, ECONÔMICO E POLÍTICO DA CIDADE DE SALVADOR ENTRE 1950 A 1980

A história de Salvador está intimamente entrelaçada a própria história do Brasil, notadamente por ser a primeira cidade constituída e, assim, a primeira capital do país; pela sua importância comercial e de intercâmbio cultural com outros países, através das atividades portuárias, mas também, por seu histórico de movimentos revolucionários em prol da emancipação do seu povo, culminando na Independência da Bahia e, posteriormente impulsionando a efetivação da Independência do Brasil, tornando-se impossível dissociar a cidade de Salvador da história nacional. Além disso, a sociedade soteropolitana e sua Região Metropolitana estabeleceram o ritmo das mudanças do cenário do Estado da Bahia, contribuindo para seu desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Este capítulo tem por objetivo, analisar os condicionantes socioeconômicos, históricos e políticos da cidade de Salvador, que contribuíram com as mudanças do cenário soteropolitano entre as décadas de 1950 a 1980. Identificando a dinâmica da sociedade, com seus adventos e seus movimentos sobre o trânsito de pessoas e poderes, em uma mesma cena em tempos diferentes, sem ideia de completude do contingente social.

2.1 DA ANTIGA E MODESTA SALVADOR À CONSTITUIÇÃO DE UMA CAPITAL EM CRESCIMENTO SOCIOECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO NA DÉCADA DE 1950

A segunda metade do século XX se constituiu em um período imprescindível para o crescimento e desenvolvimento do espaço urbano da cidade de Salvador, sobretudo, pelos esforços despendidos para superar as fases que sucederam a perda de poder e, que, de certa forma, provocaram sua decadência política e econômica, com a diminuição de sua importância no cenário nacional, desde a transferência da capital do País para a cidade do Rio de Janeiro (em 1763); pela forte concorrência na produção do açúcar do recôncavo para as exportações em nível mundial, principalmente pelo Caribe; e do café com a concorrência interna dos Estados do Paraná e de São Paulo, mas também, pela implementação de leis que deram fim ao tráfico negreiro em 1850 e, posteriormente, a Abolição da escravatura de 1888 (Andrade e Brandão, 2009).

Ademais, a Bahia sofreu com as políticas implementadas pelo Estado Novo (1930-1945), favorecendo que o estado e, especificamente, a cidade de Salvador, continuasse uma sociedade velha e presa as suas antigas tradições, incapaz de superar a visão colonial que a distanciava da cena nacional, desenvolvendo costumes próprios diante de uma conjuntura e condições particulares impostas (Risério, 2004; Tavares, 2019).

Almeida (2008) nos diz que:

Até o final dos anos de 1940, a economia de Salvador, e de seu tradicional *hinterland*, o Recôncavo Baiano, permaneceu atrelada à evolução de alguns complexos estaduais exportadores de *commodities* minerais e agrícolas. A pauta baiana de exportação incluía cerca de uma dezena de itens, mas somente três produtos se destacavam: cacau, açúcar e fumo. A dependência em relação a essas três *commodities* definia um estreito horizonte de expansão para a economia da região, pois a Bahia, além de sofrer de modo intenso com as bruscas variações da demanda e dos preços dos bens primários no mercado mundial, especializou-se em produtos cuja oferta aumentava rapidamente, com o aparecimento de novos concorrentes. Às flutuações e crises cíclicas, típicas dos mercados de matérias-primas, somou-se uma tendência secular à diminuição da fatia dos complexos baianos nos mercados nacionais e estrangeiros (Almeida, 2008, p. 13-14).

O cenário sócioeconômico da cidade de Salvador da primeira metade do século XX, era delicado. A Bahia era, a época, considerada um estado pobre e atrasado, que apesar da descoberta e extração do petróleo em 1939, necessitava de olhares técnicos mais criteriosos, que pensassem e planejassem ações profundas e responsáveis, com intuito de impactar a economia baiana e transformasse o panorama de sua capital e, conseqüentemente de todo o Estado da Bahia.

Foi com esse olhar, que após eleito e empossado em 10 de abril de 1947, o governador Octávio Mangabeira (1947-1951), solicitou de sua equipe econômica um diagnóstico da situação das contas públicas, incluindo estudos detalhados de setores da administração pública, capazes de gerar receitas para o desenvolvimento do Estado da Bahia. Os olhares preliminares, apontaram para uma cena desoladora, conforme assevera Tavares (2019), quando diz que:

Surpreso com o que encontrava, o governador Octávio Mangabeira suspeitou da existência de um "enigma baiano". Indicou o economista Inácio Tosta Filho para estudar esse "enigma" e propor um plano para o estado. Abriu inquérito para identificar a situação da energia elétrica, há anos sob a exploração de uma empresa privada estrangeira que nada acrescentou a um sistema antigo e sucateado. Criou uma Comissão Estadual de Preços, ligada à Secretaria de Agricultura. Recuperou o velho matadouro do Retiro e colocou em ação o matadouro do porto de São Roque (Tavares, 2019, p. 469).

Embora esse momento de ajustes das contas públicas baiana, com a melhora do preço do cacau no mercado internacional; o retorno econômico com a extração e intensificação de pesquisa do petróleo, subsidiando os estudos de viabilidade para a construção da Refinaria de Petróleo em Mataripe; a ideia de construção da Hidroelétrica de São Francisco; a construção de dois navios pesqueiros; e com os investimentos agropastoris, sinalizassem os caminhos a serem percorridos para a estabilidade econômica necessária à Bahia. Daí, com a instalação da Assembleia Constituinte e, por conseguinte, promulgação da Constituição de 1947, se constituíram em fatores essenciais para que o estado cumprisse os deveres e garantir direitos essenciais à sua população, mas também, sinalizar aos cidadãos e as cidadãs as contrapartidas para um equilíbrio social.

No que se refere a organização da sociedade, o diagnóstico apresentado pela equipe econômica, apontava o impacto ocasionado à cidade de Salvador, com crescimento populacional desordenado, necessitando criar estratégias que desse rumo ao crescimento e desenvolvimento do Estado da Bahia. De acordo com Tavares (2019):

Uma das situações mais traumáticas que o governo Mangabeira encontrou foi a crise urbana na cidade de Salvador, provocada pela migração de milhares de famílias do interior do estado para a capital, fenômeno causado pela concentração da propriedade da terra (latifúndio) e a falta de presente e futuro para os que a trabalhavam. As invasões em áreas desocupadas resultaram do movimento migratório. A primeira foi o Corta Braço³⁴, no bairro da Liberdade. Seguiu-se a área alagada de Massaranduba, à margem do Caminho de Areia, hoje avenida Tiradentes. Aí se formou a vila Ruy Barbosa. Depois de um período de conflitos entre invasores e polícia, o governo Mangabeira concordou em desapropriar, "por motivo social", as terras invadidas (Tavares, 2019, p. 469).

O impacto ocasionado à cidade de Salvador pela crise populacional desenfreada, atrelada a necessidade de crescimento e desenvolvimento dos espaços urbanos, favoreceu que a sociedade soteropolitana experimentasse uma reestruturação desses espaços de forma desordenada e, que, de certa forma, as conduziam às áreas ainda não urbanizadas e que careciam de estruturas e condições dignas de habitação. Para Carvalho e Pereira (2008):

Entre os anos 1940 e 1950, a cidade experimentou um crescimento demográfico causado, em parte, pelas migrações e, nesse período, a estrutura espacial de Salvador já se modificava em função de vários fatores, como a reestruturação do centro da cidade, que ia tendo suas funções, até então predominantemente residenciais, substituídas. A população de alta renda, que até os anos quarenta ali se concentrara, passou a ocupar outros espaços; já a população de baixa renda ocupou

³⁴ O movimento de 'invasão' no bairro do Corta Braço (atualmente denominado bairro de Pero Vaz - Liberdade), aconteceu em 1946, e foi considerado o primeiro movimento social da cidade de Salvador.

as velhas edificações e fez crescer a demanda por novas áreas residenciais, forçando a expansão da periferia urbana, então representada pelos fundos de vale não drenados e por outras áreas ainda não urbanizadas, particularmente nas encostas (Carvalho; Pereira, 2008, p. 83).

Segundo Almeida Sobrinho (1950) a distribuição populacional no Estado da Bahia apresentava um quadro péssimo, com grande concentração na orla marítima, especialmente na cidade de Salvador, enquanto que o interior do estado se encontrava em completo abandono, sobretudo nos municípios onde os índices populacionais giravam em torno de um habitante/km². Além disso, a migração de um percentual considerável dessa população para o Estado de São Paulo, em busca de emprego e da melhoria da qualidade de vida, ter gerado problemas sérios para fixação dessa mão-de-obra em terras baianas.

É importante destacar, que os reflexos das políticas econômicas equivocadas adotadas no Brasil, atrelado ao estado letárgico que se encontrava o Estado da Bahia desde meados do século XIX, reverberou em toda sociedade baiana, mas, especialmente, na cidade de Salvador nos diversos setores, como: habitação, saneamento, transporte, saúde, educação, etc., devido a esse fluxo migratório populacional do interior para capital.

Esse crescimento populacional na cidade de Salvador, agravou a situação de bens e serviços propiciados aos municípes e aos que ali passaram a residir. No que se refere a educação, Dick (2020) afirma que a cidade de Salvador, após a Reforma Capanema em 1942, possuía o único colégio público de ensino secundário da Bahia, denominado Colégio da Bahia, com a oferta de curso em dois ciclos: ginásial (quatro anos de duração) e clássico e científico (três anos de duração), permanecendo na cidade de Salvador, apenas nessa unidade escolar pública estadual, até 1947 e, posteriormente desdobrando em mais três ginásios públicos na capital, sendo distribuídos nos bairros da Liberdade, o Colégio Duque de Caxias; em Nazaré, o Colégio Severino Vieira, e em Itapagipe, o Ginásio João Florêncio. Essas novas unidades escolares foram construídas pela falta de condições do Colégio da Bahia em comportar um número maior de matrículas.

Nos idos de 1945, o cenário se modificou ao passo que as demandas crescem com a necessidade de descentralizar a oferta, passando a Bahia a contar com 10 Colégios e 17 Ginásios, distribuídos em outras cidades do interior do Estado da Bahia, concentrando a maioria dos colégios públicos de ensino secundário na cidade de Salvador, como nos demonstra Dick (2020) nos quadros 2 e 3.

Quadro 2 – Colégios existentes na Bahia em 1945

COLÉGIOS		
1 - Colégio Antônio Vieira	Confessional	Salvador
2- Colégio Estadual da Bahia	Estadual	Salvador
3- Colégio Carneiro Ribeiro	Estadual	Salvador
4- Colégio Dois de Julho	Confessional (Presbiteriano)	Salvador
5- Colégio Ipiranga	Particular	Salvador
6- Colégio N. S. das Mercês	Confessional	Salvador
7- Colégio N. S. da Vitória	Confessional	Salvador
8- Colégio Santíssimo Sacramento	Confessional	Salvador
9- Colégio São Salvador	Particular	Salvador
10- Colégio Sofia Costa Pinto	Particular	Salvador
11- Colégio Santanópolis	Particular	Feira de Santana

Fonte: Dick (2020).

Quadro 3 – Ginásios existentes na Bahia em 1945

GINÁSIOS		
1- Ginásio Baiano de Ensino	Particular	Salvador
2- Ginásio D. Macedo Costa	Particular	Salvador
3- Ginásio Instituto Normal	Estadual	Salvador
4- Ginásio N. S. Auxiliadora	Confessional	Salvador
5- Ginásio N. S. de Lourdes	Confessional	Salvador
6- Ginásio N. S. da Soledade	Confessional	Salvador
7- Ginásio Salesiano	Confessional	Salvador
8- Ginásio Santa Bernadete	Confessional	Salvador
9- Ginásio São José	Confessional	Salvador
10- Ginásio Conquista	Particular	Vitória da Conquista
11- Ginásio Municipal de Ilhéus	Municipal	Ilhéus
12- Ginásio N. S. da Piedade	Confessional	Ilhéus
13- Ginásio Taylor Egídio	Particular	Jaguaquara
14- Ginásio de Jequié	Particular	Jequié
15- Ginásio Clemente Caldas	Particular	Nazaré
16- Ginásio Santoamariense	Particular	Santo Amaro
17- Ginásio Sagrado Coração	Confessional	Senhor do Bonfim

Fonte: Dick (2020).

Nota-se nos quadros ora apresentados, que a distribuição de unidades escolares até 1945, era preocupante, o que nos permite inferir que para a população menos favorecidas economicamente, a oferta de vagas eram reduzidas em unidades escolares públicas, traduzindo em desigualdade de acesso a educação pública. O Secretário de Educação e Saúde, Anísio Spínola Teixeira (1949), em relatório apresentado ao Governo do Estado da Bahia, apontou sua inquietação a respeito da situação da educação baiana, conforme trechos a seguir:

Depois de mais de um ano de administração dos serviços educacionais do Estado, cumpre-nos registrar a situação pouco satisfatória dos mesmos, a despeito de esforços, por vezes extenuantes, dos que tiveram a responsabilidade de seu desenvolvimento.

Com efeito, não será demais repetir que tais serviços sofrem, de modo mais grave que outros, acaso especializados, as terríveis condições em que nos deixou o regime discrecional que antecedeu a reimplantação da democracia. A educação não é, na verdade, uma atividade especializada, mas o reflexo da própria sociedade que se retrata em suas escolas com fidelidade por vezes dolorosa e reveladora (Teixeira, 1949, p. 1).

A situação das estruturas escolares eram questionáveis, necessitando de esforços para que tal descalabro não afetasse o ensino e, por conseguinte, a aprendizagem dos estudantes das escolas públicas. Além do mais, naquela época, haviam movimentos populistas na sociedade brasileira, que compreendiam a educação por olhares e interesses diferentes e, que por isso, tendiam à formação de dois grupos díspares, que dividiam opiniões a respeito da cena educacional, onde de um "lado estavam os defensores da escola privada, no caso os empresários e principalmente a Igreja Católica; e do outro lado, estavam os defensores da escola pública, no caso intelectuais, como: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandez, entre outros" (Pasinato, 2013, p. 2).

A defesa veemente de Anísio Teixeira, em favor da:

[...] escola pública democrática lhe rendeu ataques ferozes da Igreja e da intelectualidade católica [...]. Mas Anísio (que dizia confiar na natureza humana... taticamente) não recuou, mantendo sempre viva a chama da luta por uma escola primária popular e séria – e por uma educação ao mesmo tempo crítica e criativa, voltada para o desenvolvimento econômico e social (Risério, 2004, p. 525).

Segundo Saviani (2011), havia uma concepção clara e dualista de política educacional no Brasil, que deveria ser contestada desde a sua gênese com as reformas Capanema, onde se estabeleciam objetivos claros para o ensino médio secundário, ofertados por colégios das redes públicas e privadas, mas, que, muitas vezes, eram destinados à formação das elites condutoras, assegurando-lhes o acesso para todas as formações de ensino superior, através de concursos de vestibulares. Enquanto que, os cursos de formação técnicas em nível médio, eram ofertados pelos colégios públicos, destinados a mão de obra para assumir o mercado de trabalho, geralmente à grande massa a ser conduzida, sendo garantido o acesso à formação superior nas carreiras de suas formações técnicas secundaristas.

Foi contra essa visão dualista e em defesa da educação de qualidade, que Anísio Teixeira, quando a frente da Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia, expôs a

realidade da educacional baiana, na tentativa de efetivamente combater os efeitos discriminatórios à grupos da sociedade soteropolitana e de todo Estado da Bahia, que foram oprimidos e excluídos do acesso aos bens públicos, por razões de suas classes e de condições econômicas. Anísio Teixeira expôs essa situação da educação pública na Bahia, expressando no fragmento do relatório, nos seguintes termos:

Se o ensino público na Bahia, na capital da Bahia, chegou ao ponto de *manter* mais de cinquenta classes primárias em salas de menos de 12 metros quadrados, sem o menor resquício de mobiliário ou material, que aliás os locais não comportavam, e isto, sem maior escândalo, é que a *escola*, como instituição educativa e instrutiva, já se achava em fase final de dissolução, constituindo apenas os remanescentes simbólicos que uma sociedade em decadência guarda, enquanto tais *símbolos pagam* os que os conservam. Se, no interior, várias escolas somente existiam para o efeito de pagamento aos mestres, que se conservavam ausentes anos a fio, é que a escola também ali já se fizera a mesma melancólica mistificação (Teixeira, 1949, p. 1).

Diz, ainda, Teixeira.

Precisamos não esquecer que a civilização significa um esforço contra o meio e um esforço tanto mais vigoroso quanto êste meio é menos afeiçoado aos padrões e medidas da civilização. Si a êste meio hostil, como é o de nossa geografia tropical, juntamos as populações indígenas que aqui encontramos e as africanas que importamos e, a tudo isto, somamos a tendência portuguesa à adaptação mais passiva que criadora, é de se ver a massa de esforço necessário para a implantação de padrões modernos entre nós. Sete anos de descalabro moral, econômico e político, fantasiados de *realismo sociológico*, bastaram para nos reduzir a uma Alexandria da decadência, com as instituições fundamentais da civilização postas nas condições em que as estamos encontrando (Teixeira, 1949, p. 1-2).

O diagnóstico da Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia, orientou os encaminhamentos a serem adotados para mudanças daquele cenário, uma vez que as ações eram contínuas para um público contínuo, que necessitavam de infraestruturas adequadas, em quantitativo de unidades escolares e estado de conservação dos prédios públicos, mas também, na qualidade de ensino que efetivamente contribuísse para que a aprendizagem e, assim, transformasse o cenário em que se encontrava a educação baiana.

Diante do exposto no relatório, foram iniciadas as construções de centenas de novos prédios escolares, sendo 258 prédios no primeiro ano do mandato de Octávio Mangabeira; multiplicou o Ginásio da Bahia em seções nos bairros da Liberdade, Itapagipe, Nazaré e Brotas; criou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro com duas Escolas Classe e a Escola

Parque no bairro do Pau Miúdo; com isso, houve a necessidade de ampliação do número de vagas para professoras e professores, sendo realizados concursos públicos de provas e títulos para o magistério, qualificando o corpo docente que atuavam na educação pública do estado; além disso, incentivou a cultura, através de políticas públicas, constituíram um centro de planejamento das ações culturais nas diversas frentes (Nunes, 2008; Tavares, 2019).

A exposição do cenário em que a Bahia e a cidade de Salvador se encontravam no final da década de 1940, nos ajudou a compreender as transformações necessárias que a sociedade baiana passou entre os anos 1950 à 1980, notadamente o panorama de transformação sócio-histórica, econômica e política, que desencadearam em ações nos diversos setores da sociedade soteropolitana, que apontaram para perspectivas inovadoras que credenciassem a cidade de Salvador e o Estado da Bahia no cenário nacional.

Essa transição do segundo para o terceiro quartel do século XX sob a batuta do Governador Octávio Mangabeira foi surpreendente. Em diversas frentes a cidade de Salvador se mobilizou, constituindo um cenário propício para as modificações necessárias de sua cena urbana. Os aspectos culturais geraram “experiência bastante distinta daquela inicial, quando a velha São Salvador ainda conservava características típicas de uma cidade provinciana” (Rubim; Coutinho; Alcântara, 1990, p. 30). Dizem os autores que:

A partir dos anos 50, esta realidade começa a mudar de forma acentuada com o aumento vertiginoso da população (de 290 mil habitantes, em 40, para 417 mil, em 50), o crescimento da economia, a expansão urbana e a modificação da vida cultural. Alterações urbanísticas e arquitetônicas dão um novo perfil ao centro de Salvador, local de trabalho de boa parte da população, que passa a dispor de novos serviços, espaços de lazer e de cultura (Rubim; Coutinho; Alcântara, 1990, p. 30-31).

É importante salientar, que o centro da cidade de Salvador nos anos de 1950, era o espaço onde se desenvolvia grande parte das atividades comerciais, sendo destinados lugares específicos para a diversidade de atividades de negócios, ficando o varejo de artigos de luxo ou mais sofisticados na parte alta da cidade, enquanto que o comércio mais popular era desenvolvido na Baixa dos Sapateiros, possibilitando o acesso aos bairros populares.

Quanto ao comércio de rua, como feiras livres e comércio ambulante, estes, eram desenvolvidos na feira de Água de Meninos. Outro aspecto interessante foi a constatação de que mais de 80% dos comércios desenvolvidos entre a Bahia e outras regiões do país e com exterior, tinham ligação ao porto, sendo considerado o terceiro em movimentação do país (Rubim; Coutinho; Alcântara, 1990), mas que não foram suficientes para uma sociedade que se pretendia desenvolver em seus aspectos econômicos.

Outro aspecto que retardou o crescimento socioeconômico e, de certa forma, refletiu no desenvolvimento do espaço urbano da sociedade soteropolitana, foi o problema tributário da cidade de Salvador, que se confundia com a organização econômica do Estado, sobretudo pela centralização administrativa, favorecendo que a capital baiana sofresse as mesmas deficiências do Estado e seus contrassensos econômicos, impossibilitando que o município fizesse o necessário desenvolvimento urbano. O problema tributário tinha sido uma das principais causa do índice baixo de novas construções na cidade de Salvador, sendo considerado um dos mais altos quando comparado com outras capitais do País. Além disso, as porcentagens que representam as várias modalidades de imposto na arrecadação total refletiam a desorganização existente da capital baiana (Almeida Sobrinho, 1950). Ainda, enfatiza que era:

[...] fundamental, pois, que o novo Código Tributário leve em consideração essas ponderáveis influências sobre o organismo fiscal do município. Contudo, êle não preencheria sua completa finalidade se nada não ficasse impressa a diretriz de governo visando o desenvolvimento da cidade e a prosperidade dos seus contribuintes, fatores essenciais para o progresso das arrecadações, favorecendo que a administração municipal em prol da expansão e do desenvolvimento da cidade, sobretudo nos seguintes fatores:

- 1- Criação e incremento de correntes turísticas;
- 2- Descentralização da estrutura urbana;
- 3- Criação de um pequeno parque industrial;
- 4- Limitação das áreas destinadas a construções populares (Almeida Sobrinho, 1950, p. 6).

A resolução dos fatores em destaque era, sem dúvida, de primordial importância para a cidade de Salvador, por esta, desfrutar de riquezas históricas e aspectos panorâmicos que lhes favoreciam as condições excepcionais para o desenvolvimento da indústria do turismo, que impulsionariam as construções de obras públicas, visando atender tal objetivo, como também, estimular a construção da rede hoteleira. Além disso, a descentralização de estruturas urbanas contribuiu para o desenvolvimento da cidade, fator de difícil resolução, pois o déficit habitacional era enorme, gerando problema no mercado imobiliário, em especial, pelos custos cobrados nos terrenos, casas para alugueis em Salvador, atingindo cifras astronômicas (Almeida Sobrinho, 1950).

Diz, ainda, Almeida Sobrinho (1950) que:

Outro ponto importante a ser considerado pelo código Tributário da Prefeitura é a implantação de um pequeno parque industrial necessário ao próprio desenvolvimento da cidade. Nenhum núcleo populacional mesmo de mediana expressão, dispensa, hoje em dia, um certo número de indústrias necessárias ao próprio abastecimento de seus habitantes. Salvador, especialmente, não tem condições para animar a criação de um parque

industrial como reclama o crescimento de sua população. A par com dificuldades de ordem técnica, entre as quais sobressai a falta de energia, os gravames tributários são de tal ordem que desanimam com facilidade o já diminuto pendor que têm os bahianos para a indústrias (Almeida Sobrinho, 1950, p. 7).

Apesar de alguns impasses ocasionados pelas questões tributárias da cidade de Salvador, que poderiam afetar a organização urbana da sociedade soteropolitana, durante gestão do Governador Octávio Mangabeira, foi possível observar na transição do segundo para o terceiro quartel do século XX, algumas alterações na paisagem urbana da cidade de Salvador em ritmos frenéticos, com: 1) o início da construção do Estádio da Fonte Nova, com o desejo de sediar jogos da Copa do Mundo de Futebol de 1950, fato que não aconteceu por atraso nas obras; 2) a inauguração do Fórum Rui Barbosa, em 1949, depois de mais de onze anos das obras paralisadas; 3) os novos contornos dados à Avenida Oceânica com a ligação do Farol da Barra ao Largo de Amaralina, favorecendo a abertura da orla de Salvador para uma expansão urbana e, assim, contribuindo para o desenvolvimento intenso dos bairros de Amaralina, do Rio Vermelho, de Ondina e da Barra; 4) no Comércio, alguns dos seus velhos casarões foram demolidos para a construção de arranha-céus que abrigaram os serviços públicos, os bancos, as companhias de seguros, as casas de importação e exportação, além de alguns escritórios das fábricas; e 5) por fim, na Cidade Alta, os contrastes provocados com as construções de novos edifícios (destinados às repartições públicas e ao comércio) no mesmo ambiente das casas mais antigas (Rubim; Coutinho; Alcântara, 1990).

Não obstante essas mudanças da cena urbana e uma melhor situação econômica do Estado da Bahia, a cidade de Salvador precisava revê as questões tributárias, pois a Bahia precisava se industrializar, tornando-se imprescindível criar as condições para tal, sobretudo de infraestruturas. As mobilizações estatais com o governo federal na década de 1950 continuaram intensas, como: 1) a construção da usina hidroelétrica de Paulo Afonso, para suprimento da carência energética do estado em desenvolvimento; 2) a implantação da refinaria em Mataripe, dinamizando a produção dos derivados de petróleo em solo baiano; 3) a construção e viabilidade de rodovias, permitindo o escoamento das produções; 4) a criação da SUDENE enquanto órgão de planejamento e fomento; do Banco do Nordeste do Brasil como órgão financiador, foram imprescindíveis para o crescimento e desenvolvimento da economia do Estado da Bahia e da Região Nordeste (Ludwig, 1982; Almeida, 2008; Andrade; Brandão, 2009).

A falta de fornecimento adequado de energia na Bahia que, até o início da década de 1950 era insuficiente, impedira o desenvolvimento de seu programa de expansão, especialmente no setor industrial. Ademais, as condições de isolamento geográfico da Capital da Bahia em relação aos centros de produção nos municípios do interior do estado, geraram dispêndios de gastos de transporte, dificultando o escoamento da produção do Estado (Almeida Sobrinho, 1950).

Daí, o processo de construção de Hidrelétrica em Paulo Afonso, iniciada no governo Octávio Mangabeira e concluída no governo Luís Régis Pacheco Pereira (1951-1955), alterou o olhar para o processo de industrialização da Bahia, tão necessário ao seu crescimento e desenvolvimento socioeconômico. A partir da inauguração da Hidrelétrica de Paulo Afonso, a Bahia entra definitivamente na dança do capitalismo, conforme afirma Almeida (2008):

Paulo Afonso ampliou a oferta de energia elétrica para o consumo industrial no estado, eliminando um dos principais pontos de estrangulamento da economia regional. As obras da primeira usina do complexo hidrelétrico foram iniciadas em 1949, após a criação efetiva da CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco, em 1948, e a entrada em operação das primeiras turbinas ocorreu em 1954, assegurando-se, a partir de então, mediante sucessivas ampliações, o abastecimento de Recife e Salvador (Almeida, 2008, p. 22).

É necessário enfatizar, que independentemente do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, o Estado da Bahia nos idos de 1954, existiam 76 usinas de geração de eletricidades em funcionamento, dos quais 34 correspondiam às usinas hidroelétricas, com 59 turbinas hidráulicas, acrescidas de mais 242 usinas termoelétricas que forneciam em unidades de potência ao somatório gerado de energia para o Estado, todavia, partes dessas energias produzidas na Bahia eram destinadas à iluminação pública, aos consumidores particulares e as pequenas indústrias, não sendo suficientes para atender a demanda de industrialização do Estado da Bahia (Boletim ACB, 1956).

Com o fornecimento de energia para o estado assegurado com o Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, a Bahia continuava buscando se estruturar industrialmente, principalmente, para a exploração, produção e refino de petróleo, fato que ganha fôlego com a mobilização em nível nacional em defesa do petróleo enquanto produto nacional. Com a campanha nas ruas da sociedade brasileira ganhando mais força, com o slogan “O Petróleo é Nosso”, fez com que o Governo Federal, sob a presidência de Getúlio Vargas, enviasse projeto de lei à Câmara Federal, com intuito de criar empresa de capital misto, sendo aprovado a lei nº 2004, nos idos de 1953, criando assim, a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, instituindo o monopólio estatal

de exploração, refino e transporte do petróleo, ficando o Recôncavo baiano na qualidade de único produtor brasileiro de petróleo durante três décadas (Risério, 2004; Tavares, 2019).

Os impactos ocasionados pela exploração, produção e refino de petróleo ao Estado da Bahia foram profundo. Para Risério (2004), alguns pontos definitivamente modificaram o cenário baiano, com a instalação da Petrobras, como: 1) volume de investimentos inédito em toda história econômica da Bahia; 2) expansão salarial dos (as) funcionários (as) que trabalhavam na Petrobras; 3) a construção de estradas na área petrolífera; 4) estimulou o crescimento de empresas no ramo da construção cívica, significando mudanças e enriquecimento para as cidades produtoras de petróleo do Recôncavo baiano, mas também, para a cidade de Salvador.

Segundo Almeida (2008), com a criação da Petrobras nos idos de 1953, provocou transformações na paisagem da sociedade baiana na década de 1950, especialmente das cidades produtoras e, conseqüentemente ao Estado da Bahia, com: 1) a exploração do petróleo no Recôncavo; 2) a implantação da Refinaria Landulpho Alves em Mataripe (RLAM) e; 3) a construção do terminal marítimo de Madre de Deus geraram investimentos em empresas estatais que provocaram incrementos econômicos correspondentes a 59,9% do PIB industrial da Bahia³⁵ em 1959, necessitando da formação de mãos de obras especializadas para atender a demanda do mercado, fato ocorrido entre os governos de Luís Régis Pacheco Pereira e de Antônio Balbino de Carvalho Filho.

É importante enfatizar, que a despeito dos benefícios ocasionados pela extração, refino e transporte de petróleo no Estado da Bahia, haviam descontentamentos da Associação Comercial da Bahia em relação a política de preços, especificamente, pela redução dos preços de derivados petrolíferos em algumas unidades federadas, enquanto que impôs preços mais altos para o Estado da Bahia, restando o consumo regional, desconsiderando a Bahia na qualidade de única fonte de petróleo em volumes comerciais até então no Brasil, criando desânimo de qualquer iniciativa de produção, para um estado que estava ávido em desenvolver sua área geoeconômica, mas, que necessitava da utilização dos derivados do petróleo em proporções adequadas e a custo acessível (Boletim ACB, 1958).

A produção da refinaria Landulfo Alves na Bahia, atingiu nos idos de 1956, o nível mais elevado de produção de gasolina automotiva e óleo combustível, eliminando a importação desses produtos e iniciando o processo de exportação dos excedentes de gasolina para o Distrito Federal e Vitória/ES, e de óleo combustível para os Estados de Recife e

³⁵ Salientamos que nos idos de 1959, a Bahia ainda não possuía o setor industrial forte, sendo o setor petrolífero respondia por grande parte da economia baiana neste setor, induzindo de pequenas indústrias.

Vitória. Com base na lei nº 2.975, a Bahia buscou justificar sua reivindicação junto ao Conselho Nacional de Petróleo, exigindo a redução do imposto sobre os preços dos dois derivados, ainda que, Salvador apresentasse taxas portuárias das mais elevadas do país (Boletim ACB, 1958)³⁶.

Não obstante a economia em crescimento, era necessário resolver questões relativas aos meios de transportes, que apresentavam um tanto quanto insatisfatórios e, que, por não dizer, precária para a situação da economia do Estado da Bahia que se encontrava em pleno desenvolvimento. Segundo Almeida Sobrinho (1950):

Os nossos transportes ferroviários, como é sabido, pertencem ao Governo Federal e representam, para o território do Estado, 4 metros por quilômetro quadrado, enquanto em São Paulo, essa proporção é de 30 metros por quilômetro quadrado. É esse aspecto de abandono em que se encontrava a Bahia que ressaltado perante o Governo Federal, reclamando um auxílio mais substancial (Almeida Sobrinho, 1950, p. 7).

Esses momentos de grande produção dos derivados de petróleo, exigiam do Brasil e do Estado da Bahia investimentos em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, em condições de escoar as produções dos diversos produtos produzidos em solo baiano, mas também, de capacitação de mão de obra cada vez mais especializada. Nesse sentido, a cidade de Salvador, por não se apresentar enquanto cidade industrial, a sua condição de capital, Centro Administrativo e Econômico do Estado da Bahia, se estruturou para atender as demandas do mercado, em especial, serviços. Além disso, na condição de capital de um estado em crescimento econômico, reivindicava políticas de incentivos fiscais em nível nacional, que estimulassem investimentos na industrialização, com intuito de fortalecimento da economia baiana e da Região Nordeste.

Em contraste ao crescimento das atividades petrolíferas estava a agricultura do estado, que teve menor crescimento nesse período, atribuídos a queda de produtividade em decorrência das baixas fertilidades dos solos nas regiões mais produtivas. Todavia, com a criação do Banco do Nordeste do Brasil S.A., em 1952 e, posteriormente, a criação da SUDENE, em 1959, a economia baiana ganha fôlego, criando expectativas e dando suporte necessário para o desenvolvimento da Região Nordeste, com a expansão de financiamentos públicos de baixo custo, capazes de assegurar investimentos, inclusive agrícolas, que garantissem a retomada na produção do setor agropecuário, mas também, em outros setores produtivos e em infraestruturas urbanas (água potável, saneamento, energia, telecomunicações

³⁶ Mais informações ver em: BOLETIM ACB. Preços altos prejudicam na Bahia o consumo do Petróleo. Boletim da Associação Comercial da Bahia -ACB. Salvador/Bahia – Vol. nº 6. junho de 1958, p. 6-8.

e transporte), favorecendo o crescimento e desenvolvimento das cidades e, conseqüentemente, dos estados nordestinos (Almeida, 2008).

No que concerne a outros bens e serviços necessários para o desenvolvimento da cidade de Salvador, destacamos as áreas de educação e cultura, tendo na educação uma ampliação de demandas de matrículas em unidades escolares, sendo surpreendente o crescimento de vagas em Salvador, mas também, em cidades do interior baiano, na década de 1950. Ademais, com a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC)³⁷ nos idos 1953, contribuindo para a oferta de vagas. Segundo Dick, a

Bahia teve uma participação significativa nas ações da Campanha, principalmente no interior do estado, na região do município de Alagoinhas e redondezas. A grande participação de escolas cenevistas no interior baiano indica que foi uma via de privatização adotada pelo Estado brasileiro para a educação (Dick, 2020, p. 323).

Essas ações significaram um aporte necessário e relevante, em um momento que o governo do Estado da Bahia expandiu um número de escolas básicas na cidade de Salvador e em cidades do interior baiano, tendo um aumento considerável em números de escolas e, conseqüentemente, de educandos e educandas matriculadas entre os governos de Luís Régis Pacheco Pereira (1951-1955) e Antônio Balbino de Carvalho Filho (1955-1959). Se essa comparação for feita entre os idos de 1946 à 1956, o aumento em número de escolas quase que triplica, e de matrículas mais que quadruplicam, refletindo o crescimento e desenvolvimento da sociedade baiana (Dick, 2020).

Destaca-se nesse cenário educacional da cidade de Salvador na década de 1950, o Colégio Central da Bahia, que não restringia suas ações apenas aos ensinos ginasial e secundário, considerado de excelência pela qualidade de ensino, como também, as diversas manifestações culturais, como: poesia teatralizada e a literatura contemporânea, que despertava em estudantes o interesse pelo teatro (Rubim; Coutinho; Alcântara, 1990).

A Educação Superior, através da Universidade Federal da Bahia – UFBA, desde a sua criação em 1946, teve um crescimento fabuloso, sobretudo a partir da década de 1950, quando surgiu uma oferta maior de cursos universitários, inclusive nas primeiras faculdades privadas, notadamente na Escola Baiana de Medicina. A oferta de formação em nível universitário era restrita a capital do estado, sendo a UFBA a instituição a ofertar um maior número de vagas para esse nível de ensino, (Rubim; Coutinho; Alcântara, 1990).

³⁷ A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) surgiu em 1943, em Recife (PE), para atender crianças e jovens que não possuíam ofertas de estudos pelo poder público ou não tinham condições financeiras para ingressar em colégios privados. Informações disponíveis em: <https://cneec.br/nossa-historia>.

Em referência aos aspectos culturais, a década de 1950 foi fundamental enquanto marco temporal para a cidade de Salvador, que segundo Rubim, Coutinho e Alcântara (1990) foi nesse período que surgiram intensos movimentos culturais, com:

[...] o Clube do Cinema da Bahia. Dirigido pelo advogado e crítico cinematográfico Walter da Silveira, o cineclube tem sua primeira exibição realizada no auditório da Secretaria de Educação e Cultura, localizado no Corredor da Vitória, hoje Museu de Arte. Com menos de um ano de funcionamento, o CCB realiza um festival internacional com a participação de filmes de 12 países (Rubim; Coutinho; Alcântara, 1990, p. 34).

Os desdobramentos dessas ações culturais favoreceram a produção cinematográfica baiana, com desfecho na criação da cooperativa de cultura cinematográfica - Iemanjá Filmes, demonstrando a necessidade de formação profissional, não somente na dramaturgia, com a criação da Escola de Teatro, mas também, a partir da realização dos Seminários de Música, manifestando o desejo de criar a Escola de Música e, posteriormente a Escola de Dança em nível superior (Rubim; Coutinho; Alcântara, 1990).

Risério (2004) afirma que os movimentos em prol da cultura, ganharam ênfase do segundo para terceiro quartel do século XX, quando diz que:

[...] entre o final da década de 1940 e o início da de 1960, num país que velejava por mares democráticos, acelerando a sua marcha urbano-industrial, a Bahia se abriu a um considerável fluxo internacional de informações, que iria desembocar, adiante, em movimentos que, como o Cinema Novo e a Tropicália, alterariam definitivamente o panorama cultural brasileiro. Aconteceu ali, no horizonte até então acanhado da província, a coincidência entre o desejo de fazer, a existência de condições objetivas para o trabalho e a presença de pessoas capazes de tocar o barco. (Risério, 2004, p. 525-526).

Diz ainda o autor, que:

[...] a Bahia precisava de uma produção cultural de primeira linha, mas também dos meios que permitissem generalizar o processo de cultura. Daí que, para reafirmar “a existência, a unidade e o poderio espiritual da Bahia perante a grande Pátria”, Edgard pregasse a “união fundamental” da cultura e da economia. Nesse contexto, a Universidade é vista como “geratriz do progresso social”. Nela podem se desenhar tanto uma nova fisionomia estética quanto uma nova mentalidade econômica (Risério, 2004, p. 527).

Percebe-se então, que na década de 1950, a constituição do cenário da cidade de Salvador demonstrou ser bastante reveladora e de relevância impar para as pretensões de uma sociedade que desejava entrar na ciranda do progresso, conseguindo superar definitivamente as fases que impediam o crescimento econômico e o desenvolvimento de sua cena urbana.

Impulsionados pelo equilíbrio econômico das suas contas públicas e desejosa de se industrializar, a Bahia e, especificamente a cidade de Salvador, planejaram suas ações para que não houvesse retrocessos e trilhassem o caminho do desenvolvimento socioeconômico e de suas infraestruturas urbanísticas, garantindo e preservando de sua história e se desenvolvendo em espaços pouco explorados, estimulando sua expansão.

É importante salientar, que apesar de destacar as ações do governo do Estado da Bahia, cremos que estas foram realizadas em simbiose com as estruturas municipais, embora não tenhamos encontrado registros de narrativas de tais feitos, o que nos leva a crer que as intervenções estatais foram fundamentais para as mudanças no cenário soteropolitano.

Destaca-se nesse cenário, a importância do crescimento e desenvolvimento das cidades que compunham a Região Metropolitana da cidade de Salvador, geograficamente mais próxima da capital, propiciando a comunicação dos centros produtores com o centro administrativo e econômico do Estado da Bahia, facilitando o escoamento da produção da cidade de Salvador para os estados do Brasil e para outros países, por via portuária.

2.2 A FLORESCÊNCIA DA CIDADE DE SALVADOR EM MEIO A TURBULÊNCIA POLÍTICA DA DÉCADA DE 1960

Na transição das décadas de 1950 à 1960, a Bahia e o Nordeste brasileiro tinham consciências das suas condições econômicas e necessitavam romper os pensamentos que as reduziam à eternos dependentes de ações climáticas. Porém, eram necessários fortes investimentos da União, com intuito de minimizar os desequilíbrios interregionais e reduzir as desigualdades socioeconômicas de sua população. Segundo Risério (2004), as causas para tamanha desigualdade socioeconômica foram expressas em um diagnóstico, tendo como resultados três aspectos:

O primeiro, a industrialização do Brasil Meridional promovera uma drenagem da renda nordestina. Segundo, a dependência regional da exportação de produtos primários só seria superada pelo incremento de outras atividades (indústrias, de preferência). Terceiro, a ação governamental na região não poderia se limitar ao mero assistencialismo e à construção de açudes (Risério, 2004, p. 516).

Daí, ao retornar ao poder estadual, Juracy Montenegro Magalhães (1959-1963), buscou colocar em prática o Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia – PLANDEB, elaborado no governo Antônio Balbino de Carvalho Filho, sob a coordenação do economista Rômulo Barreto Almeida. Na visão do Governador Juracy Magalhães e de sua equipe econômica, a

efetivação das diretrizes do plano, consideravam as oportunidades que a geração de emprego à população propiciaria e, com isso, o desejo de “assegurar as condições que valorizem os salários nominais, através de um abastecimento farto e do atendimento das necessidades mínimas de educação e assistência sanitária à população do estado da Bahia” (Tavares, 2019, p. 479-480).

Ortega, Cerqueira e Silva (2016), afirmam que a implementação do Plandeb exigia a adoção de projetos que integrassem a agricultura, indústria e comércio, mas também a infraestrutura urbana-social, em uma ideia de complementaridade econômica e sem o estabelecimento de concorrência interna, ou seja, a Bahia e o Nordeste desenvolveriam seus setores industriais, de maneira que não haveria competitividade com os setores industriais das Regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Para Pessoti (2014), a ideia do Plandeb traria direcionamentos às ações para o setor econômico do Estado da Bahia, porém:

[...] não chegou a ser implementado de maneira integral, porque a Assembleia Legislativa não o aprovou. Tratava-se de um plano que na sua concepção buscava um modelo de “desconcentração concentrada” para a industrialização na Bahia através da atração de empresas produtoras de bens intermediários que proporcionariam o desenvolvimento industrial do estado, a partir dos distritos industriais que seriam instalados, associados a outras empresas produtoras de bens finais (Pessoti, 2014, p. 157).

O Plano de Desenvolvimento da Bahia – PLANDEB, tinha uma visão ampla de atuação, com a intenção de promover o desenvolvimento equilibrado da economia baiana em várias frentes, minimizando algumas deficiências de fornecimento de alimentos, com a implementação de fábrica de laticínios; dos frigoríficos de carne e de peixes, como também, do setor calçadista e da instalação de indústrias da química/petroquímica, siderúrgicas/metalúrgicas (Pessoti, 2014).

Apesar do Plandeb definir objetivos claros para implementação nos anos seguintes a posse do Governador Juracy Magalhães, estes, previam a fixação de capitais produzidos pela própria economia baiana; de capitais externos, oriundos dos setores agrícolas e industriais, mas também, de recursos públicos federais canalizados pela União. Todavia, os episódios ocorridos em nível nacional, com a renúncia do Presidente Jânio da Silva Quadros, e o veto dos ministros militares à posse do vice-presidente João Belchior Marques Goulart, foram desfavoráveis as pretensões do governo baiano (Tavares, 2019). A posição do Governador do Estado da Bahia fora de contraposição ao veto imposto, conforme afirma Tavares (2019) no fragmento a seguir:

O governador Juracy Magalhães condenou o veto dos ministros militares e defendeu a posse do vice-presidente. Sendo militar e político, participou das negociações que conduziram à posse de João Goulart na Presidência da República. No entanto, para que ela se efetivasse foi necessário criar um inesperado regime parlamentar no Brasil. Foi nesse sentido que o Congresso votou um Ato Adicional à Constituição de 1946. O político pessedista Tancredo Neves foi escolhido primeiro-ministro (Tavares, 2019, p. 481).

A tentativa de veto à posse de João Goulart, já sinalizava a intencionalidade dos militares e as repercussões que tal ação teria e teve em todo território nacional. Nesse ínterim, a Bahia se mobilizava em prol da constituição do setor industrial forte para a região, buscando incentivos fiscais e a dedução de impostos para as empresas que quisessem se instalar no Estado da Bahia e na Região Nordeste, além da oferta de capitais necessários à montagem do setor. Com a criação da SUDENE, em 1959, na qualidade de órgão de planejamento e política de fomento, a captação de recursos, tornou mais facilitado o processo de industrialização nordestina, a partir da década de 1960 (Risério, 2004).

As ações do Banco do Nordeste e da SUDENE foram substanciais para o crescimento e o desenvolvimento da economia da Região Nordeste, em especial, do Estado da Bahia, tendo investimentos fabulosos na década de 1960. Segundo Risério (2004), a sociedade baiana pôde assistir à evolução dos investimentos e o poder de transformação da cidade de Salvador e de sua Região Metropolitana, quando diz:

Se, com relação ao petróleo, a situação da Bahia era especialíssima, no campo da Sudene ela foi, no mínimo, privilegiada. A política governamental de financiamento fez do Nordeste um negócio realmente atrativo. As indústrias aqui instaladas, nessa época, apresentavam taxas de rentabilidade maiores do que aquelas que eram alcançadas em seus locais de origem. E a Bahia foi, de 1960 a 1970, o Estado que mais se beneficiou com essa onda de investimentos. De acordo com os dados fornecidos por José Sérgio Gabrielli, a Bahia absorveu mais da metade dos investimentos feitos no Nordeste, ao longo desse período, nas áreas da metalurgia, da mecânica, da borracha e da química. Na região de Salvador, ocorreu um notável aumento da oferta de emprego nos setores industrial e terciário. Foram criados por aqui cerca de 260 mil empregos, segundo os especialistas na matéria. E é por isso, também, que esses mesmos especialistas falam de uma des-ruralização, nessa época, daquilo que então se convencionou definir como a Área Metropolitana de Salvador. A região deixa para trás arquivada, a sua secular disposição agrícola (Risério, 2004, p. 517-518).

Para Almeida (2008), os impactos ocasionados com os incrementos do Banco do Nordeste do Brasil e da SUDENE,

[...] se multiplicaram nos anos 60 e 70, com base em duas fontes de recursos: de um lado, o repasse de empréstimos externos, principalmente, do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, e, de outro, os depósitos

oriundos dos sistemas de incentivos fiscais (desde 1962, através do dispositivo 34/18, que permitia a dedução do Imposto de Renda de pessoas jurídicas para aplicação em projetos industriais nordestinos) (Almeida, 2008, p. 22).

A relevância dos investimentos sinalizados para o setor industrial na Região Metropolitana desencadeou outros benefícios para a cidade de Salvador, necessitando de organização na preparação de mão de obra e a garantia de insumos que atendessem as necessidades da nova fase que a Bahia passou a desfrutar. Além do mais, os serviços que a cidade de Salvador passou a prestar para a composição dos quadros funcionais ao exercício e desempenho de atividades para o mercado, contribuiu para que a capital baiana mantivesse seus planos de estruturação urbana, sobretudo nos sistemas de fornecimento de água, esgoto e energia elétrica, para contemplar a crescente necessidade de habitação.

Interessa-nos ratificar que a cidade de Salvador era (e continua sendo) o principal Centro Administrativo e Econômico do Estado da Bahia, por todos os atributos a ela conferidos na qualidade de Capital de um dos principais estados da federação e, que, portanto, apesar dos investimentos no setor industrial na época, serem projetados para algumas cidades da Região Metropolitana, a cidade de Salvador teve o crescimento socioeconômico e cultural em ritmos equivalentes a economia do Estado da Bahia.

Foi nesse período, que na cidade de Salvador a verticalização de sua arquitetura se tornou de forma intensa, notadamente no Corredor da Vitória, Pituba e Avenida Sete. Além disso, foi construída a primeira rodoviária da cidade na Sete Portas, em 1962; a Faculdade de Arquitetura na Federação e a Faculdade de Direito no Vale do Canela, 1963 (Rubim; Coutinho; Alcântara, 1990).

Lógico, que as condições para que a cidade de Salvador continuasse o crescimento e o desenvolvimento de seu espaço urbano, ficaram condicionados aos arranjos políticos em níveis estadual e federal, sobretudo de políticas públicas implementadas para captação de recursos para o Estado da Bahia, já que a cidade de Salvador não tinha uma economia autossuficiente que atendesse seus anseios em se desenvolver.

Com a eleição de Antônio Lomanto Junior (1963-1967) para Governador do Estado da Bahia, sucedendo Juracy Montenegro Magalhães, algumas mudanças foram perceptíveis, notadamente no discurso econômico. A Bahia desejava se industrializar, entretanto, o início do governo Antônio Lomanto Junior ficou marcado por um discurso que seguia uma linha mais social, iniciando a fase de reforma agrária na Bahia, através da desapropriação de

fazendas no município de Candeias e, por conseguinte, instalação do núcleo colonial Landolfo Alves (Tavares, 2019).

Acrescenta-se ao fato da alternância de poder e a necessidade de continuidade nos projetos de desenvolvimento, que quase sempre eram freados ou seguiam novos rumos, o Brasil passou a conviver com ameaças internas, provocadas por um duro golpe a democracia do país, com a intervenção militar nas principais cidades do Brasil, tendo desdobramentos que atingiram em cheio a população brasileira, principalmente, os(as) suspeitos(as) de serem comunistas e ou que contrapunham ao regime ora instalado, como: a classe política, professores, estudantes, intelectuais, jornalistas, profissionais liberais e operários (Tavares, 2019).

A cidade de Salvador, em 1º de abril de 1964, acorda de sobressalto com a intervenção militar, sinalizada por adoção de posturas antidemocráticas de contraposição à Constituição 1946, onde se instituíam a democracia brasileira após a experiência tenebrosa com a Ditadura do Estado Novo que causaram impactos a economia e, por consequência, freando o desenvolvimento da cidade de Salvador e do Estado Bahia. Daí, o temor dos soteropolitanos de retrocesso das conquistas que a cidade de Salvador vinha obtendo e ao cerceamento de direitos básicos à população baiana. Conforme Tavares (2019):

[...] no dia 1º de abril o centro urbano da cidade de Salvador amanheceu guardado por ninhos de metralhadoras. Surpresa e desinformada sobre aquelas providências de guerra, a população correu para os supermercados e começou a se abastecer de alimentos. Em nenhum momento aconteceram greves na Petrobras, Estiva e estradas de ferro. A Câmara Federal votou a vacância da Presidência ainda com o presidente João Goulart no território nacional. Com a sua remoção de um cargo para o qual fora eleito em eleições livres e diretas, caiu a democracia brasileira definida na Constituição de 1946 e o Brasil mergulhou em outro período ditatorial (Tavares, 2019, p. 482).

Risério (2004) acrescenta que:

[...] entre os meses de março e abriu de 1964, uma intervenção militar, previsível e prevista, encurrala o Governo constitucionalmente estabelecido, depondo, sem encontrar qualquer resistência mais significativa, o presidente Goulart. Sai de cena, então, o bloco nacional-populista. Desintegra-se, a bem da verdade. E começam os tempos da ditadura militar. São outras, agora, as regras do jogo. Progressivamente, os militares vão controlando tudo (Risério, 2004, p. 521).

O descalabro foi tamanho, que na Bahia a repressão resultou em quantitativos de presos que superlotaram os quartéis. O centro da cidade de Salvador estava em agitação, com tropas saindo do Quartel da Mouraria em direção as principais ruas, com a intenção de reprender

atos contrários à intervenção. Além disso, havia rumores do desejo de interrupção da gestão do último governo eleito por voto direto antes da intervenção militar, e as autoridades confusas e sem entender a situação, buscavam respostas com o Governador Antônio Lomanto Júnior, no Palácio da Aclamação, que sobre ameaças de afastamento das suas funções, ficou incomunicável. Após longas negociações entre os militares e a igreja, coordenadas pelo arcebispo primaz do Brasil, cardeal dom Augusto Álvaro da Silva, o Governador Lomanto Júnior foi mantido em sua função (Ivo, 2009; Tavares, 2019).

A necessidade e desejo de permanecer à frente da gestão do governo da Bahia, fez com que o Governador Antônio Lomanto Júnior reorganizasse seu secretariado, com intuito de se dedicar a reforma administrativa na perspectiva de dar continuidade aos projetos em curso e retomasse a política econômica estadual e planejamento regional, reforçando a ideia pensada em 1961, com a constituição do Conselho de Desenvolvimento Industrial, que daria os suportes necessários para que a Bahia não retrocedesse no seu propósito de industrialização. Todavia, com o Golpe Militar de 1964, os programas e planos para o desenvolvimento foram centralizados em Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED e os Planos Nacionais de Desenvolvimentos – PND I e II, em nível federal (Ortega; Cerqueira; Silva, 2016).

Segundo Ortega, Cerqueira e Silva (2016), a reforma administrativa proposta por Antônio Lomanto Júnior, em 1966, objetivava organizar o estado em vinte e uma regiões administrativas a partir dos dados e consultoria do IBGE, tendo cidades sedes nessas regiões administrativas, onde se instalariam as agências e órgãos de atuação governamental, porém, foram reconhecidas pelo governo apenas dezessete regiões administrativas, com seus respectivos centros regionais do Estado da Bahia.

Afirma, ainda, os autores que:

[...] além da modernização da máquina do estado, a reforma administrativa visava à promoção da industrialização da Bahia, quando foram instituídos a Secretaria da Indústria e Comércio, o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia e o Centro Industrial de Aratu (CIA). A referida secretaria foi responsável pela formulação política, o banco, pela concessão de financiamentos e a CIA, pela disponibilidade de áreas com infraestrutura e pela atração de investimento (Ortega; Cerqueira; Silva, 2016, p. 59).

Em referência a CIA, esse modelo de implantação de indústria seguiu uma linha dos ricos modelos europeus, caracterizados pela auto-organização e sustentados em uma lenta acumulação de capital social, cabendo ao estado, propiciar incentivos fiscais para a preparação e disponibilização de terrenos limpos, com serviços: de terraplenagem; ruas e pistas de acesso. Ademais, deveriam prover de instalações básicas, como: água, esgotos

sanitários, energia elétrica, telecomunicações e segurança, mas também, estruturas que permitissem a acessibilidade, através de conexões viárias e com a possibilidade de instalação de um porto, para escoamento da produção (Almeida, 2008; Pessoti, 2014).

Com essas condições, a Bahia atrairia a atenção de empresas do ramo industrial de outras regiões do Brasil, já que inexistia predisposição de empresas do ramo industrial na Bahia. Portanto, objetivamente, a CIA representava a constituição de indústrias interdependentes, independentemente do ramo industrial, desde que tivesse disposição em se instalar, era bem acolhida pelo governo da Bahia (Almeida, 2008; Pessoti, 2014).

Risério (2004) no fragmento a seguir, reforça que as condições foram favoráveis para implantação da CIA, quando diz:

[...] o que o Estado fez ali foi limpar o terreno e montar uma estrutura para receber indústrias. A fim de atraí-las, ofereceu todas as facilidades. Vendeu terrenos a preços simbólicos. E forneceu a base indispensável às operações industriais previstas: água, esgotamento sanitário, energia elétrica, conexões viárias, um porto. Com isso, o que ocorreu, da Petrobrás e CIA, foi um alto grau de concentração espacial do setor industrial baiano. Ficou tudo na Cidade da Bahia e seu Recôncavo. E desse modo se completou a integração da economia baiana no conjunto da economia brasileira (Risério, 2004, p. 523).

É importante destacar que o desejo de se desenvolver não ficaram restritos aos aspectos econômicos, porém, as alterações de sua condição socioeconômica a partir da segunda metade do século XX, favoreceram que a cidade de Salvador e o Estado da Bahia, modificassem suas relações sociais e culturais, notadamente voltadas para a educação, com intuito de atender as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, de nº 4.024 de 20 de novembro de 1961, mas, com a intervenção militar, que culminou na ditadura militar de 1964, novas dinâmicas e experiências sociais passaram a ser exigidas.

Segundo Borges (2022), no que se refere ao sistema educacional, com as novas exigências impostas pela LDBEN 4.024/61 e da ditadura militar, a Bahia teve que se preparar:

[...] não apenas para reorganizar seu sistema de ensino, mas, também, dar conta de criar e construir uma estrutura física, intelectual e em certa medida ideológica dos espaços reais e imaginários onde a instrução escolar irá acontecer, sob a tutela, de preferência, das elites do estado baiano, o qual se pretende moderno, técnico e conservador em seu *status quo* (Borges, 2022, p. 88-89).

Diz, ainda, a autora que:

[...] são mudanças e alterações propostas num espaço curto de tempo e atravessado por convulsões políticas, econômicas e sociais que vai do autoritarismo ao exercício pleno democrático e retorna ao autoritarismo, o

que demanda de todos os envolvidos vários esforços para colocar projetos que ainda nem foram elaborados em prática e são substituídos com a mesma rapidez que se alteram as culturas de governo (Borges, 2022, p. 91).

Na Bahia, apesar do acesso à educação ter se expandido com grande força entre os idos 1946 à 1960, após o movimento de redemocratização do país, não se restringiu apenas ao aumento do número de escolas e vagas para o ensino secundarista na cidade de Salvador e em toda Bahia, esse movimento de expansão provocou uma organização dos estudantes em classe politicamente estruturada, que reivindicava para si direitos ao ensino de qualidade e provocava nos professores e nas professoras a necessidade de organização enquanto categoria, que buscava cada vez mais sua profissionalização.

É relevante enfatizar o papel da SUDENE para a educação da Bahia, sobretudo para o desenvolvimento socioeconômico durante o período da ditadura militar, com a disponibilidade de investimentos não somente em níveis e modalidades de formação, que foram da educação escolar, técnico-administrativo e superior, como também, em infratestruturas, com a construção de prédios escolares, diminuindo a defasagem escolar no Estado da Bahia (Borges, 2022). Todavia, esse panorama começa a ganhar contornos diferentes e a se alterar, quando:

[...] a mudança institucional e constitucional na organização do Estado Civil Militar será colocado com mais fervor a prática da moralização e da disciplina militar nos sistemas educacionais, afinal, a escola será importante instrumento de consolidação do regime, bem como, para afastar o fantasma do comunismo que por ventura tenha sido aplicada no movimento mais liberal de escolarização em progresso no período democrático (1946-1964) (Borges, 2022, p. 95).

Foi nesse cenário, que com o respaldo do presidente Humberto de Alencar Castello Branco, foi eleito pela Assembleia Legislativa da Bahia o Governador Luís Viana Filho (1967-1971), se tornando o primeiro a governar a Bahia por via indireta durante a ditadura militar. Logo que assumiu, nomeou para a Secretaria de Educação e Cultura, o professor doutor Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito, tendo a tarefa de reorganizar o Sistema Educacional da Bahia, que foi do ensino elementar ao ensino superior, objetivando fazer da educação o caminho para o desenvolvimento, sendo preparados e postos em prática os Planos de Educação I e II (Ortega; Cerqueira; Silva, 2016; Tavares, 2019).

A preocupação do Governador Luís Viana Filho não se restringiu a organização do Sistema Educacional da Bahia, era necessário munir a população de estruturas que favorecessem as atividades de consultas e pesquisa. Foi então, que desapropriou uma área no

bairro dos Barris para a instalação de uma biblioteca em condições de atender o público baiano. Ademais, estabeleceu convênios com editoras baianas, com intuito de editar livros que seriam utilizados durante o processo educacional do público estudantil (Tavares, 2019).

As articulações por parte do governo continuavam no sentido de munir juridicamente suas ações para o setor educacional. Nesse sentido, foi elaborada e aprovada a Lei de nº 2.463, de 13 de setembro de 1967, que dispõe da Lei Orgânica do Ensino, sendo sancionada pelo Governador Luiz Viana Filho, objetivando orientar a educação e a cultura baiana, inspirada em princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana entre todos os cidadãos e cidadãs do Estado da Bahia, independentemente de suas opções religiosas, de suas convicções políticas, de suas condições socioeconômicas e sem distinção de raça, mas, que possibilitasse iguais condições de desenvolvimento de sua inteligência e personalidade, destinada aos públicos do ensino primário, passando pela formação técnica até o ensino superior (Bahia, 1967).

É possível inferir, que o processo de escolarização propiciada na organização do ensino para o Estado da Bahia, trazia peculiaridade quanto a alguns objetivos, em especial, o ensino de técnicas que permitissem aos estudantes valores tradicionais, tendo as instituições públicas que se imbuir do ensino prático, sobretudo nos ensinos médio e superior, quando a formação dos (as) adolescentes deveria primar pela cultura geral e formação profissional, que lhes permitissem o encaminhamento para o trabalho. Além disso, enfatiza que o acesso ao ensino fundamental e ginasial era mediante exames de admissão, deixando claro que não estavam disponíveis para todos.

Em seus estudos, Borges (2022), construiu um quadro que sintetiza bem a organização do ensino na Bahia em duas fases. A primeira fase do processo de escolarização foi denominada de educação pré-primária e primária, composta por: pré-primário, primário, fundamental e grau complementar. Na segunda fase, denominada de educação de grau médio e secundário, composto por: ginasial, colegial, técnico e normal, conforme disponibilizados no quadro a seguir:

Quadro 4 - Organização do Ensino na Bahia (1967) – Lei nº 2.463/1967

ORGANIZAÇÃO DO ENSINO DO ESTADO DA BAHIA LEI Nº 2.463 DE 13 DE SETEMBRO DE 1967	
DA EDUCAÇÃO PRÉ-PRIMÁRIA E PRIMÁRIO	DA EDUCAÇÃO DE GRAU MÉDIO E SEUNDÁRIO Cada estabelecimento de ensino médio disporá em regimento sobre a sua organização, constituição dos seus cursos e seu regime administrativo disciplinar e didático, aprovados pelo Conselho Estadual de Educação.

PRÉ-PRIMÁRIO	Será ministrada em classes maternas e infantis anexas às escolas primárias ou em escolas independentes; As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de 7 anos serão estimuladas a organizar e manter [...].	GINASIAL	Ingresso por meio de exame de admissão; Estudante da idade de 11 anos e educação primária completa; Duração de quatro (04) séries anuais; ministradas 09 (nove) disciplinas.
PRIMÁRIO	A educação primária será ministrada em dois (2) graus, um fundamental de cinco (5) anos e outro complementar de dois (2) anos; Esses cursos deverão articular-se com os cursos de habilitação e treinamento profissionais, para a integração desse tipo de aluno inclusive nos demais níveis de ensino.	COLEGIAL	Para matrícula da primeira (1ª) série do ciclo colegial será exigida a conclusão do ciclo ginásial ou equivalente; com duração de três (03) séries anuais; Nas duas primeiras séries do ciclo colegial, além das práticas educativas serão ensinadas oito (08) disciplinas, das quais uma ou duas optativas de livre escolha do estabelecimento, sendo no mínimo cinco (05) e no máximo sete (07) em cada série: a terceira (3ª) série compreenderá no mínimo quatro (04) e no máximo seis (06) disciplinas.
FUNDAMENTAL	Duração de cinco (5) anos, e acesso por meio de exame de admissão. Realizado em escola primária.	TÉCNICO	Cursos: Industrial, agrícola, comercial, e de aux. de enfermagem; Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos; o ginásial com a duração de quatro (04) anos e o colegial no mínimo de três (03) anos; Podem ministrar cursos de especialização e de aperfeiçoamento. Duração de uma a três séries anuais.
GRAU COMPLEMENTAR	Será ministrado em dois anos; Articulado ao 1º ciclo do ensino médio; Realizado em escola complementar.	NORMAL	Destina-se à formação de professores, de orientadores, de supervisores e de administradores escolares para o ensino primário; Ensino ministrado em: escola normal ginásial; colegial, ou instituto de educação; Exigido estágio de 125 horas para diplomação.

FONTE: Borges (2022, p. 98).

Embora a intencionalidade do Governo do Estado da Bahia, através das ações da Secretaria de Educação e Cultura, sinalizasse uma organicidade do sistema educacional baiano, estas ações não estavam dissociadas do cenário nacional, e os reflexos da turbulência ocasionada pela ditadura militar em curto espaço de tempo na década de 1960, foi sem precedentes para a sociedade brasileira, principalmente pela consolidação da nova Constituição Federal de 1967, que apesar da manutenção de alguns princípios e finalidades educacionais da Constituição de 1946, na essência ganha delineamentos diferentes com a publicação do Ato Institucional nº 5 – AI-5, em 13 de dezembro de 1968, quando distorcem tais princípios e finalidades, a partir do momento que cerceiam o direito e a liberdade de expressão, demonstrando o lado mais cruel e duradouro do regime, produzindo um elenco de ações arbitrárias e de crueldade jamais vista na história do Brasil.

As ações repressivas doravante publicação AI-5, atingiram em cheio o movimento estudantil, mas não inibiram as ações de contraposição ao regime, sobretudo, dos estudantes secundaristas e universitários, e de outras lideranças da sociedade brasileira. Porém, representou um duro golpe aos movimentos de esquerda brasileira, exigindo destes mobilização e um “intenso debate sobre as causas da derrota em 1964 e as perspectivas de luta, a esquerda vivia cisões, rachas, fusões e algumas das suas correntes já vislumbravam ações armadas para enfrentar a ditadura” (Brito, 2009, p. 90).

A despeito das repressões sofridas por muitas lideranças do movimento estudantil e da desestruturação das entidades representativas dos estudantes, notadamente da União Nacional dos Estudantes – UNE, tornando-a ilegal em suas ações, a necessidade de organização das lutas estudantis, sinalizou a urgência de reorganização da UNE e dos diretórios acadêmicos enquanto instâncias deliberativas em defesa do direito à organização estudantil. De acordo com Brito:

[...] desde de 1965 a UNE realizava seus Congressos e, em 1968, a esquerda já havia retomado a direção política da entidade. Para além da esfera organizativa, os anos de 1966 e 1967 foram marcados por lutas estudantis contra a repressão, a política educacional do governo, as anuidades, dentre outros. No caso baiano, estes mesmos anos também foram palco de protestos comuns envolvendo secundaristas e universitários, com destaque para as lutas pela liberdade de expressão e contra a repressão cultural no Colégio Central (1966) e contra a cobrança de mensalidades no ensino secundário em 1967 (Brito, 2009, p. 91).

Observa-se que na cidade de Salvador, a efervescência do movimento estudantil não se restringiu apenas as reivindicações por aumento de vagas nos ensinos secundaristas e universitários de instituições públicas, abrangiam também, o livre direito de expressões educativas, notadamente culturais, reivindicações feitas devido aos altos níveis de censuras impostos pela ditadura militar. Entretanto, as demandas por vagas na Universidade Federal da Bahia – UFBA, eram alarmantes e a redução de recursos para o orçamento universitário chegaram a patamares insustentáveis, conforme assevera Brito (2009) no fragmento a seguir:

Esse problema era antigo. Ao observar as Atas do Conselho Universitário, percebemos que, desde 1965, havia queixas em relação ao orçamento. Em 1965, houve uma redução de 20%; em 1966, baixou 33%, em 1967, foi dito que não estaria em condições satisfatórias. Já em março de 1968, o corte de verbas e suas consequências, para o funcionamento da universidade foram publicizados. Nessa época, mais da metade do orçamento era comprometida com o pagamento de pessoal e a parte de custeio seria a principal atingida. Para piorar a situação, mesmo com o corte, as verbas não tinham sido liberadas (Brito, 2009, p. 95).

Brito (2009) declara, ainda, que a realidade da UFBA desencadeou em manifestações, com passeatas e atos políticos contra os cortes de verbas e arrocho salarial dos professores e funcionários, bem como, em oposição à redução do número de vagas e a existência de excedentes, ao enfatizar que as:

[...] entidades estudantis marcaram uma assembleia geral com vistas a aprovar uma resolução coletiva. No entanto, nem todos os cursos esperaram essa reunião e a entrada na greve ocorreu em ritmos distintos sendo que os acadêmicos de odontologia, medicina e enfermagem iniciaram a greve antes da assembleia geral. Enquanto isso, outras Faculdades aderiam à mobilização. Em 11/06/1968, oficializou-se a greve dos estudantes da UFBA reivindicando a liberação das verbas para a universidade (Brito, 2009, p. 96).

Em meio à truculência militar que marcou o período da ditadura no Brasil e na Bahia, em relação à cidade de Salvador, a repressão com invasões de unidades da UFBA; agressões físicas e psíquicas sofridas por estudantes; destruição de patrimônios públicos e cerceamentos de direitos à palavra, não impediram que os estudantes continuassem na luta e mantivessem as ocupações das Faculdades. Associados a isso, aos atos públicos com palavras de ordem e esclarecimentos à população soteropolitana sobre as reivindicações, com a intenção de que outros segmentos da sociedade, como: professores, intelectuais, artistas, jornalistas e membros da Igreja Católica, aderissem ao movimento contra a política educacional do governo (Brito, 2009).

A continuidade das ações repressivas eram orquestradas com objetivos claros de desmobilizar e ou frear os movimentos dos diversos segmentos organizados, com: 1) a cassação do direito de matrícula de alguns estudantes universitários, em afronta à autonomia universitária; 2) as desarticulações e prisões de lideranças petroleiras e de outros sindicatos, com discursos dos riscos de que tais representações trariam para o projeto que a direita organizada e os militares tinham para o país; 3) a tentativa de silenciamento da intelectualidade acadêmica e cultural, com as prisões, fugas, exílios das principais celebridades; e 4) o esvaziamento do Poder Legislativo, foram exemplos da violência aplicada com a implementação do AI-5 (Ivo, 2009; Risério, 2004; Brito, 2009).

Quanto à cultura, o cenário acadêmico foi propício para a promoção do teatro baiano, com a criação da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia nos idos de 1955, intensificado com a construção do Teatro Castro Alves, em 1962 e, posteriormente a inauguração em 1967. Mas, foi nos idos de 1964, que o teatro livre da Bahia se desenvolveu, impulsionado pela construção do Teatro Vila Velha, servindo enquanto palcos de luta e reivindicações (Ludwig, 1982).

Com a efetivação do AI-5, em dezembro de 1968, os efeitos da repressão se aprofundaram, ao ponto da programação da Bienal das Artes Plásticas, realizada na cidade de Salvador, ter suas atividades canceladas. Além disso, as atividades do cineclubista, a produção cinematográfica baiana e os movimentos teatrais tiveram suas programações enfraquecidas e quase encerradas em sua totalidade. Em nível nacional, os circuitos culturais foram alterados, concentrando suas atividades no eixo Rio-São Paulo, com programações televisivas (Rubim; Coutinho; Alcântara, 1990).

A despeito da tentativa de concentração das atividades culturais na Região Sudeste do Brasil, na cidade de Salvador a movimentação cultural continuava acompanhando a evolução do seu crescimento dos espaços urbanos, com o crescimento das atividades do Clube de Cinema, inclusive com a organização da Associação dos Críticos Cinematográficos da Bahia; o Museu de Arte Moderna da Bahia foi fundado nessa década, a princípio instalado no Teatro Castro Alves na década 1960 e, posteriormente, transferido para o Solar do Unhão (Rubim; Coutinho; Alcântara, 1990).

Os efeitos negativos protagonizados pelo regime militar, não inibiram as manifestações artísticas baianas, pelo contrário, a cultura se mostrou resiliente, onde as atividades artistas continuaram em destaque a partir de 1964, nos campos do cinema, do teatro e da música popular, esta última, desencadeou no surgimento do movimento tropicalista, contribuindo para a valorização da cultura de massa e promovendo novas formas de pensar, se desenvolvendo em uma mesma dinâmica da cidade (Ludwig, 1982).

Percebe-se então, que a cidade de Salvador viveu uma combinação de sensações na década de 1960, que foram se constituindo em meio a agitação ocasionada pelo crescimento sociocultural e econômico, que motivou no desenvolvimento de seus espaços urbanos, em contraponto com a truculência imposta pela ditadura militar, transparecendo que eram mundos distintos em uma única cena urbana.

A análise das experiências vividas pela sociedade soteropolitana, com seu processo de crescimento e modificação da infraestrutura, reflete o desejo que essa sociedade, notadamente as classes média e política tiveram de transformação desse cenário, com o discurso de que era necessário reconsiderar os condicionantes socioeconômicos e culturais que impediam a cidade de se desenvolver, expulsando de alguns espaços, a população pobre. Carvalho e Pereira (2008), ratificam esse posicionamento ao afirmar que à:

[...] época que a expansão e modernização da velha capital baiana foram desencadeadas, o que se tinha era uma região urbana pobre e incipiente, polarizada por uma cidade praticamente estagnada ao longo de várias décadas, que exigia uma transformação. E isso se deu de forma bastante

rápida e abrupta, entre as décadas de 1960 e 1970, com a realização de grandes obras que acompanharam e anteciparam os vetores da expansão urbana e uma intensa ocupação informal de famílias de baixa renda na periferia. Nessa fase, comprometida com uma modernização excludente e com os interesses do capital imobiliário, a Prefeitura de Salvador, que detinha a maioria das terras do município, transferiu sua propriedade para (algumas poucas) mãos privadas, através da Lei da Reforma Urbana, em 1968. A abertura das avenidas de vale extirpou do tecido urbano mais valorizado um conjunto significativo de assentamentos de população pobre, que ocupavam tradicionalmente os fundos até então inacessíveis dos numerosos vales de Salvador. Além disso, o governo municipal erradicou invasões populares localizadas na orla marítima, área reservada ao turismo, outro componente da estratégia de crescimento e modernização da cidade (Carvalho; Pereira, 2008, p. 85).

As transformações ocorridas na infraestrutura do Estado da Bahia na década de 1960 foram fundamentais para colocar a cidade de Salvador também na rota do turismo. Segundo Almeida (2008), o “desenvolvimento do transporte aeroviário no país e o asfaltamento da estrada Rio-Bahia (1963) colocaram Salvador no mapa do turismo nacional: em 1968, foi criada a estatal Bahiatursa – Empresa de Turismo da Bahia”. Além disso, Salvador deu continuidade ao processo de verticalização de edifícios, a exemplo do Centro Médico da Graça e da Biblioteca Central dos Barris, em 1969 (Almeida, 2008, p.34).

O crescimento do turismo para a cidade de Salvador sinalizava a necessidade de oferecimentos de serviços essenciais e a consolidação de um comércio forte. Foi então, que a cidade de Salvador demonstrou capacidade para atrair investimentos de pequenas indústrias urbanas de alimentos, de comércio varejista, promoveu a expansão de lojas de departamento, de supermercados e, posteriormente, a construção de *shopping centers*, que potencializaram a economia da sociedade soteropolitana entre as décadas de 1960 e 1970 (Rubim; Coutinho; Alcântara, 1990; Almeida, 2008).

Outro aspecto determinante para o crescimento econômico da cidade de Salvador e Região Metropolitana, impulsionado pelos investimentos da Petrobras na década de 1960, foi a conclusão das malhas rodoviárias da BR 116 e da BR 324, que interligou a cidade de Salvador às regiões de produções do Estado da Bahia e a outras regiões industriais do Brasil, viabilizando os transportes de produtos e mercadorias, bem como a mobilidade de veículos com outras finalidades para além das comerciais. Contudo, os transportes ferroviários e fluviais não receberam a mesma atenção, sofrendo abandono durante a ditadura militar por parte do poder público à medida que aumentavam os investimentos na indústria (Almeida, 2008).

Risério (2004) resume a situação da economia Bahia elencando alguns fatores que foram fundamentais entre as décadas de 1950 e 1960, quando diz que:

[...] a expansão do capitalismo brasileiro para a região nordestina engendrou uma nova realidade baiana. A Petrobrás, a BR-324 (estrada Rio-Bahia), a construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso e a Sudene foram as peças fundamentais dessa transformação. A Chesf, Companhia Hidrelétrica do São Francisco, representou para nós um salto energético. De 1956 a 1962, a produção de energia elétrica para o Nordeste quase chegou a quadruplicar – e a Bahia absorvia parte considerável do que Paulo Afonso produzia. Com relação à BR-324, valem duas observações. Sua construção se deveu, sobretudo, à pressão de grupos industriais centro-sulistas que buscavam intensificar a integração nacional, com o fito de ampliar o circuito mercadológico de seus produtos. A outra observação é, na verdade, um lamento. Infelizmente, o Brasil tem avançado de forma estabana, jogando fora coisas que, a certa altura, julga dessuetas. Assim, em vez de somar rodovias e ferrovias, passamos simplesmente a desprezar os trens, relegando as vias férreas ao abandono – e, claro, à destruição (Risério, 2004, p. 518).

Sem sombras de dúvidas foi na década de 1960, que a cidade de Salvador sentiu os reflexos de seu crescimento econômico, traduzido no desenvolvimento do espaço urbano, com a verticalização da capital; no aumento de escolas secundaristas; no fortalecimento da educação superior, através da criação de novos cursos pela Universidade Federal da Bahia e da implantação da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, em 1961; no incremento da cultura, com as atividades do Clube de Cinema, do Museu de Arte Moderna da Bahia, da construção do Teatro Castro Alves e do Teatro Vila Velha.

Além disso, pelo processo de industrialização da Região Metropolitana, com a inauguração do Centro Industrial de Aratu, em 1967; pela dinâmica de acessibilidade à cidade de Salvador, através das BRs e das estradas intermunicipais, que favoreceram a economia baiana pela possibilidade de escoamento das produções, mas também, por viabilizar o turismo, exigindo investimentos em rede hoteleira e dos serviços essenciais, dando ares modernos à capital baiana, não obstante, o crescente processo de marginalização e de segregação sofrida pela população pobre, despejadas das pretensões do poder público.

Outros aspectos que marcaram a década de 1960 se referem à mobilidade e aos investimentos em meios de comunicação televisa na capital baiana. Com o fim das atividades de bondes na cidade de Salvador, nos idos de 1961, e com a necessidade de integração de pessoas aos novos bairros e o crescente comércio, exigiu da população e do poder pública a criação de alternativas que atendessem as exigências da ampliação demográfica, havendo um aumento considerado de automóveis particulares, cerca de 30.000, e, mais, 797 ônibus de circulação urbana e 931 táxis. Em relação à comunicação, foi na década de 1960, que a capital

baiana passa a conviver com a tecnologia moderna de transmissão de imagens, com a introdução dos equipamentos de televisão, a princípio da TV Itapoã, em 1960 e, posteriormente, a TV Aratu, nos idos de 1969, simbolismo do urbanismo moderno, demonstrando que a cidade de Salvador estava definitivamente na ciranda do capitalismo moderno (Andrade e Brandão, 2009).

2.3 SALVADOR: UMA CIDADE EM EXPANSÃO URBANA E CONSOLIDAÇÃO ECONÔMICA ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980

A década de 1970, ficou marcada para o Estado da Bahia e para cidade de Salvador pela continuidade do dinamismo econômico, proveniente do planejamento estabelecido a partir da segunda metade do século XX para fortalecer a economia baiana, com a criação do setor industrial, fato que aconteceu com a inauguração do CIA, em 1967, no governo de Luís Viana Filho e, posteriormente, com a construção do Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC, no governo Roberto Figueira Santos, entrando em funcionamento em 1978; além dos serviços adicionados que o processo de industrialização exigia, dando continuidade ao crescimento econômico e ao desenvolvimento do Estado da Bahia (Tavares, 2019).

No início desse período, com a eleição e posse do Governador Antônio Carlos Magalhães (1971-1975), por via indireta, a comunicação com o Governo Federal e com governos e organismos internacionais, se tornaram mais intensas, exigindo que a Bahia planejasse suas ações estratégicas para a continuidade do processo de crescimento econômico, que lhes conferissem uma melhor eficiência e melhor desenvolvimento para o estado.

Diante disso, foi criada a Secretaria de Planejamento, Ciências e Tecnologia – SEPLANTEC, com a intenção de estruturar a máquina pública, através do processo de descentralização estatal, implantando setores estatais em algumas cidades que compunham as regiões do estado, permitindo uma aproximação dos municípios com a estrutura do estado e capturando as necessidades e as potencialidades regionais da Bahia, para conferir uma melhor funcionalidade à máquina pública, sendo uma das marcas positivas apresentadas para esse novo ciclo (Ortega; Cerqueira; Silva, 2016).

Segundo Ortega, Cerqueira e Silva (2016), o Projeto de Regionalização Administrativa, discutido no início da gestão do Governador Antônio Carlos Magalhães, foi baseado em alguns estudos realizados em gestões anteriores, que estabeleceram: as zonas de influências urbanas; a centralidade; as regiões administrativas e regiões funcionais. Nesses estudos,

objetivavam identificar as cidades com conhecimentos e potenciais administrativos, que tivessem as estruturas básicas de comunicação e transportes; fossem cidades populosas; estratégicas do ponto de vista regional, pelo fluxo comercial e de pessoas, mas também, pela acessibilidade e funcionalidade de estradas e aeroportos.

As ações administrativas do Governo do Estado, se intensificaram com a construção do Centro Administrativo da Bahia – CAB, em 1972; com a construção Terminal Rodoviário de Salvador, em 1974, oferecendo serviços intermunicipais e interestaduais e, posteriormente, com a construção da avenida Luís Viana Filho (Paralela), em 1974, possibilitando o desenvolvimento da cidade de Salvador, em direção ao aeroporto. Além disso, a concentração das secretarias no CAB conferiu uma organicidade e uma dinâmica administrativa ao estado, e ampliou a possibilidade de novos investimentos para a capital baiana. Nesse período, foi inaugurado o Shopping Iguatemi, no início de 1975 (Almeida, 2008; Tavares, 2019).

Segundo Almeida (2008), a iniciativa de redirecionar as estruturas administrativas estatais do centro para novos espaços urbanos, ainda sem estruturação, foi resultado de ações combinadas entre o governo estadual e empresas imobiliárias que possuíam grandes áreas de terrenos onde foram abertas avenidas, criando o novo eixo Sul-Norte em direção ao aeroporto, permitindo que novos bairros residenciais fossem estruturados para a nova classe média, que se constituíram a partir do desenvolvimento industrial na Região Metropolitana. Nesse ínterim, que foi construído o CAB, a Avenida Luís Viana Filho (Paralela), a urbanização concentrada nesse eixo e a expansão de novos serviços.

Ademais, na década de 1970, a cidade de Salvador ganha novas configurações com a construção das avenidas dos Vales do Canela, da Garibaldi, de Nazaré e da Centenário, mas também, a construção da Avenida do Contorno e dos túneis, ligando a parte alta e a parte baixa da cidade de Salvador. Com isso, a sociedade soteropolitana se expande ganhando novos ares (Rubim; Coutinho; Alcântara, 1990).

Ainda, nesse período, a cidade de Salvador teve um crescimento fabuloso na educação superior, com o aumento de curso nas universidades públicas e a instalação de novas faculdades particulares. Ressalta-se que tais empreendimentos, contribuíram para a economia da cidade de Salvador, pelos seguintes aspectos:

[...] qualificando a força de trabalho local, incrementando sua capacidade empreendedora e atraindo recursos públicos federais e estaduais. Além disso, Salvador pôde dar continuidade a uma de suas mais tradicionais vocações: a acolhida de estudantes de outras regiões, que contribuíam para dinamizar não apenas a vida econômica da cidade, mas, também, sua vida cultural. No final dos anos de 1980, a Bahia contava com quase 50 mil estudantes

matriculados no 3º grau, a esmagadora maioria dos quais concentrados em Salvador (Almeida, 2008, p. 35).

Foi uma década marcada pela efervescência cultural da cidade de Salvador, especialmente pela popularização do Carnaval de rua, as festas de largo, e pela criação do grupo cultural Ilê Aiyê, em 1974, como primeiro bloco formado para o público eminentemente negro. É relevante destacar que durante a ditadura militar, os espaços de mulheres, negros, gays e vegetarianos foram reivindicados nos carnavais de capital, fato que antes não aconteciam, e o Ilê Aiyê surgiu enquanto um espaço de protesto contra o racismo. Ademais, o teatro na cidade de Salvador se corporifica com as atividades da Escola de Música e Artes Cênicas da UFBA, produzindo espetáculos de projeção nacional, que não apenas se limitou ao ato de interpretar, mas ao engajamento dos artistas com a comunicação política a respeito do regime imposto ao país, ganhavam corpo com a população. Naquele período, a criatividade aflorava com intensa produção no circuito dos Teatro Castro Alves, Teatro Vila Velha e o Teatro Martim Gonçalves (Santos, 2019).

Quanto aos aspectos musicais, a música estava em festa com o retorno de Caetano Veloso e Gilberto Gil do exílio, em 1972. Em 1976, Caetano e Gil se juntaram a Gal Costa e Maria Bethânia para a turnê de os Doces Bárbaros, acendendo a chama do tropicalismo. Já o grupo, Novos Baianos, formado pelos baianos Moraes Moreira, Paulinho Boca de Canto, Luiz Galvão, Jorginho Gomes, Pepeu Gomes e pelos cariocas Baby Consuelo e Dadi Carvalho, ganharam repercussão nacional (Santos, 2019).

Com a transição de governo na Bahia, com a saída de Antônio Carlos Magalhães do governo, assume Roberto Figueira Santos (1975-1979), também eleito pela Assembleia Legislativa, em 1974, e empossado em 15 de março de 1975, voltava-se o foco para a continuidade ao processo de crescimento da economia baiana, com a abertura de vias de acesso e escoamento da produção industrial, para a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari - COPEC, inaugurado em 1978, atendendo a manifestação e o desejo da sociedade baiana desde idos de 1950, que almejava o desenvolvimento industrial, voltados para siderurgia e ou petroquímica, como desdobramento do setor de petróleo. Ademais, iniciou as obras da barragem de Pedra do Cavalo (Risério, 2004; Ortega; Cerqueira; Silva, 2016; Tavares, 2019).

Risério, afirma, ainda que:

[...] o Complexo Petroquímico de Camaçari se fez, teve fundas conseqüências transformadoras no conjunto da vida econômica baiana – e repercutiu fortemente em Salvador. Pode-se, de fato, dizer que Copec

produziu um efeito antidepressivo, naquela conjuntura baiana da década de 1970 [...]. Na primeira metade da década de 1970, a Bahia passou comodamente pelas dificuldades do primeiro choque do petróleo, protegida pelas transferências de recursos que viabilizaram a construção do Complexo Petroquímico de Camaçari, que indiretamente sustentaram a continuidade da atividade na construção civil (Risério, 2004, p. 544).

Para Pessoti (2014):

O Polo Petroquímico de Camaçari foi o agente econômico mais influente nessa mudança na composição setorial da economia baiana. Seu plano diretor foi elaborado em 1974 por uma equipe de técnicos estaduais, alguns inclusive, remanescentes do planejamento físico do Centro Industrial de Aratu – CIA, sob a direção geral e coordenação da Secretaria das Minas e Energia do Estado da Bahia. Diferentes órgãos do governo federal apoiaram o projeto (Ministério da Indústria e Comércio, Petrobras/Petroquisa, BNDE, Banco Nacional da Habitação, Ministério do Planejamento etc.) que tinha um investimento estimado em 6,5 bilhões de cruzeiros (excluindo-se deste valor o montante necessário à implantação das indústrias de segunda geração). Considerava-se que o faturamento do Copec em 1980 seria em torno de quatro bilhões de cruzeiros, o que significava uma soma duas vezes superior ao orçamento anual da Bahia no ano 1973 (Pessoti, 2014, p. 174).

As consequências da implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari foram consideráveis, por constituir em receitas para os cofres públicos, permitindo o equilíbrio da economia nas contas públicas do Estado da Bahia e das cidades de Salvador e Camaçari, mas também, por favorecer a geração de empregos para cidade de Salvador e Região Metropolitana, dando uma nova dinâmica econômica para aquela região.

Outros aspectos que o crescimento industrial e econômico contribuiu para a cidade de Salvador e o Estado da Bahia durante a gestão do Governador Roberto Figueira Santos, foram as ações direcionadas para saúde, desenvolvimento social e cultural. No que concerne à saúde, construiu e inaugurou no bairro do Cabula, o maior hospital público do Estado da Bahia, Hospital Geral Roberto Santos (HGRS), em 1979; implementou a criação dos Centros Sociais Urbanos – CSUs, em diversas cidades do Estado da Bahia, atrelando atendimento de serviços públicos em várias áreas, notadamente de saúde e assistências sociais à população de baixa renda. Em relação a cultura, as ações governamentais foram surpreendentes, em especial, pela construção do Centro de Convenções da Bahia no Stiep, em 1979, oferecendo à cidade de Salvador um moderno espaço de eventos, que atenderam fortemente aos interesses culturais,

além de implementar a área do marketing em turismo para a cidade de Salvador, combinando as belezas naturais, a música e o carnaval (Risério, 2004; Almeida, 2008; Tavares, 2019).

É importante salientar que o Governador Roberto Santos, assumiu a administração do estado, concomitante a eleição do General Ernesto Beckmann Geisel à presidência do Brasil, em um momento de crise econômica do cenário do Brasil, mas que não atingiu frontalmente a Bahia, justamente pelo processo de extração, refino e transporte de petróleo e seus derivados, e pelo fortalecimento do setor industrial, dando equilíbrio as contas públicas do Estado da Bahia, da cidade de Salvador e Região Metropolitana.

A cidade de Salvador viveu uma situação econômica privilegiada, com a concentração do setor industrial estrategicamente planejado para sua Região Metropolitana, entre as décadas de 1960 e 1970, com a consolidação do Centro Industrial de Aratu, implantado entre Simões Filho e Candeias e do Polo Petroquímico de Camaçari, e das proximidades com a cidade de Salvador e, conseqüentemente do Porto e do Aeroporto Internacional da capital baiana, fortalecendo a economia da cidade de Salvador e sua Região Metropolitana (Ortega; Cerqueira; Silva, 2016).

Os efeitos provocados pelo processo de industrialização na Bahia sobre a produção de serviços para a população da cidade de Salvador e sua Região Metropolitana foram enormes, sobretudo as cidades onde as novas fábricas foram implantadas. E não somente isso, o setor industrial impulsionou o crescimento da engenharia e da construção civil, favorecendo a geração de empregos diretos e indiretos e, conseqüentemente de renda. Ademais, é importante considerar que a princípio, a “Petrobrás, e algumas poucas outras empresas do ramo, responderam por cerca de 30% do valor gerado pela indústria da Bahia até a implantação do Polo: a partir daí, essa proporção saltou para mais de 50%” (Almeida, 2008, p. 27).

O fortalecimento econômico gerado pela implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari, sem sombras de dúvidas, foi considerado extremamente positivo para a cidade de Salvador e o estado, por qualificar o processo de industrialização no Estado da Bahia, elevando a Bahia ao patamar de sexta economia do país, fazendo fluir o crescimento das indústrias metal-mecânicas e elétricas, além de possibilitar à ampliação de serviços de apoio a produção, de tornar o mercado da construção civil mais forte, refletindo no mercado imobiliário e, assim, elevando os padrões da nova classe média, contribuindo para a formação de novos bairros, como Itaipara e Caminho das Árvores. Todavia, é importante frisar que esse fortalecimento econômico não reverberou para todo o Estado da Bahia e, sim, acirrou as desigualdades econômicas e sociais de outras regiões baianas, ademais, trouxe sequelas ambientais ao solo e as águas baianas, não somente pela poluição das águas marítimas, mas

também, pela monopolização que algumas indústrias fizeram do Sistema Aquífero do Recôncavo, deixando a população sem acesso a melhor água da região (Risério, 2004; Pessoti, 2014; Ortega; Cerqueira; Silva, 2016).

Com o retorno ao governo de Antônio Carlos Magalhães (1979-1983), retoma o processo de fornecimento de energia para o interior do Estado da Bahia, notadamente as cidades que tinham sido beneficiadas com a abertura de rodovias, além do mais, assegurou a política de fortalecimento do setor industrial da Região Metropolitana de Salvador, onde “a participação do setor secundário no produto interno bruto (PIB) estadual superou a participação do setor primário, também pela estagnação ou pelo declínio dos produtos agrícolas tradicionais” (Ortega; Cerqueira; Silva, 2016, p. 61).

Salienta-se que com o crescimento industrial na Bahia, o setor primário da economia, com seus principais produtos agrícolas de exportação, cacau (amêndoas, manteiga e torta), sisal e algodão (fibras), mamona (óleo) e fumo, manteve-se estagnado por não receber os mesmos incentivos que as indústrias. Embora as atividades agropecuárias tivessem contribuído para crescimento econômico baiano entre as décadas de 1960 e 1980, muitos cultivos sofreram pelas instabilidades de preços e pelas concorrências regional e nacional, com exceção da cafeicultura, por possuir incentivos federais que descentralizavam os cafezais de outros produtos e as protegiam com créditos subsidiados (Almeida, 2008).

Daí, a saída para setor primário foi o surgimento de empresas agroindustriais, incumbidas do processamento do cacau (chocolate, manteiga, etc.); do dendê e mamona (óleos vegetais); celulose (papel); as frutas (sucos concentrados), etc. Igualmente, a modernização de empresas voltadas para atender o mercado interno, com a implantação de frigoríficos, granjas e fábricas de leite em pó e pasteurizados, repercutindo positivamente para a economia da cidade de Salvador, sobretudo, pelo incremento das exportações agroindustriais que contribuíram para movimentação do porto de Salvador e a sustentação das atividades comerciais de exportação, além disso, favoreceu o aumento de fluxo de carga pelas estradas, sinalizando a necessidade de expansão de rodovias asfaltadas, que unisse a cidade de Salvador a outras regiões do Estado da Bahia e do Brasil (Almeida, 2008).

A diferença entre as atividades agroindustriais e as desenvolvidas no Polo Petroquímico desenvolvidas na Bahia, é que este último, operavam (e ainda operam) em grande escala com a utilização de tecnologia de ponta, em uma outra lógica de produção, e sem dependência das ações climáticas. Segundo Almeida (2008):

As novas fábricas do Polo Petroquímico, implantadas entre os anos de 1970 e 1980, alteraram completamente o perfil da indústria baiana, no que foram

ajudadas por outros grandes empreendimentos isolados, como aqueles centrados na siderurgia (SIBRA, FERBASA e USIBA) e na mineração-metalurgia do cobre (Caraíba Metais, inaugurada em 1984). O que seria mais importante para a economia estadual é que, diferentemente das fábricas de bens finais do CIA, essas grandes empresas teriam consideráveis custos potenciais de saída, o que asseguraria a perenidade das suas plantas (Almeida, 2008, p. 25).

A importância dos investimentos feitos no COPEC para o setor industrial, acrescidos dos realizados pela Petrobrás ao empreender na construção e implantação da Refinaria Landolfo Alves em Mataripe e dos empreendimentos feitos pelo Governo do Estado da Bahia, para atrair empresas multissetoriais ao Centro Industrial de Aratu, geraram o equilíbrio econômico para o Estado da Bahia e para as cidades diretamente envolvidas com o processo industrial imensuráveis. Conforme Almeida (2008):

Em 1981, os investimentos no Polo Petroquímico de Camaçari somavam algo em torno de US\$ 3,7 bilhões. No mesmo ano, o PIB da Bahia poderia ser estimado em, mais ou menos, US\$ 12 bilhões, ou 4,4% de um PIB brasileiro da ordem de US\$ 267,5 bilhões. Assim, os investimentos do Polo representavam o equivalente a 30% do PIB estadual, uma proporção quatro vezes superior à registrada para a implantação da Petrobrás, pouco mais de vinte anos antes (Almeida, 1999). Tratava-se, portanto, de um evento de inegável importância para a dinâmica econômica do estado: o segundo de maior significado, na história da Bahia do século XX, e que só não pode ser considerado como o mais relevante, porque foi uma consequência quase direta da RLAM (Almeida, 2008, p. 25).

Embora o desenvolvimento industrial tenha reverberado na economia do Estado da Bahia, em especial na cidade de Salvador e de sua Região Metropolitana de maneira positiva, e a economia baiana persistirem em alta, a sociedade brasileira se encontrava em crise a época. O fator de equilíbrio da economia baiana foi fruto da capacidade que a Bahia teve de acumular capitais, que lhe permitisse resistir aos efeitos da crise em nível nacional e mundial, no máximo aos anos iniciais da década de 1980, impondo ao Governo Estado da Bahia o estabelecimento de estratégias econômicas que não lhes permitisse retroceder. Por isso, as ações foram voltadas para os “segmentos mais dinâmicos, tais como químicos e petroquímicos e a indústria metal-mecânica, no entanto, buscaram o mercado externo como válvula de escape, na tentativa de amenizar os danos causados pelo período recessivo” (Pessoti, 2014, p. 177).

Os condicionantes socioeconômicos e políticos foram decisivos para o crescimento e desenvolvimento do espaço urbano da cidade de Salvador na segunda metade do século XX, com a tríade do crescimento da economia baiana, com início tímido nos anos de 1950, com:

1) a implantação da Petrobrás e, conseqüentemente a construção da Refinaria Landulfo Alves em Mataripe, intensificando a exploração, refinado e transporte de derivados de petróleo durante três décadas; 2) com o processo de industrialização na Bahia, com a construção do Centro Industrial de Aratu – CIA, em 1967, atraindo empresas de outros estados, independentemente do setor de atuação, constituindo em um centro multisetorial e; 3) na década de 1970, com a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC, entrando em funcionamento em 1978, simbolizando os vetores crescimento econômico da Bahia naquele período.

Ressalta-se que, apesar dos investimentos industriais se constituírem em cidades que compõe a Região Metropolitana de Salvador, os efeitos das produções da siderurgia, mineração-metalurgia, da química e petroquímica, da produção dos derivados do petróleo, etc., além dos setores das agroindústrias, favoreceram o aumento de fluxo de cargas pelas estradas, porto e aeroporto para a cidade de Salvador, desencadeando uma série de transformações no cenário da cidade de Salvador e, com isso, seu crescimento econômico e desenvolvimentos dos espaços urbanos. Ademais, a sua condição de capital do Estado da Bahia, contribuiu para que aumentasse o fluxo migratório, demandando a geração de empregos e serviços, traduzindo em maiores investimentos nos setores habitacionais, educação, saúde, cultura, transportes, construção civil, etc.

O crescimento da economia da cidade de Salvador e sua Região Metropolitana se deram em meio a um turbulento processo de transição de um governo democrático para um regime ditatorial imposto à sociedade brasileira pela ditadura militar de 1964, se bem que ensaiado nos idos de 1961, quando os ministros militares tentaram impor veto a posse de João Goulart, sem obter êxito. Evidentemente que, embora tenha sido um período de desrespeito aos direitos humanos e cívicos, por todas as sanções impostas a sociedade pelos militares, durante esse período não houve a frente do Governo da Bahia, governadores militares, ainda que, em sua maioria fizessem parte do mesmo grupo político, onde cremos que viabilizou o processo de industrialização na Bahia.

O mesmo não se pode dizer na áreas de educação e cultura, que a despeito de ser um período de maior efervescência cultural em cidade de Salvador, também representou a época de maior truculência e crueldade vivenciada pela sociedade brasileira, com a repressão aos movimentos estudantis, quando reivindicavam melhores condições de ensino e aumento de vagas nas diversas faculdades que compunham a Universidade Federal da Bahia, e a imposição de disciplinas escolar nos ensinos ginasiais e médio, como forma de doutrinação do público secundarista. A repressão a cultura nas diversas formas de expressão, sem conseguir

inibir que as programações culturais acontecessem, a exemplo das atividades teatrais, muitas vezes de iniciativas universitárias, que buscavam expressar seus descontentamentos, através das artes cênicas, permitindo produzir figuras de referência nacional, a exemplo de Glauber de Andrade Rocha, exilado em 1971.

Na música, a representatividade baiana ganhou destaque em nível nacional e internacional, todavia, representava para o regime militar movimentos subversivos, destacando figuras, como: Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Maria Bethânia e Tom Zé do Movimento Tropicália, além de Moraes Moreira, Paulinho Boca de Cantor, Luiz Galvão, Jorginho Gomes, Pepeu Gomes e pelos cariocas Baby Consuelo e Dadi Carvalho que compunham os Novos Baianos. Destacam-se os cantores e compositores Caetano Veloso e Gilberto Gil, pela forma que o regime ditatorial conduziu o processo, com perseguições, prisões, torturas psicológicas e exílio.

Percebe-se que a dinâmica sociocultural da cidade de Salvador esteve atrelada ao crescimento econômico e desenvolvimento dos seus espaços urbanos, notadamente por analisar a situação da capital baiana na primeira metade do século XX, característica pela sua condição socioeconômica enquanto uma cidade pobre e atrasada, na relação comparativa a partir das mudanças de sua situação econômica a contar com o processo de industrialização do Estado da Bahia, o que representou um dos crescimentos e desenvolvimento econômicos mais significativos da Região Nordeste e do Brasil.

3 HISTÓRIA DOS JOGOS ESCOLARES NA BAHIA: NARRATIVA DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA CIDADE DE SALVADOR

Neste capítulo, buscamos fazer uma análise dos condicionantes que contribuíram para a realização dos Jogos Escolares na cidade de Salvador, e nesse processo, reconhecer o papel de atores e atrizes sociais que vivenciaram, presenciaram ou se inteiraram dos jogos tiveram no desenvolvimento do referido evento, tendo como parâmetro e base de dados, as entrevistas concedidas pelos participantes dessa atividade. Ademais, identificamos o marco inicial dos Jogos Escolares na cidade de Salvador a partir das características descritas na introdução deste estudo; as instituições sociais responsáveis pela idealização e materialização desse evento, bem como, as instituições escolares participantes das atividades desenvolvidas durante as edições, através dos periódicos analisados, neste estudo o Jornal “A Tarde” publicados entre as décadas de 1950 e 1980.

3.1 OS JOGOS ESCOLARES NA CIDADE DE SALVADOR EM MEIO AO CRESCIMENTO SOCIOECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO DA DÉCADA DE 1950

O gatilho para o desenvolvimento deste estudo sobre as atividades esportivas nos moldes de jogos escolares na cidade de Salvador, ganhou ênfase com a leitura do livro "História da Educação Física na Bahia: memória de um professor", de autoria de Alcyr Naidiro Fraga Ferraro.

O destaque dado aos Jogos da Primavera no livro do referido autor, nos induziu a acreditar que tal evento fosse o acontecimento de natureza escolar de maior referência no município de Salvador e um dos primeiros eventos destinados ao público estudantil do Estado da Bahia. Todavia, os escritos do livro não definem com exatidão em que momento histórico os Jogos da Primavera iniciaram suas atividades, tampouco se realmente fora tal acontecimento a referência de evento nos moldes dos jogos escolares, deixando uma lacuna histórica susceptível a investigação, fato que nos possibilitou o desenvolvimento deste estudo, tendo como cenário a capital baiana.

É importante ressaltar, que como vimos, a cidade de Salvador até meados da década de 1940, se encontrava em uma situação muito ruim, não somente nos aspectos econômicos, como também, nos aspectos estruturais e urbanísticos, a exemplo disso, podemos citar o

Colégio da Bahia enquanto única unidade escolar pública estadual de ensino secundário na capital baiana até 1947 (Dick, 2020).

Destaca-se, ainda, que somente nos idos de 1947, através de ações coordenadas pela administração pública sobre a batuta do governador Octávio Mangabeira, a cidade de Salvador passou a observar algumas mudanças significativas, após a realização de diagnóstico e o estabelecimento de diretrizes para os diversos setores, que desencadearam transformações substanciais em seu cenário a partir da segunda metade do século XX, quando a capital baiana viveu um momento imprescindível para suas pretensões de crescer e se desenvolver em seus aspectos socioeconômicos e urbanísticos³⁸.

Foi nessa cena urbana da cidade de Salvador da década de 1940, que as programações esportivas nos padrões de intercâmbios entre escolas foram identificadas tanto no livro ora citado, de autoria do professor Alcyrr Ferraro e, posteriormente ratificado na entrevista realizada com o referido ator social, quanto no Jornal “A Tarde”, principal fonte histórica do nosso estudo.

Com base neste olhar preliminar, estruturamos este tópico, estabelecendo diálogos entre as fontes históricas, e destas com as literaturas que nos permitiram discorrer sobre os acontecimentos esportivos escolares dentro de uma cena urbana em plena transformação socioeconômica e urbanística da cidade de Salvador, notadamente a partir da década de 1950. Portanto, as reflexões contidas aqui perpassam por análises das entrevistas concedidas por três professores de Educação Física, atores sociais que contribuíram para implantação do primeiro Curso de Formação em Educação Física na Bahia, com quem estabelecemos contatos na cidade de Salvador, onde extraímos de suas memórias, os fatos e os acontecimentos vivenciados em suas trajetórias pessoais e sociais na capital baiana, servindo de elementos para a construção deste estudo, mas também, dos registros encontrados no Jornal “A Tarde”.

O primeiro ator social que nos aproximamos foi o professor Alcyrr Naidiro Fraga Ferraro, Decano da Educação Física na Bahia, que nos concedeu entrevista em 07 de fevereiro de 2023 às 16h, em sua residência, localizada no bairro da Pituba, na cidade de Salvador/Bahia. O encontro foi previamente agendado, tendo o senhor Alcyrr Naidiro Fraga Ferraro aceitado participar da pesquisa na época intitulada “História dos Jogos Escolares na Bahia (1950 – 1980)”, na qualidade de ator social participante do processo de elaboração e execução dos Jogos Escolares na cidade de Salvador, confirmando com a assinatura do Termo

³⁸ Sobre as mudanças implementadas na cidade de Salvador a partir dos idos de 1947, observar em: TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. – 12 edição (revista e ampliada). – Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2019, já mencionada no capítulo anterior desta *Tese* “A Constituição do cenário sócio-histórico, econômico e político da cidade de Salvador: entre 1950 à 1980”.

de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado pelo pesquisador, onde consta o título, objetivo da pesquisa e o orientador do referido estudo, frente ao programa de doutorado da Faculdade de Educação da UFBA. No momento da entrevista, o senhor Alcyr Naidiro Fraga Ferraro tinha a idade de 95 anos.

Sobre o professor Alcyr Naidiro Fraga Ferraro³⁹, este, nasceu em 13 de setembro de 1927, na cidade de Salvador, e iniciou sua atividade profissional na cidade de Salvador, na condição de professor leigo em março de 1946, aos 18 anos, influenciado pelo professor Manoel Brasil de Freitas, que o convidou e o orientou nas suas primeiras aulas. Todavia, a condição de professor leigo não o agradava, sobretudo, segundo ele, pelo total desprestígio que a Educação Física sofria na época, em especial, pela falta de compromisso de muitos daqueles e daquelas que ministravam as aulas na condição de professor(a) leigo(a). Então, resolveu cursar Educação Física na cidade do Rio de Janeiro, na Escola Nacional de Educação Física e Desporto – ENEFD⁴⁰, implantada na Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em 1947, aos 19 anos, regressando à cidade de Salvador em 1950. Destaca-se que a aproximação do referido ator social com a área de Educação Física se deu pela identificação que tinha com o esporte.

Com o retorno de Alcyr Ferraro e de outros tantos profissionais para cidade de Salvador, surgiu à emergência de se retomarem os debates em torno da implantação do Curso de Formação Superior em Educação Física na Bahia, que, em alguns momentos foram esvaziados pelo poder público, causando frustrações dos profissionais da área, que incansavelmente se organizavam tanto coletivamente com a fundação da Associação de Professores em Educação Física da Bahia, do qual objetivo perpassava pela defesa dos interesses da categoria de profissionais, quanto na organização de atividades esportivas e recreativas, na tentativa de demonstrar que o cenário era propício para o estabelecimento do curso de formação na cidade de Salvador (Ferraro, 1991).

Consciente do processo vivenciado por este ator social na Bahia, estabelecemos um caminho para nos aproximarmos do foco de nossa pesquisa, que é a constituição de uma historicidade dos Jogos Escolares na cidade de Salvador, onde buscamos captar as informações necessárias, através de entrevista/diálogo⁴¹ com o professor Alcyr Naidiro Fraga

³⁹ Mais detalhes sobre a trajetória do professor Alcyr Naidiro Fraga Ferraro, ver em FERRARO, Alcyr Naidiro Fraga. **A Educação Física na Bahia**: memórias de um professor. Bahia. Salvador: CEDUFBA, 1991.

⁴⁰ Ressaltamos que naquele período, o Estado da Bahia não possuía o Curso de Formação Superior de Educação Física, sendo necessário o deslocamento do referido ator social à cidade do Rio de Janeiro, para Escola Nacional de Educação Física e Desporto – ENEFD.

⁴¹ Informamos que durante a entrevista realizada com o professor Alcyr Ferraro, buscamos fazê-la de forma livre, onde estabelecemos um diálogo sobre a temática.

Ferraro⁴², sendo necessário em alguns momentos elaborar perguntas curtas sobre a realização de tal evento. Então, quando o questionamos sobre o início dos Jogos Escolares, o professor Alcyr responde de maneira breve, sem discorrer sobre a nomenclatura do evento, tampouco data inicial, dizendo apenas: “Foi”.

Então, resolvemos questioná-lo a partir dos escritos em seu livro, como: Os Jogos da Primavera vieram depois da Olimpíada Baiana da primavera? Quando obtivemos as seguintes respostas:

- Não. Foi na década de 70, volte mais, (palavra inaudíveis) mais (folheando o livro de sua autoria).
- Aqui tem Jogos da Primavera **(Natanael)**.
- Foi, os jogos, que cumpriu aí.
- Pronto. Esses jogos vieram antes do, da Olimpíada? **(Natanael)**.
- A veio, veio antes da Olimpíada.
- Então, aqui no seu livro o senhor narra aqui, que teve início o fim de outubro e início de dezembro de 51 **(Natanael)**.
- Foi 51.
- Os Jogos da Primavera, envolvendo o pessoal do ensino médio **(Natanael)**.
- Ensino médio, (palavra inaudível) Colégio da Bahia.
- Que antes o que acontecia era jogos para a, o, o pessoal infantil? **(Natanael)**.
- Infantil.
- Então, a data é essa aqui do início dos jogos (registrada no livro)? **(Natanael)**.
- É do início.

O primeiro aspecto perceptível durante a entrevista com Alcyr, se refere aos momentos de incertezas sobre o início dos jogos escolares na cidade de Salvador, o que nos permitiu inferir que o fato de sua memória não ter sido acionada com frequência, sobre a referida temática, favoreceu que algumas lembranças não fossem evocadas no momento da entrevista. E nisso, embora consciente, a memória é refém do tempo, de um tempo que deixa suas marcas e, que muito provavelmente não sejam demonstradas nas lembranças e sim, no esquecimento, naquilo que foge as nossas recordações (Deleuze, 2010).

Evidentemente que para obtenção de algumas respostas sobre a temática dos jogos escolares, se fez necessário recorreremos ao livro de sua autoria, no sentido de deixá-los mais à vontade para a continuidade da entrevista, notadamente pelos momentos de inquietação demonstrados por Alcyr, em não conseguir respostas às questões com a mesma precisão e desenvoltura que fazia e faz em narrativas sobre a história da Educação Física na Bahia. Nos fragmentos da entrevista a seguir, se evidenciam momentos do diálogo com o ator social

⁴² Informo que a partir de agora, todas as vezes que utilizarmos a entrevista feita com o professor Alcyr Naidiro Fraga Ferraro, o identificaremos por Alcyr, como o referido ator social é conhecido, sem a necessidade de especificar data e página, pois a mesma está na íntegra em anexo.

mencionado, na tentativa de extrair mais informações a respeito do início dos jogos escolares, vejamos:

- [...] O senhor cita o Torneio Intercolegial (**Natanael**).
- É intercolegial, é esse que tá aqui.
- Mas, enfatiza os Jogos da Primavera e, que o senhor, o senhor inclusive disse que tá relé, que estava relegado ao esquecimento (**Natanael**).
- Tava.
- Né isso? Inclusive com a criação, aí o senhor cria uma comissão que já com essas pessoas que o senhor falou, para elaboração do regulamento e posteriormente, o envio pra as escolas públicas (**Natanael**).
- Foi.
- Quando, os jogos começam em outubro, final de outubro início de novembro? (**Natanael**).
- Mas o, a, a, Olimpíada da Primavera começou em setembro, foi no fim de agosto início de setembro, pra não colar, porque é não (palavras inaudíveis) dá uma olhada aí (solicitando que buscasse a datas exatas no livro de sua autoria).
- Deixa eu lhe fazer uma pergunta, essas coisas (**Natanael**).
- É melhor você perguntar, eu não quero mais falar não (demonstração de inquietude).
- Não, o senhor pode falar, eu tô amando, eu tô amando ouvir o senhor (**Natanael**).
- Risos.
- Deixa eu lhe fazer uma pergunta. Esses Jogos da Primavera, e é... a gente então pode dizer que ele marca o início dos Jogos Escolares em Salvador? (**Natanael**).
- Pode!
- Porque, o que acontecia antes (**Natanael**).
- Antes, não tinha repercussão.

Com a continuidade da entrevista, observamos que Alcyr se referia aos eventos esportivos de natureza escolar, se utilizando de diversas nomenclaturas, em uma dinâmica que transpareciam haver sequências de atividades em diferentes datas do ano e, que, apesar de sinalizar em seu livro e na entrevista os idos de 1951 como o possível ano de início dos Jogos da Primavera, não apontou com efetividade e clareza seu momento inicial.

Então, resolvemos trazer para o diálogo, dois outros atores sociais importantíssimos para a área de Educação Física, de quem tivemos acesso a oralidade e suas memórias, não somente por contribuir com processo de implantação do primeiro curso da Bahia, na Universidade Católica do Salvador - UCSAL, mas também, por ocuparem as cadeiras de algumas disciplinas oferecidas no início do curso e, assim, estabelecer uma relação entre as lembranças individuais de fatos e acontecimentos comuns vivenciados no passado por esses atores sociais, a exemplo dos jogos escolares, para que essas lembranças consistam em uma memória coletiva (Halbwachs, 2003).

O segundo ator social que trouxemos para o diálogo foi o Prof. Me. Georgecohama Duclerc Almeida Archanjo, sendo a terceira pessoa a nos conceder entrevista, em 23 de março de 2023 às 10h e 30min, em sua residência, localizada no bairro Itaigara, na cidade de Salvador/Bahia. Da mesma forma da entrevista anterior, o encontro foi previamente agendado, tendo o Sr. Georgecohama Duclerc Almeida Archanjo aceitado contribuir com a pesquisa na época intitulada “História dos Jogos Escolares na Bahia (1950 – 1980)”, na qualidade de ator social participante do processo de execução dos Jogos Escolares na cidade de Salvador, confirmando com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado pelo pesquisador, onde consta o título, objetivo da pesquisa e o orientador do estudo, frente ao programa de doutorado da Faculdade de Educação da UFBA. Salientamos que na época da entrevista o professor Georgecohama tinha a idade 84 anos.

A respeito de Georgecohama Duclerc Almeida Archanjo, este, nasceu em 30 de setembro de 1938, na cidade de Ilhéus-Bahia, mas adotou a cidade de Amargosa-Bahia enquanto berço de sua origem, notadamente pela sua ancestralidade. O ator social em questão teve sua carreira profissional estabelecida a partir das orientações de seu pai, oficial da polícia militar, que não tendo condições de manter os estudos do filho, o orientou a fazer o exame para Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar em Salvador e, posteriormente, cursar Direito.

A partir dessas orientações, Georgecohama Duclerc Almeida Archanjo⁴³ fez o exame e foi aprovado para ingressar na polícia militar, cursando e se formando em oficial. Dentro da polícia militar, após demonstrar suas habilidades atléticas em diversas modalidades, devido ao histórico de uma juventude extremamente ativa, foi indicado por seu amigo e oficial, Flodoardo Caldas Medeiros de Azevedo, para cursar Educação Física na Escola de Educação Física do Exército - ESEFEX, na cidade do Rio de Janeiro, entre 1962 a 1963. Paralelamente a formação em Educação Física, Georgecohama cursou Direito pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, entre 1962 a 1966, atendendo ao desejo de seu pai e, ulteriormente, cursou Filosofia na Universidade Católica do Salvador - UCSAL, entre 1968 e 1971. Atua na qualidade de professor da Universidade Católica do Salvador desde 1975, inicialmente no Curso de Educação Física, do qual contribuiu com sua criação, mas, posteriormente se dedicou exclusivamente ao Curso de Direito. Nesse processo, ainda cursou Mestrado em Ciências Sociais, entre 1980 e 1984, na Universidade Federal da Bahia.

⁴³ Informo que a partir de agora, todas as vezes que utilizarmos a entrevista feita com o professor Me. Georgecohama Duclerc Almeida Archanjo, o identificaremos por Georgecohama, como o referido ator social é conhecido, sem a necessidade de especificar data e página, pois a mesma está na íntegra em anexo.

A historicização, mesmo que de forma lacônica, desse processo de formação pessoal e profissional do professor Georgeocohama, notadamente de suas vivências com o esporte, nos possibilitou adentrar na temática dos eventos de natureza escolar, na tentativa de identificar a gênese dos Jogos Escolares na cidade de Salvador, que apesar de ter nascido em Ilhéus, cidade localizada na Região Sul do Estado da Bahia, boa parte de sua escolarização foi na capital baiana e, assim consideramos encontrar alguns vestígios de lembrança sobre eventos esportivos realizados na cidade de Salvador com padrões de jogos escolares antes da década de 1950. Sobre os Jogos Escolares, tivemos as seguintes respostas de Georgeocohama:

- Olha, isso aí eu não sei (riso), não é, eu era garoto, né? Eu não sei, agora eu só sei, por conhecimento próprio, que tinha os jogos, que se, ocorria inclusive no ICEIA. Eu tinha essas fotos, não sei, eu tinha essas fotos, mas acho que o professor Nilson tem essas fotos. É... ocorreu, ocorriam essas, que aí tinha, vários, vários professores leigos, eu tinha essas fotos, não sei onde foi que eu coloquei, vários professores leigos.

- Então, o senhor não tem efetivamente assim, precisão? (Natanael)

- Não, mas tinha, que era, que eram coordenados pelo... Ministério da Educação, através do, da Superintendência e tal, na qual fazia parte o professor Miranda. Ele é que é... tem, deve ter, o Alcyr tem esse conhecimento.

- Mas o senhor participou, chegou a participar dos jogos escolares? (Natanael)

- Desse não.

- Nem como atletas? (Natanael)

- Nem como atleta, nem como atleta, nem atleta, nem atletas.

- Por que o seu ensino médio, seu foi aqui em Salvador? (Natanael)

- Foi no ICEI, no Severino e Central, e no Severino e Central, eu joguei basquetebol no juvenil do Bahiano de Tênis, não época em que o prof... (palavra inaudível) em que Haroldo, que também foi professor da escola, não sei se você conhece Haroldão [...]. Então, o que tinha, começou a ter, foram os jogos, como é o nome?

- Da primavera (Natanael).

- Os Jogos da Primavera e as dardos, as dardos era um competição de atletismo, que era promovida pela "A Tarde", e, era pela "A Tarde", eu acho que tinha uma outra organização, mas essencialmente pela "A Tarde" [...].

Salientamos que durante a narrativa, Georgeocohama demonstrou lucidez e fluidez ao abordar sua trajetória de vida pessoal e profissional, especialmente quando se referia as vivências e experiências nos esportes, nos permitindo inferir que os eventos esportivos com a participação de estudantes da educação básica, realmente não tiveram a repercussão que um acontecimento nos padrões de jogos escolares teria, pois, mesmo não tendo participado dos jogos na qualidade de atleta, se o acontecimento esportivo fosse impactante para a cidade de Salvador, chamaria a atenção do referido ator social tanto no início do seu período ginásial nos idos de 1949, quanto no término do ensino secundarista nos idos de 1956.

Outro aspecto perceptível, se refere a ênfase dada por Georgeocohama, ao momento histórico em que as atividades foram realizadas, fazendo alusão aos Jogos da Primavera em um período divergente do citado pelo professor Alcyr Naidiro Fraga Ferraro, justificável por questões singulares, que demonstravam os níveis de envolvimento dos dois atores sociais nas atividades dos jogos. Enquanto o professor Alcyr Ferraro por ser mais velho, com mais vivências no âmbito escolar, destinava suas ações para o público estudantil e solidificação da área de Educação Física, através de atividades de intercâmbios esportivos para estudantes em nível escolar, o professor Georgeocohama até os idos de 1956, mesmo se encontrando em idade escolar, suas vivências eram direcionadas para o rendimento esportivo em clubes, objetivando um desempenho que lhe credenciasse à participação em eventos, tanto em nível estadual quanto nacional, em uma dinâmica diferente dos eventos estudantis, onde cremos que sua vivência do esporte pelo clube social que representava, tenha sido mais atrativo pelo nível de competitividade, justificado nos fragmentos da entrevista ora citado, em que afirma não ter participado dos eventos de natureza escolar na qualidade de estudante/atleta.

Daí, a importância de trazer para o diálogo a figura de um terceiro ator social, na tentativa de obtermos informações cruciais, que nos direcionasse para o início dos jogos escolares na cidade de Salvador, sobretudo por este ator social ser contemporâneo do professor Alcyr Naidiro Fraga Ferraro, e construir sua trajetória pessoa e profissional muito semelhante, divergindo apenas no tempo de formação profissional.

Desse modo, o terceiro ator social a fazer parte deste estudo, foi o professor Newton da Costa Miranda, que nos concedeu a quarta entrevista, em 24 de março de 2023 às 15h, em sua residência, localizada no bairro Saboeiro, na cidade de Salvador/Bahia. Salientamos que o encontro foi previamente agendado e propiciado pela senhora Alexsandra Miranda, filha do professor Newton Miranda, que após consultá-lo, agendou a referida data.

Antes de iniciar o diálogo com o sujeito da pesquisa, foi apresentada ao mesmo, a temática do trabalho intitulado à época: “História dos Jogos Escolares na Bahia (1950 – 1980)”, da qual se constituiu em uma figura importantíssima no processo de elaboração e execução dos Jogos Escolares na cidade de Salvador. Em tempo, solicitamos a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde consta o título, objetivo da pesquisa e o orientador do referido estudo, frente ao programa de doutorado da Faculdade de Educação da UFBA. Vale ressaltar, que na época da entrevista, o senhor Newton da Costa Miranda tinha a idade de 93 anos e necessitava diariamente dos olhares sempre atentos de técnicas em enfermagem e cuidadoras.

Em relação a Newton da Costa Miranda, este, nasceu na cidade de Salvador em 30 de outubro de 1929, e iniciou suas atividades profissionais, na condição de professor leigo, ministrando aulas de Educação Física em escolas primárias, graças ao convite feito pelo secretário de Educação do Estado da Bahia, devido a sua trajetória de atleta. A condição de professor leigo também não o agradava, porém, nas diversas oportunidades de envio de profissionais com bolsas de estudos para cursar Educação Física na Escola Nacional de Educação Física e Desporto - ENEFD, na cidade do Rio de Janeiro, o professor Newton Miranda não foi contemplado, atrasando seu processo de formação profissional.

O desejo de se aperfeiçoar era questão de honra para Newton da Costa Miranda, que buscou estratégias para que sua formação em Educação Física fosse viabilizada. Uma das estratégias foi a solicitação de liberação feita diretamente ao secretário de Educação, se colocando na condição de não bolsista, inviabilizada pela resposta negativa recebida. Então, resolveu dedicar a atenção ao segundo e definitivo artifício, com a solicitação de suas licenças prêmios acumuladas, fato que aconteceu no final do ano de 1952 para início de 1953, quando ingressou no curso.

É necessário salientar, que a ida do professor Newton Miranda para cidade do Rio de Janeiro, não garantiu seu ingresso imediato na Escola Nacional de Educação Física e Desporto, da Universidade do Brasil e, que, apesar de acreditar nessa possibilidade, teve que ser submetido ao vestibular, da qual foi aprovado para cursar Educação Física, sendo diplomado em 27 de dezembro de 1955, quando regressou a cidade de Salvador, se constituindo em uma das figuras fundamentais para o processo de implantação do Curso de Formação Superior em Educação Física da Bahia.

Esse processo de escuta inicial, em que possibilitou ao professor Newton da Costa Miranda⁴⁴ narrar como se deu sua aproximação com a área de Educação Física, se constituiu de fundamental importância para situar nosso ator social na temática deste trabalho, mas também, por favorecer que suas memórias fossem acionadas sobre a temática dos jogos escolares.

Desse modo, questionamos se antes do retorno dos estudantes da Escola Nacional de Educação Física e Desporto – ENEFD e da Escola de Educação Física do Exército - ESEFEX, ou seja, antes da década de 1950, havia indícios de existência de Jogos Escolares na cidade de Salvador, quando obtivemos a seguintes respostas:

⁴⁴ Informo que a partir de agora, todas as vezes que utilizarmos a entrevista feita com o professor Newton da Costa Miranda, o identificaremos por Miranda, como o referido ator social é conhecido, sem a necessidade de especificar data e página, pois a mesma está na íntegra em anexo.

- (Pausa) Acho que não.
- Não. É..., quando, professor Alcyr disse que mais ou menos os Jogos Escolares, é... começou por volta da década, em 1951, né? O senhor tem lembrança de quando ele realmente começou, se foi nesse período, se teve outro período? (Natanael Junior).
- Não, deve ter sido esse período, porque nós nos reunimos e usamos o bairrismo nessa, nessa. A escola, Recife tinha escola e a gente não tem a escola, aí fundamos, aí quando a fundamos a escola, procuramos professores pra todas as matérias que seria dada na Escola de Educação Física, igual a do Rio de Janeiro, aqui. Nós copiamos a Escola Nacional de Educação Física. E tudo que passava por lá, a gente fazia aqui.
- O senhor lembra do nome que era dado aos Jogos Escolares aqui em Salvador? (Natanael Junior).
- Como era o nome?
- Sim. (Natanael Junior).
- (Pausa longa) uma coisa que posso dizer ao senhor, que nós criamos.
- O senhor lembra do nome Jogos da Primavera? (Natanael Junior).
- Olimpíada Baiana.
- Isso (Natanael Junior).
- Nessa Olimpíada Baiana, nós chamamos professores ou melhor os a, ex, os alunos da Escola de Educação Física, participavam de tudo, que nós dava aula a todos eles, pra fazer isso quando se formasse, em qualquer lugar da, da Bahia. Hoje em dia parece que tem, não, eu não sei quanto, mas tem muitas Escola de Educação Física no Estado da Bahia.

Durante a entrevista com o professor Miranda, percebemos a necessidade de sempre retornamos à temática dos jogos escolares, por perceber a dificuldade que o referido ator social possuía de construir uma narrativa sobre determinado assunto e, nisso, demonstrou que sua memória funcionava a partir de processos seletivos, muitas vezes, em uma luta frequente entre a necessidade que tinha de rememorar fatos e acontecimentos importantes da sua trajetória profissional, para que o esquecimento não estabelecesse sua hegemonia (demonstrado nas longas pausas). Por isso, buscamos questioná-lo se os Jogos da Primavera tenha sido o primeiro Jogos Escolares da cidade de Salvador ou existia outro, quando Miranda nos forneceu a seguinte resposta:

- Peraê, o Jogo da Primavera foi criado depois, havia jogos, né? Jogos (pausas marcadas por assobios) chamamos jogos es..., (som de assobios) escolares.

Os fragmentos das entrevistas com os atores sociais ora mencionados, das quais, utilizamos as informações neste primeiro tópico de capítulo, consideramos uma das tentativas de identificar o marco inicial e a nomenclatura utilizada nos Jogos Escolares na cidade de Salvador na época. Porém, os resultados obtidos não apontaram para uma definição clara

sobre o período de início de tais atividades, muito pelo contrário, criaram mais dúvidas e incertezas, sendo necessário recorrer aos possíveis registros em jornais e/ou revistas da época.

Nesse sentido, questionamos os professores que nos concederam entrevistas para este momento, sobre os registros em jornais e/ou revistas, das quais noticiais versassem sobre reuniões para elaboração, execução e divulgação das atividades relativas aos Jogos Escolares na cidade de Salvador, quando obtivemos as seguintes respostas. O professor Alcyr nos diz:

- A rapaz.
- Jornal tinha alguma coisa? (**Natanael Junior**).
- Nos jornais pode pegar alguma coisa.
- É, qual eram os jornais que mais? (**Natanael Junior**).
- A Tarde.
- A Tarde, né? (**Natanael Junior**).
- E, e depois, as Olimpíadas da Primavera é, é o Diário de Notícias⁴⁵.
- Diário de Notícias (**Natanael Junior**).
- Foi que é, e que era o Estado da Bahia, era os Diários Associados. Tanto um como o outro fazia.
- Então “A Tarde” e “Diário de Notícias”, ótimo (**Natanael**).

O professor Georgecohama reafirma as mesmas fontes, dizendo:

- (Palavra inaudível) Os, esses registros eu não sei, porque, é, ocorreu regi..., era lá no, ali na Carlos Gomes, na Rádio Sociedade, Rádio Sociedade, era, ali tinha um jornal, um jornal popular, jornal (palavra inaudível) saia de manhã, tinham dois jornais, “Diário de Notícias”, parece que o popular, “Jornal da Bahia” e “A Tarde”. Então, a reunião, era os “Diários Associados”, em suma.

E o professor Miranda, já não tinha a certeza em quais fontes encontrar indícios de realização dos Jogos Escolares na cidade de Salvador, quando diz: “Eu não sei qual, qual jornais, mas todos eles procuraram colaborar com a divulgação”. Ressaltamos que as informações sobre os eventos esportivos eram feitas nos periódicos da época, em uma dinâmica que buscava a solidificação nos jornais de um espaço para difundir os diversos eventos esportivos, geralmente na quinta página do Jornal “A Tarde”, onde os torneios e jogos escolares acrescentavam a mais uma informação, notadamente por esse periódico não possuir as características de mídia impressa especializada no campo esportivo.

A partir das respostas obtidas nas entrevistas, estas, nos conduziram a busca por informações no Jornal “A Tarde”, um dos periódicos de maior circulação do Estado da Bahia, se constituindo em uma das principais fontes históricas da Bahia, notadamente por estar em

⁴⁵ O Diário de Notícias foi um periódico de circulação na cidade de Salvador, capital do Estado, entre 1875, ano de sua fundação e 1980, ano de sua extinção.

circulação desde 1912, abrangendo a baliza cronológica de nosso estudo, disponíveis no arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB. Ademais, foi o periódico mais citados pelos entrevistados durante a pesquisa.

Ressaltamos a necessidade que tivemos de retroceder à década de 1940, na tentativa de encontrar evidências da realização dos Jogos Escolares na cidade de Salvador, tendo em vista a afirmativa do professor Alcyr Naidiro Fraga Ferraro, enfatizado no livro de sua autoria e durante a entrevista que os jogos estavam relegados ao esquecimento, apesar de sinalizar sem ter certeza os idos 1951, como provável ano de referência.

Durante as buscas por reportagens jornalísticas que abordassem sobre competições escolares, com características que englobassem uma dinâmica de jogos em diversas modalidades esportivas concentrados em único evento, nos moldes olímpicos, com calendários anuais destinados ao público estudantil, com matrículas regulares na educação básica das diversas redes de ensino da cidade de Salvador, não foram constatados nenhuma referência dessa natureza, apesar de encontrar vários registros de eventos na década de 1940, com continuidade até os idos de 1958, mas sem as peculiaridades que determinassem a realização dos Jogos Escolares na capital baiana.

Os eventos esportivos registrados nas edições do Jornal A Tarde da década de 1940 e, que tiveram no máximo um registro no início da década de 1950, são citados de forma lacônica, enquanto estratégia de registros de que tais atividades eram desenvolvidas para os estudantes, mas sem representar o interesse principal de nossa pesquisa, apesar de sua importância para o público de praticantes da cidade de Salvador e para área de Educação Física.

Das atividades divulgadas nas reportagens do Jornal A Tarde na década de 1940 e início da década de 1950, envolvendo estudantes da educação básica, tivemos: a) 1º Campeonato Inter-Colegial de Atletismo⁴⁶, destinado à categoria infanto-juvenil feminino, matriculadas nos ginásios e colégios da capital e interior do Estado da Bahia, promovido pela Associação Bahiana de Atletismo; b) o Torneio Inter-Colegial de Futebol⁴⁷- ação beneficente em prol das Missões, realizado no Campo da Graça, envolvendo diversos estabelecimentos de ensino médio da cidade de Salvador, sob o patrocínio do Colégio Antônio Vieira; c) Torneio Inter-

⁴⁶ Sobre o Campeonato Inter-Colegial de Atletismo, ver em: Jornal “A Tarde”, de 01 de outubro de 1940.

⁴⁷ Sobre o Torneio Inter-Colegial de Futebol, ver em: Jornal “A Tarde”, de 10, 11 e 14 de outubro de 1940; Jornal “A Tarde”, de 15 de agosto de 1941; Jornal “A Tarde”, de 29 de setembro/ 10, 13 e 20 de outubro de 1953.

Colegial de Bola ao Cesto^{48,49}, da qual programação foi direcionada aos gêneros feminino e masculino do ensino médio, promovido pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, através da Superintendência de Educação Física; d) o Torneio Inter-Colegial de Futebol⁵⁰, realizado pela Associação de Esporte da Bahia, para o público masculino do ensino médio; e) o Torneio da Primavera de Voleibol⁵¹, proporcionado pelo Colégio das Sacramentistas aos estudantes do ensino médio, para os gêneros feminino e masculino; f) a Confraternização de Futebol⁵², realizado para o público de estudantes masculino do ensino médio, promovido pela Associação dos Estudantes Secundários; g) Torneio Inter-Colegial Semana da Pátria de Basquete⁵³, com promoção e realização da Superintendência de Educação Física, para estudantes do ensino médio de ambos os sexos; h) Torneio Estudantil de Bola ao Cesto (FBB)⁵⁴, promovido pela Federação Bahiana de Basquete, para estudantes do ensino médio; i) Torneio Inter-Colegial de Basquete⁵⁵, realizado pelo Grêmio do Colégio da Bahia, com intuito de contemplar estudantes do ensino médio.

As informações obtidas nos periódicos do Jornal A Tarde nos possibilitaram analisá-las a partir de dois aspectos. Primeiro, que os eventos destinados ao público estudantil se caracterizavam por acontecimentos pontuais, promovidas por instituições públicas e privadas, realizadas em única edição e em modalidade esportiva específica, com exceção do Torneio Inter-Colegial de Futebol, com a realização de três edições, inclusive com uma das edições nos idos de 1953 e Torneio Inter-Colegial de Bola ao Cesto, com duas edições, ambas na década de 1940.

O segundo aspecto que despertou à atenção, se refere ao Inter-Colegial de Basquete e Voleibol⁵⁶, promovido pela Superintendência de Educação Física, para estudantes do ensino

⁴⁸ Sobre o Torneio Inter-Colegial de Bola ao Cesto, ver em: Jornal “A Tarde”, de 14, 18, 25, 30 e 31 de outubro/ 06, 08, 09, 11, 12, 14, 16, 18, 23 e 29 de novembro de 1940; Jornal “A Tarde”, de 21 de setembro/ 13, 19, 22, 24 de novembro de 1941.

⁴⁹ Bola ao Cesto era a nomenclatura utilizada nas reportagens jornalistas daquela época, fazendo referência à modalidade de basquetebol.

⁵⁰ Sobre o Torneio Inter-Colegial de Futebol, ver em: Jornal “A Tarde”, de 15 de agosto de 1941.

⁵¹ Sobre o Torneio da Primavera de Voleibol, ver em: Jornal “A Tarde”, de 29 de setembro de 1941.

⁵² Sobre a Festa da Confraternização Estudantil, ver em: Jornal “A Tarde”, de 06 e 08 de outubro de 1943.

⁵³ Sobre o Torneio Inter-Colegial Semana da Pátria de Basquete, ver em: Jornal “A Tarde”, de 05 de setembro de 1945.

⁵⁴ Sobre o Torneio Estudantil de Bola ao Cesto (FBB), ver em: Jornal “A Tarde”, de 22, 27, 29 e 30 de novembro de 1945.

⁵⁵ Sobre o Torneio Inter-Colegial de Basquete, ver em: Jornal “A Tarde”, de 28 de outubro e 04 de novembro de 1949.

⁵⁶ Sobre o Inter-Colegial de Basquete e Voleibol, ver em: Jornal “A Tarde”, de 09, 11, 22, 23, 24, 25, 27, 29 e 30 de novembro/ 02 e 03 de dezembro de 1944; Jornal “A Tarde”, de 20 de setembro de 1947; Jornal “A Tarde”, de 11 e 20 de setembro de 1951; Jornal “A Tarde”, de 04, 12, 20, 22, 23, 25 de setembro de 1952; Jornal “A Tarde”, de 17 e 19 de setembro de 1953; Jornal “A Tarde”, de 20, 22, 25 e 27 de outubro/ 05 de novembro de 1955; Jornal “A Tarde”, de 27, 30 de outubro/ 01 e 06 de novembro de 1956; Jornal “A Tarde”, de 20 de setembro e 16 de outubro de 1958.

médio dos gêneros feminino e masculino. Tal evento tem sua atividade iniciada nos idos de 1944, com os hiatos temporais, mas com uma sequência de edições interessantes ainda na década de 1940 e, posteriormente na década de 1950, inclusive com coberturas jornalistas em diversas publicações do Jornal “A Tarde”, nos permitindo inferir que tenha sido o acontecimento estudantil de maior expressão nesse período investigado, apesar de não se enquadrar nas características de eventos nos moldes dos Jogos Escolares.

É relevante salientar, que durante a pesquisa, identificamos nas reportagens do Jornal A Tarde a expressão “Primavera”, se referindo aos Inter-Colegial de Basquete e Voleibol nos idos de 1951⁵⁷, fazendo menção ao Torneio da Primavera, e a outra nos idos de 1952⁵⁸, onde de cinco reportagens apenas na última, ao abordar o encerramento do referido evento, fazendo referência aos Jogos da Primavera⁵⁹, ratificando o que foi dito pelo professor Alcyr Naidiro Fraga Ferraro durante a entrevista concedida para este estudo e publicado no livro de sua autoria, quando diz:

Os Jogos da Primavera estavam relegados ao esquecimento. Atuando junto à Superintendência, conseguimos que esta baixasse um ato criando uma comissão técnica que elaborou um regulamento encaminhado a todos os estabelecimentos de ensino público e particulares. Nos feriados de fim de outubro e início de novembro de 1951, revivemos os Jogos da Primavera, abertos com um desfile com banda de música seguido de concentração e hasteamento das bandeiras da Bahia e do Brasil (Ferraro, 1991, p. 25).

Narra o autor ainda que:

O conagraçamento entre os colegiais dos diversos estabelecimentos, a vibração das torcidas, estimulando os colegas na disputa dos jogos, atestaram o sucesso absoluto desse evento e foram a recompensa para os que, com muito esforço e idealismo, conseguiram realiza-lo. Nos anos subsequentes, 1952, 1953 e 1954, foram realizados, sempre com êxito, os Jogos da Primavera, e eu sinto orgulho de lembrar que fui uma das figuras centrais na organização do certame (Ferraro, 1991, p. 26)

Ademais, encontramos mais duas menções ao termo “primavera”, mas, estes se referiam ao: Torneio da Primavera de Futebol, destinados ao público universitário; e a outra menção se refere ao Torneio da Primavera de Basquete, Voleibol e Futebol⁶⁰, realizado em

⁵⁷ Ver Jornal “A Tarde”, de 11 de setembro de 1951.

⁵⁸ Ver Jornal “A Tarde”, de 25 de setembro de 1952.

⁵⁹ A expressão “Primavera”, geralmente era, e ainda é utilizada em acontecimentos esportivos realizados para estudantes dos diversos níveis de ensino, durante o período da estação do ano que se segue o inverno e precede o verão. No Brasil, entre 22 de setembro e 21 de dezembro.

⁶⁰ Sobre o Torneio da Primavera realizado entre as Secções do Colégio Central, ver em: Jornal “A Tarde”, de 27 e 28 de setembro de 1950.

única edição nos idos de 1950, sem sequência em anos subsequentes, e destinado exclusivamente para educandos e educandas do ensino médio do Colégio da Bahia nas suas diversas secções⁶¹. Além desses eventos, encontramos nos idos 1958, uma reportagem sobre o Torneio Inter-Colegiais promovido pela ABES⁶², destinado também aos estudantes do ensino médio, nas modalidades de basquetebol, futsal e voleibol, sem grandes repercussões.

Ressalta-se, que apesar dos diversos acontecimentos esportivos difundidos nos jornais, contemplando estudantes da educação básica, se faz necessário lembrar que as condições da educação na Bahia até os idos de 1947 eram pouco favoráveis, em especial na cidade de Salvador, quando se questionavam suas estruturas escolares (Teixeira, 1949).

Porém, com a transição do segundo para o terceiro quartel do Século XX, houve mudanças substanciais das condições socioeconômicas da capital baiana, que favoreceram investimentos nos diversos setores, sobretudo no setor educacional, onde, para suprir a necessidade e as demandas por vagas na educação, devido ao aumento populacional da cidade de Salvador, se iniciou a construção de centenas de unidades escolares com estruturas esportivas, que possibilitaram aos estudantes vivências nas práticas esportivas na fase escolar. Ademais, foi nesse período que se iniciou a construção do Complexo da Fonte Nova (Estádio, ginásio, piscina e pista de atletismo)⁶³, modificando a paisagem urbanística da cidade, além de servir de opções para o aumento das práticas esportivas da população (Rubim; Coutinho; Alcântara, 1990; Nunes, 2008; Tavares, 2019).

O aumento e diversificação dos espaços para as práticas esportivas na cidade de Salvador, naturalmente diversificou também o público de espectadores ansiosos por notícias, motivos pelos quais um periódico não especializado no campo esportivo, a exemplo do Jornal “A Tarde”, reserva(va) diariamente espaços para cobertura e divulgação dos acontecimentos esportivos. É neste sentido, que os estudos desenvolvidos por Couto (2016), justifica o surgimento da imprensa esportiva no Brasil, quando diz:

Entendemos que é necessário pensarmos sobre as identidades e idiosincrasias criadas pela imprensa esportiva, tendo em vista que esta

⁶¹ Após diagnóstico realizado pela Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia, sobre o olhar atento do secretário Anísio Spinola Teixeira, constatou-se a carência de unidades escolares para o número crescente de demandas estudantis, sendo necessário além da construção de novas unidades escolares na cidade de Salvador, multiplicar o Ginásio da Bahia em seções nos bairros da Liberdade, Itapagipe, Nazaré e Brotas. Ver mais em: DICK, Sara Martha. **A Expansão do Ensino Secundário na Bahia (1942-1961)**. Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp., Salvador, v. 29, n. 59, p. 310-327, jul./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2020.v29.n59.p310-327>. Acesso em 18 de outubro de 2022.

⁶² Sobre o Torneio Inter-Colegiais promovido pela Associação Bahiana dos Estudantes Secundários – ABES, ver em: Jornal “A Tarde”, de 12 de agosto de 1958.

⁶³ Todo Complexo da Fonte Nova foi demolido no ano de 2010, para construção da Arena Fonte Nova, objetivando sediar partidas da Copa do Mundo de Futebol, realizada nos idos de 2014.

explora(va) um universo cada vez mais importante para boa parte da população, ou seja, o interesse pelas práticas esportivas, mesmo quando estas não eram exercidas pelos próprios leitores. Ou seja, o campo esportivo se espalhava para todos os cantos das cidades brasileiras, envolvendo uma relação que ia para além da prática. A leitura e o interesse por mais informações e notícias sobre os esportes possibilitaram a ampliação de uma grande imprensa que incorporou o tema como um dos principais elementos de suas propostas editoriais, criando uma linha de profissionais específicos para esta empreitada. Desta forma, jornalistas, repórteres, fotógrafos que atendiam uma série de assuntos para os jornais, iniciaram um processo de especialização, a partir do momento que a práxis exigia uma dedicação maior aos esportes [...] (Couto, 2016, p. 17).

A solidificação da imprensa voltada para cobertura esportiva necessitava passar por uma transição na construção textual, onde buscavam e ainda buscam a objetividade nas informações sem se basear na opinião particular, fato que aconteceu com o Jornal “A Tarde”, na página dedicada ao noticiário esportivo. No fragmento do texto, Couto ratifica essa ideia nos dizendo que:

[...] a década de 1950 se apresentava como um momento de consolidação da crônica esportiva e de construção de textos híbridos e diversos no campo esportivo. Não por acaso, é também o período da história da imprensa brasileira que trazia uma série de modificações tecnológicas e gráficas, tornando a circulação dos jornais mais ágil e eficiente e aumentando a continuidade das empresas de comunicação e seus respectivos títulos de periódicos. Do ponto de vista das orientações editoriais para o texto jornalístico, os anos 1950 conheceriam uma “onda objetiva”, ou seja, as técnicas de construção dos textos deveriam apontar para um caminho de objetividade, neutralidade e imparcialidade, mas principalmente o primeiro destes elementos. Ou seja, o texto do jornal deveria na medida do possível evitar o formato opinativo e aderir à proposta de informar acerca dos fatos [...] (Couto, 2016, p. 19).

Daí, a relevância de periódicos do potencial do Jornal A Tarde, na divulgação dos fatos e dos acontecimentos esportivos na época, que, mesmo sem se constituir em uma imprensa esportiva especializada, serviu e ainda serve de fontes históricas para pesquisas nos diversos campos de interesses. Nesse sentido, reconhecemos a importância do Jornal “A Tarde” para historicidade da Bahia, por não se restringir a noticiários específicos de uma cena urbana, mas, por ampliar o leque de informações que contemplassem a sociedade baiana.

A partir dessa compreensão, e pela necessidade que tivemos em encontrar evidências plausíveis que nos conduzissem ao início dos jogos escolares, se fez necessário durante o processo de elaboração das questões norteadoras para as entrevistas, se cercar de acontecimentos, não somente realizados na cidade de Salvador, mas, que, possivelmente tenham influenciados na constituição dos Jogos Escolares da capital baiana.

Por isso, questionamos os atores sociais que nos concederam as entrevistas, a respeito da influência ou correlação entre os Jogos Escolares realizados na cidade de Salvador, com os jogos desenvolvidos no Rio de Janeiro, denominado “Jogos da Primavera”⁶⁴, por dois motivos: primeiro, por identificar que o surgimento dos Jogos da Primavera realizado na cidade do Rio de Janeiro, ter acontecido em período concomitante a formação acadêmica em Educação Física dos três atores sociais, se constituindo em possível experiência à formação; e segundo, por terem sido tais jogos realizados na capital do Brasil, a época, referência para as outras cidades e regiões do País, de iniciativa de um jornalista reconhecido e em um jornal de referência para o campo esportivo, podendo assim, ter servido de modelo para o desenvolvimento de eventos de natureza estudantil em outras regiões do País.

Sobre tal questão, obtivemos respostas que sinalizavam uma possível influência dos Jogos da Primavera realizados na cidade do Rio de Janeiro, na constituição dos Jogos Escolares na cidade de Salvador, conforme os fragmentos das entrevistas a seguir: o primeiro a sinalizar a influência foi o professor Alcyr, quando afirma que:

Tinha, porque isso contribuiu pra, pra, porque naquela época do Rio de Janeiro fazia aqueles jogos, era muito bonito, e a imprensa falada e escrita falava muito naquilo. Então, nós também pegamos aqueles, parte, aquele, aquele, aquela, aqueles dizeres, aquelas coisas, criamos os Jogos da Primavera. Foi, foi uma coisa que saiu assim [...].

Já Georgeocohama, este, não fez afirmativa com certeza, por falta de conhecimento a respeito, mas infere dizendo: “Aí, é possível, que a criação desses jogos tenha sido, é..., voltado né? Com a similitude com os Jogos da Primavera do Rio de Janeiro”. Tal influência é perceptível nos estudos de Dantas Junior (2008), quando o autor aborda a tradição e o espetáculo nos Jogos da Primavera realizados no Estado de Sergipe, na materialização de uma memória coletiva dos professores de Educação Física, enfatizando que na primeira fase:

[...] de modo institucionalizado com a organização esportiva, seguindo os cânones de um evento reconhecido nacionalmente, os Jogos da Primavera do *Jornal dos Sports* no Rio de Janeiro. Esse movimento esportivo, iniciativa pioneira do jornalista Mário Filho, proprietário do *Jornal dos Sports*, reunia os grandes clubes e as grandes escolas da cidade em verdadeiras maratonas olímpicas. [...] Os Jogos da Primavera do Rio de Janeiro tornaram-se a grande fonte inspiradora para Sergipe (Dantas Junior, 2008, p. 44)

⁶⁴ Os Jogos da Primavera realizado na cidade do Rio de Janeiro, foi uma das iniciativas do Jornalista Mário Leite Rodrigues Filho do “Jornal dos Sports”. Ver mais detalhes na edição 06169, de 01 de outubro de 1949 do “*Jornal dos Sports*”.

Se for verdade que houve influência dos Jogos realizados na cidade do Rio de Janeiro para a elaboração e execução dos Jogos Escolares na Bahia e em outros estados, as atividades desenvolvidas na década de 1940 até os idos de 1958 na cidade de Salvador, não se enquadravam nas características de eventos nos moldes olímpicos, o que significa dizer que tais acontecimentos, realizados naquele período não demarcaram o início dos Jogos Escolares. Todavia, nos chamou a atenção à ênfase que o professor Miranda deu a um determinado evento, quando questionado a respeito dos jogos escolares, este, cita a “Olimpíada da Primavera”, na qualidade de um evento de natureza escolar de referência e, posteriormente, ao se referir a influência dos jogos realizados na cidade do Rio de Janeiro, ele assevera que: “Não sei se foi copiado por lá, mas eu sei que nós fizemos e saiu muito bem, porque todas, todas as modalidades nós empregamos, né? Futebol, voleibol, basquetebol, atletismo, ginástica de solo, tudo isso nós demos pra os, pras os alunos”, sinalizando para aquilo que efetivamente reflete as peculiaridades dos jogos escolares.

A partir dessa sinalização, recorreremos ao Jornal “A Tarde”, para averiguar as informações que dialogassem com as narrativas dos atores sociais, em especial o professor Miranda, ao citar o referido evento, quando identificamos 03 (três) reportagens se referindo a 1ª Olimpíada Bahiana da Primavera.⁶⁵, destinada ao público estudantil, com as características que demonstravam uma verdadeira maratona olímpica, que apesar de não descrever com detalhes a data inicial, sinalizavam atividades esportivas diversificadas. Porém, algo nos chamou atenção aos processos de elaboração, organização e execução da 1ª Olimpíada Bahiana da Primavera, onde consta na edição do Jornal “A Tarde”, de 18 de setembro de 1959, que o referido evento foi de iniciativa e organização da Rádio Sociedade e do Jornal “Diário de Notícias”, descartando a participação dos profissionais da área de Educação Física no processo, quando acreditávamos que tais veículos de informação, apenas se restringiram à divulgação das notícias do evento.

Questionamos o professor Georgecohama sobre a Olimpíada Baiana da Primavera, o início e tempo de duração, para que pudéssemos ter noção se realmente era referência de acontecimento esportivo com as características que buscávamos, e se este evento se enquadrava nas peculiaridades dos jogos escolares, quando ele nos diz;

Não sei, não me lembro, mas foi uma coisa, é, era realmente uma coisa belíssima, belíssima. Galvanizava toda Bahia, toda Bahia. Os colégios, era uma luta, ICEIA, Severino Vieira, Central, Colégio Militar, Colégio da Polícia Militar, era Góes Calmon, Itapuã, de todos os lugares, não é? De

⁶⁵ Sobre a 1ª Olimpíada Bahiana da Primavera, ver em: Jornal “A Tarde”, de 07, 09 e 18 de setembro de 1959, mas também, em FERRARO, Alcyr Naidiro Fraga. **A Educação Física na Bahia: memórias de um professor.** Bahia. Salvador: CEDUFBA, 1991, p. 44-47.

Brotas, de todos os lugares. Os colégios participavam, os diretores faziam questão, compreendeu? De desfilarem a frente com toda galhardia, compreendeu? Aí tinha as bandas, tinha as acrobacias, os alunos que iam fazendo não é, na abertura. A abertura era uma coisa fantástica, torcidas organizadas.

Daí, recorreremos às informações contidas no livro de autoria de Alcyr Naidiro Fraga Ferraro, quando o autor diz que com a posse do novo governador na Bahia, nos idos de 1959, novas dificuldades surgiram para a realização das atividades da Educação Física e Desporto escolar, notadamente por ser a nova Superintendência de Educação Física, comandada por um Tenente-Coronel da Polícia Militar avesso as questões que envolviam os professores que compuseram a Associação de Professores de Educação Física da Bahia – APEFB. Contudo, como os professores tinham independências em suas ações, por estarem vinculados às escolas, favoreceu que esses se articulassem na tentativa de realizar os jogos escolares nos moldes daquele realizado na cidade do Rio de Janeiro. No fragmento do livro de sua autoria, Ferraro (1991) diz que:

Nessa ocasião, o colega Luiz de Carvalho Florence, companheiro do Colégio João Florêncio Gomes, sugeriu o encontro com o radialista Antônio Sampaio⁶⁶ a fim de tentar realizar algo semelhante aos Jogos da Primavera do Rio de Janeiro, considerados, na época, uma maravilha em termos promocionais.

O contato foi feito com o radialista, Luiz Florence, Newton Miranda e comigo. Daí por diante, como diz a gíria, “entregamos o ouro”. Orientamos em todo o setor técnico, demos todas as dicas: regulamento geral, regulamento por modalidade, organização técnico-pedagógica, etc. (Ferraro, 1991, p. 44).

Imagem 01 – Reunião da 1ª Olimpíada Baiana da Primavera⁶⁷



⁶⁶ Antônio Sampaio era radialista vinculado a Rádio Sociedade e ao Diário de Notícias.

⁶⁷ Imagem ilustrativa da primeira reunião da Comissão Organizadora da 1ª Olimpíada Baiana da Primavera, cedida por Alessandra Miranda, do arquivo pessoal do professor Newton da Costa Miranda.

A experiência desses profissionais foi de fundamental importância para a construção de uma agenda de atividades que culminaria na realização do maior evento estudantil da Bahia, com as seguintes etapas: 1) Reunião de lançamento da 1ª Olimpíada Baiana da Primavera, em 18 de junho de 1959; 2) Constituição da Comissão Técnica dos jogos, entre junho a julho de 1959, composta pelos professores Alcyr Naidiro Fraga Ferraro, Newton da Costa Miranda, Luiz de Carvalho Florence, Josair Estrela Gonçalves, pela professora Therezinha Catharina de Carvalho Souza e pelo radialista Antônio Sampaio, que tratou da elaboração do regulamento dos eventos e demais procedimentos; 3) Sorteio dos jogos, em 23 de agosto de 1959; 4) Abertura da 1ª Olimpíada Baiana da Primavera, em 29 de agosto de 1959; e 5) Realização dos jogos durante o mês de setembro de 1959 (Ferraro, 1991).

A cerimônia de abertura da I Olimpíada Baiana da Primavera se constituiu em uma belíssima festa esportiva, realizada na maior estrutura esportiva da cidade de Salvador e do Estado da Bahia, no Estádio Octávio Mangabeira (Fonte Nova), dando ao referido evento a grandiosidade que se esperava dos Jogos Escolares em sua primeira edição. A festa de abertura foi tão positiva, que a imprensa falada e escrita não pôde ofuscar o desempenho da Comissão Organizadora, em especial, aos detalhes técnicos daqueles que efetivamente tinham *know-how*, pelo saber prático adquirido ao longo dos anos de experiência (Ferraro, 1991).

Para o autor, a 1ª Olimpíada Baiana da Primavera ampliou as possibilidades de participação de diversos estudantes e de diversas escolas da cidade de Salvador, chegando ao número expressivo de 20 escolas (ginásios e colégios) e 10 clubes, em diversas modalidades, como: “Basquetebol, Voleibol, Futebol de Salão (masculino), Ginástica, Atletismo, Tênis de Campo, Natação, Ciclismo, Arco e Flexa, Esgrima, além de pequenos jogos que consideramos – velocípede, rema-rema, automóvel de pedal e patinete” (Ferraro 1991, p. 46). Ressaltamos que as competições foram disputas no Complexo da Fonte Nova, que envolviam o Estádio, ginásio, piscina e pista de atletismo.

Salientamos que, apesar do quantitativo expressivo de ginásios, colégios e clubes informado por Ferraro (1991), participantes da primeira edição da Olimpíada Baiana da Primavera, este autor, não deixa claro quais instituições participaram dessa edição, necessitando de uma análise do periódico na tentativa de identificarmos os participantes, quando constatamos nas edições do Jornal “A Tarde”, de 07, 09 e 18 de setembro de 1959, a participação das seguintes instituições: Colégio de Aplicação; Colégio Estadual Alípio França; Colégio Estadual Carneiro Ribeiro; Colégio Estadual da Bahia (Central); Colégio Estadual Duque de Caxias; Colégio Estadual Góes Calmon; Colégio Estadual João Florêncio Gomes; Colégio Estadual Manoel Devoto; Colégio Estadual Sete de Setembro; Colégio

Estadual Ypiranga; Colégio Militar de Salvador; Escola Estadual Nossa Senhora do Carmo; Escola Estadual Severino Vieira; Ginásio Escola Nova e Instituto Normal Isaias Alves.

A dimensão dada à Olimpíada Baiana da Primavera, em sua primeira edição, demarcou na historicidade do esporte da cidade de Salvador, o início dos Jogos Escolares na Bahia, com as peculiaridades inerentes ao acontecimento de maior repercussão para o público estudantil na capital baiana, em especial, pela necessidade que seus organizadores tiveram de pensar, estruturar e concentrar em um só evento diversas modalidades esportivas de grande aceitabilidade e outras atividades com pouca ênfase na sociedade soteropolitana na época, em uma verdadeira maratona olímpica. Ratificado durante a entrevista com o professor Alcyr, quando ele diz que “foi um espetáculo que a Bahia nunca tinha visto, porque a imprensa bateu. Tava eu, Miranda, Luís Florence, Luís Florence era o grupo”.

Não obstante o sucesso do primeiro Jogos Escolares da Bahia realizado na cidade de Salvador, e o reconhecimento expresso na mídia escrita da capital baiana ao grupo de profissionais da área de Educação Física, estes, se sentiram desprestigiados ou quiçá explorados pela imprensa que cobriram intensamente o evento, notadamente no que se refere ao aspecto financeiro. Sobre esse aspecto, no fragmento do livro de Ferraro, o autor diz:

Após a conclusão das competições da I Olimpíada, recebemos uma série de elogios pela imprensa Associada do grupo no *Diário de Notícias* de 30 de setembro de 1959. No final, os *Diários Associados*⁶⁸ ganharam bastante dinheiro pela publicidade, o radialista recebeu uma excelente “grana”, e o grupo que carregou a competição mereceu “um muito obrigado”. Sobre o assunto, nós, membros da comissão (Alcyr Ferraro, Newton Miranda, Luiz Florence, Josair Estela e Therezinha Catharina Souza), concluímos que fizemos um papel de “besta” (Ferraro, 1991, p.46 – 47).

Foi interessante perceber durante os estudos, que na cidade de Salvador durante a década de 1950, as atividades esportivas destinadas aos estudantes eram concentradas em único evento, geralmente de iniciativa da Superintendência de Educação Física, sem as características conferidas aos jogos escolares ora definidas. Todavia, nos idos de 1959, nos chamou atenção o fato da intensidade de eventos esportivos para estudantes da educação básica, em um intervalo de três meses, com a realização do *Torneio Inter-Colegiais*, promovido pela Associação Bahiana dos Estudantes Secundários, no mês de agosto; da *Iª Olimpíada Baiana da Primavera*, durante o mês de setembro; e dos *Jogos Inter-Colegiais*⁶⁹, organizado e dirigido pela Superintendência de Educação Física - SEF, no mês de outubro,

⁶⁸ Conglomerado de mídia do Brasil, que na Bahia foi composta por: Diário de Notícias, Estado da Bahia, Itapoan FM, Rádio Sociedade da Bahia e TV Itapoan (Rede Tupi).

⁶⁹ Sobre os Jogos Inter-Colegiais, envolvendo os Ensino Ginásial e Médio, ver em: Jornal “A Tarde”, de 28 de setembro/ 24, 26 e 29 de outubro e 07 de novembro de 1959.

com contornos semelhantes ao evento que o antecedeu, inclusive com a festa de abertura no Estádio Octávio Mangabeira, nos permitindo inferir que o impacto ocasionado pela Olimpíada Baiana da Primavera, favoreceu que a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, através da SEF, percebesse a importância que eventos dessa natureza poderia trazer para o processo de formação educacional.

No próximo tópico deste capítulo, discutiremos o processo de continuidade das atividades dos Jogos Escolares em meio ao cenário de efervescência cultural e turbulência política da cidade de Salvador na década de 1960.

3.2 A CONSOLIDAÇÃO DOS JOGOS ESCOLARES FRENTE A TURBULÊNCIA SOCIOPOLÍTICA DA CIDADE DE SALVADOR NA DÉCADA DE 1960

O cenário esportivo da cidade de Salvador ganhou novos contornos a partir dos idos de 1959, com a repercussão do sucesso alcançado pela realização dos Jogos Escolares, sendo inevitável a referência à quaisquer eventos esportivos de natureza escolar, sem a menção à experiência vivenciada com a primeira edição da Olimpíada Baiana da Primavera, tampouco imaginar a dinâmica das escolas e, especificamente dos(as) professores(as) de Educação Física e das(os) estudantes/atletas, sem um planejamento e preparação para as novas edições do referido evento nos anos subsequentes.

É importante enfatizar que a cidade de Salvador, embora tenha vivido momentos de êxtase com a realização de eventos esportivos de natureza escolar, a exemplo da 1ª Olimpíada Baiana da Primavera e dos Jogos Inter-Colegiais, outros aspectos ganharam muito mais ênfase na cena urbana da capital baiana daquele ano, notadamente no campo sociopolítico e econômico, com a transição de governo de Antônio Balbino de Carvalho Filho, governador de formação civil, para o retorno ao poder de Juracy Montenegro Magalhães, da qual formação foi toda delineada na carreira militar, inclusive com a participação efetiva durante a ditadura do Estado Novo, como interventor do Estado da Bahia.

Apesar de perceptíveis as diferenças de perfis entre os dois governadores, Juracy Magalhães demonstrou sensibilidade em perceber a mudança no cenário baiano e o desejo dos baianos de continuidade dos projetos de crescimento e desenvolvimento em seus diversos aspectos. Daí, colocar em funcionamento as diretrizes do Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia, elaborado no governo de seu antecessor, se constituiu em oportunidade de lograr êxito em sua política de Estado, com o fortalecimento dos diversos setores da economia

e a melhoria da infraestrutura urbana-social, principalmente de sua maior vitrine, a cidade de Salvador (Tavares, 2019; Ortega, Cerqueira e Silva 2016).

Ademais, os arranjos políticos bem articulados sobre a batuta de Juracy Magalhães e de outros governadores do Nordeste, favoreceram negociações de incentivos e de captação de recursos que possibilitaram o crescimento e desenvolvimento da economia da Região Nordeste, com a estruturação do setor industrial, em especial para Região Metropolitana de Salvador⁷⁰.

A cidade de Salvador pulsou de forma intensa durante a década de 1950, com o equilíbrio das contas públicas; o planejamento e as mudanças estruturais necessárias em sua infraestrutura urbanística, que, para além das construções de praças e prédios públicos em ruas e avenidas saneadas, se observou o crescimento de habitação, do comércio de serviços, de rede de saúde, de suas redes de ensino e de equipamento de esporte e lazer, se adequando a nova realidade.

Não obstante os avanços ocorridos na década de 1950, foi a partir da década de 1960 que a capital baiana vivenciou o crescimento econômico e a dinamização de uma industrialização periférica para sua Região Metropolitana, favorecendo a atração de capitais financeiros de diversos níveis e, conseqüentemente, o aumento dos fluxos imigratórios, devido aos bons empregos e bons salários, dando uma nova dinâmica à cidade de Salvador, sobretudo em sua estrutura organizacional⁷¹.

Nos anos iniciais da década de 1960, se percebe um desejo de continuidade no processo de mudanças da cena urbana da cidade de Salvador, como algo irreversível para a capital baiana e, independentemente de quem fosse o governante, os soteropolitanos não admitiam mais retrocessos. Transparecia que a sociedade soteropolitana tinha despertado de um longo sono e desejava querer mais, mais nos aspectos econômicos e urbanísticos; mais nos aspectos culturais, com atividades de cinema, música, museus e a construção de novos teatros; mais na educação, com a criação de novos cursos na UFBA, a implantação da UCSAL e a ampliação da rede de ensino da educação básica, etc.

E foi com esse desejo de querer mais, que na cena educacional as atividades esportivas nos moldes de jogos escolares se tornaram mais presentes, principalmente na cidade de

⁷⁰ Sobre o processo de crescimento econômico da Bahia e, especificamente da cidade de Salvador, ver mais detalhes em: RISÉRIO, Antônio. Uma cidade da Bahia. 2ª edição. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

⁷¹ Sobre a transformação da infraestrutura urbanística da cidade de Salvador, ver mais detalhes: RUBIM, Antônio Albino Canela; COUTINHO, Simone & ALCÂNTARA, Paulo Henrique (2008). **Salvador nos anos 50 e 60: encontros e desencontros com a cultura**. RUA: Revista de Arquitetura e Urbanismo, v.3 n° 1. 1990. Disponível em: <http://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/download/3104/2218>, mas também, em: ANDRADE, Adriano Bittencourt; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Geografia de Salvador**. - 2. ed. - Salvador: EDUFBA, 2009.

Salvador, devido a experiência salutar vivenciada na primeira edição da Olimpíada Baiana da Primavera, ao ponto de constatar nos registros do segundo semestre do Jornal A Tarde⁷², do ano de 1960, a divulgação quase que com exclusividade das atividades da II Olimpíada Baiana da Primavera, com 09 (nove) dias de cobertura jornalística, onde podemos inferir que a repercussão positiva dos Jogos Escolares nos moldes olímpicos, ofuscaram outras iniciativas escolares ou não chamaram à atenção dos meios de comunicação, em especial do Jornal A Tarde.

O fato foi que as atividades da II Olimpíada Baiana da Primavera traduziram esse desejo de continuidade de um projeto de sucesso, promovido pelos “Diários Associados” e, especificamente, pelo Jornal “Diário de Notícias”, ratificado nos procedimentos e formatações da edição anterior, apresentando diferenciações pontuais com a ampliação de novas categorias, abrangendo na segunda edição, quatro faixas etárias: 8 a 10 anos; 11 a 13 anos; 14 a 16 anos e 17 a 21 anos.

A representatividade da Olimpíada Baiana da Primavera para os esportes desenvolvidos das escolas e dos clubes da cidade de Salvador e do Estado da Bahia foi surpreendente, sendo identificadas nas edições do Jornal A Tarde pesquisadas, a participação das seguintes instituições: Colégio Antônio Vieira; Colégio Dois de Julho; Colégio Estadual da Bahia (Central); Colégio Estadual Duque de Caxias; Colégio Estadual Góes Calmon; Colégio Estadual Ypiranga; Colégio Militar de Salvador; Colégio Salesiano do Salvador; Colégio São Salvador; Colégio Sophia Costa Pinto; Curso Pedagógico Alípio França; Ginásio D. Macedo Costa; Ginásio Estadual João Florêncio Gomes; Ginásio Estadual Severino Vieira; Instituto Normal Isaias Alves; Colégio Estadual Sete de Setembro, inclusive com a participação Colégio de Feira de Santana, representando o interior da Bahia, totalizando 17 (dezesete) escolas.

Entre os clubes, foi constatada a participação AJETS⁷³; Associação Atlética da Bahia; Associação Desportiva Juventus; Atlético Clube Montesi; Botafogo; Clube Pessoa; Esporte Clube Bahia; Flamenguinho Esporte Clube; Fluminense; Grajaú; Imperial; Náutico; Nazaré; Olímpico; SESC (Serviço Social do Comércio) e Taubaté, totalizando 16 (dezesesseis) clubes.

As reportagens do Jornal “A Tarde”, detalhavam as informações das rodadas da II Olimpíada Baiana da Primeira, que aconteceram no Ginásio de Esportes Antônio Balbino, mais conhecido como Balbininho, estrutura esportiva que fazia parte do Complexo da Fonte

⁷² Sobre a II Olimpíada Bahiana da Primavera, ver em: Jornal “A Tarde”, de 01, 05, 08, 12, 17, 19 e 26 de setembro/ 04 e 10 de outubro de 1960.

⁷³ Não conseguimos identificar o significado da sigla.

Nova. Dentre as informações extraídas nos jornais, foram observadas as apresentações dos jogos de cada rodada, com os vencedores de cada partida, nomes das(os) estudantes/atletas e professores/técnicos que compõem as equipes das escolas e dos clubes envolvidos, bem como, as equipes de arbitragem dos jogos dos esportes de quadra, a exemplo: basquetebol, futebol de salão (masculino) e voleibol, que aconteceram no Ginásio Balbininho, nas categorias 14 a 16 anos e 17 a 21 anos, com início no final de agosto e término no início de outubro de 1960.

Imagem 02 – Equipe de voleibol feminino⁷⁴



Ressaltamos que durante a análise no periódico dos idos de 1960, percebemos a ênfase dada em algumas edições do Jornal “A Tarde” à figura do professor Newton da Costa Miranda, ator social participes desta pesquisa e um dos idealizadores da Olimpíada Baiana da Primavera, que na segunda edição do referido teve participação ativa na quadra poliesportiva do Ginásio Balbininho, na condição de professor do Colégio Estadual da Bahia (Central), conduzindo a equipe de basquetebol masculino, na categoria de 17 a 21 anos.

⁷⁴ Imagem ilustrativa extraída do Jornal “A Tarde”, de 19 de setembro de 1960, da equipe de voleibol feminino do Colégio Sophia Costa Pinto, Unidade Escolar de natureza jurídica privada.

Imagem 03 – Jogo de Basquete da II Olimpíada Baiana da Primavera⁷⁵



Essas reportagens evidenciavam a superioridade da equipe conduzida pelo professor Newton da Costa Miranda frente a outros colégios, exceto na reportagem do dia 17 de setembro do referido ano, quando trouxe em destaque a manchete “Caiu o Central ante Ipiranga”, fazendo uma narrativa do jogo com riqueza de detalhes sobre a derrota sofrida pelo Colégio Estadual da Bahia, embora reconhecesse a importância do professor Newton Miranda para a historicidade da Educação Física e do Esporte escolar da cidade de Salvador.

Apesar do reconhecimento expresso no Jornal A Tarde ao trabalho desenvolvido pelo professor Newton da Costa Miranda, o referido ator social e o grupo de professores de Educação Física responsáveis por pensar, estruturar, direcionar e executar as ações da Olimpíada Baiana da Primavera desde a sua gênese, necessitavam serem reconhecidos como profissionais, com remuneração adequada aos serviços prestados, fato que transpareceu não ter acontecido em relação ao “Diário de Notícias”, causando desconfortos de ambas as partes,

⁷⁵ Imagem ilustrativa extraída do Jornal “A Tarde”, de 12 de setembro de 1960, do jogo de basquetebol masculino entre as equipes do Colégio Estadual da Bahia (Central) e do Colégio Estadual Duque de Caxias.

sendo este aspecto, ratificado no fragmento do trecho do livro de autoria de Ferraro, quando diz:

Aguardamos o ano seguinte e, na época oportuna, indicado pelo grupo, fui falar com o radialista, fazendo-o ver que éramos profissionais e, como corria bastante dinheiro no evento, era justo que nós também ganhássemos. Daí por diante, notava-se a frieza do radialista pela minha presença. Participei da II Olimpíada sem nenhum entusiasmo e o amor que me caracteriza nas coisas que faço (Ferraro, 1991, p. 47).

Embora o clima nos bastidores não tenha sido dos melhores, as reportagens jornalistas do Jornal “A Tarde” não retratavam este aspecto e, sim, enfatizavam as experiências exitosas da II Olimpíada Baiana da Primavera tanto na quadra quanto na pista e piscina, inclusive, trazendo detalhes das provas de natação, realizadas na piscina do Instituto Normal Isaias Alves, nos dias 24 e 25 de setembro, disputadas nos quatro estilos, quais sejam: nado livre, costa, peito e borboleta para todas as categorias.

A cobertura jornalística foi finalizada com as provas de atletismo realizadas no Estádio Fonte Nova, informando as provas e categorias a que se destinavam. Dentre as provas de atletismo, foram realizadas as corridas, arco e flexa para todas as categorias, inclusive para a categoria de 11 a 16 anos, e as provas de arremesso de dardo, arremesso de disco e salto em distância para a categoria de 17 a 21 anos. Com a realização do atletismo foram encerradas as atividades da segunda edição da Olimpíada Baiana da Primavera, no dia 9 de outubro de 1960.

Com a consolidação da Olimpíada Baiana da Primavera nos anos subsequentes, a dinâmica do esporte e da Educação Física escolar na cidade de Salvador ganham novos encaminhamentos, onde as modalidades esportivas assumiram um protagonismo, com o aumento de novos adeptos e a diferenciação do trabalho dos profissionais de Educação Física. Sobre este aspecto, os fragmentos das entrevistas realizadas com dois professores da área que vivenciaram as atividades da Olimpíada Baiana da Primavera, tanto como idealizadores do referido evento quanto na qualidade professores/técnicos, corroboram com esta afirmativa em seus posicionamentos a respeito desta questão. O professor Alcyr diz:

Tá, naquela época, (palavra inaudível) Jogos Colegiais, vivia um grupo de professores de Educação Física, tá treinando tudo, ia pra treinar, ia treinar, eram uns jogos disputadíssimos, disputadíssimos, né?

O professor Miranda ratifica este posicionamento, dizendo:

Eu acho que sim [...]. Acho que, depois da, da Olimpíada Baiana da Primavera, aí os diretores de colégio, né? Abriram os olhos e fizeram com que todos os professores dessem atividade, não desse a bola e ficasse por

conta do aluno, tinha de direcionar, a bola tem um objetivo. Então, professor dizia, o voleibol, basquetebol, tudo isso a gente fazia, né? E tem mais, a corrida também nós fazíamos corrida intercolégias certo, aula de piscina tinha, certo? Então, nós fizemos justamente a Olimpíada Baiana da Primavera, baseado em toda atividade nós podemos dar aqui no Bahia, e tinha oportunidade de fazer.

As narrativas dos atores sociais confirmam os resultados alcançados nas duas primeiras edições da Olimpíada Baiana da Primavera, tanto no quantitativo de equipes participantes quanto de espectadores que prestigiaram os espetáculos esportivos, exigindo assim, que cada vez mais as escolas e clubes se preocupassem com todo o processo, e não somente, com o desempenho das(os) estudantes/atletas e, conseqüentemente de suas equipes, aspectos evidenciados em reuniões que antecederam a abertura da III Olimpíada Baiana da Primavera⁷⁶, no sentido de ajuste de detalhes, para que a festa esportiva fosse cada vez mais esplendorosa.

A abertura da terceira edição da Olimpíada Baiana da Primavera ganhou destaque em cinco edições do Jornal A Tarde que antecederam o início da programação oficial, relatando as reuniões de planejamento com os detalhes da cerimônia inicial; a apresentação da letra e música do hino oficial da Olimpíada Baiana da Primavera, de autoria do professor Adroaldo Ribeiro; divulgação do dia, horário e local do desfile de abertura. Além disso, consolidava o processo de planejamento, que culminou na cerimônia de abertura realizada em 16 de setembro de 1961, às 14h, no Estádio Octávio Mangabeira (Fonte Nova), com a participação de aproximadamente 5.000 estudantes/atletas e 23 entidades, entre escolas e clubes.

Imagem 04⁷⁷



⁷⁶ Sobre a III Olimpíada Bahiana da Primavera, ver em: Jornal “A Tarde”, 01, 02, 13, 15, 18 e 26 de setembro de 1961.

⁷⁷ Imagem ilustrativa extraída do Jornal “A Tarde”, de 18 de setembro de 1961, destacando a festa de abertura da III Olimpíada Baiana da Primavera.

Imagem 05 ⁷⁸

A reportagem do Jornal “A Tarde”, de 18 de setembro de 1961, evidenciou a abertura da terceira edição da Olimpíada Baiana da Primavera, com o desfile de abertura apoteótico das escolas e dos clubes, que foram conduzidos pelas apresentações de bandas militares da Escola de Aprendiz de Marinheiro; da 4ª Companhia Regional de Fuzileiros Navais; das bandas de música da Polícia Militar e do Exército. Todavia, o destaque principal se referia ao grande público presente no estádio, com uma estimativa de 50 mil espectadores(as), informando que talvez tenha sido o maior público presente no Estádio Octávio Mangabeira até aquela presente data.

Outro aspecto enfatizado na referida edição do Jornal A Tarde, foi a programação das rodadas iniciadas no domingo, dia 17 de setembro do referido ano, no Ginásio de Esporte Antônio Balbino, onde identificamos que durante todo evento, tiveram presentes as seguintes entidades: Colégio da Polícia Militar; Colégio Estadual da Bahia (Central); Colégio Estadual Duque de Caxias; Colégio Estadual Ypiranga; Colégio Sophia Costa Pinto; Curso Pedagógico Alípio Franca; Escola Técnica do Salvador; Ginásio D. Macedo Costa; Ginásio Estadual Luís Pinto de Carneiro; Ginásio Estadual Manoel Devoto; Ginásio Estadual Severino Vieira; Instituto Normal Isaias Alves e Instituto Sete de Setembro, representando as escolas da cidade de Salvador, mas também, as representações dos seguintes clubes da capital: Associação Atlética da Bahia; Associação Desportiva Juventus; Cacique Esporte Clube; Clube Gear; Esporte Clube Bahia; Flamengo Esporte Clube; Atlético Clube Montesi; São Paulo Futebol Clube; SESC – Serviço Social do Comércio e Sport Clube Vitória.

⁷⁸ Imagem ilustrativa extraída do Jornal “A Tarde”, de 18 de setembro de 1961, destacando a festa de abertura da III Olimpíada Baiana da Primavera.

O formato adotado na III Olimpíada Baiana da Primavera demonstrou uma maturidade da comissão organizadora, em perceber a necessidade de concentrar as atividades esportivas em apenas 08(oito) dias de evento, de maneira que não dispersassem a comunidade escolar, tampouco os(as) espectadores(as) que prestigiaram a abertura dos jogos até o desfecho final no dia 24 de setembro, em uma verdadeira maratona esportiva, demonstrados nos resultados finais publicados no Jornal A Tarde, de 26 de setembro de 1961.

O cenário constituído na cidade de Salvador demonstrava a intensidade com que os soteropolitanos vivenciaram a Olimpíada Baiana da Primavera nas edições anteriores, onde podemos inferir sobre alterações que devem ter sido provocadas nas rotinas das mais diversas instituições sociais e políticas da capital baiana.

A cada edição, novos aspectos foram observados, em especial, as novas expectativas que eram criadas em relação às intuições participantes e à cerimônia de abertura, demonstrando assim, o brilhantismo que envolvia a Olimpíada Baiana da Primavera. Todavia, apesar da grandiosidade do referido evento, observamos que as reportagens jornalísticas no Jornal A Tarde, começaram a se restringir à festa de abertura, ou seja, a um fragmento de um evento que despertava interesses sociopolíticos, notadamente por envolver um público de espectadores de grandes proporções, reduzindo ou quase extinguindo as informações de caráter técnico, e por conta disso, menos reportagens jornalísticas eram produzidas e veiculadas em relação aos jogos no referido periódico.

Sobre tal aspecto, podemos deduzir que o fato de os “Diários Associados” não terem valorizado ou desprestigiado à equipe formada por professores de Educação Física, nas edições anteriores, favoreceu um afastamento de parte desses profissionais, sobretudo daqueles que contribuiram pelo planejamento, efetivação e êxito dos jogos do ponto de vista técnico.

Este fato pode encontrar evidência no fragmento do livro de autoria do professor Alcyr Naidiro Fraga Ferraro, um dos idealizadores da Olimpíada Baiana da Primavera, quando diz que na “III Olimpíada, estava fora a metade do grupo e nós, que não recebemos qualquer remuneração. [...] Os que permaneceram, passaram a receber pelos serviços profissionais” (Ferraro, 1991, p. 47).

A partir desse olhar, passamos a analisar com mais detalhes as informações contidas nas edições do Jornal “A Tarde”, no intuito de encontrar algo de novo que pudesse acrescentar aos aspectos já descritos ou que trouxessem mais informações sobre o desenvolvimento daquele evento, fato que não aconteceu, pelo contrário, identificamos nos idos de 1962 apenas 03 (três) reportagens evidenciando 02 (dois) eventos esportivos de natureza escolar

divulgados pelo Jornal “A Tarde”, sendo que apenas duas delas se referiam a quarta edição da Olimpíada Baiana da Primavera.

A primeira reportagem se referia as Olimpíadas da Juventude⁷⁹, promovido pela Superintendência de Educação Física, sem muita repercussão, inclusive, expressando as dificuldades que as unidades escolares tiveram para participar; as 02 (duas) outras reportagens enfatizavam a IV Olimpíada Baiana da Primavera⁸⁰.

No que concerne a quarta edição da Olimpíada Baiana da Primavera, a reportagem do Jornal “A Tarde”, de 03 de setembro de 1962, trouxe a seguinte manchete “Uma apoteóse a abertura da IV Olimpíada Bahiana”, dando um especial destaque a cerimônia de abertura ao evento citado, realizado em um sábado, no dia 01 de setembro de 1962, com início às 14h, na dependência do Estádio Octávio Mangabeira (Fonte Nova), da qual promoção fora das emissoras e dos Diários Associados.

A imagem a seguir, ilustra uma parte da grandiosidade que representava o desfile de abertura da IV Olimpíada Baiana da Primavera, com a participação das escolas, faculdades e clubes.

⁷⁹ Sobre o Olimpíadas da Juventude, ver em: Jornal “A Tarde”, de 23 de agosto de 1962.

⁸⁰ Sobre a IV Olimpíada Baiana da Primavera, ver em: Jornal “A Tarde”, de 03 e 10 de setembro de 1962.

Imagem 06 – Abertura da IV Olimpíada Baiana da Primavera⁸¹



Nessa abertura da IV Olimpíada Baiana da Primavera, estavam presentes 25 (vinte e cinco) instituições entre clubes, escolas e alguns cursos universitários, sendo os universitários a novidade dessa edição da olimpíada. Estima-se que 2.500 estudantes/atletas fizeram parte do desfile de abertura, além das alegorias que exaltavam a estação da primavera e os Jogos Olímpicos da Antiguidade, em um espetáculo belíssimo para delírio de cerca de 60 mil espectadores(as) presentes na Fonte Nova.

A cerimônia de abertura findou com os atos protocolares, geralmente realizados em eventos esportivos de grandes expressões, com: hasteamento das bandeiras, ao som do hino nacional brasileiro, entoado pelas educandas do Colégio Estadual Manoel Devoto; o cântico do hino da Olimpíada, com o Coro do Instituto de Educação Isaias Alves; acendimento da pira olímpica e a declaração de abertura da edição da olimpíada.

⁸¹ Imagem ilustrativa extraída do Jornal “A Tarde”, de 03 de setembro de 1962, destacando a festa de abertura da IV Olimpíada Baiana da Primavera, com o carro alegórico da Associação Atlética da Bahia, representando os Jogos Olímpicos da Antiguidade.

Ressaltava os vencedores dos desfiles de abertura, com destaques para as seguintes instituições: Associação Atlética da Bahia, campeã do desfile entre os clubes; Colégio Estadual Ypiranga campeão entre as escolas; e a Faculdade de Medicina campeã entre os cursos universitários. E finaliza as informações sobre a IV Olimpíada Baiana da Primavera, com a reportagem do Jornal “A Tarde”, de 10 de setembro do referido ano, com a divulgação do resultado da competição de tênis de mesa, vencida pela estudante do Colégio Estadual da Bahia, na categoria 18 a 21 anos.

Os resultados alcançados com as quatro primeiras edições da Olimpíada Baiana da Primavera simbolizaram esse desejo de continuidade dos projetos bem sucedidos e vivenciados na cidade de Salvador, onde o esporte se constituiu em um dos símbolos dessa mudança e desse desejo, se enquadrando no âmbito escolar em um discurso formativo educacional e para saúde, se conectando as diferentes instituições socioeconômicas, culturais e políticas, de suma importância para a sociedade.

Ademais, o esporte se configurava de forma ideal para a cena urbana da cidade de Salvador, notadamente por possuir características modernas, vínculos vitais, manifestações ritualísticas globalizantes, mas também, pela capacidade que o esporte teve (e tem) de mobilizar pessoas, e pessoas geram volumes de consumo imensos ligados à sua imagem (Dantas Junior, 2008).

Com uma nova transição de governo, assume Antônio Lomanto Junior, para governar o Estado da Bahia entre os anos de 1963-1967, sucedendo Juracy Montenegro Magalhães, com a esperança de que os aspectos econômicos continuariam sendo prioridade, já que os baianos não admitiam retrocessos. Além disso, para os baianos não bastava somente projetar, a Bahia necessitava constituir o setor industrial potente, com intuito de fortalecimento de sua economia, fato que a princípio não aconteceu nos idos de 1963, causando preocupação a toda sociedade baiana, principalmente aos soteropolitanos, que conviveram com mudanças importantes de sua cena urbana (Tavares, 2019).

Nesse processo de mudança de governo, não identificamos nenhuma reportagem nas edições do Jornal A Tarde, que se referissem a quaisquer eventos de natureza estudantil na cidade de Salvador, nem mesmo ao mais potente acontecimento esportivo já realizado na capital baiana, a Olimpíada Baiana da Primavera.

No ano de 1964, um aspecto político trouxe destaque de forma negativa no cenário nacional, causando preocupação aos cidadãos e as cidadãs da cidade de Salvador, quando as principais capitais do País, acordaram de sobressalto com os rumos da política no Brasil. A tensão causada nos meses iniciais daquele ano e, posteriormente com a consumação do mais

duro golpe à democracia, com a intervenção militar em abril de 1964, causou desconforto na sociedade soteropolitana e brasileira, notadamente pelos retrocessos sócio-históricos, educacionais, culturais e políticos que poderiam acontecer (e aconteceram).

Com a intervenção militar, o temor do governo estadual em ser destituído de sua função era eminente, favorecendo com que o Governador Antônio Lomanto Júnior reestruturasse sua política de governo. Nesse processo, os programas e os planos deveriam pensar a Bahia em regiões administrativas, com intuito de modernizar a máquina do estado e promover a tão sonhada industrialização (Ortega; Cerqueira; Silva, 2016; Almeida, 2008; Pessoti, 2014).

Na Bahia, o desejo de se desenvolver não deveria ficar restrito aos aspectos socioeconômicos, infraestruturais, educacionais, culturais, esportivas e políticos. Porém, a cena urbana da cidade de Salvador, se alterava na mesma rapidez que a transição de governos aconteciam sem o tempo hábil para que as mudanças se efetivassem, apesar do acesso à educação ter ganhado forças nos últimos quinze anos, com o movimento de redemocratização do país nos idos de 1946.

No contexto a partir de 1964, percebemos que uma relação se tornou mais forte, a conexão entre a escola e o esporte, estabelecendo diálogos de complementaridade que aos olhos e ouvidos do regime militar, produziram efeitos satisfatórios em meio as mudanças sofridas nos currículos da educação básica e do ensino profissionalizante, onde a escola muitas vezes se configurava (e ainda se configura) em um espaço de socialização e transmissão (apesar de acreditarmos no processo de mediação) de conhecimentos, que absolveu o esporte como saber a ser escolarizado, por seu potencial cultural riquíssimo de caracteres simbólicos (Dantas Junior, 2009).

A partir desse momento, buscamos encontrar conexões entre as atividades esportivas nos moldes dos jogos escolares e o regime ditatorial, objetivando identificar possíveis interferências nesse âmbito. Porém, as reportagens jornalísticas do Jornal A Tarde, nos idos de 1964, se referiam apenas ao desfile de abertura da sexta edição da Olimpíada Baiana da Primavera, realizada na cidade de Salvador, com o mesmo teor das manchetes produzidas e publicações em edições anteriores.

O Jornal A Tarde, do dia 24 de setembro de 1964, enfatiza na manchete o desfile de abertura da Olimpíadas Baiana da Primavera, que aconteceria no Estádio Octávio Mangabeira, no dia 26 de setembro do corrente ano. Além disso, trazia o quantitativo de escolas, faculdades e clubes participantes, com a inscrição de aproximadamente 5000 estudantes/atletas, que vivenciaram uma verdadeira maratona esportiva.

O desfile de abertura foi realizado em ordem alfabética, de acordo com que fora decidido pela Comissão Organizadora, iniciando pelos cursos universitários da UFBA, com a faculdade de Direito sendo a primeira instituição a desfilar, devido o resultado da edição anterior da Olimpíada Baiana da Primavera, seguido dos seguintes cursos: Arquitetura; Ciências Econômicas; Eletromecânica; Farmácia; Filosofia; Geologia; Medicina; Odontologia; Politécnica e Veterinária. Entre os clubes, participaram: Bahia; GEAR⁸²; Milionários⁸³ e Vitória.

Além dos cursos universitários e clubes, tiveram na sexta edição da Olimpíada Baiana da Primavera, os seguintes colégios: Colégio Anísio Melhor; Colégio Estadual Alípio França; Colégio Estadual Aristides Maltez, da cidade de Nazaré; Colégio Estadual Carneiro Ribeiro; Colégio Estadual da Bahia; Colégio Estadual Duque de Caxias; Colégio Estadual Góes Calmon; Colégio Estadual Luiz Pinto de Carvalho; Colégio Estadual Manoel Devoto; Colégio Estadual Severino Vieira; Colégio Estadual Ypiranga; Ginásio Estadual Governador Lomanto Júnior; Colégio São Salvador; Escola Técnica; Instituto Normal Isaias Alves.

A manchete jornalística do Jornal A Tarde, de 26 de setembro de 1964, trouxe em destaque o grande espetáculo da abertura da VI Olimpíada Baiana da Primavera⁸⁴, que iniciou às 14h, no Estádio Octávio Mangabeira, superando as expectativas dos baianos, em uma das maiores festas já realizada na cidade de Salvador e no Estado da Bahia, sendo campeão entre os clubes, o Esporte Clube Bahia; entre os colégios, o Colégio Estadual Góes Calmon; e a faculdade de Odontologia se consagrando campeão entre os cursos universitários. De modo igual, as informações disponibilizadas nos periódicos de jornais, a Rádio Sociedade da Bahia fez ampla cobertura da programação esportiva, com destaque à figura do radialista Gouveia filho.

⁸² Sobre o clube GEAR, não identificamos o significado da sigla.

⁸³ Sobre o Clube Milionários, não identificamos nenhuma informação.

⁸⁴ Sobre a VI Olimpíada Baiana da Primavera, ver em: Jornal “A Tarde”, de 17, 24, 26 e 28 de setembro/ 02 de outubro de 1964.

Imagem 07 – Abertura da VI Olimpíada Baiana da Primavera⁸⁵



Não havendo informações no Jornal A Tarde sobre o impacto da ditadura militar às as atividades da Olimpíada Baiana da Primavera, decidimos buscar referências em nossas fontes orais, professores de Educação Física entrevistados, a princípio com os atores sociais que vivenciaram a história dos jogos escolares desde sua gênese. Para tanto, questionamos os professores, como se deu a realização dos jogos a partir da intervenção militar 1964? Obtivemos as seguintes respostas: “seguiram normalmente, o militar não se meteu nesse negócio não. Não fez oposição, nem nada (palavra inaudível). É..., agora aquele, se aquela estudantada metida, mas o universitário, não entrava” (Alcyr).

Insistimos em perguntar ao professor Alcyr sobre o assunto, quando ele reafirmou: “Não se envolveu não”. Então, buscamos nas narrativas dos outros dois atores sociais já mencionadas nesta pesquisa, a respeito da interferência da ditadura militar na Olimpíada Baiana da Primavera, quando tivemos como respostas:

- Deixa eu lhe dizer uma coisa (risos), eu nunca vi nenhuma interferência, nenhuma ligação dos jogos com a ditadura, com o governo militar, num no meu conhecimento. Nós estávamos envolvidos, os professores de modo geral, né? Professores, os professores todos participavam. Nos colégios:

⁸⁵ Imagem ilustrativa extraída do Jornal “A Tarde”, de 28 de setembro de 1964, destacando a festa de abertura da VI Olimpíada Baiana da Primavera.

Severino Vieira, Central, Colégio ICEIA, Góis Calmon. Ninguém tinha, não estava participando com nenhuma, compreendeu? É possível que, a... a própria ditadura estivesse orgulhosa dessa é, desses jogos, pelo fato da juventude, né? Porque cabeça e coisa, tá desviado, da das questões políticas e tal, não tinha nada a ver não, né? (Georgecohama).

- Não, não, eles deixaram que nós fizemos melhor, nós fizemos tudo que nós tínhamos ora elaborado, que nós fizéssemos tudo, fizemos certo, agora acontece o seguinte, que muita coisa também nós imitamos dos militares, que era bom para nós a gente utilizava, né? Exemplo: ordem (palavra inaudível), oh por exemplo, ordem unida. Sabe que é ordem unida não sabe? Então, marchar, tudo isso aí. Nós fizemos tudo, tudo, tudo nós fizemos, viu (Miranda).

Diante disso, resolvemos questioná-los se o evento em questão teria servido de instrumento de controle da juventude estudantil, quando obtivemos as seguintes respostas:

- Ah no controle, é o que dizem (Alcyr).

- Não, num, num vi, eu, eu, eu que sou uma pessoa que sempre estive vinculado às demandas políticas, né? [...]. Mas não vi, não vi em hipótese nenhuma, e justiça seja feita para os militares, para os, os, para a ditadura, não via numa interferência, nessa parte de lá, nunca vi, mas é possível (Georgecohama).

- Não, não (Miranda).

Apesar das narrativas dos atores sociais contraporem as ações deliberadas do regime militar de controlar ou intervir nas ações da Olimpíada Baiana da Primavera, o esporte em si, se constituiu ao longo dos tempos em um instrumento eficaz e econômico, capaz de mobilizar, de ocupar e de controlar os adolescentes e a classe trabalhadora, predisposto a se tornar um dispositivo e uma questão de lutas entre todas as instituições, notadamente de mobilização e da conquista política das massas (Bourdieu, 2019).

Imagem 08– Equipe de voleibol feminino - VI Olimpíada Baiana da Primavera⁸⁶



⁸⁶ Imagem ilustrativa cedida pelo Prof. Dr. Lauro Gurgel de Oliveira Junior (arquivo pessoal), destacando a equipe de voleibol feminino do Colégio Estadual da Bahia na VI Olimpíada Baiana da Primavera.

Neste sentido, cremos que o regime ditatorial implementado no Brasil a partir de 1964, não estava desatento às atividades esportivas desenvolvidas na cidade de Salvador, tampouco à potência que se constituiu a Olimpíada Baiana da Primavera, em especial pela capacidade de mobilizar pessoas, a sociedade soteropolitana e algumas cidades próximas a capital baiana, contribuindo para uma possível melhoria da imagem do regime

A partir de então, decidimos trazer para o diálogo mais dois personagens desta história, em especial, por serem egressos da primeira turma, do primeiro Curso de Educação Física da Bahia, na Universidade Católica. Taís personagens, vivenciaram a experiência da Olimpíada Baiana da Primavera, tanto na qualidade de estudantes/atletas quanto como expectadores.

Então, a quarta pessoa que trouxemos para compor as reflexões acerca da historicidade dos jogos escolares na cidade de Salvador, foi a Profa. Dra. Maria Elisa Gomes Lemos, atriz social que concedeu a segunda entrevista durante a fase de coleta de informações, em 15 de março de 2023 às 9h e 30min, na sala do Grupo de Pesquisa “CORPO”, localizada no térreo da Faculdade de Educação- FAGED/UFBA, situada na Av. Reitor Miguel Calmon, s/n – Vale do Canela, Canela, Salvador/Bahia. O encontro foi previamente agendado, tendo a Sra. Maria Elisa Gomes Lemos aceitado participar da pesquisa intitulada na época “História dos Jogos Escolares na Bahia (1950 – 1980)”, na qualidade de atriz social participante do processo enquanto estudante e, posteriormente, professora dos Jogos Escolares na cidade de Salvador, confirmando com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado pelo pesquisador, onde consta o título, objetivo da pesquisa e o orientador do referido estudo, frente ao programa de doutorado da Faculdade de Educação da UFBA. No momento da entrevista, a senhora Maria Elisa Gomes Lemos tinha a idade de 73 anos.

Sobre a professora Maria Elisa Gomes Lemos⁸⁷, esta, nasceu em 30 de julho de 1949, na cidade de Salvador, onde inicia sua trajetória no esporte na qualidade de educanda no ensino médio do Colégio Estadual Góes Calmon, a partir de uma aproximação com a professora Maria Lúcia Franco Maltez e da ginástica rítmica, se tornando adepta dessa modalidade esportiva, com início no ensino médio e, posteriormente com a continuidade de sua trajetória acadêmica e profissional. Coursou pedagogia, em nível médio, no Instituto Central de Educação Isaías Alves – ICEIA e paralelamente, começou a trabalhar em uma das primeiras academias da cidade de Salvador, a convite da professora e proprietária Maria Lúcia Maltez.

⁸⁷ Informo que a partir de agora, todas as vezes que utilizarmos a entrevista feita com a professora Maria Elisa Gomes Lemos, a identificaremos por Elisa, como a referida atriz social é conhecida, sem a necessidade de especificar data e página, pois a mesma está na íntegra em anexo.

Essa aproximação com a referida professora e, conseqüentemente com a ginástica rítmica, favoreceu que a professor Maria Elisa Gomes Lemos cursasse Educação Física na Universidade Católica do Salvador – UCSAL, constituindo a primeira turma do primeiro curso de Educação Física da Bahia, nos idos de 1973. Foi admitida nos idos de 1994, como professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, via concurso público.

Para além das informações de caráter pessoal, questionamos nossa atriz social sobre a participação nos jogos escolares e em quantas edições, quando Elisa responde:

- Na época, não se chamava jogos escolares, então era Olimpíada Baiana da Primavera. Essa, esse era o maior evento que nós tínhamos aqui. E nesse evento, então, todas as modalidades participavam, inclusive as ginásticas, que é, eu acredito, com a ginástica, os outros esportes estavam se organizando numa relação de regras, competições em maior escala. Então, foi a partir da professora, da área no colégio público, que eu comecei a estar no campo da ginástica.

E acrescenta:

- Nossa, se a gente contar, eu participei enquanto aluna do ensino médio, quatro anos, né? Primeira, segunda, terceira e quarta série. Depois, indo fazer o pedagógico no ICEIA⁸⁸, a professora Lúcia voltava a me chamar pra colaborar nessas atividades.

No que se refere ao marco inicial de sua participação na Olimpíada Baiana da Primavera, durante a entrevista/diálogo com a professora Elisa, tivemos que fazer uma retrospectiva da sua linha do tempo, quando identificamos que em 1964, ela ingressava no ensino médio e começa sua trajetória com a modalidade de Ginástica Rítmica, e conclui sua participação como estudante/atleta nos idos de 1967, vivenciando de forma intensa as emoções do maior evento estudantil realizada na cidade de Salvador.

Questionada se Olimpíada Baiana da Primavera pautou o trabalho pedagógico da Educação Física no âmbito escolar, na cidade de Salvador, Elisa afirma que: “Olha, o movimento era muito maior do que agora, principalmente de estudantes dentro da escola, praticando e participando do evento”. E acrescenta:

- Também, quase, quase que você não via a relação do rendimento, quase que você não via a relação do rendimento, como a gente ver agora, mas que existia, existia, lógico, todo mundo queria ganhar. Então, mas como todas, eu (pausa) não vou dizer que sou velha, mas todas as modalidades estavam

⁸⁸ Curso de Pedagogia no ICEIA a época, era oferecido ao Ensino Médio.

em desenvolvimento, as regras estavam mudando, a ginástica tava tateando, quais eram os aparelhos que ia trabalhar, tanto fosse a ginástica artística quanto a rítmica; o voleibol, peso de bola, muitas modalidades todas estavam como se fosse organização.

O diálogo com a professora Maria Elisa Gomes Lemos nos permitiu acrescentar um novo elemento à pesquisa, com a inclusão da Ginástica Rítmica, modalidade esportiva não mencionada nas reportagens jornalísticas do Jornal A Tarde, onde se supõe que tal modalidade compôs o cenário da festa de abertura, como um dos elementos a serem avaliados durante o desfile, integrando uma das alas de cada instituição pela graciosidade dos movimentos das estudantes/atletas e das cores que envolviam os uniformes e os elementos da modalidade. Outra hipótese seria o caráter embrionário da modalidade esportiva no cenário da cidade de Salvador e, que naquele momento histórico não chamou a atenção do público de espectadores, bem como dos meios de comunicação.

As novas informações apresentadas pela professora Maria Elisa Gomes Lemos, nos instigou a buscar mais elementos com outros atores sociais, foi quando trouxemos para o diálogo o Prof. Dr. Hélio José Bastos Carneiro de Campos, em especial por seu histórico no esporte e na Educação Física na Bahia, sendo a sexta pessoa que estabelecemos contato, em 28 de março de 2023 às 16h, no salão de festa de sua residência, no Caminho das Árvores, na cidade de Salvador/Bahia. Nosso encontro foi previamente agendado, tendo o Sr. Hélio José Bastos Carneiro de Campos aceitado participar da pesquisa intitulada na época “História dos Jogos Escolares na Bahia (1950 – 1980)”, na qualidade de ator social participante que vivenciou os Jogos Escolares na cidade de Salvador como estudante/atleta, confirmando com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado pelo pesquisador, onde consta o título, objetivo da pesquisa e o orientador do referido estudo, frente ao programa de doutorado da Faculdade de Educação da UFBA. Informo que no momento da entrevista, o professor Hélio José Bastos Carneiro de Campos, tinha 76 anos de idade.

A respeito do professor Hélio José Bastos Carneiro de Campos⁸⁹, este, nasceu em 03 de fevereiro de 1947, na cidade de Salvador-Bahia, onde se aproximou da Educação Física enquanto área de formação profissional pela via do esporte, especialmente no Colégio Estadual Manoel Devoto, quando teve os primeiros contatos com o professor Alcyr Naidiro Fraga Ferraro e, assim, a oportunidade de treinar atletismo, com objetivo de participar das Olimpíadas Bahiana da Primavera nos idos de 1964. Ademais, o histórico familiar e as

⁸⁹ Informo que a partir de agora, todas as vezes que utilizarmos a entrevista feita com o professor Hélio José Bastos Carneiro de Campos, o identificaremos por Hélio Campos, como o referido ator social é conhecido, sem a necessidade de especificar data e página, pois a mesma está na íntegra em anexo.

relações estabelecidas no Clube de Praia Avenida, no bairro do Rio Vermelho na cidade de Salvador e sua experiência inicial com a docência no Colégio Senhora Santana, localizada em uma igreja católica no bairro do Rio Vermelho na condição de professor leigo, nos idos de 1969, contribuíram para sua aproximação com a área de Educação Física.

Nesse processo, o professor Hélio Campos participou de diversos cursos preparatórios, para a formação de professores leigos em Educação Física, no intuito de suprir a carência profissional para atuarem nas diversas redes de ensino do Estado da Bahia, sendo contratado e designado para o Colégio Estadual Manoel Devoto e para o Colégio Carlos Santana. Teve sua primeira experiência acadêmica no Curso de Medicina Veterinária - UFBA. Com o surgimento do Curso de Educação Física na Universidade Católica do Salvador – UCSAL, em 1973, o referido ator social, prestou vestibular e foi aprovado para cursar Educação Física na referida instituição, compondo a primeira turma do curso. Posteriormente, passa a fazer parte do corpo docente do Curso de Educação Física da UCSAL e na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, nos idos de 1978.

A apresentação da história de vida do professor Hélio Campos, mesmo que de forma lacônica, demonstra o engajamento do referido ator social com o Esporte, a Educação Física e, sobretudo com a Educação, nos permitindo questioná-lo a respeito de sua participação nos jogos escolares e em quantas edições, quando tivemos a seguinte resposta:

- Nas Olimpíadas Baiana da Primavera, a minha participação como atleta, se deu no atletismo, onde eu ganhei minha primeira medalha correndo o revezamento 4 por 400 metros; eu participei de algumas provas do rever... do, do atletismo 100, 200, 400, revezamento 4 por 100, 4 por 400 m. O Manoel Devoto tinha uma equipe boa de atletismo, e participei do polo aquático, a equipe do Manoel Devoto, era uma equipe muito forte de polo aquático, eu me encantei também pelo polo aquático e participei do polo aquático, e fi...nós fomos vice campeão do polo aquático escolar das Olimpíadas Baiana da Primavera. Ensaiei um pouco dos saltos ornamentais, cheguei a treinar com um grupo de colegas, mas, muito mais sem orientação nenhuma, a gente autodidata, né? Mas, treinamos também os saltos ornamentais, mas eu não competir nos saltos ornamentais.

Durante a entrevista/diálogo com Hélio Campos, não conseguimos informações sobre o quantitativo de edições que nosso ator social participou, no entanto, identificamos mais duas modalidades esportivas não divulgadas no periódico do Jornal “A Tarde”, como Polo Aquático e os Saltos Ornamentais.

Outro aspecto observado, que somente ratificou o trabalho desenvolvido pela área de Educação Física naquele momento histórico e, que se perpetuaram por muito tempo, quando o esporte foi (e ainda continua sendo, em algumas unidades escolares) utilizado como atividade

fim, com a aplicação de técnicas, regras e a incorporação de normatizações no contexto escolar, onde tanto a escola quanto a Educação Física se mostraram incapazes de repensar a prática educativa do esporte para além da caráter competitivo. Esse posicionamento coaduna com Dantas Junior, quando ele diz que:

O esporte nas aulas de educação física foi canalizado como finalidade, não como meio, portanto a aprendizagem limitava-se às técnicas esportivas e à incorporação de suas normas. A escola não conseguiria mais discutir o esporte, recriá-lo, desenvolver valores assentados no coletivismo, pensar a integração do corpo discente sem seleção dos melhores, enfim, a escola tornou-se incapaz de criar um "esporte da escola", com base em suas características e necessidades culturais (Dantas Junior, 2009, p. 111).

Ademais, as informações prestadas por Hélio Campos, nos permitiu inferir que as escolas não possuíam elementos pedagógicos para contrapor a dinâmica das aulas de Educação Física, muito menos negar o esporte desenvolvido no âmbito escolar, sobretudo por ter sido a prática esportiva, que as credenciavam para a participação das atividades na Olimpíada Baiana da Primavera. Sobre este aspecto, questionamos nosso ator social, se a Olimpíada Baiana da Primavera pautou o trabalho dos professores de Educação Física? Hélio Campos responde:

- Pronto, aí eu tô falando também como aluno, né? Porque eu fui professor das Olimpíadas Baiana da Primavera, não eu era aluno, e sim, todo, toda a escola funcionava em função das Olimpíadas Baiana da Primavera, perfeito? Então, na..., aí eu falei, professor Alcyr me levou para treinar atletismo. Nós fomos treinar também nos primeiros treinamentos com o professor Alcyr, no Clube Português, o polo aquático. Eu ajudei o professor Alcyr, como aluno e fiz parte do grupo de treinamento da, da apresentação da calistenia. O professor Alcyr, como professor de Educação Física, também organizava, porque tinha uma parte cultural aonde é..., me lembro bem João José, que era o sobrinho dele, que fazia uma explanação teórica, alguma coisa nesse sentido, sobre, sobre o esporte entendeu? Tinha uma parte disso também, também fazia. E outros professores, também faziam essa preparação na GRD, chama de GRD é..., pronto todos eles que estavam ali, mas eu me lembro bem do professor Alcyr, agora da professora, não sei se era a professora Diva, professora Diva, que estavam convergindo e trabalhavam juntos na apresentação do voleibol, do basquete e etc., ok? Ah o professor José Luiz Brito Meira, lá de Jequié. Brito Meira, professor de voleibol. Ele foi professor de voleibol.

A dinâmica dada a Olimpíada Baiana da Primavera a cada edição, criava novas expectativas para o ano seguinte entre estudantes, professores, escolas, clubes, faculdades e, notadamente para os espectadores, mesmo após o golpe militar. E não foi diferente nos idos

de 1965, quando a Olimpíada Baiana da Primavera⁹⁰ completava sua sétima edição, tendo destaque no Jornal “A Tarde” em 04(quatro) edições, sempre com a ênfase na cerimônia de abertura no maior palco esportivo do Estado da Bahia, o Estádio Octávio Mangabeira, se constituindo em um espetáculo esportivo anual da cidade de Salvador, promovido pelos “Diários Associados” em consonância com Departamento de Educação Física da Bahia – DEFEB, da qual intuito era a consolidação da maior festa esportiva da cidade de Salvador, onde organizadores e participantes deveriam fazer grandes esforços para superar as expectativas das edições anteriores, com o mesmo brilhantismo.

A cerimônia de abertura aconteceu no dia 11 de setembro, a partir das 14h, no Estádio Octávio Mangabeira, com a presença da Banda dos Fuzileiros Navais, se tornando tradição em todas as edições da Olimpíada Baiana da Primavera, conduzindo as instituições educativas, em uma ordem de desfile que iniciou com os colégios e, posteriormente, as faculdades. Ressaltamos que nessa edição, não teve a presença de clubes.

O desfile de abertura contou com a participação de 39 (trinta e nove) equipes entre colégios, escolas e ginásios da educação básica e faculdades/cursos universitários, seguindo a seguinte ordem: Colégio Estadual Góes Calmon; Colégio da Polícia Militar do Salvador; Colégio Estadual da Bahia; Colégio Estadual Duque de Caxias; Colégio Estadual João Florêncio Gomes; Colégio Estadual Manoel Devoto; Colégio Estadual Severino Vieira; Colégio Estadual Ipiranga; Colégio Militar de Salvador; Colégio Normal Alípio França; Colégio Nossa Senhora de Lourdes; Escola Estadual Mário Augusto Teixeira de Freitas; Ginásio Anísio melhor; Ginásio Consul S. S. Schindler; Ginásio do Servidor Público; Ginásio Estadual Governador Lomanto Júnior; Ginásio Estadual Luiz Pinto de Carvalho; Ginásio São Salvador; Instituto de Educação Isaías Alves; Instituto Sir Alexander Fleming.

Na sequência, desfilaram as faculdades/Cursos de: Odontologia; Curso Superior de Agrimensura; Escola de Administração; Escola de Belas Artes; Escola de Biblioteconomia; Escola de Enfermagem; Escola de Estatística; Escola de Geologia; Escola de Medicina em Saúde Pública; Escola de Medicina Veterinária; Escola de Nutricionismo; Escola Politécnica; Faculdade de Arquitetura; Faculdade de Ciências Econômicas; Faculdade de Direito da UCSAL; Faculdade de Farmácia; Faculdade de Filosofia da UCSAL; Faculdade de Filosofia; Faculdade de Medicina.

⁹⁰ Sobre a VII Olimpíada Baiana da Primavera, ver em: Jornal “A Tarde”, de 11, 13 e 17 de setembro/ 11 de outubro de 1965.

Imagem 09 – Abertura da VII Olimpíada Baiana da Primavera⁹¹



A ênfase dada nas edições do Jornal “A Tarde” à cerimônia de abertura era algo impressionante, fato constatado na reportagem do dia 11 de setembro e, posteriormente, na reportagem de 13 de setembro de 1965, trazendo em destaque uma foto do desfile, com a presença do público lotando a dependência do Estádio Octávio Mangabeira e todo esplendor dos estudantes e dos carros alegóricos apresentados pelo Instituto de Educação Isaías Alves, em uma demonstração de total sucesso. Finaliza, com a reportagem de 11 de outubro de 1965, quando enfatiza o resultado final da disputa da modalidade de esgrima, expondo o título conquistado pelo educando do Instituto de Educação Isaías Alves na VII Olimpíada Baiana da Primavera.

Essa característica do esporte de aglutinar um público de espectadores em torno de si, demonstra a potência que o fenômeno esportivo se constituiu desde o processo de expansão por todo o mundo, capaz de sofrer mudanças e interferências em diferentes contextos socioeconômicos e políticos, possibilitando ampliar sua legitimidade como uma das práticas sociais detentora de uma capacidade impressionante de penetração em diferentes estruturas das sociedades, possibilitando diversas formas de organizações e consumo, que envolviam (e ainda envolve) o Estado e o mercado (Linhales, 1996).

A capacidade do esporte de adentrar em diferentes estruturas sociais, atrelada ao desejo das escolas de se fazerem reconhecidas, favoreceu com que essa relação se consubstanciasse

⁹¹ Imagem ilustrativa extraída do Jornal “A Tarde”, de 13 de setembro de 1965, destacando a festa de abertura da VII Olimpíada Baiana da Primavera.

pela ação efetiva humana, onde a escola na qualidade de campo fértil às múltiplas possibilidades de experimentação e o esporte um espaço de múltiplas sensações, estabelecem um convívio e constroem concepções de mundo (Dantas Junior, 2009).

Com a compreensão da potência que envolvia os encontros entre essas duas instituições, a educacional e a esportiva, continuamos nossa pesquisa nos anos subsequentes, na busca de novos elementos. Então, após análises das reportagens do Jornal “A Tarde”, no ano de 1966, encontramos seis reportagens se referindo a 03(três) eventos esportivos de natureza escolar desenvolvido na cidade de Salvador, que foram: 1) I Intercolegial de Atletismo⁹², promovido pelo Departamento de Educação Física, Recreação e Esporte; 2) I Jogos Infantis da Bahia⁹³, com 03(três) reportagens jornalísticas; e a VIII Olimpíada Baiana da Primavera⁹⁴.

O fato é que as reportagens do Jornal “A Tarde”, a partir da quarta edição da Olimpíada Baiana da Primavera, se resumiram aos aspectos correlacionados a festa de abertura, diferenciando em relação a edição anterior, apenas em questões pontuais, a exemplo do que aconteceu na VIII Olimpíada Baiana da Primavera, com a presença de uma banda de músico da cidade de Santo Amaro e de outras unidades escolares do interior da Bahia.

Imagem 10 – Abertura da VIII Olimpíada Baiana da Primavera⁹⁵



⁹² Sobre o I Intercolegial de Atletismo, ver em: Jornal “A Tarde”, de 03 de agosto de 1966.

⁹³ Sobre o I Jogos Infantis da Bahia, ver em: Jornal “A Tarde”, de 04, 22 e 29 de outubro de 1966.

⁹⁴ Sobre a VIII Olimpíada Baiana da Primavera, ver em: Jornal “A Tarde”, de 12 e 19 de setembro de 1966.

⁹⁵ Imagem ilustrativa extraída do Jornal “A Tarde”, de 12 de setembro de 1966, destacando a festa de abertura da VIII Olimpíada Baiana da Primavera.

Nesse processo, percebemos uma lacuna ou falta de informações no periódico do Jornal “A Tarde”, a respeito da Olimpíada Baiana da Primavera, nos anos de 1963 e de 1967, coincidentemente na transição de governos, quando saiu Juracy Montenegro Magalhães, nos idos de 1963, para a posse de Antônio Lomanto Junior, governador de perfil civil e, posteriormente, em 1967, com a saída deste último, para a entrada de Luís Viana Filho, se tornando o primeiro a governar a Bahia por via indireta durante a ditadura militar.

É importante ressaltar, que a partir março de 1967, o cenário político da Bahia com a posse do Governador Luís Viana Filho, se tornou mais favorável para as pretensões da ditadura militar, sobretudo pelo caráter moral e político dado pelo Presidente do Brasil, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, já que a atuação do governador foi intensa em nível nacional desde o início do golpe militar.

Não obstante, as pretensões de Luís Viana Filho de reorganização do Sistema Educacional da Bahia, em conformidade com as carências e os anseios da população em todos os níveis de ensino, tais ações não estavam desvinculadas da cena nacional e muitas vezes estavam sujeitas as distorções e as arbitrariedades que reprimiam direitos e a liberdade de expressão, notadamente de estudantes secundaristas e universitários (Brito, 2009).

Foi nesse contexto, que novamente as relações entre Estado, Esporte e a Educação Física se estreitaram, em uma dependência utilitária, onde o Estado recorreu ao fenômeno esportivo enquanto estratégia de controle e integração social, e a Educação Física e o Esporte com o expediente que lhes concediam o direito de usufruir das benesses do poder instituído.

Na cidade de Salvador, está relação ficou explícita com a presença do Departamento de Educação Física da Bahia – DEFEBBA, da Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Bahia, a partir dos idos de 1964, no principal evento esportivo de natureza estudantil, a Olimpíada Baiana da Primavera, fato que não aconteceu nas edições dos anos anteriores, onde a promoção ficou restrita aos “Diários Associados”, notadamente o “Diário de Notícias”.

Com base nesse vínculo explícito entre a ditadura militar e o esporte, que insistimos em questionar nossos entrevistados, ator e atriz social, participantes da Olimpíada Baiana da Primavera na qualidade de estudantes/atletas, sobre o envolvimento dos militares na realização dos jogos e, se teria sido os jogos escolares utilizados como instrumento de controle da juventude estudantil. A professora Elisa, responde:

- Olha, nós tínhamos inclusive militares, no, na turma de..., no grupo de trabalho de educação física, seja no Góes Calmon, como leigo, eles já estavam lá. Então, é... que foi assustador foi, na época, dizer posso não posso, quer que vai ser feito? Como é que a gente vai entrar. Ih... essa semana mesmo, a gente estava pensando quem eram, que eram os Coelho, que trabalhava aqui em Salvador. E eles é que davam, era um setor que dava a autorização pra você ir pra escola, antes de ser formado, porque não tinha o curso de Educação Física. Os Coelho eram militares.

E acrescenta Hélio Campos, dizendo:

- Olha, eu nunca, nunca olhei por esse lado. Eu sempre, olhei, o meu olhar é pelo olhar participativo, de oportunidades, não é um olhar de manobra política, eu nunca tive esse olhar assim dentro do esporte, dentro, principalmente, nós estamos falando das Olimpíadas Baiana da Primavera, talvez por falta de amadurecimento naquele período. Hoje, eu percebo que sim, que existia é... um conteúdo político dentro dessa que você chama de manobra de estudante, mas eu quero dizer com esse meu olhar, voltando falar do meu olhar, eu estou me voltando lá nessa época, que eu não tinha esse olhar, não percebia isso, eu percebi a oportunidade de trabalhar no esporte, de participar do esporte, oportunidade de jovens de estar junto com outras pessoas etc., mas, eu também digo que no Manoel, no Colégio Estadual Manoel Devoto, eu também fiz parte do Grêmio, e todo o Grêmio tem uma ação política, tanto é que alguns dos meus amigos tiveram que, foram presos etc., na época, (palavras inaudíveis) de 64, depois de 64, chegaram a ser preso, porque era faziam parte do Grêmio, mas, eu fazia parte do Grêmio, com o diretor de esporte, então, o meu olhar sempre foi muito mais nessa direção.

Os fragmentos das entrevistas supracitadas ratificam a relação política entre os militares e o esporte, notadamente pela tentativa de constituir uma ambiência de tranquilidade, com ações e intervenções quase imperceptíveis aos olhares do público de participantes e espectadores, dando um ar suave mesmo que em um cenário social tenso.

Outro aspecto já mencionado, mas que durante a ditadura militar se tornou mais evidente, foi em relação as reportagens do Jornal "A Tarde", cada vez mais restritas aos desfiles e aos atos protocolares das cerimônias de abertura de cada edição, nos permitiu inferir, que esse modelo de eventos perdeu fôlego e, posteriormente as circunstâncias sociopolíticas favoreceram seu declínio, apesar de acreditarmos que durante a ditadura militar os eventos esportivos despertavam interesses do regime, notadamente por envolver a juventude estudantil e os espectadores em um espetáculo esportivo, desviando as atenções das questões sociais.

Linhaes (1996), afirma que esta posição da ditadura militar no Brasil, em relação ao esporte, explicitava seus objetivos claramente, que era extrair conteúdos sociopsicológicos ou

ideológicos, objetivando utilizar destes recursos para a sustentação de um poder instituído arbitrariamente e criar sua unidade e legitimidade.

Diz, ainda, a autora que:

O esporte, que chegou à década de 60 massificado e também permeado por cisões e interesses particularistas, tornou-se, sob a égide da ditadura militar, um setor submetido ao controle burocrático e tecnocrático do Estado autoritário, servindo, em alguns momentos decisivos, como estratégia de representação da identidade e coesão nacional idealizada (Linhales, 1996, p. 133).

Diante disso, buscamos informações de outro ator social, que tivemos a oportunidade de entrevistar durante o período de coleta de informações, no sentido de incorporar novos fatos aos já descritos. Ressaltamos, que as informações das entrevistas/diálogos com a professora e os professores de Educação Física, participantes do nosso estudo, não seguiram a sequência em que as entrevistas/diálogos aconteceram, mas sim, o período em cada personagem viveu o cenário dos jogos escolares da cidade de Salvador.

Por isso, o sexto personagem que trouxemos para o diálogo, foi o Prof. Joaquim Maurício Cedraz Nery, em 29 de março de 2023 às 14h e 30min., sendo a penúltima entrevista realizada para nosso estudo, nos concedendo entrevista na sala da Diretoria de Fomento da SUDESB - Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia, órgão pertencente à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, localizada no Estádio Metropolitano Governador Roberto Santos, mais conhecido por Estádio de Pituaçu, situado na rua dos Radioamadores, 159-357 - Pituaçu, Salvador/Bahia. O encontro foi previamente agendado, tendo a Sr. Joaquim Maurício Cedraz Nery aceitado participar da pesquisa intitulada na época “História dos Jogos Escolares na Bahia (1950 – 1980)”, na qualidade de ator social que vivenciou os Jogos Escolares na cidade de Salvador, enquanto espectador. Essa entrevista, foi possível com a confirmação e autorização, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado pelo pesquisador, onde consta o título, objetivo da pesquisa e o orientador do referido estudo, frente ao programa de doutorado da Faculdade de Educação da UFBA. Salientamos que no momento da entrevista, o professor Joaquim Maurício Cedraz Nery, tinha a idade de 69 anos.

Sobre o professor Joaquim Maurício Cedraz Nery⁹⁶, este, nasceu na cidade de Salvador-Bahia, em 04 de outubro de 1953. Teve experiência inicial na área de administração, com

⁹⁶ Informo que a partir de agora, todas as vezes que utilizarmos a entrevista feita com o professor Joaquim Maurício Cedraz Nery, o identificaremos por Maurício Nery, como o referido ator social é conhecido, sem a necessidade de especificar data e página, pois a mesma está na íntegra em anexo.

atuação no comércio, e sua aproximação com a Educação Física enquanto área de formação acadêmica e profissional se deu por influência de sua mãe, que percebeu sua aptidão com as atividades esportivas e de lazer, apesar de seu interesse pessoal divergir da sugestão de sua progenitora, quando o mesmo queria cursar agronomia.

Com estas duas influências, decidiu fazer os dois vestibulares, na UFBA para Engenharia Agrônômica e na UCSAL para Educação Física. Porém, com a criação e aprovação da Lei do Boi de nº 5.465, de 3 de julho de 1968, sancionada pelo regime militar, que determinava cotas ou reservas de vagas para produtores e/ou filhos de produtores agrícolas no ensino público federal, criando uma disputa considerada desleal para os cursos das áreas de agrárias e um aumento da concorrência, desistiu da área de Engenharia Agrônômica, se fixando na Educação Física.

Diante disso, Maurício Nery ingressou na Universidade Católica do Salvador em 1976, após aprovação no vestibular, porém, somente se descobriu para a Educação Física a partir de sua experiência na Escola Parque, estrutura idealizada pelo educador Anísio Teixeira, notadamente pelo trabalho pedagógico de excelência realizado na referida instituição, com setores ativos em diversas frente, que possibilitava uma formação humana integral.

Em seguida, passou a integrar o Departamento de Educação Física, Lazer e Esporte - DEFRE, a convite de Paulo Itamar Bahia Batista, tendo a oportunidade de coordenar os jogos de natureza escolar voltados para outros municípios do Estado da Bahia, denominado de CEEBA – Campeonato Escolar do Estado da Bahia. Atualmente, atua na diretoria de fomentos da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia – SUDESB.

No diálogo estabelecido com Mauricio Nery, falamos de diversas questões que envolviam a história do esporte na Bahia, e devido ao seu histórico de participação ativa nos esportes de ciclismo e natação, resolvemos questioná-lo sobre sua participação na Olimpíada Baiana da Primavera, quando o referido ator social responde:

- Que era o professor Walter. É eu tinha dezesseis..., 14 pra 15 anos de idade, né? Mas era, ele queria me transformar em atleta, mas eu não queria, aí na hora que é coisa começou a tomar rumo de virar atleta, eu sei, que era Clube Olímpico de Natação. Lá, eu apurei, que eu já cheguei (palavra inaudível) não sei porque, mas eu tinha essa habilidade (palavra inaudível) esportivo, né? Eu já sabia nadar, só fui lá apurar melhor, né? E nas Olimpíadas da Primavera, a escola, eu tinha, eu tinha habilidade com o ciclismo também, mas eu não queria participar.

E continua:

- Não. Eu participei muito da abertura, porque, veja bem, eu vou lhe dizer o que era os Jogos da Primavera. Os Jogos da Primavera, apesar desse

saudosismo, era um jogo que era restrito a algumas escolas do Estado grande, não pegava todas as escolas do Estado, aqui em Salvador, não era no interior, era só em Salvador, e algumas escolas particulares, né? A disputa maior entre a, a, as escolas públicas eram: Central, ICEIA, João Florêncio Gomes e Duque de Caxias, né? Que era as escolas mais, e Piripiri lá embaixo e tal. Mas a abertura era um desfile, assim parece que apoteótico, parecia escola de samba, com carro alegórico, né? Depois é que vinha os, com os diretores aparecendo, aquela coisa bem, bem apoteótica, né? Era isso aí, na pista da Fonte Nova aquilo ali, a abertura sempre era ali, né? E os jogos acontecia no, no Ginásio Antônio Balbino; na pista do atletismo, na pista da Fonte Nova; a natação na no conjunto de piscina, conjunto não, na piscina da Fonte Nova, que não era o conjunto, só tinha uma piscina mesmo. É..., e é ali que os jogos se resumiam aquilo, não, não, nunca teve uma Jogos da Primavera no interior, nenhum lugar.

Ao afirmar sua condição de espectador, Mauricio Nery trouxe sua visão acerca da Olimpíada Baiana da Primavera, ratificando que se tratava de evento de natureza escolar apenas da cidade de Salvador, desconsiderando a participação de unidades escolares de municípios mais próximos da capital baiana, divergindo assim, das publicações feitas no Jornal A Tarde, em algumas edições anteriores.

O fato de Mauricio Nery ter vivenciado a Olimpíada Baiana da Primavera apenas durante o regime militar, devido a sua pouca idade em outras edições, nos possibilitou questioná-lo sobre uma possível influência ou participação dos militares durante a realização do referido evento, quando nos respondeu: “hum! Eu acho que podia ter, através da, da fiscalização, de como se dava politicamente esses jogos, se tinham. Na realidade é... a Educação Física sempre teve uma corrente muito de direita, né?”. No entanto, o professor Maurício não acreditava na possibilidade de um controle da juventude estudantil.

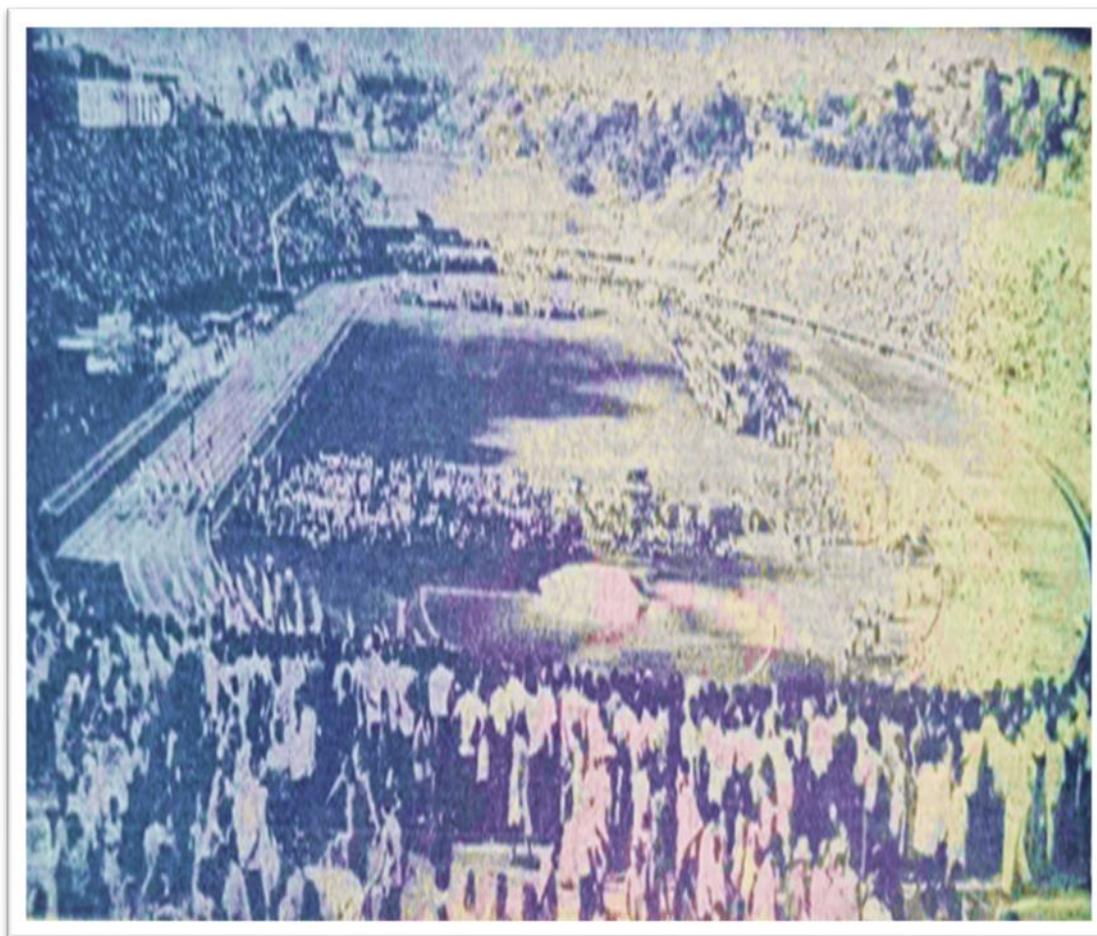
Ressaltamos que as análises feitas dos jogos escolares ao longo deste estudo, não perdeu de vista a importância de percebê-lo em um cenário de mudanças socioeconômico, cultura e político em que o Estado da Bahia esteve imerso e, principalmente a cidade de Salvador com as transformações sofridas em sua cena urbana e, sim, introduzi-lo enquanto parte de uma engrenagem em desenvolvimento e transformações sociais das diversas ordens, onde o esporte fora observado sobre dois aspectos: representante da modernização, mas também, instrumento de coesão e controle social.

Além disso, foi necessário entender que os eventos esportivos denominados Olimpíada Baiana da Primavera, compuseram a cena da cidade de Salvador, em um momento de transformações implementadas nos diversos cenários do Estado da Bahia na década de 1960, sobretudo em infraestruturas de um Estado em pleno crescimento econômico, tendo na cidade de Salvador sua maior referência, inclusive com atração de investimentos para os setores:

industrial, com a inauguração do Centro Industrial de Aratu, em 1967; e no turismo, necessitando da criação Bahiatursa – Empresa de Turismo da Bahia, em 1968, além dos já descritos no capítulo anterior.

Portanto, a análise das demais edições, seguiu em uma tentativa de identificar e adicionar novos elementos à pesquisa. No entanto, o observado nos periódicos do Jornal “A Tarde”, não acrescentaram aos já descritos, por trazer dados apenas dos desfiles de abertura, sendo registrados enquanto informações que compõem a historicidade dos jogos escolares na cidade de Salvador e do Estado da Bahia.

Imagem 11 – Abertura da X Olimpíada Baiana da Primavera⁹⁷



Na décima edição da Olimpíada Baiana da Primavera⁹⁸, realizada nos de 1968, o Jornal “A Tarde”, publicou duas reportagens, abordando o desfile de abertura, que ocorreu em 05 de outubro, no sábado, com início às 13h, com o desfile das bandas marciais dos colégios,

⁹⁷ Imagem ilustrativa extraída do Jornal “A Tarde”, de 07 de outubro de 1968, destacando a festa de abertura da X Olimpíada Baiana da Primavera.

⁹⁸ Sobre a X Olimpíada Baiana da Primavera, ver em: Jornal “A Tarde”, de 05 e 07 de outubro de 1968.

obedecendo a seguinte ordem: Colégio Doutor Aurélio Viana, da cidade de Nazaré; Colégio Estadual da Bahia; Colégio Estadual Duque de Caxias; Colégio Teodoro Sampaio, da cidade de Mata de São João; Serviço Estadual de Assistência aos Menores - SEAM; Instituto Gastão Guimarães, da cidade de Feira de Santana; Instituto Central de Educação Isaias Alves – ICEIA; Colégio Estadual Ypiranga; Colégio de Cachoeira; Colégio Estadual Abílio César Borges; Instituto São Geraldo, da cidade de Lauro de Freitas; Sociedade de Maragogipe; Colégio Santanópolis, da cidade de Feira de Santana; Colégio Estadual João Florêncio Gomes; Colégio Estadual Severino Vieira.

Em seguida, o desfile dos estabelecimentos de ensino, na seguinte ordem: Colégio Estadual Abílio César Borges; Colégio Estadual Góes Calmon; Colégio Estadual Severino Vieira; Colégio Estadual Almirante Barroso; Colégio Estadual Visconde de Mauá; Colégio Ypiranga; Colégio Estadual Luiz Pinto de Carvalho; Colégio Militar do Salvador; Colégio da Polícia Militar; Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior; Colégio Estadual João Florêncio Gomes; Colégio Estadual Duque de Caxias; Colégio Estadual da Bahia; Escola Estadual Mário Augusto Teixeira de Freitas; Colégio Estadual Monsenhor Manoel Barbosa; Colégio Estadual Alípio França; Colégio Estadual Carneiro Ribeiro Filho; Colégio Anísio Melhor; Centro Educacional Edgar Santos; ICEIA; Escola Municipal Castelo Branco; SEAM; Escola Hugo Baltazar da Silveira; Escola Domingos Silva; Escola Nossa Senhora de Lourdes; Colégio Estadual Manoel Devoto; Escola Técnica do Salvador; e Instituto Social da Bahia.

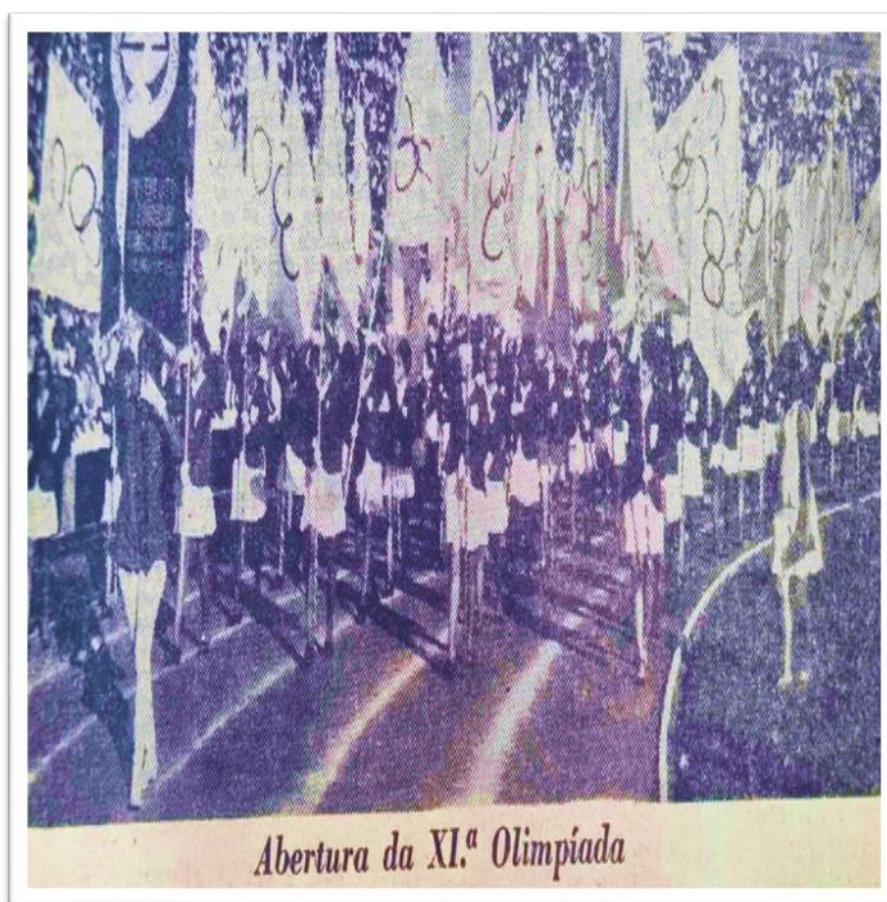
A cerimônia de abertura foi finalizada com os atos protocolares, com: hasteamento das bandeiras, ao som do hino nacional brasileiro, a chegada do fogo simbólico; juramento dos atletas e a declaração de abertura dos jogos. Ademais, a edição do Jornal “A Tarde”, de 07 de outubro de 1968, trouxe em destaque a vitória no desfile do Colégio Estadual Severino Vieira, para delírio do público espectador de 30 mil pessoas, presente no Estádio Octávio Mangabeira.

Nos idos de 1969, três reportagens do Jornal A Tarde, trouxe novamente em destaque os Jogos Escolares realizada na cidade de Salvador, com a cerimônia de abertura da Olimpíada Baiana da Primavera⁹⁹, em sua 11ª edição, que aconteceu em 27 de setembro do referido ano, no Estádio Octávio Mangabeira, promovido pelos “Diários Associados e Departamento de Educação Física, Recreação e Esporte – DEFRE”. Nessa edição, desfilaram dezenas de bandas militares e escolares da capital e do interior, seguindo a seguinte ordem: Colégio Anísio Melhor; Colégio Estadual Visconde de Mauá; Instituto Social da Bahia; Colégio

⁹⁹ Sobre a XI Olimpíada Baiana da Primavera, ver em: Jornal “A Tarde”, de 27, 29 de setembro/ 02 de outubro de 1969.

Estadual Góes Calmon; Ginásio Estadual Paulo Américo; Colégio Domingos Silva; SEAM; Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior; Colégio Estadual Alípio França; Colégio Costa e Silva; Colégio da Polícia Militar; Colégio Estadual João Florêncio Gomes; Colégio Estadual Manoel Devoto; Colégio Edgar Santos; Colégio Militar do Salvador; Colégio Estadual Duque de Caxias; Instituto Central de Educação Isaías Alves; Instituto Santana; Colégio Estadual Castelo Branco; Colégio Estadual da Bahia; Colégio Estadual Carneiro Ribeiro Filho e Colégio Severino Vieira.

Imagem 12 – Abertura da XI Olimpíada Baiana da Primavera¹⁰⁰



Ainda nessa edição da Olimpíada Baiana da Primavera, a reportagem do dia 29 de setembro de 1969, fazia menção ao desfile que aconteceu no sábado, trazendo uma imagem belíssima do desfile, quando os educandos e as educandas desfilaram com diversas bandeiras com os arcos olímpicos, símbolo dos Jogos Olímpicos, dando ao desfile uma festa de imagens

¹⁰⁰ Imagem ilustrativa extraída do Jornal “A Tarde”, de 29 de setembro de 1969, destacando a festa de abertura da XI Olimpíada Baiana da Primavera.

e, possivelmente de cores, para alegria do público de espectadores de cerca de trinta e cinco (35) mil pessoas, que ocuparam as dependências do Estádio Octávio Mangabeira.

É importante ressaltar, que apesar da Olimpíada Baiana da Primavera ter se constituído na historicidade da cidade de Salvador e, provavelmente do Estado da Bahia, como a primeira experiência de Jogos Escolares, em uma dinâmica já descrita anteriormente, essa experiência ao longo de suas edições, não se restringiu à educação básica tampouco a cidade de Salvador, quando constatamos em algumas edições a participação de colégios de cidades do interior da Bahia, geralmente as mais próximas da capital baiana. Porém, na XI Olimpíada Baiana da Primavera, observamos o retorno a essência do evento, quando teve a participação restrita as 26 (vinte e seis) escolas da capital e do interior.

Naquele momento, inicia sua participação na Olimpíada Baiana da Primavera, o sétimo ator social partícipes deste estudo, o Prof. Dr. Lauro Gurgel de Oliveira Junior, que nos concedeu a última entrevista no período da coleta das informações, em 17 de maio de 2023 às 10h, na sala de Educação Física do Centro Estadual de Educação Profissional, Formação e Eventos Isaias Alves, antigo ICEIA (Instituto Central de Educação Isaias Alves), localizada na Praça do Barbalho, s/n - Barbalho, na cidade de Salvador/Bahia. O encontro foi previamente agendado, tendo o Sr. Lauro Gurgel de Oliveira Junior aceitado participar da pesquisa intitulada na época “História dos Jogos Escolares na Bahia (1950 – 1980)”, na qualidade de ator social participante, que vivenciou os Jogos Escolares na cidade de Salvador enquanto estudante/atleta. A autorização das informações contidas na entrevista, foi confirmada com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado pelo pesquisador, onde consta o título, objetivo da pesquisa e o orientador do referido estudo, frente ao programa de doutorado da Faculdade de Educação da UFBA.

Sobre o professor Lauro Gurgel de Oliveira Junior, este, nasceu em 23 de novembro de 1958, na cidade de Salvador-Bahia, onde inicia sua aproximação a Educação pela via do esporte no final da década de 1960, quando começou a praticar no Instituto Central de Educação Isaias Alves – ICEIA, influenciado a princípio pelos professores de Educação Física, Antônio Manuel de Souza Pinto e Josair Estrela Gonçalves, nas modalidades de basquetebol e voleibol e, posteriormente no Colégio Estadual da Bahia, pelo professor Joaquim (Quincas). Antes, porém, de ingressar no ensino superior, participou de alguns cursos técnicos, dentre eles: Técnico em Desporto e Técnico em Educação Física Infantil. Essa aproximação com o esporte favoreceu que o professor Lauro Gurgel de Oliveira

Junior¹⁰¹ ingressasse no Curso de Educação Física na Universidade Católica do Salvador – UCSAL, nos idos de 1980. Foi admitido em 1982, no Instituto Central de Educação Isaias Alves (aposentado) e, posteriormente em 2014, admitido na Universidade Católica do Salvador – UCSAL (atual).

Apresentar informações sobre o histórico das pessoas entrevistadas, ainda que de maneira lacônica, nos permitiu compreender como se deram as aproximações dessas pessoas com a Educação Física enquanto área de conhecimento e com o esporte, nos ajudando a identificar os papéis desempenhados na constituição da historicidade dos jogos escolares da cidade de Salvador e do Estado da Bahia.

Esse processo não foi diferente com o professor Lauro Gurgel. Então, ao questioná-lo sobre sua participação na Olimpíada Baiana da Primavera, em quais anos e se o referido pautou o trabalho da Educação Física nas escolas da cidade de Salvador, Gurgel responde que: “Sim, 69 e 70”.

Diz, ainda, Gurgel que:

- Naquela ocasião, que se caracterizava, existia ainda a saudosa Olimpíada Baiana da Primavera, estava nos seus últimos anos, né? De atuação, e como, como atividade da olimpíada, tinha um, tinha a abertura dos jogos, que era na Fonte Nova, era uma festa belíssima, naquela época. A Fonte Nova com apenas um andar, né? Era uma festa belíssima das escolas, com banda marcial; com baliza; com a, os atletas desfilam, desfilando com suas roupas, e depois tinham as competições de basquete, de vôlei, de handebol, cada escola tem a sua equipe, misturado escola pública com escola particular. Era, existiam três categorias, os mais novos de 11 a 14, de 14; de 15 a 18; e 18 acima, chamada 18 acima. E que cada escola tinha suas equipes, então jogavam entre si, era muito interessante, e muito participativo. Eu participei muito pouco desse período, que já foi, eu já peguei o final, quando eu iniciei a minha vida como atleta, eu é..., quando eu comecei minha vida como atleta, eu peguei o final, que era final dos anos 60 inícios dos 70, quando termina de fato a Olimpíada da Primavera.

- As escolas é, basicamente se preparavam durante todo o ano pra poder participar, ano a ano, as categorias, tinha as categorias no masculino, no feminino, tinha saltos, tinha atletismo, tinha, tinha basquete, tinha voleibol, tinha handebol, eu já falei isso aqui antes, né?

A XII Olimpíada Baiana da Primavera¹⁰² realizada nos idos de 1970 transpareceu ter demarcado o fim da primeira experiência de Jogos Escolares na cidade de Salvador. Esta afirmativa se deu por não conseguirmos identificar nos periódicos do Jornal “A Tarde”, a partir de 1971, nenhuma reportagem jornalística que versassem sobre o referido evento, mas

¹⁰¹ Informo que a partir de agora, todas as vezes que utilizarmos a entrevista feita com o professor Lauro Gurgel de Oliveira Junior, o identificaremos por Gurgel, como o referido ator social é conhecido, sem a necessidade de especificar data e página, pois a mesma está na íntegra em anexo.

¹⁰² Sobre a XII Olimpíada Baiana da Primavera, ver em: Jornal “A Tarde”, de 10 e 12 de outubro de 1970.

também, sendo confirmado durante as entrevistas com os atores sociais participantes deste estudo.

Então, a 12ª edição da Olimpíada Baiana da Primavera, parece findar um ciclo completo de 12 anos de regularidade, de um evento realizado na cidade de Salvador, com a realização do desfile de abertura, em 10 de outubro de 1970, com início às 14h, na Avenida Centenário, localizada no bairro Chame-Chame, na cidade de Salvador. Essa novidade se deu em decorrência das obras de ampliação do Estádio Octávio Mangabeira, mas, que, em nada interferiu no brilhantismo do desfile de abertura da XII Olimpíada Baiana da Primavera, apesar da logística para o público de espectadores ter de ser diferenciada.

Imagem 13 – Abertura da XII Olimpíada Baiana da Primavera¹⁰³



¹⁰³ Imagem ilustrativa extraída do Jornal “A Tarde”, de 12 de outubro de 1970, destacando a festa de abertura da XII Olimpíada Baiana da Primavera.

A reportagem do Jornal “A Tarde”, de 12 de outubro de 1970, trouxe as informações do desfile de abertura, com os resultados das escolas campeãs, tanto no desfile das escolas, com as apresentações das(os) estudantes e alegorias, quanto no desfile das bandas marciais, apontando as seguintes colocações: Colégio Estadual Severino Vieira sagrou-se campeão no desfile, tendo o ICEIA ficado em segundo lugar e o Colégio da Polícia Militar na terceira colocação. Entre as bandas, os resultados apontaram os seguintes resultados: Ginásio de Cachoeira em primeiro e Colégio Teodoro Sampaio em segundo lugar.

A grandiosidade com que as atividades da Olimpíada Baiana da Primavera, foram desenvolvidas durante as doze edições, em que conseguimos identificar registros nos periódicos do Jornal A Tarde, e com fim desse ciclo, resolvemos questionar nossos atores sociais e atriz social, se a Olimpíada Baiana da Primavera, se tornou a maior referência de evento de natureza escolar na cidade de Salvador?

Foram unânimes as respostas em reafirmar a importância e a magnitude desse evento para a Educação Física e do Esporte escolar da cidade em Salvador, notadamente por envolver toda a sociedade soteropolitana ano após ano, em uma dinâmica que iniciava com o trabalho dos professores e professoras na preparação das equipes das escolas, clubes e faculdades, em seus aspectos técnicos e táticos nas diversas modalidades, mas também, das instituições em propiciar um cenário belíssimo e acolhedor para os públicos de estudantes/atletas e de espectadores que lotavam os espaços de disputas, conferindo à Olimpíada Baiana da Primavera, destaque em meio ao cenário de mudanças de infraestruturas urbana e sociopolítica da cidade de Salvador.

O próximo tópico deste capítulo, buscaremos entender o processo de desconstrução histórica da Olimpíada Baiana da Primavera, bem como analisar as atividades esportivas que emergiram durante o processo de expansão urbana da cidade de Salvador na década de 1970.

3.3 JOGOS ESCOLARES NA CIDADE DE SALVADOR: ENTRE O DESFECHO DA OLIMPÍADA BAIANA DA PRIMAVERA E O INÍCIO DE UMA NOVA EXPERIÊNCIA ESPORTIVA DA DÉCADA DE 1970

As circunstâncias econômicas com que a cidade de Salvador e o Estado da Bahia chegaram à década de 1970, demonstravam o quanto positivo foi o planejamento do início da década de 1950, pautado em uma perspectiva do fortalecimento de sua economia com o controle dos gastos públicos e a canalização de energia para os setores que efetivamente

trouxessem maior dinamismo econômico, com a consolidação do comércio e de serviços na capital baiana e, principalmente com o processo de industrialização da Região Metropolitana da cidade de Salvador.

Não obstante a rapidez com que as transições de governos e as descontinuidades dos projetos aconteciam, a Bahia conseguiu chegar a década de 1970 com a Centro Industrial de Aratu em pleno funcionamento e a construção do Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC em andamento, dando uma perspectiva de fortalecimento da economia de um Estado em pleno crescimento e desenvolvimento em diversos aspectos, notadamente na condição socioeconômico (Tavares, 2019).

A cidade de Salvador viveu momentos frenéticos em sua cena urbana nas décadas de 1950 à 1960, e desejava a continuidade em décadas subsequentes, mesmo assim, os(as) soteropolitanos(as) assistiram de camarote o desfecho do maior e mais importante evento esportivo do Estado da Bahia, com a última edição da Olimpíada Baiana da Primavera nos anos iniciais da década de 1970, apesar do apoio governamental através do Departamento de Educação Física da Bahia.

As circunstâncias para o encerramento das atividades da Olimpíada Baiana da Primavera são desconhecidos, ainda que, tenha sido considerado uma perda para o esporte da cidade de Salvador e, justamente após a conquista do Brasil na Copa do Mundo de Futebol, onde os olhares estavam voltados para o esporte brasileiro, inclusive com discursos orquestrados pelo regime militar e difundido nos jornais, TVs e rádios, com intuito de sensibilizar a população em torno da construção de um espírito nacionalista através do esporte (Oliveira, 2009).

Para Oliveira (2009), embora a ditadura militar fizesse um esforço para que o esporte se desenvolvesse e traduzisse em descobertas de talentos esportivos representativos, possibilitando a inclusão do Brasil entre as nações das quais o esporte expressava o poder econômico, político e simbólico, este, o esporte, não era o único nem mais importante aspecto a pairar os pensamentos dos militares daquele momento, ainda que tal fenômeno tenha uma estreita relação e prestígio com a regime militar.

Ademais, o desejo de colocar o Brasil no cenário internacional pela via do esporte (já que em outros aspectos sociais estavam em colapso), favoreceu com que a ditadura militar desse uma dimensão aos eventos esportivos estudantis gigantescos na década de 1970, com a realização de atividades esportivas nos moldes olímpicos em todo território nacional, com etapas a serem cumpridas nas unidades escolares e, posteriormente nos municípios, estados e

união, objetivando a seleção de estudantes/atletas em todas as modalidades esportivas que representasse o Brasil em nível mundial (Oliveira, 2009).

Nesse sentido, era inimaginável acreditar no fim abrupto da Olimpíada Baiana da Primavera, por ser considerado um evento que simbolizava sucesso de públicos participantes e espectadores em todas as edições realizadas na capital baiana, se tornando visível na cena urbana de uma cidade em ritmo acelerado de crescimento econômico e desenvolvimento das infraestruturas urbanística da década de 1960.

Então, sem respostas às motivações que favorecessem o término da Olimpíada Baiana da Primavera, resolvemos recorrer à entrevista com um dos nossos atores sociais, o professor Alcyr Naidiro Fraga Ferraro, já que o mesmo foi um dos idealizadores do referido evento, com intuito de captar informações que nos conduzissem a uma resposta plausível. Nesse momento, ao questioná-lo sobre a influência dos Jogos da Primavera realizado na cidade do Rio de Janeiro para a realização da Olimpíada Baiana da Primavera na cidade de Salvador, Alcyr acrescenta mais informações a questão feita, dizendo:

- Minha vida foi toda (palavras inaudíveis) de 70 pra cá, só falava em curso de Educação Física, era, era uma mania minha, criar um curso de Educação Física. E então, eu não participei mais, eu, aquelas coisas de Jogos da Primavera, que ninguém fez nada. (Palavras inaudíveis), ninguém fez porra nenhuma. Isso aí tudo foi eu que fiz. Não é que, que sou, eu sou porreta, eu não sou porreta, apenas tive gana pra fazer, tive gana pra fazer, a verdade é essa. Porque?

A partir da narrativa expressa no fragmento da entrevista com o professor Alcyr, algo pairou nossos pensamentos, nos instigando a acreditar que o movimento em prol da criação do Curso de Educação Física na década de 1970, favoreceu com que os(as) professores(as) responsáveis pelo sucesso da Olimpíada Baiana da Primavera, buscassem outras motivações e conquistas, neste caso, a implantação do referido curso na cidade de Salvador, propiciando um desfecho precoce das atividades da olimpíada.

Apesar disso, analisamos as reportagens do Jornal A Tarde, nos idos de 1971, na tentativa de encontrar evidências que justificassem o término das atividades da Olimpíada Baiana da Primavera ou apontassem indícios de possível retorno, mas em nenhuma reportagem daquele ano havia qualquer registro que versasse sobre o referido evento, tampouco de outra atividade esportiva de natureza escolar, coincidentemente em ano de transição de governo em nível estadual.

Essa transição de governo, demarcou a saída de Luís Viana Filho e a posse de Antônio Carlos Magalhães, mais um governador eleito de forma indireta, por ser simpatizante do golpe

militar de 1964, e por isso, outro governo a ter trânsito livre para implementar as diretrizes e reformas que buscassem melhorar o funcionamento da máquina pública em todo Estado da Bahia, intensificando o crescimento e desenvolvimento da cidade de Salvador para novos espaços, sobretudo no sentido do eixo Sul-Norte em direção ao aeroporto, facilitando o acesso às cidades circunvizinhas e o desenvolvimento industrial na Região Metropolitana.

Foi nesse período, anos iniciais da década de 1970, que a cidade de Salvador viveu uma grande efervescência cultural, inclusive com surgimento de alguns grupos culturais e artistas com maior engajamento na comunicação política, ganhando espaços de lutas com a popularização do carnaval de rua e das festas de largo, onde se buscava reivindicar direitos para minorias sociais (Santos, 2019). Todavia, para o esporte escolar representou um declínio em termo de mobilização dos estudantes secundaristas.

Embora a década de 1970 tenha sido empobrecida na organização de eventos esportivas, que contemplassem o público órfão da Olimpíada Baiana da Primavera, verificamos todos os anos da referida década com intuito de contemplar a baliza cronológica deste estudo, bem como encontrar evidências tanto nos jornais quanto nas entrevistas com atriz e atores sociais participes deste estudo, na tentativa de identificar a realização de atividades de Jogos Escolares na cidade de Salvador com as mesmas características já descritas.

Os eventos esportivos registrados nas edições do Jornal A Tarde na década de 1970, alguns tiveram início na década de 1960, apresentando os hiatos temporais, onde cremos que as atividades da Olimpíada Baiana da Primavera inibiram ou ofuscaram tais iniciativas, e outras apresentaram apenas um registro no referido periódico, sem representar o interesse para nossa pesquisa.

Durante a análise das atividades difundidas nas reportagens do Jornal A Tarde na década de 1970 que envolveram estudantes da educação básica, observamos o registro do Campeonato Intercolegial de Atletismo¹⁰⁴ destinado às categorias infanto-juvenis e adultos, promovido pela 6ª Região Militar, inclusive, sendo a única atividade esportiva divulgada no referido periódico para o público estudantil, em 1972.

Concomitante as informações contidas no Jornal A Tarde, identificamos que durante a entrevista um dos atores sociais chegava à cidade de Salvador nos idos de 1972, inclusive com relatos do desfecho da Olimpíada Baiana da Primavera. Portanto, a oitava pessoa a participar deste estudo foi o Prof. Dr. José Ney do Nascimento Santos, sendo a quinta entrevista realizada durante a fase de coleta de informações, em 27 de março de 2023 às 10h e

¹⁰⁴ Sobre o Campeonato Inter-Colegial de Atletismo, ver em: Jornal “A Tarde”, de 14, 22 e 25 de agosto de 1972; Jornal “A Tarde”, de 04 de outubro de 1974;

30min., na sala do Departamento III, de Educação Física, localizada no primeiro andar da Faculdade de Educação- FACED/UFBA, situada na Av. Reitor Miguel Calmon, s/n – Vale do Canela, Canela, Salvador/Bahia.

O encontro foi previamente agendado, quando o Sr. José Ney do Nascimento Santos aceitou participar da pesquisa intitulada na época “História dos Jogos Escolares na Bahia (1950 – 1980)”, na qualidade de ator social que vivenciou os Jogos Escolares na cidade de Salvador enquanto espectador e, posteriormente gestor esportivo, coordenando os jogos da modalidade de Futebol de Salão, como integrante da equipe responsável em reeditar a Olimpíada Baiana da Primavera. A entrevista foi possível com a confirmação e autorização dada, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado pelo pesquisador, onde consta o título, objetivo da pesquisa e o orientador do referido estudo, frente ao programa de doutorado da Faculdade de Educação da UFBA. Salientamos que o professor José Ney do Nascimento Santos, no momento da entrevista, tinha a idade de 66 anos.

Em relação ao professor José Ney do Nascimento Santos¹⁰⁵, este, nasceu em 15 de fevereiro de 1957, na cidade de Rio Real-Bahia, se transferindo para cidade de Salvador com intenção de completar a educação básica, cursando o ensino médio no Colégio Estadual Severino Vieira. Naquele momento, inicia na prática esportiva da modalidade de Karatê na Associação de Karatê da Bahia - ASKABA, na cidade de Salvador, mas desperta o interesse pela área de Educação Física estimulado pelo mestre em judô, Sensei Serrinha.

Antes de cursar Educação Física, José Ney prestou vestibular para medicina, com a intenção de se especializar em medicina esportiva, fato que não ocorreu. Daí, com a implantação do Curso de Educação Física na Bahia em 1973, na Universidade Católica do Salvador – UCSAL prestou vestibular nos idos de 1975, quando ingressou no referido curso objetivando ser gestor esportivo. Nesse percurso, fez alguns cursos técnicos para se familiarizar com a área de marketing e de arbitragens em diversas modalidades, em 1976. A experiência adquirida nesses cursos favoreceu que José Ney compusesse as equipes de arbitragem das modalidades de atletismo, basquetebol, ciclismo, natação e voleibol da Bahia.

As experiências administrativas adquiridas tanto como estagiário/bolsista na implantação do Departamento de Educação Física da UFBA quanto na secretaria do curso de Educação Física da UCSAL como Assistente de Direção, favoreceu que o professor José Ney

¹⁰⁵ Informo que a partir de agora, todas as vezes que utilizarmos a entrevista feita com o professor José Ney do Nascimento Santos, o identificaremos por Ney, como o referido ator social é conhecido, sem a necessidade de especificar data e página, pois a mesma está na íntegra em anexo.

do Nascimento Santos fosse indicado pelo professor Alcyr Naidiro Fraga Ferraro, para substituir o professor Silvio Borges na vaga de professor colaborador de Educação Física da UFBA, sendo contratado nos idos de 1979, assumindo cargos na área de gestão tanto na UFBA quanto nas federações em que teve a oportunidade de fazer parte.

Na década de 1980, assumiu a função de técnico de nível superior no Estado, desenvolvendo funções e cargos de gestão no Departamento de Educação Física – DEF e, posteriormente no Departamento de Educação Física e Recreação – DEFRE, coordenando diversas atividades/competições realizadas na cidade de Salvador, com repercussões não somente no Estado da Bahia, mas também, em nível nacional. Com a criação do Curso de Educação Física da Universidade Federal da Bahia, em 1988, o professor José Ney passa a integrar o quadro docente da Faculdade de Educação.

A partir do histórico do professor José Ney do Nascimento Santos ora citado, nos permitiu questioná-los sobre os eventos escolares desenvolvidos a partir de sua chegada à cidade de Salvador, no sentido de obter informações de uma pessoa recém-chegada na capital baiana, quando para nossa surpresa, Ney responde o seguinte:

- Eu, eu me mudei pra Salvador, em 1972. Então, eu tive a oportunidade de acompanhar, como... é assistente, como público assistente, nas arquibancadas da Fonte Nova, das olimpíadas, das últimas edições da Olimpíada Baiana da Primavera. Não fui atleta, ia como curioso, por gostar de, de esporte e tinha um colega meu, colega de sala, inclusive, que era corredor de 5 e 10.000 metros, Antônio José Assis Rivas, chegou a ser campeão Norte Nordeste, mas foi meu colega de Severino. Então, motivado é... por... Rivas, eu fui assistir, é fui ver os jogos. Fui Balbino pra ver... os jogos de basquete, jogos de voleibol, mas, como o público assistente.

A narrativa do trecho da entrevista com o professor José Ney do Nascimento Santos nos causou dúvidas quanto a precisão do término da Olimpíada Baiana da Primavera e as motivações para que o Jornal A Tarde não mais divulgasse as atividades daquele que foi o maior e mais importante evento esportivo da cidade de Salvador e do Estado da Bahia, apesar da narrativa do professor Alcyr sinalizar o fim a partir de 1970.

Sem respostas para o impasse sobre o desfecho da Olimpíada Baiana da Primavera, tampouco o anuncio de novas experiências de atividades esportivas no formato dos jogos escolares, resolvemos questionar os atores sociais que idealizaram e efetivamente fizeram acontecer a Olimpíada Baiana da Primavera, sobre a importância do referido evento como instrumento de mobilização para criação do Curso de Educação Física em Salvador, por entender que a partir da existência do curso de formação a olimpíada deixou de ser realizada. Obtivemos as seguintes respostas:

- Ah, não chamou, não chamou, esse não chamou, quem chamou mais foi esse pessoal nosso, que é, é o professor sentindo essa falta de tanto leigo, tanta gente, gato e cachorro era professor de Educação Física (Alcyr).
- Bom, isso é possível viu, porque nós todos na época, né? É, é, é, estávamos é, tinha uma sensibilidade, de que..., era preciso ter um curso de nível superior, todos tínhamos, tanto os que já tínhamos curso, como os que eram professores leigos (Georgecohama).
- Eu acho que os políticos tiveram uma, vamos se dizer, uma aceitação da Educação Física, sabia que era necessário à Educação Física pra as escolas, não (palavra inaudível), não somente primária, como escola superiores, né? Nós colocamos a Educação Física nas na Universidade Católicas, na Universidade Católica, colocamos lá, foi aceito e bem aceito, entendeu? E aí foi muito bom (Miranda).

Apesar de não admitirem a importância da Olimpíada Baiana da Primavera enquanto instrumento de mobilização em prol do curso de Educação Física, a falta de consenso nas respostas dos atores sociais, nos induziu a acreditar que as práticas educativas da Educação Física na maioria das escolas e clubes da cidade de Salvador eram desenvolvidas por professores(as) sem a formação específica em Educação Física, sendo a Olimpíada Baiana da Primavera a grande vitrine para difundir o trabalho desses profissionais, criando uma certa acomodação e ou desqualificação da luta pela formação superior em Educação Física na Bahia por muito tempo.

Portanto, a criação do Curso de Educação Física na Universidade Católica do Salvador nos idos de 1973, deu a esses(as) profissionais a condição de se qualificar na área, mas também, pode ter provocado esvaziamento nas atividades esportivas nos moldes dos jogos escolares tanto em decorrência das novas atribuições de estudantes assumidas pelos(as) professores(as) leigos(as) quanto dos professores idealizadores da Olimpíada Baiana da Primavera, onde acreditamos que muitos desses compuseram o quadro docente do Curso de Formação Superior em Educação Física da UCSAL.

Na verdade, a criação do Curso de Educação Física da UCSAL se constituiu como uma grande conquista e notícia para os(as) profissionais que atuavam ou pretendiam atuar nas escolas e clubes da cidade de Salvador, mas também, para aquelas pessoas que residiam nas cidades do interior do Estado da Bahia e tinham condições socioeconômicas de se manter na capital baiana, já que em referência aos eventos esportivos para o público estudantil, as reportagens estavam cada vez mais restritas, a exemplo do Jornal “A Tarde” que nos idos de 1973, registrou apenas uma atividade esportiva destinada a esse público, com a divulgação do

Torneio de Basquetebol¹⁰⁶, realizado no Instituto Central de Educação Isaias Alves, apesar de não encontramos identificação da instituição promotora, tinha a mesma dinâmica dos eventos realizados para modalidade na década de 1940.

Nos anos subsequentes, observamos registros em algumas edições do Jornal A Tarde, das seguintes atividades esportivas para estudantes: 1) Olimpíada do Colégio da Polícia Militar¹⁰⁷; 2) Jogos Infantis da Bahia¹⁰⁸, promovido Secretaria de Educação e Cultura, através do Departamento de Educação Física; 3) I Olimpíada da Península Itapajipana¹⁰⁹, proporcionado para os colégios estaduais de Itapajipe; 4) IV Jogos Intercolegiais¹¹⁰, sem identificação da entidade promotora, com a participação de 08 (oito) colégios da capital; 5) Campeonatos Intercolegiais Baiano¹¹¹, sem identificação de entidades promotoras; 6) Troféu Primavera de Atletismo¹¹², promovido Secretaria de Educação e Cultura, através do Departamento de Educação Física; 7) I Jogos Escolares Municipais¹¹³, promovido para escolas da capital e interior, para a disputa de 11(onze) modalidades; 8) I Jogos Escolares da Pituba¹¹⁴, envolvendo escolas particulares.

O fato é que os eventos esportivos registrados no Jornal A Tarde na década de 1970, traziam características específicas, em sua maioria de promoção do Governo do Estado da Bahia, através do Departamento de Educação Física, com apenas uma edição na referida década, com exceção dos Jogos Infantis da Bahia, com registros no Jornal “A Tarde” em (06) seis edições na década de 1970, tendo a sua primeira edição sido realizada nos idos de 1966. Ademais, podemos inferir que os Jogos Infantis da Bahia ganharam mais ênfases na década de 1970, objetivando a preparação para o novo ciclo dos Jogos Escolares da cidade de Salvador, em decorrência do fim da Olimpíada Baiana da Primavera.

Sobre este aspecto, a reportagem do Jornal A Tarde, de 13 de outubro de 1975, trazia no corpo do texto jornalístico sobre os Jogos Infantis da Bahia, uma referência a Olimpíada Baiana da Primavera, com a seguinte frase: “foi um espetáculo só visto no tempo da Olimpíada da Primavera”. Esse olhar nostálgico foi ratificado em dois trechos das entrevistas

¹⁰⁶ Sobre o Torneio de Basquetebol, ver em: Jornal “A Tarde”, de 27 de outubro de 1973.

¹⁰⁷ Sobre a Olimpíada do Colégio da Polícia Militar, ver em: Jornal “A Tarde”, de 27 de setembro de 1974.

¹⁰⁸ Sobre o Jogos Infantis da Bahia, ver em: Jornal “A Tarde”, de 12 de outubro de 1974; Jornal “A Tarde”, de 06, 10, 11, 13, 15, 17 e 20 de outubro de 1975; Jornal “A Tarde”, de 13 de setembro/ 11 e 18 de outubro de 1976; Jornal “A Tarde”, de 16 e 28 de agosto/13, 17, 24 e 26 de setembro/ 03, 05, 08, 13 e 24 de outubro de 1977; Jornal “A Tarde”, de 14 de outubro de 1978; Jornal “A Tarde”, de 04 de setembro de 1979.

¹⁰⁹ Sobre a I Olimpíada da Península Itapajipana, ver em: Jornal “A Tarde”, de 29 de setembro de 1975.

¹¹⁰ Sobre o IV Jogos Intercolegiais, ver em: Jornal “A Tarde”, de 14 de agosto de 1976;

¹¹¹ Sobre os Campeonatos Intercolegiais Baianos, ver em: Jornal “A Tarde”, de 19 de setembro de 1977.

¹¹² Sobre o Troféu Primavera de Atletismo, ver em: Jornal “A Tarde”, de 28 de agosto de 1977.

¹¹³ Sobre o I Jogos Escolares Municipais, ver em: Jornal “A Tarde”, de 10 e 14 de agosto de 1978.

¹¹⁴ Sobre o I Escolares da Pituba, ver em: Jornal “A Tarde”, de 16 de outubro de 1978.

com dois atores sociais, sobretudo quando se referem aos eventos escolares realizados durante a década de 1970, quando dizem:

- Até. Eu vou lhe dar, eu vou dar um exemplo, como eu disse, como eu fui atleta, um, muito pouco, logo depois e, que eu sair, que eu joguei, acabou Olimpíada, com esse nome. Tanto é que, de vez em quando, os governos da vida, sobretudo os mais saudosistas, (palavra inaudível) vamos recuperar a Olimpíada Bahiana da Primavera, pros jovens, mas num, num chega no que (Gurgel).

- É, não, você por incrível que pareça, ninguém fazia qualquer analogia, ninguém fazia qualquer link entre um e outro, o que existia aqui, assim na própria realização dos jogos, o que você ouvia muito, era algo que se aproximasse da edição da Olimpíada Baiana da Primavera, que foi algo que, foi extremamente forte, foi um dos maiores cases, assim, na história do esporte da Bahia e em Salvador, foi Olimpíada Baiana da Primavera, criado lá nos anos 50, professor Alcyrr Ferraro, foi professor Newton Miranda, professor Fernando Chagas, o famoso “Trio Regina”, que foi responsável pelo projeto, pela concepção e pela coordenação na época, através da federação é... dos professores de Educação Física, da APEF – Associação dos Professores de Educação Física do Estado da Bahia. Esses cidadãos foram os grandes responsáveis, e a olimpíada foi algo que mexeu com, com a cidade de Salvador, porque tinha uma peculiaridade, as disputas eram entre colégios públicos. Colégios particulares não tinha essa relevância toda na época, mas, você não podia falar de olimpíadas, sem falar de ICEIA, falar de João Florêncio, falar de Luiz Tarquínio, se essa, esses colégios foram as grandes (Ney).

Não obstante as narrativas se referirem aos eventos realizados na década de 1970, e a visão nostálgica que as(os) soteropolitanas(os) tinham da Olimpíada Baiana da Primavera, compreendemos que a influência dos militares no setor esportivo, em uma tentativa de incluir o esporte nas políticas sociais pela via de projetos de legitimação do regime, não reverberou de forma tão positiva na cidade de Salvador, ainda que, a transição de governo na Bahia nos idos de 1975, demarcasse a posse do Governador Roberto Figueira Santos com projetos importantíssimos para as áreas de saúde, desenvolvimento social, cultura e turismo, viabilizados pela continuidade do crescimento da economia do Estado da Bahia com a inauguração do Polo Petroquímico de Camaçari - COPEC.

Para Linhales (1996), é impossível desconsiderar o investimento ideológico do regime militar através das práticas esportivas, notadamente por não se resumir a estratégia de desvios de atenção às ações repressivas da ditadura, mas também, como componente simbólico para enfatizar os projetos de crescimento econômico e de modernização do País.

Nesse contexto de transição de governo no Estado da Bahia, chegamos ao final da década de 1970, com o retorno de Antônio Carlos Magalhães na qualidade de governador e a

sinalização da primeira edição dos Jogos Escolares da Primavera¹¹⁵ na cidade de Salvador, promovido pela Secretaria de Educação e Cultura, através do Departamento de Educação Física, nos idos de 1979.

A configuração dada aos Jogos Escolares da Primavera em sua primeira edição se assemelhava as edições da Olimpíada Baiana da Primavera, onde acreditamos que foi o evento esportivo destinado aos estudantes da educação básica em substituição a olimpíada em importância.

Em sua primeira edição os Jogos Escolares da Primavera tiveram a abertura programada em um dia de sábado, dia 22 de setembro de 1979, com a participação de estudantes de 12 (doze) estabelecimentos de ensino da cidade de Salvador, para a disputa das seguintes modalidades: Atletismo; Basquetebol; Capoeira; Ginástica Rítmica; Ginástica Olímpica; Handebol; Judô; Natação; Tênis de Mesa; Voleibol e Xadrez.

A programação de abertura dos jogos teve início às 15h e 45 min., com o desfile dos atletas e a demonstração de Ginástica Olímpica masculina do Departamento de Educação Física – DEF. O hasteamento das bandeiras do Brasil e da Bahia ao som do Hino Nacional executado pela banda de música do Corpo de Bombeiros; a Declaração de abertura dos jogos pelo Governador Antônio Carlos Magalhães; e o Juramento dos atletas encerraram os atos protocolares. Em seguida, ainda nessa edição do Jornal “A Tarde”, trouxe a apresentação do Grupo Folclórico do Colégio Estadual João Florêncio Gomes e a programação dos jogos das rodadas, seguindo a mesma lógica daquilo que fora realizado nas primeiras edições da Olimpíada Baiana da Primavera.

Deste modo, reiteramos que o sucesso da primeira edição dos Jogos Escolares da Primavera revelou a carência que os soteropolitanos sentiram de eventos de natureza escolar na cidade de Salvador, sendo demonstrado com a participação ativa das instituições escolares da educação básica da capital baiana, em um acontecimento que sinalizou o início de um novo ciclo na historicidade dos Jogos Escolares do Estado da Bahia, dentro da baliza cronológica proposta para este estudo.

¹¹⁵ Sobre o I Jogos Escolares da Primavera, ver em: Jornal “A Tarde”, de 21 e 22 de setembro de 1979.

CONSIDERAÇÕES

O desenvolvimento deste estudo se caracterizou por uma busca constante de superação de desafios pessoais que emergiram durante o processo e, que se acrescentaram as demandas acadêmicas, dando ao nosso caminhar uma intensidade que muitas vezes se tornou desafiadora diante das nossas limitações.

Dos desafios impostos durante esse percurso, tivemos que conviver com a incerteza de liberação para cursar o doutorado por parte da Secretaria da Educação do Estado da Bahia e da Prefeitura Municipal de Jequié; com os problemas sanitários agravados pela pandemia da Covid-19, gerando atrasos nas aproximações das fontes históricas (orais e periódicos); com as perdas de entes queridos e as questões de saúde na família, causando instabilidades emocionais que se constituíram em pontos pertinentes a serem consideradas.

Não obstante os desafios ora mencionados, cremos que cumprimos todas as exigências do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, culminando com a conclusão desta TESE, onde buscamos responder aos objetivos propostos, nos comprometendo com a escolha, análise e interpretação criteriosa das literaturas e das fontes históricas que contribuíssem para historicidade dos Jogos Escolares na cidade de Salvador, bem como para área de Educação, Educação Física e Esporte do Estado da Bahia.

Decerto que para delinear a trajetória descrita neste estudo, buscamos reconhecer o cenário sócio-histórico e político do Estado da Bahia e, notadamente da cidade de Salvador, com olhar atento ao trânsito de pessoas, instituições e poderes, na tentativa de captar as rupturas e permanências dos discursos que contribuíram para materialização das práticas esportivas nos moldes dos jogos escolares na capital baiana, nos permitindo chegar a algumas considerações deste estudo e, que, talvez, possam sinalizar caminhos para novas pesquisas.

É importante destacar que até a década de 1940, a cidade de Salvador operava na contramão das mudanças de outras capitais do País, sobretudo por possuir uma economia frágil e sofrer com os momentos de instabilidades econômicas e políticas do cenário brasileiro, apesar da descoberta do petróleo em terras baianas, em 1939. Outros aspectos que contribuíram para frear o crescimento e desenvolvimento do espaço urbano da capital baiana na primeira metade do Século XX foi a postura conservadora de uma pequena, mas influente classe economicamente dominante, e por outro lado, a visão predatória de algumas pessoas que desconsideravam a história e memória da cidade de Salvador, desejando mudanças radicais no processo de modernização.

Com base nesses aspectos, dedicamos a construção do primeiro capítulo de debate teórico a análise e constituição do cenário socioeconômico, histórico e político da cidade de Salvador entre 1950 à 1980, período que compõe a baliza cronológica deste estudo, sinalizando os momentos de experiências positivas no setor econômico que ditaram o ritmo de mudança da cena urbana da capital baiana e os contratempos encontrados nesse percurso.

Logo, podemos afirmar que o processo de modernização da cidade de Salvador se deu com mais veemência a partir da década de 1950, através das ações planejadas em nível estadual que sinalizava a necessidade de equilíbrio das contas públicas e a criação de estratégias para o crescimento econômico.

Este fato foi proporcionado a princípio, com a estruturação do setor petrolífero doravante instalação da Petrobras em 1953, gerando um impacto na economia do Estado, com aumento no volume de investimentos; com a expansão salarial para o setor; e a necessidade de crescimento da construção civil, exigindo emprego de capital em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, que permitiram o escoamento das produções dos derivados de petróleo produzidos em solo baiano, além da capacitação de mãos de obra especializadas.

Ademais, constatamos que a cidade de Salvador a partir desse período, embora não se apresentasse como cidade industrial, na condição de capital do Estado da Bahia se estruturou para atender as demandas do mercado, como também, para minimizar os efeitos da crise populacional desenfreada que ocasionou crescimento e desenvolvimento dos espaços urbanos de forma desordenada para áreas não urbanizadas e que careciam de estruturas e condições dignas de habitação.

A década de 1950 foi marcado na historicidade da cidade de Salvador e da Bahia, como um dos períodos de maior crescimento na área educacional, notadamente pela grande expansão de números de escolas que contemplassem a educação básica, além do aumento de ofertas de cursos universitários, tanto na rede pública quanto em faculdades privadas, ainda que restrita a capital do Estado da Bahia.

Com a chegada da década de 1960, novas perspectivas surgiram com as ações do Banco do Nordeste e da SUDENE, propiciando investimentos fabulosos que transformaram a cena urbana da cidade de Salvador e sua Região Metropolitana, tal qual da Região Nordeste. Porém, os idos de 1964 foi demarcada na historicidade de todo País pelos momentos de incertezas provocadas pela ditadura militar de 1964, causando temor de retrocessos às conquistas obtidas pela cidade de Salvador e por Estado da Bahia.

Constatamos que a década de 1960, embora turbulenta, marcou efetivamente o processo de industrialização da Região Metropolitana com a inauguração do Centro Industrial de Aratu

- CIA, traduzindo em crescimento para economia do Estado da Bahia e da cidade de Salvador, exigindo investimentos em setores carentes da sociedade sotropolitana, notadamente em mobilidade; ampliação dos meios de comunicação; aumento de escolas secundaristas e a criação de novos cursos superiores, que contemplassem as demandas reprimidas de formações educacionais. Ademais, houve aumento das atividades culturais, com a construção de espaços; e no processo de verticalização da capital baiana.

Na década de 1970, verificamos que a dinâmica da cidade de Salvador permaneceu atrelada as atividades econômicas, sobretudo do processo de industrialização da Região Metropolitana, com a solificação das atividades da CIA e a construção e funcionamento do Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC, como também, dos setores de serviços e comércio crescente no espaço urbano da capital.

Além disso, observamos que expansão da cidade de Salvador se deu em direção ao eixo Sul-Norte, quando foram realizadas as construções do Centro Administrativo da Bahia – CAB, do Terminal Rodoviário de Salvador e da avenida Luís Viana Filho (Paralela), mas também, por viabilizar o crescimento de conjuntos habitacionais e a construção do maior hospital público do Estado da Bahia, Hospital *Geral* Roberto Santos (HGRS) no bairro do Cabula e do Centro de Convenções da Bahia no bairro do Stiep, fundamentais para organização e dinâmica da capital baiana.

Portanto, os estudos demonstraram que sociedade sotropolitana viveu uma situação econômica privilegiada a partir da década de 1950, onde os condicionantes socioeconômicos e políticos foram decisivos para seu crescimento e desenvolvimento urbanístico e, que apesar da truculência e turbulência provocada pela ditadura militar, estes, não impediram que a cidade de Salvador entrasse e convivesse definitivamente com a experiência da modernização de sua cena urbana.

A partir da constituição do cenário de Salvador no período estudado, focamos no objeto específico de nossa pesquisa após análises das fontes históricas (orais e periódico), onde buscamos construir uma narrativa a partir de trechos das entrevistas com a atriz e os atores sociais entrevistados, das reportagens do Jornal A Tarde analisadas e dos estudos que versassem, não somente sobre a temática, mas também, de elementos constitutivos da educação e da sociedade, que nos permitiu construir a historicidade dos jogos escolares na cidade de Salvador.

Durante a análise dos jornais, percebemos a necessidade de retroceder à década de 1940 na tentativa de identificar indícios da realização dos jogos escolares, e afirmo que nenhuma das atividades desenvolvidas na cidade de Salvador até os idos de 1958, possuíam as

características que englobassem uma dinâmica de atividades esportivas em diversas modalidades, concentradas em único evento nos moldes olímpico, com calendários anuais destinados ao público estudantil da educação básica e, que, portanto, não as reconhecemos como atividades dos Jogos Escolares.

No decorrer das análises das entrevistadas, observamos que em diversas narrativas, notadamente de um dos idealizadores dos jogos escolares, a menção à Olimpíada Baiana da Primavera, fruto do desejo da Associação dos Professores de Educação Física da Bahia - APEFB de reproduzir na cidade de Salvador a experiência dos Jogos da Primavera realizados na cidade do Rio de Janeiro, na época capital do Brasil.

A partir daí, identificamos que os Jogos Escolares da Bahia realizado na cidade de Salvador, tiveram início com a cerimônia de abertura no Estádio Octávio Mangabeira, em 29 de agosto de 1959, assumindo a nomenclatura de Olimpíada Baiana da Primavera, passando a compor o calendário anual das atividades esportivas da capital baiana, por iniciativa dos professores de Educação Física da APEFB e do Diário de Notícias.

Os entraves políticos propiciados pela Superintendência de Educação Física, órgão pertencente a Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Bahia, não inibiram o desejo dos professores de Educação Física de desenvolver um evento de expressão que ficasse registrado na memória e na história da cidade de Salvador.

Com o golpe militar a partir de 1964, percebemos que o Governo do Estado da Bahia, através do Departamento de Educação Física, passou a compor juntamente com o Diário de Notícias a organização da Olimpíada Baiana da Primavera sem a presença da APEFB, demonstrando claramente que os militares se envolveram de forma discreta, apesar dos professores idealizadores/entrevistados negarem e os jornais a partir daquele momento, restringirem as reportagens apenas aos desfiles de abertura apoteóticos, evidenciando uma aparente normalidade do cenário social.

Durante a década de 1960 observamos que a ênfase dada às atividades da Olimpíada Baiana da Primavera, ofuscaram outras iniciativas de atividades esportivas que envolvessem as faixas etárias estudantil, notadamente pelo caráter atrativo propiciado pelos jogos escolares aos públicos de participantes e espectadores(as) que vivenciaram tal experiência nos diversos espaços de disputa, ratificando e evidenciando o belíssimo trabalho desenvolvido pelos(as) profissionais de Educação Física, em sua maioria, professores(as) leigos(as).

Ressaltamos que os anos iniciais da década de 1970, demarcaram o desfecho da Olimpíada Baiana da Primavera, que apesar de não ficar explícito nos jornais as motivações para o encerramento dessa atividade símbolo e maior referência esportiva da cidade de

Salvador e do Estado da Bahia na época, identificamos nas entrevistas que devido ao quantitativo de professores leigos e o cenário sociopolítico favorável à criação do Curso de Formação em Educação Física, as atividades dos jogos não fizeram mais sentido para os organizadores do referido evento.

Nesse sentido, ratificamos nossa *tese* que as atividades da Olimpíada Baiana da Primavera na cidade de Salvador se configuraram como instrumento de mobilização em prol da constituição do Curso de Formação em Educação Física, já que em outros momentos históricos, os argumentos foram insuficientes para sensibilizar as autoridades.

Portanto, afirmamos que com a criação do Curso de Educação Física na Universidade Católica do Salvador nos idos de 1973, as atividades da Olimpíada Baiana da Primavera foram finalizadas, que pode ter se configurado em um grande equívoco, não somente por permitir um hiato temporal de acontecimentos esportivos nos moldes dos jogos escolares na cidade de Salvador, mas também, por ter impossibilitado experiências acadêmicas na organização esportiva daquele que foi um dos maiores e mais importante evento da Bahia, apesar percebermos o ressurgimento dos Jogos Infantis da Bahia na década de 1970 e de outras atividades esportiva, mas sem a repercussão dada a Olimpíada Baiana da Primavera.

Por último, cremos que o esforço despendido nesta pesquisa não preencheu as lacunas de estudos históricos acerca do esporte na Bahia e, especificamente na cidade de Salvador, e afirmo que não foi a nossa pretensão, mas amplia as possibilidades de novas pesquisas sobre a temática do esporte, dos jogos escolares e da Educação Física, contribuindo para a preservação da história e das memórias das práticas esportivas desenvolvidas no contexto educacional baiano.

Ademais, enfatizamos que a perspectiva de novos estudos ficaram evidentes, notadamente por identificarmos nos idos de 1979, que o desejo de reavivar nas memórias dos(as) soteropolitanos(as) as lembranças da Olimpíada Baiana da Primavera, favoreceu a realização da primeira edição dos Jogos Escolares da Primavera na cidade de Salvador, com as mesmas configurações das edições da olimpíada, inaugurando um novo ciclo e novas possibilidades de pesquisas que deem continuidade à historicidade dos jogos escolares no Estado da Bahia.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ALMEIDA, Paulo Henrique. A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana. In: CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de, and PEREIRA, Gilberto Corso (orgs). **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2008.
- ALMEIDA SOBRINHO, Miguel Calmon du Pin e. **A situação econômica da Bahia**. Boletim da Associação Comercial da Bahia -ACB. Salvador/Bahia. vol. nº 2, fevereiro de 1950.
- ALMEIDA SOBRINHO, Miguel Calmon du Pin e. **Estudo sobre o código tributário a ser decretado pela prefeitura da Cidade do Salvador**. Boletim da Associação Comercial da Bahia -ACB. Salvador/Bahia. vol. nº 5, maio de 1950.
- ANDRADE, Adriano Bittencourt; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Geografia de Salvador**. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BAHIA, Constituição do Estado da. **Da educação e cultura - Capítulo II, art. 117**. Constituição do Estado da Bahia, de 02 de agosto de 1947. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/constituicao-do-estado-da-bahia-de-02-de-agosto-de-1947>. Acesso em: 23 jan. 2022.
- BAHIA. **Lei nº 2.463 de 13 de setembro de 1967**, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino. Publicado por Governo do Estado da Bahia (Extraído pelo Jusbrasil). Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85543/lei-2463-67>. Acesso em: 09 nov. 2022.
- BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BARROS, José D'Assunção. **A História Social: seus significados e seus caminhos**. LPH, Revista de História da UFOP. nº 15, 2005.
- BOLETIM ACB. **Produção de energia elétrica**. Boletim da Associação Comercial da Bahia -ACB. Salvador/Bahia, vol. nº 6, junho de 1956.
- BOLETIM ACB. **Preços altos prejudicam na Bahia o consumo do Petróleo**. Boletim da Associação Comercial da Bahia -ACB. Salvador/Bahia, vol. nº 6, junho de 1958, p. 6-8.
- BORGES, Simone dos Santos. **Um capítulo de história da educação na Bahia: a implementação da LDBEN nº 4.024/61 sob a ótica do Jornal A Tarde (1960-1971)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.
- BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. 12ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2013. p. 47-70.
- BOURDIEU, Pierre. Como podemos ser desportistas? In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3. ed. Ijuí-Rio Grande do Sul, RS: Ed. Unijuí, 2005.

- BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Salvador em 1968: um breve repertório de lutas estudantis universitárias. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.) **Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BRITO FILHO, Wilson de Lima. **A Educação Física da Bahia: a construção nas décadas de 1950 a 1970**. - 2019. 150f. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2019.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. As “Cidades” de Salvador. In: CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (orgs). **Como anda Salvador e sua região metropolitana** [online]. 2nd. ed. rev. and enl. Salvador: EDUFBA, 2008.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5ed. Editora: Campus. Rio de Janeiro, 1997.
- COUTO, André Alexandre Guimarães. **Cronistas esportivos em campo: letras, imprensa e cultura no Jornal dos Sports (1950-1958)**. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.
- DANTAS JUNIOR, Hamilcar Silveira. **Da “escolarização do esporte” à “esportivização da escola”**: tradição e espetáculo nos Jogos da Primavera de Sergipe (1964-1995). 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. 2008.
- DANTAS JUNIOR, Hamilcar Silveira. A "Esportivização" da escola na sociedade do espetáculo: o caso dos Jogos da Primavera em Sergipe (1964-1995). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.35, p. 108-125, set. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639617>. Acesso em: 21 ago. 2023.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. Tradução: Antônio Carlos Piquet e Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- DICK, Sara Martha. A Expansão do Ensino Secundário na Bahia (1942-1961). **Rev. FAEÉBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 29, n. 59, p. 310-327, jul./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2020.v29.n59.p310-327>. Acesso em 18 out. 2022.
- FERRARO, Alcyr Naidiro Fraga. **A Educação Física na Bahia: memórias de um professor**. Bahia. Salvador: CEDUFBA, 1991.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22 ed. São Paulo: Editora Loyola, 2012.
- GIORDANI, Mário Curtis. **História do século XX**. Aparecida/SP: Ideias & letras, 2012.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- IVO, Alex de Souza. Uma “revolução” contra o comuno-peleguismo: o golpe de 1964 e o sindicalismo petroleiro. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.) **Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Vol. 1. Salvador: EDUFBA, 2009.
- LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) –

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUDWIG, Selma Costa. **Mudanças na Vida Cultural de Salvador 1950 – 1970**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humana, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

MANNHEIM, K. **Sociologia Sistemática: uma introdução ao estudo da sociologia**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1971, p.178.

MELO, Victor Andrade de. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos: uma possível história**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MELO, Victor Andrade de. O mar e o remo no Rio de Janeiro do século XIX. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 13, n. 23, 1999, p.41-71.

MELO, Victor Andrade de. Das touradas às corridas de cavalo e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil. *In*. PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de (orgs). **História do esporte no Brasil: do império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MELO, Victor Andrade de. Remo, modernidade e Pereira Passos: Primórdios das políticas públicas de esporte no Brasil. **Revista Esporte e sociedade**, Niterói-Rio de Janeiro, n.3, p. 1-22, Jul-Out, 2006.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. Fundamentos e Políticas Educacionais: História, memória e trajetória da Educação na Bahia. **Publ. UEPG Ci. Hum. Ci. Soc. Apl. Ling, Letras e Artes**. Ponta Grossa, 2008. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/humanas/article/view/637>. Acesso em: 15 nov. 2022.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. Esporte e política na ditadura militar brasileira: a criação de um pertencimento nacional esportivo. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 04, p. 155-174, out/dez de 2012.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da Ditadura (1964-1985). *In*. PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de. (orgs.) **História do esporte no Brasil: do império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ORTEGA, Antônio César; CERQUEIRA, Cristiane Aparecida de; SILVA, Filipe Prado Macedo da. As Políticas Públicas de desenvolvimento no Estado da Bahia: evolução e características. *In*. ORTEGA, Antônio César; PIRES, Murilo José de Souza (orgs.). **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia**. Brasília: Ipea, 2016.

PASINATO, Darciel. Educação no período populista brasileiro (1945-1964). **Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, v. 12 n. 1 (2013): Semina Edição, 2013.

PESSOTI, Gustavo Casseb. As políticas de atração de investimentos industriais e o desenvolvimento industrial da Bahia no período do regime militar brasileiro. *In*. ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.) **Ditadura Militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência**. Vol. 2. Salvador: EDUFBA, 2014.

PIRES, Roberto Gondim. **Educação Física na Bahia: cenas e flashes de uma história**. Salvador: editora Arcádia, 2008.

- PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de. **História do esporte no Brasil: do império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 12.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2014, p. 75.
- RISÉRIO, Antônio. **Uma cidade da Bahia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.
- ROCHA JUNIOR, Coriolano P. da. **Esporte e Modernidade: Uma análise comparada da experiência esportiva no Rio de Janeiro e na Bahia nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX**. 2011. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- RUBIM, Antônio Albino Canela; COUTINHO, Simone & ALCÂNTARA, Paulo Henrique (2008). Salvador nos anos 50 e 60: encontros e desencontros com a cultura. **RUA: Revista de Arquitetura e Urbanismo**, v.3 n° 1. 1990. Disponível em: <http://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/download/3104/2218>. Acesso em: 05 jul. 2022.
- SAMPAIO JUNIOR, Natanael Vaz. **Memórias da formação e práticas educativas de professores de educação física no município de Jequié**. 2016. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.
- SANTOS, Gilson Jorge. Os anos 1970 na Bahia: uma década para nunca esquecer. **A Tarde**, Salvador, 01 de julho de 2019. Disponível em: <https://atarde.com.br/muito/os-anos-1970-na-bahia-uma-decada-para-nunca-esquecer-1065979>. Acesso em 15/11/2022
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 3ª edição. São Paulo: Editora Autores Associados, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**: 11 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2011.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 12 ed. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2019.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação, Saúde e Assistência no Estado da Bahia em 1948**. Salvador, 1949. 80 p. Disponível em: www.bvanisoteixeira.ufba.br/artigos/educacao10.html. Acesso em: 19 out. 2022.